

COLEÇÃO
AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE



ACADEMIA BRASILEIRA
DE LETRAS



TRIBUNA ACADÊMICA



ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Oscar Dias Corrêa



∞ TRIBUNA ACADÊMICA

Rio de Janeiro 2006

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Antonio Carlos Secchin (Coordenador)

Alberto Venancio Filho

José Murilo de Carvalho

DIRETORIA DE 2006

Presidente: *Marcos Vinícios Vilaça*

Secretário-Geral: *Cícero Sandroni*

Primeira-Secretária: *Ana Maria Machado*

Segundo-Secretário: *José Murilo de Carvalho*

Diretor Tesoureiro: *Antonio Carlos Secchin*

PUBLICAÇÕES DA ABL

Produção editorial e Revisão – *Nair Dametto*

Assistente editorial – *Monique Mendes*

Projeto gráfico

Victor Burton

Editoração eletrônica

Maanaim Informática Ltda.

Catálogo na fonte:

Biblioteca Acadêmica Lúcio de Mendonça

B869.4 Corrêa, Oscar Dias, 1921-2005
C844t Tribuna acadêmica / Oscar Dias Corrêa. – Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Letras, 2006.
x, 352 p. ; 21 cm. – (Coleção Austregésilo de Athayde, 27)

ISBN 85-7440-093-9

I. Literatura brasileira. 2. Academia Brasileira de Letras. I. Título. II. Série.

Sumário

Estas páginas	xi
PALESTRAS NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS	
Menotti del Picchia	3
Rui Barbosa, a Águia de Haia	25
Emílio Moura.....	41
Abgar Renault.....	51
Prado Kelly	65
O lirismo dos rebeldes da Inconfidência	75
Políticos escritores	101
Basílio da Gama e Santa Rita Durão.....	117
O ficcionista Inglês de Sousa	161
BREVES COMUNICAÇÕES	
Celso Cunha	183
Marco Aurélio de Moura Matos.....	185
Otto Lara Resende	187
Carlos Castello Branco.....	189
Austregésilo de Athayde	193
Jansen Filho e João Franzen de Lima.....	196
Clóvis Beviláqua	199

Alcântara Machado.....	202
José da Silva Martins.....	206
Luís Viana Filho.....	208
Carlos Chagas Filho.....	210
João Dornas Filho.....	212
Roberto Marinho.....	214
Barbosa Lima Sobrinho.....	216
Geraldo França de Lima.....	218
Jorge Amado.....	220
Raymundo Faoro.....	222
Evandro Lins e Silva.....	224
Brito Velho.....	226
Celso Furtado.....	230
Diretrizes do ensino da Língua Portuguesa.....	232

OUTRAS TRIBUNAS

O 14 de Julho – PEN Clube do Brasil.....	241
Brasil e Portugal – no Consulado de Portugal.....	249
Brasil e Portugal – na Casa de Portugal.....	257
Ernani Satyro – Posse na Academia Brasiliense de Letras.....	265
Carlos Drummond de Andrade – Posse na Academia Municipalista de Letras do Brasil.....	293
Cinqüentenário da Turma de 1943 – OAB-MG.....	301
Caio Mário da Silva Pereira – Recepção na Academia Mineira de Letras.....	311
Orozimbo Nonato.....	323
Vivaldi Moreira – Recepção no PEN Clube do Brasil.....	327
Juristas escritores – Palestra no PEN Clube do Brasil.....	333
Rui em Haia e Buenos Aires – Palestra no Instituto dos Advogados Brasileiros.....	339

Estas páginas

Reunimos neste volume palestras na Academia Brasileira de Letras e algumas outras tribunas, e breves comunicações, objetivas e concisas, como na praxe acadêmica.

Valem todas mais pelo desejo de homenagear vultos eminentes de nossa vida cultural, ou proceder a breve exame de problemas e questões nacionais, do que pela pretensão de originalidade – que não tivemos.

No caso dos homenageados, a lembrança no apreço e na saudade, são a imortalidade: possibilita que gerações e gerações valorizem os que assegura a permanência da Pátria comum.

Credite-se ao autor a sincera intenção da homenagem.



∞ Palestras na
Academia Brasileira
de Letras

Menotti del Picchia

Comemora a Academia o centenário do nascimento de um de seus vultos mais expressivos e da vida deste país: Menotti del Picchia: escritor, poeta, ficcionista, cronista, ensaísta, memorialista; escultor e pintor; homem público; em todas as atividades deixou a marca do talento, da criatividade, da combatividade sem fadiga, e, sobretudo, do seu patriotismo, presente em todos os momentos de sua vida, na “longa viagem “ por este mundo.

Honra-me, e pela circunstância de ter-lhe sucedido na Cadeira 26, ser o intérprete da Casa, para lembrar-lhe a vida e a obra. Esta, precisamente, a imortalidade dos que aqui aportam, acolhidos no seu amorável convívio: a permanente presença na voz e no espírito dos que lhes sucedem e, recordando-os, fazem-nos sempre vivos e presentes.

Princípio recordando que, há cinqüenta anos, abria-se no Centro Acadêmico Castro Alves, da Faculdade de Direito de Minas Gerais, um concurso de monografias sobre o tema “Qual a contribuição do Movimento Modernista à Literatura Brasileira” e, entre os candidatos, inscrevia-se um estudante do quarto ano, com o pseudônimo de A. Bojador.

A Comissão Julgadora, integrada por Guilhermino César e Oscar Mendes, premiou a monografia. Pode, por isso, o acadêmico de hoje repetir, ao pronunciar esta palestra, o que o então jovem universitário escreveu, há meio século.

Começava por lembrar, com Roberto Alvim Corrêa, que as vantagens de determinado movimento literário são devidas, em grande parte, aos vícios do precedente: decadentismo literário, levando a abusos; vocação para a libertação de cânones ultrapassados, com a volta à vida e ao sentimento; ânsia de libertação, que, dizia Tristão de Athayde, era comum às várias escolas literárias, que toda geração deseja.

O Modernismo surgiu, assim, num impulso destes. E o então jovem autor citava Menotti del Picchia, em artigo no *Anuário Brasileiro de Literatura* (1939, p. 30) – “como aquilo aconteceu”:

“uma coisa indefinível, eclética, amorfa, sem unidade interior como todas as revoluções. Sabia o que não queria, isto é, destruir o passado, mas não sabia o que queria. Era mais uma ameaça de destruição que um propósito de construção. Bastava isso: dismantelar o academismo, desmoralizar o parnasianismo, rasgar campo para as vocações novas, quebrar fórmulas, desentulhar o caminho.”

Só depois, passada a fase inicial do combate às fórmulas anteriores, ultrapassada a libertação revolucionária ilimitada, tudo destruindo sem preocupação de construir – o “estouro de 22” – como se expressa Oswald de Andrade, se chega à fase construtiva que, dizia o autor, à época, “se prolonga até hoje”.

O Modernismo não tinha cartilha única. Como salientava Mário de Andrade, em “A Escrava que não é Isaura”: “Cada qual com suas idéias próprias e cioso de suas tendências naturais. Livre a cada um de seguir a estrada que escolher. Muitas vezes os caminhos coincidem... Isso não quer dizer que haja discípulos, pois, cada um de nós é o deus de sua própria religião.”

É verdade que se poderiam identificar pontos comuns nesta reação rebelde: o revigoramento do sentido nacional; como reflexo, a necessida-

de de uma língua nacional; o realismo da prosa; a libertação, na poesia, tendo como conseqüências o verso livre, a rima livre, o abandono dos ritmos existentes, o desprezo da lógica e o desaparecimento da limitação da matéria poética.

Entre os novos pregoeiros, estava Menotti del Picchia, na época, o nome mais nacional dos que se envolveram no Movimento, “a figura mais prestigiosa entre os novos de São Paulo”, diz Péricles Eugênio da Silva Ramos, no seu capítulo sobre “O Modernismo na Poesia”, na obra monumental dirigida por Afrânio Coutinho.

Já se celebrizara com *Moysés*, o poema bíblico, em 1917, e, logo depois, no mesmo ano, com *Juca Mulato*, que o consagraria nacionalmente, lhe granjearia fama nacional, a tal ponto que lhe marca indelevelmente o destino. Tanto que por mais fizesse e se suplantasse e se excedesse a si mesmo, continuou sendo sempre o autor de *Juca Mulato*, naquilo que Antonio Olinto chamou o “jucumulatismo”, do qual Mestre Miguel Reale pretendeu – sem êxito – livrar o poeta, libertando-o de seu personagem.

Menotti começa a romper com o Classicismo em *Moysés*. E já proclamei e repito: só quem, como ele, me disse em carta, foi “aleitado com Dante, Petrarca, Tasso e Ariosto”, tinha autoridade para romper com o Classicismo porque o conhecia a fundo e nele se embebera.

Por isso, afirmava ele, ao explicar o rompimento, no discurso de posse nesta Casa:

“E foi justamente porque vivemos tanto tempo sob a ameaça da fêrula dos corujas que um belo dia, na revolução modernista, entregamo-nos a uma bárbara orgia de solecismos, reduzindo a cacos todas as normas clássicas, barbarizamos o idioma proletarizando-o na expressão viva, nacional e pitoresca dos seus modismos plebeus, e acabamos por tirar das suas excelentes colocações todos os pronos-

mes, tal qual fazia outrora o político quando subia ao poder expulsando dos seus cargos todos os adversários.” (*Revista da Academia*, 66/163).

Moysés tem, entretanto, ainda, contorno clássico, no alexandrino em que se escreve e que Menotti maneja com segurança, brilho e sensibilidade. Dele diz o próprio Menotti:

“*Moysés* foi meu primeiro poema. Foi minha primeira ânsia com sua definida e geométrica ossatura de inquietude.

Quando, em 1913, compendiando minhas rimas de adolescência, nos *Poemas do Vício e da Virtude* tentava fazer a poesia paulista evadir-se do cárcere das irreduzíveis fórmulas em uso, meu pavor totêmico pelos magnatas literários da época coarctou o insopitado anseio de libertação que se entrevê naqueles versos. A obra saiu tateante e incerta, alternada de concessões e de levantes modernistas.

Implacável foi a crítica do tempo para o incipiente balbucio do meu estro rebelde. A quebrar a unanimidade dos baldões que me levariam ao descorçoamento, levantou-se a isolada voz de Duque-Estrada, no Rio, recompondo da minha inicial derrota, as energias dos futuros cometimentos.

Foi então (1913) que, entediado dos arcaísmos verbosos dos janízaros do Parnasianismo, mais díscolo e mais ousado, compus quatro cantos do poema bíblico. Um ano após concluí o trabalho, escrevendo o *Horeb*.”

Paulo Menotti del Picchia, filho de Luiz del Picchia, oriundo da Toscana, e banido por suas idéias socialistas, e de Corina del Corso del Picchia, nasceu em São Paulo, em 20 de março de 1892, mudando-se, aos seis anos, para Itapira, freqüentando o Grupo Escolar Júlio de Mesquita;

depois o curso secundário do Ginásio Culto à Ciência, em Campinas, e, em seguida, em Pouso Alegre (Minas Gerais), surge, como poeta, em 1908, no *Mandu*, jornal do Ginásio Diocesano São José; embora diga que, como poeta, nasce nos *Poemas do Vício e da Virtude*, de 1913, que ele chama “balbucio inaugural de minha descolorida aventura literária”.

MOYSÉS

Moisés não abandona o tom grandiloquo que o eleva; mas já se percebe que o verso não é mais a preocupação exclusivista com a rima, a métrica, a tônica, o ritmo, e sobretudo o tema, na linha rija do Parnasianismo.

Tomem-se versos finais de *Canaã*:

*Quem és tu, Canaã, ó ventura erradia?
Desejo de alcançar um bem que não sacia,
um bem que é desejar o que a gente deseja.
Terra da promessa, que a treva te proteja.
Ilusão! Ilusão que a gente em vão persegue,
que não te alcance nunca o braço que te segue,
que não te enxergue o olhar que te anda a procurar!*

*Porque, Desejo, és tu a Terra prometida
e o que nos faz viver um pouco nesta Vida
é o desejo sem fim de sempre desejar!*

JUCA MULATO

Mas, no mesmo ano de 1917 vem *Juca Mulato*, com a consagração do poeta, celebrado em prosa e verso, aqui e além-mar. Júlio Dantas,

então no fastígio da glória literária, na apreciação que faz, confessa-se comovido pela sua leitura e vê no poema

“um artista de raça, eloqüente, sóbrio, às vezes lapidar nos conceitos, pintando com uma largueza e uma justeza de valores surpreendente e possuindo tão excepcionais dotes da comunicativa emoção que eu próprio, endurecido no ofício de escrever, senti, ao ler os seus versos, que os olhos se me enevoavam e umedeciam de lágrimas.”

Tristão de Athayde, que nem sempre se rendeu à arte poética de Menotti, como em *Chuva de Pedra*, que severamente crítica, recebeu a obra com efusão, “com a simplicidade e a frescura das criações espontâneas e necessárias”; que “comove pelo simples aspecto de suas linhas harmoniosas”. “Juca Mulato, diz, é a reconciliação do homem consigo mesmo, do brasileiro com sua terra, do bárbaro com seu isolamento”, fazendo do poeta “uma das mais formosas esperanças da poesia nacional”. (*Contribuição à História do Modernismo* – I.º v., 1939, p. 121 e segs.)

O poema tinha tudo para ser o poema nacional, cantando o herói nacional: a figura de Juca,

*É ágil como um poldro e forte como um touro;
no equilíbrio viril dos seus membros possantes
há audácias de coluna e a elegância dos barcos...*

A vida,

*Juca Mulato pensa: a vida era-lhe um nada...
Uns alqueires de chão; o cabo de uma enxada;
um cavalo pigarço; uma pinga da boa;
o cafezal verdoengo, o sol quente e inclemente...*

E como todos os Jucas nacionais, "gênio triste de nossa raça", Juca Mulato cisma; Juca Mulato sofre; Juca Mulato canta; Juca Mulato treme; e Juca Mulato... esquece, é obrigado a esquecer

*o olhar indiferente que o seu peito povoa,
o olhar indiferente da filha da patroa...*

E haverá algo mais nosso do que "A voz das coisas", quando toda a natureza, como um brado, lhe fala, o cedro que lhe serviu de berço, a torrente que lhe deu a água do batismo, a estrela a fulgir e a floresta?...

*Juca olhou a floresta: os ramos, nos espaços,
pareciam querer apertá-lo entre os braços;
"Filho da mata, vem! Não fomos nós, ó Juca,
o arco do teu bodoque, as grades da arapuca,
o varejão do barco e essa lenha sequinha
que de noite estalou no fogo da cozinha?
Depois, homem já feito, a tua mão ansiada
não fez, de um galho tosco, um cabo para a enxada?"*

Até aqueles versos em que vejo a nítida influência de Dante:

*Não vá. Aqui serão teus dias mais serenos,
que, na terra natal, a própria dor dói menos...*

lembrando o Dante do Paraíso, XVII, 55-57:

*"Tu proverai si como sa di sale
lo pane altrui, e como è duro calle
lo scendere e 'l salir per l'altrui scale."*

Daí em diante, nunca mais Menotti se libertou do “Juca Mulato”, que, ainda hoje, se recita nos grupos e ginásios, na lembrança das origens comuns, da vida comum.

MÁSCARAS

Mas, as *Máscaras* é que marcam o encontro de Menotti com o Movimento de 1922.

É precisamente no lançamento do livro que, em janeiro de 1921, o Movimento se declara e Oswald de Andrade, ao louvar-lhe a obra – “como o seu mais vistoso padrão” – repta-o a assumir as responsabilidades no processo de mudança em que se envolvem.

Menotti aceita o chamamento e afirma que a vida moderna de São Paulo estava a pedir “uma arte mais universalizada e complexa e uma curiosidade mais expectante que acicata a proclamada lerdice da nossa incultura”, ao mesmo tempo em que exige dos artistas que deixaram de ser “o adorno de estufa, ainda quente do ontem romântico”, se transformem nos “fixadores dos nossos gestos, os Walt Whitmans de uma vida máscula e violenta, os d’Annunzios das atitudes epopéicas, os Verhaerens das cidades, polvos tentaculares”.

Dias depois, em 24 de janeiro de 1921, publica no *Correio Paulistano* a crônica “Na maré das reformas”, com o programa teórico do Movimento, que Mário da Silva Brito resume:

- a) “Rompimento com o passado, ou seja, a repulsa às concepções românticas, parnasianas e realistas; b) independência mental brasileira através do abandono das sugestões européias, mormente as lusitanas e gaulesas; c) uma nova técnica para a representação da vida de que os processos antigos ou conhecidos não apreendem mais os problemas contemporâneos; d) outra expressão verbal

para a criação literária que não é mais a mera transcrição naturalista, mas recriação artística, transposição para o plano da arte de uma realidade vital; d) e, por fim, a reação ao *status quo*, quer dizer, o combate em favor dos postulados que apresentava, objetivo da desejada reforma.”

E em 17 de fevereiro de 1922 – na Semana de Arte Moderna no Teatro Municipal de São Paulo – apresenta os princípios da nova estética, que estão definidos n’*O Curupira e o Carão*, e que assim começa: “A nossa estética é de reação. Como tal, é guerreira.”

E depois de distingui-la do futurismo – “abomino o dogmatismo e a liturgia da escola de Marinetti” – refere:

“O que nos agrupa é a idéia geral de libertação contra o faquirismo estagnado e contemplativo, que anula a capacidade criadora dos que ainda esperam ver erguer-se o sol atrás do Partenon em ruínas.

Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho, na nossa Arte! E que o rufo de um automóvel, nos trilhos de dois versos, espante da poesia o último deus homérico, que ficou, anacronicamente, a dormir e a sonhar, na era do *jazz-band* e do cinema, com a fruta dos pastores da Arcádia e os seios divinos de Helena.” (p. 20-21)

É, daí em diante, quase diariamente, não apenas o teorizador do Movimento, como seu defensor e propagandista, sobretudo nos artigos que publica no *Correio Paulistano*.

Máscaras marcou-me os primeiros dias de consciência poética, com que iniciei meu discurso de posse, nesta Casa, e que ouvi, menino ainda, na voz de meu irmão Paulo, precocemente voltado para a literatura:

Pierrot:

Loura?

Arlequim:

Como as espigas

como os raios de sol e as moedas antigas...

E quem não se lembra destes versos:

*Notei-lhe, sob o olhar, a cabeleira crespa,
a anca em forma de lira e a cintura de vespa,
um cravo no listão que o seio lhe bifurca,
pezinhos de ‘mousmé’, olhos grandes de turca...
a boca, onde o sorriso era como uma abelha,
recendia tal qual uma rosa vermelha.*

O poema haveria de ter êxito

*Em qualquer terra em que os homens amem.
Em qualquer tempo onde os homens sonhem.
Na vida.*

Menotti retira do tema toda a riqueza que encerra e vale-se da técnica que domina para transformá-lo em obra que ganha o louvor da crítica e a acolhida do público.

“O AMOR DE DULCINÉIA”

Surge “O Amor de Dulcinéia”, escrito em setembro de 1928. Veja-se Sancho, o “Supremo idealista”, “delirando e agonizando”:

*Há dragões a vencer, há bruxos, monstros, feras,
em toda parte, em todo instante, em todas eras...
É mister transformar a vida, essa migalha
de tempo, no furor de uma insone batalha,
dentro do acaso, da surpresa, errando a esmo,
até alçar-se ao ideal de vencer-se a si mesmo,
atingindo a emoção do milagre divino
de quem cria, por si, seu próprio destino.*

E, respondendo a Quixote, que lhe pergunta:

*Sancho! E que fui, seguindo os sonhos que se somem
mal se lhes tende a mão? Fui louco?*

*Sancho:
Foste um homem!*

*D. Quixote:
Que fizeste de mim? Tu deste à humanidade
meu ridículo...*

*Sancho (expirando):
Não! Dei-te a imortalidade!*

CHUVA DE PEDRA

Mas é em *Chuva de Pedra* que Menotti crê realizar-se como poeta, dedicado a Antonietta Rudge Miller, com esta dedicatória altissonante e apaixonada: “Este livro, engendrou-o tua genialidade. A poesia que o anima fluiu do teu espírito único. É tua música encarnada no meu verbo.

Tu foste a artista, eu o artífice paciente. Ao teu gênio, ao teu coração irmão e amigo, dedico religiosamente.”

No Prefácio, a definição de poesia não foge ao lirismo clássico e romântico, bem fora dos cânones modernistas: “A poesia é virginal e sincera como uma interjeição. Puro instinto vocalizado. Daí ser ela o sulco rítmico e sonoro que as nossas comoções vão deixando como pegadas musicais da alma, rumo da Beleza.”

Para ele,

“*Chuva de Pedra* é o meu primeiro livro de versos. Não conto como tais meus poemas. Com sua estrutura traçada sobre plano premeditado, não representam, como estas poesias, os vários flagrantes emocionais do meu espírito em transe lírico, nem a irrequieta fixação de um estado de alma diante da paisagem.

Ao publicar este livro sinto pudor e ternura. Há nesta alvorada lírica da minha sensibilidade o alvoroço tímido de uma estréia. Nunca, porém, meu amor foi tão grande como o que derramo nestas rimas, onde sinto que vibram como nos pedaços do corpo de Ísis espostejado – vivas estilhas de minha própria alma.”

Tristão de Athayde (*Estudos*. I.^a série, 1927, p. 66 e segs.), contudo, considera que o livro “revela é mesmo um estado de espírito de ontem em versos de hoje”, julgando “duvidoso” o modernismo desses versos, de “romantismo enfático” e “epitetismo gongórico”, ainda que conclua: “nada tenho a dizer contra o seu madrigalismo, do fim do volume, como sempre delicado, leve, evocador, por vezes encantador.”

O livro tira o nome do poema inicial:

“Chuva de Pedra.

O granizo salpica o chão como se
as mãos das nuvens

quebrassem com estrondo um
pedaço de gelo
para a salada de fruta dos
pomares...
O cafezal, numa carreira alucinada,
grimpa as lombas de ocre
apedrejada matilha de cães verdes...
Fremem, gotejam eriçadas suas copas
como pêlos de um animal todo molhado.
O céu é uma pedreira cor de zinco
onde estoura a dinamite dos coriscos.

Rola de fraga em fraga a lasca retumbante
de um trovão.
Os riachos
correm com seus pés invisíveis e líquidos
para o abrigo das furnas. No terreiro,
as roupas penduradas nos varais
dançam, funambulescas, com as pedradas,
numa fila macabra de enforcados!”

Diz Péricles Eugênio da Silva Ramos que “poesia colorida, tumultua nas composições um fluxo contínuo de imagens”; e a “profusão metafórica chega a evocar, por vezes, o lirismo árabe-andaluz, como em “Jardim Tropical”:

“Monjas lunares os lírios rezam de
mãos postas pelos cravos
degolados
cujas cabeças estão içadas

nos chuços das hastes escorrendo
o sangue das pétalas.
Corusca a lâmina jalde do grande
sol carrasco
entre a guarda régia
dos girassóis guerreiros escamados de ouro.
Fremem ao vento os pavese das glicínias.
As papoulas roxas com seus pluviais de seda
são graves arcebispos inquisidores.
A plebe miúda e bulhenta das madressilvas
Apinha-se em todos os galhos
para espiar o sacrifício cruento.
E contra o monstruoso atentado
apenas se ergue na sombra,
timidamente,
o protesto aromal das violetas...”

Renasce o Menotti lírico, de forte expressão poética, que utiliza todos os recursos para atingir a plenitude da sensibilidade, até mesmo a linguagem simbólica de que se vale e que impregna os versos dessa fase.

Este, em traços simples, o Menotti poeta, que o Brasil não esquece.

O FICCIONISTA

Mas, há o Menotti ficcionista de *Flama e Argila* (1920) e que, após a quarta edição, se intitulou *A Tragédia de Zilda*, de *Laís* (1921), *O Homem e a Morte* (1922), *Dente de Ouro* (1923), a *República 3000* (1930, intitulado *A filha do Inca*, em 1949), *A Tormenta* (1931), *Kalum* (1936), *Kummunká* (1938) e *Salomé* (1940), além das novelas e do contos.

No romance, Menotti sofreu menos a influência da estética nova, assumindo atitude mais conservadora, por exemplo, do que Mário de Andrade (*Macunaíma*) e Oswald de Andrade (*Serafim Ponte Grande* e *Memórias Sentimentais de João Miramar*).

Seus romances apresentam regular linearidade de enredo e no trato do tempo; os recursos técnicos de caracterização das personagens de que se utiliza são próximos dos empregados pelos autores realistas, e na fixação dos espaços físicos procura muito mais a criação de cenários, mais ou menos estáticos, do que a ambientação psicológica.

Na obra *A Literatura no Brasil*, que Afrânio Coutinho dirigiu, estudando o Menotti ficcionista, Dirce Cortes Riedel afirma que “os seus romances e novelas não correspondem, na ficção brasileira moderna, a uma renovação técnica apontada veementemente pelo articulista de *Na Maré das Reformas*”.

E explica: “Tal desajustamento da realização novelística é em parte causado pelas oscilações doutrinárias do vibrante apóstolo da estética nova, o mesmo que depois se manifesta antimodernista, satirizando, com a mesma impetuosidade, os novos símbolos da arte moderna.” (Ob. cit., v. 5.)

De tal forma se mostra comprometido com seu projeto nacionalista que, muitas vezes, como aponta Mário Donato, assume um tom teorizador e ensaístico como um romancista naturalista; o que quebra, por vezes, nas personagens, o que delas mais se exige de vida própria e de problemática psicológica individualizadora, enfraquecendo os dramas humanos que retrata e inviabilizando o estabelecimento de relação moral dos leitores com os personagens e as situações que eles vivem.

A TORMENTA

É, por exemplo, o caso de *A Tormenta*, no qual a República Tropical e Sidéria podem ser interpretadas como alegorias do Brasil e de

São Paulo, em 1932. Embora Menotti declare que escreveu “páginas de desespero e de sangue”, longas disquisições dos personagens objetivam muito mais discutir as teses extensamente propostas e a problemática de uma época de mudanças.

“Roman à clef”, vale-se o autor da oportunidade para caracterizar as figuras mais preeminentes do tempo nos episódios que descreve. A tal ponto que, à época, corria de mão em mão a “chave” do romance, com os personagens fictícios e os vultos reais que encarnavam.

Isto, aliás, acontece com todos os romances do tipo, nem há nada de extraordinário nisso: não se há de impedir que a arte copie a vida, se a vida, tantas vezes, copia a arte. E os personagens, a princípio dominados pelo autor, libertam-se, auto-impulsionam-se e traçam e cumprem seu próprio destino, vivendo vida autônoma.

Mesmo nos típicos romances em que os autores buscam retratar figuras determinadas, reais, acabam os personagens que as personificam adquirindo autonomia, que a lógica ou a falta de lógica da vida conduz, sem que se transformem em marionetes manobráveis ao alvedrio do dono da narrativa, que tem de render-se para não quebrar o fio vital que as anima, e sem atender ao que lhes terá acontecido na vida real, da qual se desprendem.

Quando se trata de romance de costumes políticos, ligado às atividades políticas, as lutas que envolvem, isto se acentua: as opções do autor ao descrevê-las, ao traçar a linha de ação das personagens, não têm senão o meio próprio em que atuam, os condicionamentos que sofrem, e, conseqüentemente, certas reações que são normais e às quais dificilmente podem subtrair-se.

A Tormenta não fugiria a esse destino, e hoje, passados os anos, perdida a “chave” dos personagens, o romance é o que deve ser: um retrato da vida política de república tropical, que enfrenta a ameaça do Caos, o que se dá com freqüência acima do desejável...

FLAMA E ARGILA

Flama e Argila, “pioneiro na prosa modernista”, diz Tristão de Athayde, que surge em 1920, antes mesmo que o Movimento se declarasse, não foge a essa apreciação geral, enchendo-se de conceitos e guardando, no fundo, o torneio clássico da frase, a adjetivação castiça e exata.

KUMMUNKÁ

Em *Kummunká* encontro o Menotti que conheci, no tom e na verve do *causeur* e que se espelha nos diálogos e no debuxo dos quadros do romance, misturados sempre às alusões clássicas a Bach, a *Parsifal*, à *Divina Comédia*, às manobras de Napoleão e tantas outros que reponham na obra. De par com isso, a crítica social, como à mediocracia, “estágio de semicultura em que se encontram as massas que, através do jornal, do rádio, do cinema e da mais rápida circulação do homem, se apossam de conhecimentos superficiais e esparsos, sem a coordenação de um sistema”.

Mas não lhe falta o romântico encontro de Menha e Cendi e as cores que o pintor admirável da natureza empresta aos quadros nos quais se move a trama, culminando no “gran finale” da rendição dos brancos à nação xavante para lhes impor a “beleza da paz”.

Por trás de tudo o ar irônico do romancista, sorrindo sob os óculos, o Menotti atento à vida e glosando-a no tom e na tinta dos seus quadros.

SALOMÉ

Lugar especial merece *Salomé*, que Mário de Andrade considerou “o melhor e mais completo dos livros do grande escritor, sua maior contribuição para a novelística nacional”. Nele se atenuam as preocupações

teorizadoras, assumindo suas personagens – Salomé, Eduardo, Cel. Antunes, D. Sarah – caráter individualizador, não estereotipado. Embora, como em outros romances de Menotti, se discuta a dicotomia cidade x campo, representada na imobilidade deste e na velocidade daquela, essa problemática, em nenhum momento, assume preeminência que abafe os dramas humanos das vidas que se desenrolam.

Na mesma linha a apreciação de Tristão de Athayde que, depois de asseverar que a poesia modernista se apresentava muito mais revolucionária que a prosa, considera *Salomé* “sua obra-prima em romance”.

E há ainda o Menotti dos contos e novelas, mais livre, mais pronto a intervir na narrativa; aqui referindo-se à “petulância intelectual dos teólogos e dos hereges”; ali com as exposições criminalísticas lembrando os tempos de advogado em Itapira (*O Homem*); acolá na crítica a certos críticos: “Crítico raquítico, com um estilo de teia de aranha. Nele enredara todas as burrices que os literatos escreviam. E enredara também as suas”; sempre disposto à análise do fato e da personagem.

E não se esqueça o Menotti do teatro, de “Jesus”, que ele mesmo define: “Procurei ser humildemente fiel à narrativa do apóstolo (S. Mateus), sem dar ao artista o direito de estilizar a verdade com artifícios que pudessem desnaturar a simples e divina beleza do drama sagrado”; obra que ele mesmo classifica: “obra sóbria, ofertando ao teatro brasileiro uma tragédia cristã destinada a reevocar, na alma corrupta dos homens, o holocausto de seu Deus, sacrificado por amor a todas as criaturas.”

A linguagem assume o tom que convém à história e, às vezes, há um hálito de santidade nas apóstrofes, que o poeta quis acentuar.

O Menotti memorialista, de *A Longa Viagem*, infelizmente compreendendo apenas o período que vai até 1930, prende e encanta, na conversa aberta, descontraída, com as reminiscências que reconfortam a alma e fortalecem o ânimo na lembrança dos desafios vencidos.

E conta ainda o Menotti da literatura infanto-juvenil das *Viagens de Pé-de-Moleque e João Peralta*, *No País das Formigas*, *Novas Aventuras de Pé-de-Moleque e João Peralta*, culminância do autor, que, simplesmente, se dispõe a povoar de sonhos a imaginação e a vida dos infantes.

Como vale recordar o Menotti escultor e pintor, que, aos onze anos, modelava o busto do Cardeal Arcoverde e de D. Antônio Maria de Claret; como o Menotti da caricatura, nos traços simples, expressivos, vivos, fixando momentos reais ou fictícios, e glosando flagrantes sugestivos de *A Longa Viagem*, artista que se afeiçoou na convivência com Antonietta Rudge, e no encontro de Brecheret, Tarsila, Di Cavalcanti, Villalobos e tantos outros que marcam a época e a história artística do País.

O HOMEM PÚBLICO

Lembraria, ainda, o homem público, a que dediquei boa parte do meu discurso de posse, precisamente a face desconhecida do escritor e a feição permanente do seu espírito de nacionalista convicto.

Menotti cuidou, desde cedo, do exame dos problemas nacionais, mergulhando no estudo da realidade e das soluções, e evoluindo na busca do melhor caminho para o Brasil.

Analisa a realidade da terra, o espírito e a alma da gente, examina a formação da nacionalidade, desde o descobrimento e a colonização, e procura repensar o País.

A princípio, sob a influência das idéias que então predominaram, clama pelo “homem do destino”, “o homem genial”.

Depois, a triste experiência dos autoritarismos, até mesmo entre nós, levam-no à volta consciente e meditada à democracia, e é na tribuna da Câmara dos Deputados que reformula o seu pensamento e confessa a superação das idéias que sustentara, em profissão de fé democrática.

Em discursos notáveis, que tive a ventura de ouvir, analisa a crise brasileira – crise econômica e crise moral.

Seria longo resumir-lhe o exato quadro que pinta de nossa realidade, tão próximo desses dias atribulados, mostrando sua visão profunda e correta da nossa vida.

Quadro que seria conveniente reproduzir para conhecimento dos que amam este país. Que a Câmara dos Deputados – e aqui um apelo que formulo à sua alta Direção – deveria publicar na *Coleção dos Perfis Parlamentares*, para que todos o conhecessem e lhe valorizassem a obra, do mais entranhado amor ao Brasil, preocupação de todos os instantes de sua vida.

Examina, com segurança, aspectos sociológicos de nossa formação, e os submete ao crivo da análise moderna; não se esquivava de dizer a verdade, às vezes em palavras duras e veementes, com que anatematiza os erros cometidos e a incapacidade de corrigi-los.

Em *A Crise da Democracia*, escrita em 1929 e publicada em 1931, clamava:

“Um país que tem uma legislação caótica, somente pode ter uma economia confusa. Se é função da iniciativa particular produzir, é função do Governo coordenar, estimular e dar expansão e mercados à produção.

No Brasil o particular trabalha e o Governo atrapalha.” (p. 251)

Para concluir:

“Raras nações do mundo dispõem de elementos tão próprios a preparar para o amanhã uma nação tão rica, tão ativa e tão poderosa como a brasileira. Seria um crime descrer-se das possibilidades imensas que oferecem ao universo a gente e a terra do Brasil.” (p. 262)

Repita-se, apenas, este período de seu discurso de 21 de maio de 1956:

“Enquanto a iniciativa particular rompe as peias com que, não raro, a manietta o Estado e desborda em exuberante vitalidade, construindo usinas e fábricas, vastas lavouras, alta cultura, dotando o país do maior parque industrial da América e a maior indústria sistematizada do universo – o Estado definha nas vascas da inflação, anemiza na sangria das dívidas desbaratadas e perde o crédito nos desmandos de sua crise moral, a que tais fatos levam os homens.”

Sua fé no Brasil, porém, não tem limites. Proclama-o, com voz poderosa, no discurso de 8 de agosto de 1956, há, portanto, 36 anos, palavras que desejo sejam a fecho desta homenagem que a Academia Brasileira de Letras lhe presta à memória:

“Que o nosso patriotismo e a nossa inteligência sejam dignos dos bens que Deus nos deu. Que não estrague a paixão política ou vaidade dos homens, o que temos em mãos, e que é radiosa esperança do mundo.”

Muito obrigado.

Rui Barbosa, a Águia de Haia

Um país vive de suas realidades, seus sonhos, sua gente, suas tradições, seus mitos, já disseram todos os autores que se ocuparam de figuras tutelares, elevadas ao altar da veneração popular, ou estudaram, mais profundamente, o surgir e afirmar-se das nacionalidades.

Fazem elas parte inconsútil da tradição nacional, que crescem e fortalecem, criando ou ampliando a auto-estima dos cidadãos, ufanos de pertencer a uma grei que ostenta vultos de estirpe tão nobre que os equiparam aos melhores que Deus permitiu entre as criaturas deste mundo.

São como representantes da divindade, vindos à terra para proteger e engrandecer a gente a que pertencem, e as causas que abraçam são as da Pátria, como as da Pátria são as que defendem e levam à vitória.

Não sei, mas penso que ainda não se descobriu o estranho mecanismo que os cria, e, pode dizer-se, institucionaliza, dando-lhes feição de eternidade e hálito de perfeição; mas o certo é que não há Nação sem eles, que as representam, encarnam, e mais, são como elos da união indissolúvel, tótems que protegem, zelam e traçam o bom destino dos povos.

Na invocação deles se vangloria o povo, simplesmente, pouco lhe importando o conhecimento dos fatos, se a lenda lhes satisfaz o anseio, e a certeza é vencida pela versão, que a tradição oral garante e eterniza.

☛ Conferência pronunciada em II de agosto de 1999.

No Brasil, infelizmente, não os temos muitos, talvez porque país jovem, graças a Deus pacífico e satisfeito de sua sorte, no território amplo, fértil e rico com que o presenteou a conformação dos destinos históricos, não precisou nunca de heróis que, senhores da guerra, servissem de ânimo, arrimo e inspiração no árduo das batalhas, conduzindo-lhe os exércitos à vitória.

No meu tempo, eram, certamente, em maior número os que lembrávamos, e como era bom: nós os cultuávamos como santos, talvez deuses, que nos garantiam a felicidade nacional; e ao falar neles nos comovíamos como se retratássemos, em cada um, o salvador que nos houvesse dado os contornos históricos do Brasil.

Para mim, criado sob as vistas apaixonadas e pressurosas de meu pai, que amava a liberdade e se comprazia na lembrança das lutas cívicas em que, chegado menino ao Brasil, se envolvera, brasileiro como os que mais o fossem, Rui Barbosa era o símbolo, o ídolo, o herói, o signo, representando o que de mais nobre, digno, puro, eloqüente, nascera com o nosso sangue, em nossa terra, sob a luz do nosso céu e o calor do nosso sol.

E bem cedo eu lhe conhecia trechos de discursos, encantava-me com a amplitude e a profundidade de sua cultura, abarcando o conhecimento da época, a luta impertérrita pelo direito, a ânsia indomável pela justiça, a vocação iluminada pela liberdade.

Rui, o maior dos brasileiros, equiparável, senão superior, aos melhores do mundo, capaz de preliar com eles, enfrentá-los, vencê-los, dominá-los, calá-los, era o símbolo, o ídolo.

A lenda se misturava à realidade. Rui, ensinando e construindo, nos *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, salva a liberdade dos injustiçados nas revoltas do início da República; Rui, em Londres: “Ensina-se inglês aos ingleses”; Rui, o primeiro a defender a inocência, depois proclamada, do Capitão Dreyfus; Rui na Haia, “a Águia de Haia”, o vulto admirável que conseguira fazer ouvir a voz do desconhecido país

que representava, forçando as grandes potências ao respeito a princípios que, pouco importando quem os defendesse, pobre ou rico, fraco ou poderoso, haviam de ser respeitados e obedecidos, sem que precisassem ter, atrás de quem o proclamasse, esquadras e exércitos; Rui, em Buenos Aires, ensina ao mundo “o dever dos neutros”. Rui, sempre Rui.

Assim o conheci, lhe acompanhei a vida, lhe estudei a obra, e não me acanho, antes me orgulho de repeti-lo hoje, como o fiz, pela primeira vez, em debate público, na “Hora Literária” da Faculdade de Direito da então Universidade de Minas Gerais, faz apenas sessenta e dois anos!

Ali – digo-o tendo nas mãos os originais que descobri nos meus desorganizados envelopes de “escritos vários”, em 9 de julho de 1937, no melhor cursivo que pude usar, naqueles dezesseis anos – sentindo-me pessoalmente ofendido pelas referências menos elogiosas do que julgava devidas a Rui, por eminente professor, nobre e altíssima figura, das melhores da cátedra brasileira, escrevi e longamente li, em tom de desafio e revolta, a defesa de Rui, ante os colegas atônitos, com a ousadia de quem, tão petulantemente, contestava as alusões do crítico.

Não lhes preciso dizer que este, Orlando Carvalho, desde então meu fraternal amigo e companheiro, mas sempre mestre pelo talento, cultura e sabedoria com a superioridade dos grandes, não só compreendeu a minha reação, como a aplaudiu e estimulou.

Referia-me, então, à Segunda Conferência da Paz, na Haia. Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores de Afonso Pena, dois outros grandes vultos, deveria escolher entre Rui e Nabuco, este, à época, Embaixador do Brasil em Washington.

Optou por Rui, que, aliás, lhe indicara Nabuco, e que, depois de insistentes recusas, acabou aceitando.

Nabuco, que colaborara na indicação de Rui, ser-lhe-ia de grande valia, nas informações que lhe forneceria sobre as teses e a própria delegação norte-americana, ajudando-o no conhecimento do clima da Con-

ferência, que, mais próximo dos fatos, argutamente perscrutara e de que transmitiu a Rui os elementos mais importantes.

Sugerida por Theodore Roosevelt e convocada pela rainha da Holanda e o czar da Rússia, representava-o, presidindo a Quarta Comissão, o Sr. De Martens. Participavam 44 países, praticamente todos os Estados independentes, à exceção da Abissínia, Costa Rica, Honduras, Libéria e Marrocos.

Rui, salientam todos os que cuidam do tema, não era visto com simpatia, e explica-se: representava um país longínquo – estávamos em 1907 – desconhecido, sem força militar, sem voz ativa internacionalmente, situado em continente que apenas nascia para a civilização, em face das nações poderosas da Europa, e dos Estados Unidos, que começavam a impor a sua vontade. É Rui, ele mesmo quem o diz, ciente de suas dificuldades:

“Ali, não se levava muito a bem a liberdade, assumida por um governo remoto, desconhecido e inerme, de interpor com isenção o seu juízo nas principais questões oferecidas pelo direito das gentes aos debates daquela assembléia.”

E, continua a citação (colhida no prefácio de Hildebrando Accioly ao vol. XXXIV, t. II, das *Obras Completas* de Rui Barbosa, ed. Ministério da Educação e Cultura, RJ, 1966, p. XIII): confessaria “a impaciência, a quase hostilidade, com que a começo o ouviam”, impaciência e hostilidade que, pouco a pouco, conseguiu vencer, passando a ser “escutado com atenção, com simpatia, com respeito e com aplauso”.

E foi então que li em Batista Pereira, no *Figuras do Império e outros ensaios*, as páginas nas quais pinta, em cores vivas, a atuação de Rui, na Haia, em especial o episódio que lhe marcou a ascensão para o

respeito e a admiração de todos, na resposta ao Presidente da 4.^a Comissão, o russo De Martens.

Sinto ainda o bom e saudável arrepio patriótico ao reler essas páginas nas quais Batista Pereira, “testemunha presencial”, narra o episódio, ocorrido na 5.^a Sessão da 4.^a Comissão, em 12 de julho de 1907, quando da discussão sobre “Transformação dos navios mercantes em vasos de guerra”, e que provocou o célebre incidente com De Martens, que transcrevo a seguir [na íntegra, em francês, nas *Obras Completas* de Rui, vol. XXXIV, p. 53 e segs.; em português, no livro de William Stead, *O Brasil em Haya*, trad. do inglês, seguido de *Dez Discursos de Ruy Barbosa*, trad. autorizada e revista pelo orador, de Arthur Bomilcar; em termos idênticos narrado por Rodrigo Octavio, *Minhas Memórias dos Outros*. Nova Série –1935, José Olympio, p. 264 e segs., e ele também presente quando do episódio; e, mais, sobre toda a Conferência, *A Diplomacia da Paz – Rui Barbosa em Haia*, de Pedro Penner da Cunha, MEC, Casa Rui Barbosa, 1977], se a missão desta palestra é lembrar a figura do nosso símbolo:

“Entramos no velho palácio dos Cavalleiros. Começava a sessão.

Presidia De Martens. Gotoso, usava muleta, do lado esquerdo. Cabeça branca, cútis de tijolo vermelho, com um quê de tártaro, quem quiser imaginá-lo, olhe um retrato de Clemenceau. Os mesmos longes de foca, no contorno do rosto, no bigode, no queixo redondo. Rui pediu a palavra e leu um discurso de meia hora sobre presas marítimas. De Martens ouviu-o de má vontade, a mão esquerda ao rosto, de lado, quase de costas. A sala, com raras exceções, afinava por esse diapasão; diálogos travavam-se por toda a parte. Era, dado o ambiente diplomático, uma verdadeira manifestação de desagrado.

Rui terminou numa atmosfera glacial. De Martens só então voltou-se para ele e disse:

– O memorial do nobre embaixador do Brasil constará dos processos verbais das nossas sessões; devo, porém, observar-lhe que a política não é da alçada da Conferência.

Correu-me um frio na espinha. Era o tiro de misericórdia, era a liquidação sumária, a decapitação do Brasil em Haia. Sem saber como, achei-me atrás da cadeira de Rui.

Rui, sentado como um menino de colégio, não pestanejou. Uma onda de palidez mais profunda empalideceu-lhe ainda a palidez. Mas as narinas vibraram-lhe. Os vidros dos óculos lampejaram.

Foi ainda numa voz sumida que pronunciou as palavras sacramentais:

– *Je demande la parole.*

A emoção fez-lhe pronunciar ‘*parôle*’ e não ‘*parole*’.

Tendo-a, levantou-se com um movimento como que mecânico. E começou, não como reza o seu livro de discursos publicado em Haia, mas com esta interrogação:

– *Un mémoire? Et pourquoi pas un discours?*

Ninguém esperava o relâmpago do revide. Ninguém o acreditava capaz de tomar o pião à unha. Ninguém esperava a instantaneidade da erupção.

Era formidável a posição de De Martens na Conferência, cuja iniciativa real passava por ser mais sua do que ninguém. Ninguém representava com mais títulos o pensamento do incitador ostensivo do grande congresso, o Tzar de todas as Rússias. Chocar-se com ele era uma audácia de Davi e nem todos os Davi têm pedras na funda.

No grupo mais hostil a Rui Barbosa o contentamento irrompia sem dissimulações. Rui liquidava-se pelas próprias mãos, era o pensamento que se lia nas fisionomias.

Mas o orador começou. A voz mal segura, de princípio, firmou-se. E o fio maravilhoso dos raciocínios começou a envolver a assembléia na rede de sua magia.

Foi primeiro a recordação de que havia muito presidía o Senado dum país que tinha sessenta anos de tradições parlamentares, alusão que não devia calhar muito ao súdito de uma autocracia. Depois que seria incapaz de faltar ao regimento duma assembléia deliberante, sutil recurso para chamar à ordem um presidente desabrido. Depois, enfim, a luta, arca a arca, peito a peito, com o grande sofisma de De Martens: o de que a política estava banida da conferência.

Nenhum internacionalista, nenhum mestre de direito, até àquela data, definira a política vedada à Conferência, e a permitida. Não se conhecia senão uma política: e esta para proibi-la. Rui tomou o touro à unha. Distinguiu entre a política prática, imediata, concreta, que pode separar os povos, e a política razão de Estado, a política regra geral, sem cuja exploração não se poderia conceber a própria Conferência.

— Há alguma coisa de mais eminentemente político, do que a soberania? — perguntou ele. — E não estamos aqui para traçar regras que a restrinjam e delimitem? Como, pois, afirmar, sem distinguir, que a política nos é vedada em todas as suas acepções?

À enunciação desta verdade, em que ninguém tinha refletido, ou que pelo menos ninguém até aí enunciara, a sala toda teve um movimento de atenção.

Rui estava à esquerda do hemiciclo, cujo centro era ocupado pela mesa da Presidência. À direita sentavam-se os delegados franceses, alemães e norte-americanos.

Léon Bourgeois conversava com Marshall de Bieberstein, que ficava numa cadeira bem atrás da sua.

D'Estournelles de Constant, quando Rui começou a definir a política, chamou-lhe a atenção, puxando-lhe a manga do casaco.

Bieberstein, o homem mais gigantesco da Conferência, o *elefas germanicus*, como lhe chamou Stead, numa designação que lhe definiu a inteligência e o volume, levantou-se com o passo bamboleante de pernas que tinham de agüentar mais de cem quilos e mais de sessenta janeiros e veio encostar-se ao lado direito da mesa presidencial para melhor ouvir. Bourgeois e D'Estournelles seguiram-no.

A maravilhosa oração continuou na mesma altura de conceito, de conveniência, de polidez e de forma. O grupo hostil, desarmado, ouvia com tanta atenção, como os *leaders* da Conferência. A palavra fizera um milagre. Sentia-se que do rochedo da hostilidade começara a emanar a linfa, quando não da simpatia, ao menos do respeito.”

Mas, meus caros amigos, basta este trecho da narrativa para sentir o que aconteceu a partir daí. Basta dizer que Brown Scott, um dos mais experimentados delegados norte-americanos, comentava o discurso com Drago, delegado argentino, dizendo:

– Eis o Novo Mundo que se faz entender pelo Velho!

Era a consagração, que, depois, se confirmou amplamente.

A partir daí todos reconheceram o estofo do representante do Brasil, capaz de duelar com eles, não em desvantagem, mas com vantagem, pela eloquência fulgurante, a lógica irretorquível, o raciocínio pronto, exato e travado, como dificilmente se encontraria outro.

Dispôs-se Rui a, pessoalmente, examinar todos os temas, estudá-los longa e profundamente, pronunciando sobre eles com a proficiência de quem os dominava e se dispunha a resolvê-los.

Assim discutiu as grandes questões da Conferência, que aqui apenas se enunciam – se não pretendemos delas fazer apreciação jurídica – na citação de Hildebrando Accioly, e podem ser acompanhadas nos textos

da Obra: “a da cobrança compulsória das dívidas (que daria lugar à conhecida doutrina Drago), a da transformação de navios mercantes em navios de guerra, a da abolição do contrabando de guerra, a do bloqueio, a da colocação de minas pelos neutros, a da entrega de navios de guerra em construção num país neutro, a da solução pacífica dos litígios, sobretudo pela arbitragem. Sua atitude teve maior relevo, talvez, nas relativas, respectivamente, à criação de um tribunal internacional de presas marítimas e à organização da justiça arbitral” (prefácio, p. XII).

O certo é que ao final da Conferência, mesmo os que mais renhidamente se lhe haviam oposto, reconheciam-lhe a vitória.

Joaquim Nabuco escrevia a Graça Aranha dizendo que Rui fora a maior figura da Conferência. E William Stead, o jornalista do “*Courrier de la Conférence*”, “espectador da primeira fila” – como ele mesmo se chama – que desempenhou importante papel na divulgação do trabalho inigualável de Rui, não lhe poupa elogios à atuação, no seu *O Brasil em Haya – Dez Discursos de Ruy Barbosa*, versão portuguesa de Arthur Bomilcar (Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1925).

Lembra, de início, a distinção conferida a Rui para Presidente de Honra da Primeira Comissão, mas, logo depois, salienta que “na primeira semana foi classificado um estorvo de proporções gigantescas”. Foi alcunhado “Dr. Verbosa” (p. 10), e que “a Conferência nunca poderia suportar esse Dr. Rui Barbosa”.

Para acrescentar, em seguida:

“As duas grandes forças da Conferência foram o Barão Marshall, da Alemanha, e o Dr. Rui Barbosa, do Brasil. O Barão Marshall tinha em seu favor todo o poderoso exército do Império Alemão, circunstância que ele não se fartou de alardear. O Dr. Rui contava apenas com uma longínqua e desconhecida República, incapaz de ação militar e com uma esquadra ainda nos estaleiros. Não obstante, ao ter-

minar a Conferência, o Dr. Rui Barbosa sobrepujava ao mais poderoso dos seus membros.”

Lista, na Conferência, os chamados “sete sábios da Haia” e afirma que “ninguém discutiu o direito do Dr. Rui Barbosa à sua inclusão entre os Sete” (p. 32).

Daí, talvez, o cognome de “Águia de Haia”, que Américo Jacobina Lacombe (in *A Sombra de Rui Barbosa*, pp. 44-45), o notável historiador que fez da dedicação à obra de Rui um dos predicados de sua grande vida, atribui ao fato de que Rio Branco, ao tentar convencer Nabuco a participar da delegação, ter-se-ia referido a “uma delegação das águias”, tal como tivéramos, na monarquia, “um ministério das águias”; expressão que teria sido aproveitada para marcar o êxito da missão de Rui, e para a qual, repetimos, muito colaboraram Nabuco e Rio Branco, que o escolheu, ajudou e prestigiou em nome do Governo Brasileiro.

Ninguém voou tão alto como ele, com tanta sobrançeria, tanta força de convicção, levando as grandes potências a ouvi-lo e concordar com ele, ou discordar em silêncio quando, à falta de argumentos, nelas imperava apenas o interesse da preponderância nacional, nem sempre isento e defensável em termos de sociedade internacional, quando não prevalecia o sentido predatório das atitudes que defendiam.

Este o Rui de quem, desde a meninice, não mais me apartei, e que sigo, sempre, buscando nele a lição que anseio, o rumo que me falta, a luz que me escasseia na solução da questão que enfrento e me angustia.

Tudo se disse de Rui, de bom e de mau. Os humanos estamos sujeitos ao julgamento dos humanos, que há de ser sempre, por mais que o queiramos isento, nobre, altivo, escrupuloso, o resultado de conveniências, interesses, anseios, oportunidades, circunstâncias, ainda que, afinal, a História, no juízo imparcial que acabará por formular, sedimentado pelo tempo, diga a palavra definitiva.

Ao falar nesta sala não poderia deixar de lembrar o, talvez, crítico mais feroz de Rui, R. Magalhães Júnior, patrono deste Teatro, notável figura de nossas letras, mas que se tomou de indisfarçável repulsa ao que chamou, logo no Prefácio de *Rui, o Homem e o Mito* (Civilização Brasileira, 1964), “a mitificação de sua personalidade e a magnificação de todos os seus atos”, “desmedida idolização” de sua figura.

O livro, nas suas mais de quatrocentas páginas, renova, repete, refaz, todas as acusações que se fizeram a Rui, e que ele, vivo, rebateu, uma a uma, até o pó; e, morto, os que lhe estudaram a vida e a obra, repudiaram, comprovadamente.

Em verdade, porém, o livro de Magalhães Júnior prestou um grande serviço a Rui e ao Brasil: a Rui, porque convocou os que lhe admiravam a vida e a obra a estudá-la mais aprofundadamente para apreciá-la com rigor em face da crítica feroz, o que valeu para patentear-lhe as inigualáveis virtudes de probidade, civismo, talento, cultura e eloquência.

E ao Brasil, porque lhe devolveu à consagração a figura admirável do cidadão, que, acima de tudo, lutou pelo bem comum de sua terra e sua gente.

E quem o atesta, ao contrário do que faz crer o acerbo crítico, não são vozes menores, nem apenas de brasileiros: lembremos algumas das que citei, há 62 anos, naquele desabafo, colhidas no vol. I da “Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa”, dirigida por Laudelino Freire, e dedicado a Rui (Typo-Litho H. Home, Rio, 1920):

Pedro Lessa:

“...venho, por este meio, trazer a minha adesão e os meus ardentes aplausos a todos os tributos e preitos de amizade, de admiração, e de agradecimento, que forem prestados ao mestre extraordinário do direito, que, sem nunca ter tido uma cátedra em qualquer das nossas escolas superiores, é o Brasileiro que mais tem doutrinado os alu-

nos e os próprios mestres dos nossos cursos jurídicos, os nossos políticos, os nossos juízes, os nossos advogados, os cidadãos de todas as classes, a Nação inteira, ensinando pela tribuna, pelo livro e pelo jornal, o direito, em todos os seus ramos, especialmente os princípios, as regras e os corolários das nossas atuais instituições políticas, que a ele devem a sua aplicação mais benéfica, e que sem ele teriam sido muitas vezes instrumento de opressão, de tirania, e de vingança, em vez de fator de progresso, de liberdade e de justiça.” (p. 51)

Paul Deschanell, da Academia Francesa e Presidente da Câmara dos Deputados da França:

“M. Ruy Barbosa est au premier rang de ceux que ont su montrer à leur pays la voie où il devait s’engager, qui n’ont jamais douté de la légitimité de notre cause ni désespéré de notre victoire. Il est, depuis longtemps, connu et aimé de la France... Notre peuple associera désormais son nom à ceux des plus grands et des meilleurs serviteurs de la justice. Brésilien, la France est sa seconde patrie. Les idées pour lesquelles nous combattons, sont celles-là mêmes que ont guidé sa vie. Il a écrit sur la liberté, sur la vérité des pages admirables, toutes imprégnées de notre philosophie. Latin, il s’est dressé courageusement contre le despotisme germanique. La France est fière de le compter parmi ses fils spirituels.” (p. III)

Edmond Rostand, da Academia Francesa:

“Ruy Barbosa... le grand homme d’état que restera l’une des illustrations de l’Amérique Latine, l’écrivain, le politique, l’orateur à qui n’est demeurée étrangère aucune forme de l’activité spirituelle, et dont la vie entière n’a été qu’un magnifique dévouement à toutes les idées généreuses qui hâtent et raffermissent la marche du monde.” (p. 117)

Louis Banhou, Ministro de Estado, Presidente do Conselho:

“Il y a dans Ruy Barbosa la force de plusieurs hommes, dont chacun est un homme de premier ordre. La pensée, la parole et l’action s’y accordent dans une harmonie devant laquelle mon admiration s’incline avec respect.” (p. 117)

Georges Clemenceau, Ministro e Presidente do Conselho, membro eleito da Academia Francesa:

“Ruy Barbosa... Idéliste humanitaire, éloquent à miracle, jurisconsulte de La Haye, enfin pour couronner tant de vertus.” (p. 117)

Guglielmo Ferrero, Historiador e sociólogo italiano:

“Quelle beauté de forme! Quelle noblesse de sentiments! Quelle élévation d’idées!

[...]

Il y a en Ruy Barbosa un penseur et un artiste, et les deux personnalités en lieu de se nuire, se complètent et lui prêtent mutuellement le plus vif éclat.

Je me félicite avec le Brésil d’avoir un fils si éminent et de lui faire l’honneur qu’il mérite.” (p. 117)

Prözor, Delegado da Rússia à Segunda Conferência de Haia:

“La grande beauté moral, que Ruy Barbosa a révélée à la Conférence et au monde. On s’en souviendra.” (p. 125)

David Jayme Hill, Ministro dos Estados Unidos em Haia:

“Si vous, Monsieur l’Ambassadeur Ruy Barbosa, êtes l’âme du Brésil, si vos idées, si claires, si justes, si nobles, et si modernes, exercent une domination dans votre pays, je prédis pour lui la prospéri-

té future sans limites, et te respect du monde entier pour ses lois et ses institutions.” (p. 125)

Gabriel Hanotaux, da Academia Francesa:

“Nous sentons tous que quand Ruy Barbosa a expliqué par la conscience le devoir des neutres, il a prononcé une parole qui a été définitive dans le sens de la guerre actuelle et de la paix future. Déjà, aux Conférences de la Haya, le plénipotentiaire brésilien a montré un sens extrêmement profond et avisé de la future organisation des sociétés...” (p. 145)

Léon Bourgeois, Embaixador da França à Conferência de Haia:

“...agir pour la défense de la liberté et du droit. Je n’oublie pas avec quelle éloquence le grand orateur, Ruy Barbosa, défendait déjà la même cause, il y a dix ans, au Conférence de La Haye...” (p. 145)

Passados 150 anos de seu nascimento Rui já foi objeto de todos os exames dos pósteros, e o juízo da História coloca-o no altar da Pátria no mais alto dos nichos, ao lado dos que deram a vida por ela e a ornaram e estremeceram ainda à custa do sangue e da expiação.

Estranhamente, contudo, um silêncio comprometedor, como se orquestrado para o olvido, cerca-lhe o nome, assim como o de tantos outros que tudo deram ao País. Não se ouvem referências a eles, não se lhes estudam a vida e a obra, não se lhes apregoam os feitos, como se não fôssemos hoje o que somos, muito por trabalho deles, e só não somos mais porque lhes não seguimos a lição e o exemplo.

Há que voltar à pureza dos sentimentos populares do meu tempo, quando falar em Rui era lembrar o ídolo, ufanar-se o coração, altear-se o espírito.

Nenhuma oportunidade melhor do que a comemoração dos seus 150 anos de nascimento, com o feliz ensejo de que unimos nosso espírito à sagração de outra figura admirável, Joaquim Nabuco, à qual se entrelaçou nos momentos mais importantes, lutando lado a lado.

Em boa hora, pois, cultuamos hoje o grande vulto, no tema que o eminente Acadêmico Tarcísio Padilha, que honra a Academia com o seu nome, sua obra e o seu trabalho, nos indicou, nesta homenagem que a Instituição criada para a cultura da língua e da literatura nacional e para defesa de nossa identidade cultural e morai promove e que, neste ano, relembra duas de suas maiores figuras: Rui e Nabuco.

A Rui homenageamos hoje, em dia que lhe seria especial mente caro: o da criação dos cursos jurídicos no Brasil. Lembrar-se-ia dos tempos de convivência estudantil nas Arcadas do Largo de São Francisco, onde se formou e onde, 50 anos depois, na voz do Prof. Reinaldo Porchat, proferiria talvez o mais citado de seus discursos, e, certamente, a mais conhecida oração de paraninfo do País – a *Oração aos Moços*, como foi denominada, na qual traça o itinerário de uma vida dedicada ao Direito, à Liberdade, à Igualdade e à Justiça, precisamente os fundamentos de toda a sua vida e de sua obra.

Temos de ressuscitar no Brasil o bom costume do culto aos grandes homens, e devemos começá-lo com Rui e Nabuco, nas escolas de todos os graus, para que os brasileiros, desde o mais tenro da infância e da juventude, se orgulhem não apenas dos seus feitos modernos, mas saibam que temos muito e mais de que nos orgulhar, no passado, nos fatos das inolvidáveis figuras que honram a nossa inteligência e a nossa cultura.

Nos cursos jurídicos a influência de Rui, de sua fama, no meu tempo, contagiava-nos a todos: éramos todos candidatos a novos Ruis, cavalheiros do Direito, arautos da Liberdade, pregoeiros da Igualdade, defensores da Justiça, ideais que ele encarnou como ninguém, em nosso

país, e dificilmente se encontrará quem o tenha igualado em qualquer outro tempo e lugar.

Voltemos a esse culto, se queremos perdurar como Nação livre, independente, ufana de suas tradições, capaz de enfrentar o futuro com a visão de seus estadistas, coisa de que não se ouve mais falar, para nossa tristeza e constrangimento.

Os que, por inadvertência, se dispõem ao esforço de, em apregoada revisão histórica, destruir os nossos ídolos e símbolos, esquecem-se de que, na verdade, desfazem os elos da única ligação que nos mantém íntegros e unidos, e sustenta a nacionalidade.

O culto aos ídolos nacionais é complemento insubstituível – porque claro, visível, enunciado, proclamado, cantado em prosa e verso – do nosso esforço de integração nacional, que a língua, a cultura, a continuidade territorial, e a comunidade de usos, costumes e tradições consolida e assegura.

Quando falamos em nossos heróis, desde Tiradentes aos pracinhas que fertilizaram com seu sangue a liberdade de terras d'além-mar, e nos envaidece a lembrança do seu sacrifício; ou em nossos grandes vultos nacionais, que fizeram o País de hoje, é o Brasil que consagramos, porque todos e cada um são patrimônio intocável de cada um de nós e de toda a Nação Brasileira.

Nossos quinhentos anos estão chegando. Dispomos, em nossa História, de uma plêiade de grandes cidadãos que, com o seu exemplo, sua obra, ajudaram a moldar o caráter nacional, a manter a integridade física, territorial, cultural e moral do País. Cultuemo-los, com amor e paixão, que estaremos plantando, para o futuro, a segurança de nossa perenidade. Como exemplo, como fruto deste 1999, virada do século e do milênio, comecemos com Rui Barbosa. E o Brasil será a Pátria com que sonhamos, e que a Academia Brasileira de Letras, que ele ajudou a criar e engrandecer, luta para tornar a realidade presente, que se projetará na grande realidade do futuro.

Emílio Moura

Emílio Moura fez cem anos e, para mim, é como se o visse, o corpo magro, o rosto encovado e pálido, ainda mais no contraste com o cabelo negro e basto, subindo, lentamente, a Rua da Bahia, para alcançar a Av. Augusto de Lima e a Imprensa Oficial, na faina diária.

Não havia nele sinal de cansaço, nem respiração ofegante, por mais curvos parecessem os ombros, inclinados para a frente, como se ajudassem o esforço da subida íngreme. Mas havia, sim, um ar de alheamento, como se os olhos vivos não estivessem vendo fora, mas dentro, e o pensamento acompanhasse menos o rumo e o movimento da rua do que os caminhos da mente, perplexa ante as indagações do poeta em face do mundo.

Nascido em 14 de agosto de 1902, em Dolores do Indaiá, em Minas Gerais, formou-se em direito, como toda a gente (Pío Baroja dizia que “*en Espanha, todo mundo es abogado, salvo prueba en contrario*”), no tempo de Abar Renault, Mário Casassanta, Milton Campos, Carlos Drummond de Andrade, Pedro Aleixo, geração privilegiada pelo talento, que esplendeu na política e nas letras e nos deu vozes de inigualável poder.

O Modernismo colheu-o na sedução da mudança, e no grupo de “A Revista”, em Belo Horizonte, formou ao lado de Carlos Drummond, Pedro Nava, João Alphonsus e Abar Renault, em marcha batida contra “a extrema passividade ante os fenômenos do mundo exterior” e pela “nacionalização do espírito”, diz Péricles Eugênio da Silva Ramos (in A

literatura no Brasil, coord. de A. Coutinho, v. 5, Modernismo, 2ª ed., 1970, p. 119).

Fugindo aos radicalismos e rebeldias da hora, seu verso é simples, puro, fluente, e não esconde a tristeza com que o poeta vê o mundo e foge dele e de si mesmo, ao mesmo tempo em que, preso a ele, a perplexidade o sidera, e pergunta “Por quê” (*50 Poemas escolhidos pelo Autor*, p. 5):

POR QUÊ?

Desejo de fugir para uma região impossível que não existe,
onde a paisagem fosse tão triste que nos desse vontade de não
viver mais.

Meu coração tão pesado,
minha boca tão fria.
Por que tantos olhos cheios de tantas lágrimas?
Por que tantas palavras e tantos gestos?
Por que este sol tão vivo,
este sol, meu Deus, e este sorriso,
este sorriso que é dela e que está dizendo,
dizendo agora, como sempre,
que a vida é bela, que a vida é bela?

Mas, como? “Aqui termina o caminho” (*50 Poemas*, p. 8-9):

AQUI TERMINA O CAMINHO

Os sinos cantando, as sombras todas se diluindo
dentro da tarde. Dentro da tarde, o teu grave pensamento de exílio.
Por que ainda esperas? Aqui termina o caminho,
aqui morre a voz, e não há mais eco, nem nada.

Por que não esquecer, neste momento,
as imagens que tanto nos perturbam
e inutilmente nos conduziram
para nos deixar de súbito na primeira esquina?
Essa voz que vem não sei de onde,
esses olhos que olham não sei o quê,
esses braços que se estendem não sei para onde...

Debalde esperarás que o eco de teus passos acorde os espaços que
já não têm voz.

As almas já desertaram daqui.
E nenhum milagre te espera,
nenhum.

Por isso se despede, em “Despedida” (*50 Poemas*, p. 12):

DESPEDIDA

É possível que dentro em pouco os meus olhos se fechem,
que a noite chegue,
e eu nada veja mais por detrás destas pálpebras.
Ruas por onde andei, céus e paisagens de não sei onde,
vozes de todos os timbres, espíritos de todos os povos,
almas transmigradas, almas múltiplas, almas de todas as épocas:
por que rola esta lágrima na minha face?

Mas, Sr. Presidente, há instantes em que Emílio Moura vence as
sombas e dúvidas da mente e surge “Um dia” (*Poesia*, p. 67-68):

UM DIA

Enquanto os homens se agitam e se entredevoram, enquanto
os autos voam pelas avenidas, os garotos
anunciam os matutinos e os bancos se
abrem, dentro de nós,
as mesmas sombras de sempre estão contando a mesma história
de sempre.

Entretanto, lá fora,
Eu sei que faz sol, lá fora.

Que força estranha
me impele assim para mim mesmo?

Um dia, entretanto, eu tenho certeza, nenhum obstáculo será
mais possível,
um dia, entretanto, aos nossos inadvertidos olhares
se descortinarão os humildes mas infinitos horizontes que nos
esperam.

E, livre, livre,
a vida há de prosseguir viva dentro de nós.

Às vezes a luz lhe inunda o canto, e renasce: “Noiva” (*50 Poemas*,
p. 34):

NOIVA

Caminhas para mim como uma colegial em férias.
Teu sorriso é tão puro que te ilumina toda.

És mito, mas toco-te;
realidade, te elevo e te transformo em sonho.
Por que não me revelas de onde surgiste e de que elementos te
formaste?

Teus cabelos são nuvens?
Tua voz é de orvalho?
Quantas vezes me torturei inutilmente porque ainda estavas
irrevelada,
– fonte oculta na mata, ária adormecida, estrela entre nuvens...

Dormias, Noiva?
Meu apelo te acorda e eis que sorris, de súbito.
E é como se eu nascesse, agora.

E “Aspiração”:

ASPIRAÇÃO

Eu queria que me pertencesse
como a cor à luz,
como a poesia ao poeta.
Desligada de tudo:
desligada de ti mesma, de teu passado em
que eu não figurava e de tua forma futura.

Elíana, Elíana!
Traze de novo o sorriso de tua meninice para que as manhãs
renasçam.

Quero sentir que te reencontro,
uma e única,
fora do tempo e do espaço.

Mas, a solidão é mais forte e o sente em “Elegia” (*Poesia*, p. 151-152):

ELEGIA

Somos os grandes solitários,
corpos na noite, vozes sem sentido.
A qualquer hora, a mesma sombra
cai sobre nós.

(Podes falar, ninguém te ouve.
Noite tão noite, nunca se viu.
Cada soluço, que vem de longe,
chega (mas, de onde, ninguém sabe?)
como se fora o teu soluço
que vem de longe.

Somos os grandes solitários.
Só a morte cresce em nós e deita raízes em nosso espírito.
Corpos na sombra, vozes sem sentido,
mudos erramos sem destino.

E, a qualquer hora, a mesma sombra
cai sobre nós.

Ou como naquela apóstrofe de “Soneto” (*50 Poemas*, p. 62):

Ó solidão sem fim de antes do mundo!

Só lhe resta a “Permanência da Poesia” (*50 Poemas*, p. 39-40):

PERMANÊNCIA DA POESIA

Quando a luz desaparecer de todo,
mergulharei em mim mesmo e te procurarei, lá dentro.

A beleza é eterna.
A poesia é eterna.
A liberdade é eterna.
Elas subsistem, apesar de tudo.

É inútil assassinar crianças. É inútil atirar aos cães os que, de
repente, se rebelam, e erguem a cabeça olímpica.
A beleza é eterna. A poesia é eterna. A liberdade é eterna.
Podem exilar a poesia: exilada, ainda será mais bela.
As crianças a recolherão no espírito e ela ressurgirá mais límpida.

As horas passam, os homens caem,
a poesia fica.

Aproxima-te e escuta:
Há uma voz na noite!

Olha:
É uma luz na noite!

Por ela peleja, na modéstia da vida mineira. Passam-se os anos. Os versos se multiplicam, desde *Ingenuidade* a *Canto da Hora Amarga*, *Cancioneiro*, *O Espelho e a Musa*, *O Instante e o Eterno*, *Poesia*. O nome firma-se como o “poeta da indagação”, que não encontrando em si mesmo a resposta para as angústias e perplexidades, pergunta ao mundo, no verso grave e melancólico. E os que o conheceram, e estimaram e admiraram como eu, sentimos-lhe a presença, como se o víssemos declamar o poema do “Meu coração” (*50 Poemas*, p. 10-11):

MEU CORAÇÃO

Penso agora nos mortos que não têm nome,
nos vivos que não têm nome;
penso agora naqueles que vieram cedo demais e se cansaram,
e naqueles que chegaram depois que todas as portas já estavam
fechadas.

Penso agora na sede do homem desesperado
que se deixou ficar no deserto;
penso agora nos que lutaram inutilmente
por caminhos que não levaram a nada;
nos que se calaram, porque compreenderam,
e nos que disseram todas as palavras e não foram compreendidos...

Por que foi que, de repente,
todas as vidas se somaram
para me envolverem neste momento?
Meu coração se multiplica:
agora, é apenas meu coração que está palpitando no mundo.

E ouvimos-lhe o eco da voz, repetindo: “agora, é apenas meu coração que está palpitando no mundo.”

Nossa saudade. Nossa homenagem ao grande poeta triste, que o centenário fez renascer!

Abgar Renault

Tenho dito e repetido que um dos nossos grandes males é a desmemória nacional: o despreço com que os brasileiros tratamos fatos históricos de rico significado, que nos deveriam servir como convite ao encontro, à convivência e à união, com a renovação de compromissos para com o Brasil, e de rumos a seguir; ou até e, infelizmente, como lição e escarmento, desvios, atalhos e abismos a evitar.

Ainda recentemente, protestei, em artigo de jornal, contra o esquecimento que cercou o centenário de duas grandes figuras nacionais, uma no campo da política, Raul Pilla, e outra no campo do direito, Orozimbo Nonato, ambos das mais nobres constelações de nossa vida, e que nossa desmemória quase olvidou, como se não devessem frutificar pelo exemplo, no futuro, e iluminar-nos o caminho.

A Academia, felizmente, tem compreendido essa missão e, com empenho, se tem votado à tarefa enaltecedora e fértil em resultados. Principalmente agora quando, após o seu próprio centenário, comemoram-se os centenários de muitos dos que, desde então, lhe honraram as cadeiras, oportunidade em que os brasileiros de hoje redescobrem os que serviram à Nação e lhe deram o trabalho, a inteligência, a operosidade, o amor, o zelo, e até o sangue e a vida, para que incólume, sobranceira, vencesse as vicissitudes do tempo e as agruras da sorte.

☞ Conferência proferida no dia 29 de maio de 2001, durante o Ciclo *Centenário do Nascimento de Abgar Renault*.

Hoje nos reunimos para lembrar um desses vultos superiores, que fizeram da vida o serviço ao Brasil, e lhe deram, em toda a imensa extensão de sua inteligência, o poder criador, a capacidade realizadora e os frutos da dedicação e do estudo: Abgar Renault.

Suspeito seria eu para falar dele, se suspeição é a admiração calcada no conhecimento de sua vida e de sua obra, que conclamam ao aplauso e ao apreço.

Lembra-me a primeira vez que lhe ouvi o nome: no rádio, o ouvido colado ao tecido espesso do alto falante, na minha Itaúna – que por mais seja de muitos, é toda minha – para, vencendo a ensurdecadora estática, poder ouvir, o Prof. Abgar Renault proferir suas lições de inglês. Era um prazer ouvir aquela voz bem impostada, escandindo as sílabas no “British English”, aristocrático, em que se exprimia. Ainda que eu não ouvisse e, menos ainda, entendesse tudo o que dizia e ensinava, ficava a escutá-lo, na cadência ritmada da pronúncia impecável. Não esqueci nunca a admiração que me causou ouvir, na voz de Abgar, certa vez, os versos de Shakespeare cantando a sua Inglaterra, no *Ricardo II*, Ato II:

*This royal throne of kings, this sceptered isle,
This earth of majesty, this seat of Mars,
This other Eden, demi-paradise,
This fortress built by Nature for herself,
Against infection and the hand of war,
This happy breed of men, this little world,
This precious stone set in the silver sea,
Which serves it in the office of a wall,
Or as a moat defensive to a house,
Against the envy of less happier lands,
This blessed plot, this earth, this realm, this England...*

(Na tradução de Millor Fernandes):

Este trono real de soberanos, essa ilha que é um cetro
Terra de majestade,
Este berço de Marte,
Este outro Éden, semi-paraíso,
Esta fortaleza que a natureza construiu para si própria
Contra a infecção da mão da guerra,
Esta feliz raça de homens,
Esta pedra preciosa banhada em mar de prata
Que lhe serve de muro ou de fosso
Defendendo a casa contra a inveja das nações menos felizes,
Este lugar bendito, este solo, este reino, esta Inglaterra...

Depois, iniciando-me na vida pública, já o encontrei na Secretaria de Educação de Minas Gerais e pude conhecer-lhe um pouco da biografia privilegiada.

Nascido em Barbacena, em 15 de abril de 1901, filho do Prof. Léon Renault e D. Maria José de Castro Renault, após o curso secundário no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, ingressou na Faculdade de Direito de Minas Gerais, bacharelando-se em 1924, numa turma de 23 bacharelados, entre os quais nomes que honraram a cátedra, como Carlos da Cunha Peixoto, meu excelente professor de Francês no Ginásio Mineiro (hoje Colégio Estadual); Cláudio Brandão, também professor do Ginásio Mineiro e da Universidade de Minas Gerais, mestre de Português, de Latim e de Grego; Aguinaldo da Costa Pereira, professor de Direito Constitucional; ou a magistratura, como o Desembargador Gentil Guilherme de Faria e Souza; ou a política, como Francisco Negrão de Lima, Gustavo Capanema e Gabriel Passos.

Professor de Inglês e Literatura no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte (1926) e de Português na Escola Normal Modelo (1930), conquistou a cátedra de Inglês no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, e se tornou lente de Literatura Inglesa na antiga Universidade do Distrito Federal (1936-1938), e de Inglês na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Faculdade de Filosofia Santa Úrsula, na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette do Rio de Janeiro e na Faculdade de Filosofia da UFMG (1950-1967).

O alargamento de seu campo de atividade docente o encaminhou para a vida pública e elegeu-se deputado estadual na Legislatura 1927-1930, voltando, após a Revolução de 30, ao seu campo de vocação, a educação, e ao desafio de reestruturar-lhe o modelo, no que colaborou ativa e proficientemente com Francisco Campos, na Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais (1930-1931), e depois como Assistente da Secretaria de Educação do antigo Distrito Federal (1935-1937) e Diretor do Departamento Nacional de Educação (1938-1946), onde lhe cabia a responsabilidade maior junto ao Ministro Gustavo Capanema, amigo e colega inseparável; ou como Diretor do Colégio Universitário da Universidade do Brasil (1938).

A partir daí tudo o que interessava à educação e à cultura em nosso país, tem sua participação efetiva, quando não sua direção ativa e lúcida, em incansável dedicação à melhoria dos padrões nacionais de qualidade.

Em alguns momentos, sobretudo, sua atuação se desenvolveu mais larga e profundamente: como Diretor do Departamento Nacional de Educação (1938-1946), membro da Comissão Revisora do Ensino do MEC; membro do Conselho Federal de Educação e do Conselho Federal de Cultura a partir de maio de 1983, e Secretário da Educação de Minas Gerais, de 1947-1950 – Governo Milton Campos) e 1956-1959 – Governo Bias Fortes.

Naquele primeiro cargo pôde cuidar da elaboração e realização do planejamento educacional nacional, que Gustavo Capanema dirigiu e realizou, no esforço de retirar a Nação do atraso deprimente em que se encontrava.

No outro, por duas vezes, em Minas Gerais, dedicou-se especialmente aos problemas educacionais e culturais do Estado, buscando estabelecer o roteiro mais apropriado à realização do anseio de integração de todos – sobretudo os jovens – no gozo dos bens da vida, e que, por falta de preparação intelectual, dela andavam afastados, incorporando à vida ativa do Estado grandes camadas sociais antes excluídas.

Em 1945-46 visitou oficialmente a Inglaterra, o Canadá e os Estados Unidos (diz o *Dicionário biográfico de Minas Gerais – Período Republicano 1989-1991*, v. 2, p. 572), e pronunciou uma série de conferências em Universidades norte-americanas sobre Literatura e Educação brasileiras. Professor visitante da Universidade de Nova York (1960), recebeu o título de Membro Honorário do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Stanford, EUA. Como convidado especial da UNESCO, participou, na Europa, do Seminário sobre currículo, sobretudo para a escola elementar, e, na Etiópia, da Conferência sobre as Necessidades Educacionais da África (1961).

No Governo Milton Campos sua atuação coincide com a reestruturação do ensino que o Governador desejava empreender e de que Abgar foi o realizador seguro, criativo, operoso, racional.

Sua atuação se corporificou em inúmeras iniciativas, de que vale citar: o Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP); a Campanha de Reparos e Restauração de Prédios Escolares (CARRPE); o PABAAE (Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar), com a cooperação técnica dos Estados Unidos; e o Serviço de Ensino Primário em Zonas Rurais, entregue à inigualável competência e ao impecável zelo da Prof.^a Helena Antipoff, que criou a Fazenda Escola

do Rosário e deu início a autêntica revolução que levou o ensino rural a todo o Estado de Minas Gerais, tarefa que pudemos, em nossa gestão, amparar e estimular como das mais notáveis e benfazejas pelos reflexos na vida das populações do interior.

Retornando à indicação de sua atividade fora do País, sua presença, reclamada nos seminários de estudos em todo o mundo, levou-o à nossa representação em inumeráveis outros congressos internacionais de educação, bastando lembrar os de Panamá (1943), Londres (1945), neste tendo participado da criação da UNESCO, na Iugoslávia (1948), bem como nas assembléias gerais da UNESCO, reunidas em Paris, em 1960, 1962, 1964, 1966, 1982 e 1983, e nas conferências do Bureau Internationale d'Education, em Genebra, em 1965, 1966 e 1967.

Especialmente, digo-lhes do meu orgulho quando o vi indicado para nosso representante em Congresso comemorativo de estudos sobre Shakespeare, lembrando os versos do poeta que na voz dele ouvira, e pensando comigo: de Abgar se pode dizer, sem temor de erro, que vai ensinar inglês aos ingleses.

Pois passam-se os anos, e lendo o discurso de Deolindo Couto ao recebê-lo nesta Casa (*Discursos Acadêmicos*, ABL, vol. XX, p. 118) encontro o sugestivo episódio que confirma a orgulhosa previsão:

“Vem a pêlo referir singular episódio. Realizava-se em Teerã um dos congressos educacionais da UNESCO. Técnicos da Inglaterra e dos Estados Unidos participavam de um grupo encarregado de redigir, em inglês, as conclusões, cuja leitura foi feita antes da sessão plenária. A certa altura, apontastes no documento um erro sintático, oferecendo, de pronto, perfeito substitutivo. O inglês e o norte-americano detêm-se no problema e decidem pela validade de vossa opinião. Pouco depois, era o vosso ouvido despertado por outro senão lingüístico. Veio mais afoita, porém igualmente propecta a vossa

emenda. Desta feita, o caso foi mais prontamente resolvido pelo Delegado britânico: 'Não ouse discutir sobre língua inglesa uma opinião do representante brasileiro.' E o corretivo se fez sob aplausos que não se dirigiram a vós, porque se endereçaram à nossa terra!"

O mais admirável é que essa estafante atividade não lhe impedia continuar a ser o grande poeta, que revelado em Minas ao lado de Carlos Drummond de Andrade e Emílio Moura, se consagraria como dos maiores de nossa literatura, felizmente reunida sua obra no volume *Arte Poética* e no volume de traduções, temas que servirão à palavra dos irmãos no ofício – Ivan Junqueira e Alberto da Costa e Silva – com a autoridade que os consagra de mestres da mesma arte.

Essa quase sumária enumeração de atividades é suficiente para nos permitir juízo a respeito de Abar como homem público, voltado, sobretudo, às preocupações com a educação e a cultura como forma superior de realizar o bem comum, a que todos aspiramos e que lutamos por realizar.

Acontece, porém, que, enquanto outros, muitos, senão todos, buscam as luzes da exposição e da propaganda, Abar foi sempre inveno a elas, retraído, escondendo-se pudicamente como se, na verdade, publicar suas obras, anunciar seus feitos, fosse revelar-se, desnudar-se, corpo e alma, eliminar a privacidade, sacrificar a própria intimidade.

Por isso esquivou-se, quanto pôde, de publicar seus versos, preferindo dedicar-se a missões em que se ocultasse, como na colaboração que deu a Francisco Campos na redação final do Código de Processo Civil de 1939 e que o então Ministro da Justiça valorizou citando-o como colaborador na redação final; o que renovou na redação do Código Penal de 1940, ainda vigente.

Ou como Ministro do Tribunal de Contas da União, missão que desempenhou com independência e altivez (1967-1981). Ou como

Ministro da Educação na Presidência Nereu Ramos (11.5.1955 – 31.1.1956).

Ele mesmo diz, ao tomar posse nesta Casa, da “esquivança em face dos editores. Em todo caso, não serei um marginal da literatura. Serei, antes, um marginal da publicidade, pois fui sempre menos cuidadoso de editar que de compor. Não é que desdenhe a publicação: sou possuído continuamente da angústia do pensado à pressa, do indecorosamente composto, do ruralmente escrito em estilo pedestre”... (*Discursos Acadêmicos*, v. XX, p. 91). O que, depois de outras considerações exatas, exprime nestes versos:

*A misteriosa concisão do raio,
uma harmonia de água, vento e prata,
justos quais corpos que só de ar se enludem.
É com os olhos em ti que sonho e esvaio
O nulo sonho da palavra exata,
Ó inexatidão de ausente nuvem.*

(“Poética” – *Arte Poética*, p. 153)

Ou no “Prefácio das Desculpas” que abre a *Arte Poética*:

*Perdoai-me a soberba de haver-me sonhado vosso irmão,
sem ver nem ouvir estéril vácuo nas minhas palavras,
que não soube nunca encher meu grave coração.
Perdoai os versos incomunicáveis do chão de lavas
e de pedras em que vivo. Perdoai o vinho, o sal, o pão
sem fé que meu corpo e minha alma receberam gratuitamente.
Perdoai perdidamente a voz esquiva e outrora,
que entre os esbeltos cantos de profundas vozes*

*se compôs de tristeza essencial e de vaga alegria malcontente,
se ergueu, e se apagou de pobreza e de fadiga.
Perdoai-me se me esqueci a mim sentado entre vós,
como um de vós, e não reconheci meu destino tão comum,
e procurei dar-lhe forma impossível, sem o hálito de fogo que
anima a elementar argila.
Perdoai, em mim, a quem se viu um dia sem destino nenhum.*

Abgar Renault, dedicação exclusiva ao interesse público, e sobretudo à educação, nada deixou de fazer, mais que de dizer. Ainda assim sua lição ficou em passagens que podem ser recolhidas em discursos, palestras, conferências, que lhe desvendam a riqueza do conhecimento dos problemas e das soluções, a disposição de resolvê-los.

Começando pelos aspectos morais da educação dizia ele (transcrevo do discurso de Alberto Venancio Filho, p. 16):

“Os aspectos morais tinham de ter como tiveram proeminência absoluta sobre tudo mais. Assim, ao lado do esforço intelectual, foi desenvolvido obstinadamente um inflexível esforço moral. Dele não me arrependo. Repeti-lo-ia com maior intensidade, se neste momento tivesse que me empossar neste cargo. E o que será a administração pública mormente a educação e o ensino a que falem inabaláveis fluxos morais? Que seria desta Casa sem justiça e sem obstinado respeito à lei e ao interesse público em que se incluem necessariamente pelo menos os princípios gerais da pedagogia? Não exagero em afirmar a necessidade de sermos duros e inflexíveis cada dia, cada hora, cada minuto para que possamos ser úteis, exatos, isentos e justos.

De mim direi que fui forçado com pesar no coração a punir muitas vezes e punir severamente. O regime de complacência leva à impunidade, a impunidade leva à reincidência, à desmoralização

pública e à injustiça porque não discrimina quem cumpre o dever e quem o descumpre. Desafortunadamente o Brasil e nele o nosso Estado, conseguiram criar esse círculo vicioso de implicações e consequências mortais: não há autoridade porque não há punição e não há punição porque não há autoridade.”

Dura verdade, que nos fere fundo, nesta hora!

Abgar vira o País redemocratizar-se e, mais do que nunca, sentia os imperativos morais da vida pública, no seu glorioso Partido Republicano Mineiro, depois Partido Republicano, que Artur Bernardes dirigia com rigor e dignidade, colocando o interesse público como alvo a alcançar, atendendo aos princípios morais que davam rumo e fim à atividade política.

Não havia que discutir, na vaguedade dos conceitos e, pior, das convicções, a existência de uma ética política, outra profissional, outra comercial, com maiores ou menores concessões à circunstância, à conjectura, à conveniência, à oportunidade, à ocasião, e tudo o mais que faz a fortuna dos aéticos, ou anti-éticos, para não dizer outras coisas que a nossa indignação nos grita, mas que este momento de celebração não comporta.

Lembrava-se, por certo, da lição de José Bonifácio: “A boa política é filha da sã moral.” Ou do ensinamento de Rui Barbosa, que gostamos de repetir: “Toda política se há de inspirar na moral. Toda a política há de emanar da moral. Toda política deve ter a moral por norte, bússola e rota.”

Com a experiência e as mágoas com que já convivia, Rui acrescentava:

“Mas a política brasileira é radicalmente amoral, é, convencida e professadamente, imoral. Renegou a moral, fez voto de imo-

ralidade, e vive encharcada na desmoralização, como no seu elemento. Renegou a moral, caluniando as nossas instituições com a profissão da irreligiosidade, que eles confundem com a liberdade religiosa. Renegou a moral, estabelecendo como coisa distinta duas leis de moralidade: uma para os indivíduos, outra para o Estado. Renegou a moral, separando o homem público do homem privado. Como se pudesse haver numa só criatura duas consciências, duas naturezas, duas pessoas. Como se, ainda admitida essa dualidade, estando as duas em contato, ametades juntas de um só todo, pudessem as mazelas de uma, as suas chagas, as suas lepras deixar de contagiar a outra.” (*Obras Completas*, v. XLVI, 1919, t. II, pp. 56-57.)

Repetida essa lição, nesta hora, como soa atual a advertência, aos nossos ouvidos, quando se vê que tantos andam tão deslembados de seus deveres para com o País!

Mas, não nos percamos no hoje se podemos falar do eterno: voltemos a Abgar, o educador, que comenta com amargura o avanço do analfabetismo, apesar dos esforços para vencê-lo: “Se tal esforço vier a ser derrotado, a ignorância devorará os nossos sonhos, a democracia, a propriedade, e o bem-estar social, numa palavra o nosso futuro.”

E clama, como quem sabe e sofre, contra o triste e inapelável círculo vicioso do nosso ensino lembra, ainda uma vez, Venancio Filho (p. 19):

“Conseguimos armar este círculo vicioso: ensino superior fraco em razão de ser fraco o secundário; ensino secundário fraco, em parte como reflexo da fraqueza do ensino superior, falta de qualidade nas suas contribuições diretas e indiretas ao ensino de grau médio.”

Em poucas palavras exatas, o triste quadro de nosso ensino, nas dificuldades que, a custo, enfrentamos, obstáculo fundamental ao nosso desenvolvimento, estreita, áspera e árdua via para o ansiado porto da justiça social.

Pude conhecer-lhe o esforço e a obra quando, Secretário da Educação no Governo Magalhães Pinto (1961-1962), enfrentei as duras lutas da escassez de meios para atender à crescente demanda da população sempre mais ansiosa pela vitória sobre a ignorância e a desqualificação profissional.

Em Minas, sentiu-o Abgar, a luta contra o analfabetismo e a incultura é missão fácil pela acolhida radiosa das boas iniciativas que os combatem, e difícil pela insuficiência dos meios para sustentá-la.

Lembra-me que, em 1960, constara do programa de governo do candidato Magalhães Pinto a construção de 500 grupos escolares no primeiro ano de governo. Não tenho dúvida de que esse anúncio, feito por quem, como ele, gozava da justa reputação de honestidade e dignidade que asseguravam o cumprimento da palavra empenhada, aliadas à sua merecida reputação de realizador, terão contribuído eficazmente para a eleição. E vencido o pleito, o cumprimento da meta era recebido, em cada município contemplado (e foram todos) com uma sensação inebriante de felicidade, a própria conquista da liberdade, como se a modesta edificação viesse trazer a redenção dos erros e a purgação dos pecados anteriores.

Senti-o como das mais gratas satisfações da minha vida pública, como Abgar terá sentido ao comandar a Secretaria da Educação em nosso Estado.

Senhor Presidente, eminentes Confrades, prezados Amigos:

O povo brasileiro, agora mais do que nunca, anseia por ídolos e símbolos, que lhe compensem as decepções de uma realidade frustrante e depressora, que lhe invade o coração pelos olhos, sentindo fraudadas as

acalentadas esperanças que sofregamente alimenta, há muito, de ver o Brasil cumprindo o destino digno, nobre, altivo, livre, pacífico e justo por que luta obstinadamente.

Olha para o futuro e considera que não é possível que não corresponda aos seus sonhos a realidade que virá, se por isso trabalha sem esmorecimento, sem trégua e sem fadigas, e confia em que Deus o não desampará.

Animar-se-á, porém, mais, e de certezas cobrirá o espírito se volver os olhos ao passado, quando a nacionalidade nasceu, e se formou, e se conformou o nosso desenho territorial, atendendo ao esforço ingente dos que lhe deram os contornos atuais. Verá que gerações de gigantes lhe edificaram a grandeza material e que varões justos e sábios lhe deram a riqueza moral que lhe assegurou a integridade, a união, e o progresso.

Para isso muitos contribuíram: os que, pela pena lhe escreveram a história, lhe cantaram as glórias, lhe recolheram as tradições, lhe povoaram o espírito de poesia, pesquisaram e ensinaram, e lhe deram a prosa escoreita que se transmite de geração a geração, garantindo a continuidade de sangue e de amor que é a Pátria. Desse mergulho no passado, voltará renovado e fortalecido, porque encontrará a força do exemplo e do estímulo à perseverança no respeito aos nunes e no apego às tradições.

Esta Academia, relicário dessas origens e memórias, compartilha com os brasileiros a honra e o júbilo de lembrar esses vultos, muitíssimos por ela acolhidos no seu seio, em mais de um século de vida, e agora cultuados como responsáveis pela nossa perenidade.

Uma vista d'olhos, superficial que seja, na nominata de seus membros, dará idéia de sua participação efetiva, decisiva, definitiva na conquista de seu futuro. Hoje temos mais uma prova evidente disso, lembrando Abgar Renault, e aqui, apenas – o que seria tudo para muitos – o homem público, expoente de uma geração de estadistas que fez o Brasil moderno e o sonhou grande e feliz, que dedicou sua vida à causa da edu-

cação, a mais nobre das causas, por que nela se condensa a conquista do futuro da Nação, fazendo do exercício das virtualidades do espírito a concretização dos frutos do desenvolvimento e a busca da justiça.

Revejo-lhe, agora, Senhor Presidente, caros Confrades e Amigos, a figura esguia, o porte elegante, na alegria dos encontros felizmente amiudados nesta Casa: o sorriso franco, iluminado o olhar perscrutador, na acolhida fraterna que Mario Casassanta, mestre eminente do vernáculo e do direito constitucional, expressivamente pintou nestas palavras:

“...Como a casa de Deus, o seu coração dispunha de muitos lugares. A todos, um bom sorriso ou uma boa palavra, nunca houve serviço que pudesse prestar, que o não prestasse, fosse o que fosse, com a solicitude de quem estivesse trabalhando para gente de casa.

A vida que tanto deforma os homens, não o mudou. Guarda na maturidade os mesmos poderes de compreensão, de generosidade e de alegria da juventude...” (“O jovem Abgar”, in *Arte Poética*, p. 57.)

Abgar Renault, educador, poeta, humanista, espírito de dilargadas virtudes, pode servir de símbolo para os que pretendam entregar-se ao serviço da Pátria: se se mirarem no seu exemplo, cumprirão o dever para com o Brasil, que alcançará a realização do sonho de grandeza, felicidade e paz em que todos nos irmanamos, e que hoje nos congrega para comemorar-lhe o primeiro centenário, certeza dos muitos que virão e que lhe acrescentarão a glória do nome.

Prado Kelly

Transcorre amanhã, 10 de setembro, o centenário do nascimento de José Eduardo do Prado Kelly, das mais completas encarnações de homem público, jurista, literato, cidadão, na plenitude, de que nos podemos orgulhar.

Nossa desmemória, porém, deixa passar sem uma palavra, fatos como este, que deveriam servir à nossa auto-estima como oportunidade ímpar de cantar glórias e vitórias de nossa gente.

Disse-o quando do centenário do nascimento de Raul Pilla, outra figura admirável, que deu ao Brasil a obstinação de sua luta pela democracia e a coragem na defesa dos princípios que acreditou poderem fortalecer-la.

Enquanto os nossos atletas esportivos muito justamente merecem e recebem o prêmio do reconhecimento de suas conquistas, os nossos atletas do pensamento, da palavra e mesmo da ação política, são sistematicamente esquecidos, ou, pior, desconhecidos.

E, repete-se: país sem tradições, sem heróis, sem líderes, sem história, não se prepara para o futuro, nem para a continuidade da vida e os embates cada vez mais duros da convivência internacional.

No quadro das grandes figuras nacionais não se pode deixar de incluir Prado Kelly.

Antes dos quinze anos, em 1919, publica *Tumulto*, livro de poesia, que a crítica, à frente João Ribeiro, José Oiticica, Humberto de Campos e Alceu Amoroso Lima, saúda como “aurora de um novo poeta”.

E logo em 1922 surge *Alma das Coisas*, que recebe o prêmio desta Academia Brasileira de Letras; em 1923, *Viagem a Cólquida* e *Ode a um Príncipe* e, em 1924, *Últimos Sonhos*.

Bacharelando-se em 1926 (Turma de 1925), recebe a medalha de ouro Machado Portela, pela aplicação e brilho do curso, e inicia-se na advocacia e no jornalismo.

Em 1930 publica *Poesias* (1929-1930) e, em 1933, convocada a Assembléia Constituinte, elege-se, iniciando a conquista da sólida reputação de conhecedor vasto e profundo das tendências modernas do Direito Público, que então se firmavam.

A partir daí, na legislatura de 1934-37, depois na Constituinte de 1946 e legislaturas 1946-50, 1955-59, afirma-se como dos mais completos e perfeitos parlamentares nacionais, defendendo as grandes causas com nobreza, segurança, serenidade, argúcia, sabedoria.

Tive a oportunidade de resumir-lhe a vida e a obra quando o recebi na Academia Carioca de Letras, pelo que me basta repetir aqui, em síntese, o que ali afirmei.

No campo do Direito, os *Estudos de Ciência Política* excelem como análise séria, ponderada, percuciente, de alguns dos mais instigantes temas de nosso direito político.

Na advocacia, sua atuação lúcida, digna, impávida, deixou-nos, entre outras contribuições, as páginas de *A Missão do Advogado*, reunindo pronunciamentos vários, marcados pela elevação, elegância, firmeza, de que modelo sua passagem pela Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ministro da Justiça do Presidente Café Filho, honrou a pasta com o equilíbrio, o descortino, o brio, a firmeza e a bravura, nos graves episódios que marcaram a época.

No Supremo Tribunal Federal sua atuação comprova-lhe a cultura, o senso de justiça, a dignidade, a equanimidade, que seus votos e decisões exaltam.

Mas, é isto o que, nesta Academia, tinha o dever de ressaltar: a poesia não o abandonou nunca, antes se apossou dele, de tal forma que, ainda nos momentos mais graves de sua atribulada e intensa vida pública, e da vida nacional, enche-lhe de luminosidade os dias. Vejam-se apenas, no resumo que fiz: preso, sob menagem, em 1937, canta-lhe a alma ansiosa de liberdade as *Canções Marinhas*. De tempos vários (1930 a 1940) são os *Versos da Serra*, frutos dos invernos de Petrópolis.

Entre 1941 e 1942 escreva a *Prece da Paz e Outros Poemas*, e quando já fervilha a luta pela redemocratização, anonimamente imprime e distribui, em 1944, para ajuda à construção da Igreja que a tem como Padroeira, *A Vida de Santa Margarida Maria*.

Em 1948 entrega-se a tarefa ingente: a tradução, em prosa e verso, em exata correspondência com o texto, de *A Tempestade*, de Shakespeare, obedecendo ao original até em número de linhas e na correlação das rimas (se e quando usadas pelo autor).

Em 1949 traduz *Os Amores*, de Ronsard em três partes; “Sonetos a Cassandra” (15), “Sonetos a Maria” (8) e “Sonetos a Helena” (9), conforme texto, notícia e notas de Sainte-Beuve, nas *Œuvres Choises* de P. de Ronsard, ed. 1978.

Em 1952 traduz, respeitando metro, rima e sua alternância, *Cid e Ximena*, de Corneille, Leconte e Herédia.

Le Cid, de Corneille (Ato I, Cena V; Ato II, Cena II; Ato III, Cena V; Ato V, Cena VI).

La Tête du Comte, L'accidente de Don Iñigo, e La Ximena, de Leconte de Lisle.

Le Serrement de mains, La Revanche de Diego Laynez e Le Triomphe du Cid, de J.M. Heredia.

Em 1953 empreende a versão poética da *Helena*, de Eurípides, valendo-se da tradução de Louis Humbert, a cujo texto, em sua literalidade, obedece, no prólogo e em vinte e uma cenas.

Nesse mesmo trabalho de ourivesaria poética empenha-se em 1954, tomando por base os “Salmos” de Davi e todos os “Cânticos” do *Breviário Romano*, adotando, para os primeiros, o octossílabo e metros menores, e, para os últimos, o alexandrino e o decassílabo, com estrita observância da versão em português (elaborada pelo Padre Leonel Franca) da tradução latina dos “Salmos”, empreendida por vontade de S.S. o Papa Pio XII, conforme os textos hebraicos criticamente reconstituídos.

Em 1955, no aceso das lutas políticas que abalaram o País, espairose o espírito traduzindo *Velhos Epigramas* de poetas franceses dos séculos XVI, XVII e XVIII, assegurando no vernáculo a “finesse” dos originais.

Ainda de 1955 é o *Passeio em Vila Rica* (separata do volume VIII da *Revista da Academia Fluminense de Letras*). E são de 1952 a 1963 os originais do *Fim de Caminho*.

De 1956 é *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, que exige referência mais detida. Para quem se deliciou no lírico enlevo, ou sentiu o travo cético de tantos versos, como os das *Poesias*, extasiando-se na fecunda variedade dos metros com que o poeta ilumina a *Lírica* ou a *Cidade*, entoa as *Canções Latinas*, ou se recolhe no *Jardim da Meditação*, na estranha sucessão de ritmos que exprimem sua sensibilidade aos temas, pareceria esgotada a capacidade de expressar-se em novas formas, tão ampla a já mostrada, tão rica e tão vária.

Pois a *Carta*, ainda uma vez, perturba o leitor mais prevenido, quando depara ele com o mais puro verso camoniano, no ritmo clássico, servindo de majestosa expressão ao tema. Prado Kelly, partindo das doze estrofes iniciais em que, parafraseando o Canto X, estrofe CXL, dos *Lusíadas*, relembra a previsão de Tétis relativa à Terra de Santa Cruz, dá ao mote desenvolvimento e vida que impõe lembrar:

*Ao termo dos proféticos acentos,
Tétis ao Capitão lhe descortina
que novos e imortais cometimentos
o futuro glorioso lhes destina,
os homens arrostando e os elementos
pelo favor da proteção divina.
Delicia-se o Gama de escutá-la,
quando mais docemente ela lhe fala.*

*Assim lhe diz na solidão remota:
“... Mas cá onde mais se alarga, ali tereis
Parte também c’o pau vermelho nota:
De Santa Cruz o nome lhe poreis:
Descobri-la-á a primeira vossa frota...”
Ó! orgulho dos deuses e dos reis!
O que a deusa promete, no alto da ilha,
É, com certeza, a oitava maravilha.*

*Entanto, não se ocupa em descrevê-la.
a nova terra que a ambição visita
e que tem do Cruzeiro em cada estrela
uma aberta da abóbada infinita.
Descuidosa de honrá-la e enaltecê-la,*

*àquelas sós palavras se limita.
Sendo hora de partir, logo termina
que o mais, o mais Calíope Ihes ensina.*

(p. 46 da Separata)

Passa, a seguir, rastreando o texto (também transcrito) do original da “Carta”, posto em linguagem moderna por Jaime Cortesão, a trasladá-lo em oitavas camonianas, com rigorosa exatidão, puro labor clássico, grandiloquência e simplicidade alternando-se conforme o texto-base, em obra de inacreditável perícia na arte poética, igualada apenas pela elevação e nobreza com que Ihe serve ao intuito da epístola. Tomemos, apenas, um dos trechos mais conhecidos e relembremos o texto do escrivão e a versão do poeta:

Diz Pero Vaz de Caminha na “Carta”:

*Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande,
porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra
com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela,
até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem
prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho
vimos. Porém, a terra em si é de muito bons ares,
assim frios e temperados, como os de Entre Doiro e
Minho, porque neste tempo de agora os achávamos
como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em
tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar,
dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.*

E canta o poeta:

*Pelo sertão que muito além se expande,
e não vemos daqui entre penedos,*

*calculamos que seja muito grande,
mas lhe avistamos só os arvoredos.
Não se pode saber se, nessa lande,
há ouro, prata ou ferro, nos fragedos.
Mas os ares são bons e temperados
como os de nossos sítios estimados.*

*Tal entre Doiro e Minho, onde se goza
a doçura de clima salutar.
A água, que há nestas plagas, é copiosa;
corre pelas vertentes sem cessar.
Em tal maneira a terra é graciosa
que, querendo-a em verdade aproveitar,
se dará nela tudo, e muito bem,
pelas águas inúmeras que tem.*

(p. 78 da Separata)

Esse trabalho, realizado no aceso das lutas políticas da época, executando com apuro, rigor e pertinácia, consegue dosar a prisão do texto com a criatividade poética, o que quase importa compatibilizar os contrários.

Demonstra, sobretudo, o poder de elaboração do poeta, capaz de alçar vôo aos astros, mesmo adstrito à forma e à substância do texto transposto.

Vencidas as dificuldades desse trabalho beneditino, Prado Kelly abançava-se a mais: executa a tradução do texto grego, com base na versão literal de L. Humbert, de *Fedra e Hipólito*, tragédias de Eurípides, Sêneca e Racine, na tradução direta dos textos latino e francês, em correspondência com o número e a ordem dos versos originais e bem assim com o seu ritmo ou sua métrica.

E faz preceder a tradução de ensaio crítico, do qual constam dados relativos aos três maiores trágicos do seu tempo, e ao trato que deram ao tema, sob influência e motivação das respectivas épocas, e ainda o estudo analítico do enredo (personagens e ação), quer em suas partes comuns, quer nas variantes de autor para autor, todos representativos de períodos culminantes da cultura.

E isto em 1962, quando fervendo a trama política, em que se empenharia a Nação, e Prado Kelly envolvido nos acontecimentos e obrigado, quantas vezes, a capitaneá-los!

Mas, não pára aí o itinerário, que a viagem ao Prado Kelly literato genuíno tem de prosseguir. Já agora para lembrar os estudos que realizou sobre Castro Alves (1947), Rui (1949), Garrett (1945), B. Lopes (1959), e, recentemente, o ensaio sobre *Otávio Mangabeira, Parlamentar*, além de outros versando matérias distintas. Em todos eles, surge com inteireza inconsútil, o homem de letras, que reúne todas as virtudes de que deveriam revestir-se os que à tarefa de dedicam.

Fez das letras uma preocupação que se nota em todas as atividades, e que na poesia encontra sua realização perfeita e permanente. O que explica, de forma admirável, a firmeza, o aprumo, a tranqüilidade que sua figura humana transmite: apaziguou os tumultos da mocidade, os ímpetos da juventude, as reações da maturidade, na força indomável da poesia, que os absorveu a todos e os incorporou à sua personalidade, fortalecendo-a para os embates da vida exterior.

Permitiu, com isso, tenha aparecido sempre, no exterior, a expressão serena, equilibrada, ereta do homem público, em todas as atividades que, com perfeição, desenvolveu e que o consagraram como advogado impertérito, estadista de escol, jurista prelúcido e magistrado impoluto.

Mas, Sr. Presidente e eminentes Confrades, não pretendo senão, com estas palavras modestas, impedir que o esquecimento nos leve a cometer a mais grave das injustiças: não reconhecer e proclamar as virtudes de

quem dignificou a condição humana pelos serviços inestimáveis que prestou, com dignidade, serenidade, segurança e sabedoria, à sua gente. A nós que nos honramos de o ter, e ao Brasil.

E que sentimos profundamente que suas virtudes não tenham chegado a compor as glórias desta Academia!

O lirismo dos rebeldes da Inconfidência

Senhor Presidente, Tarcísio Padilha; senhor acadêmico Antonio Olinto, coordenador deste Ciclo; professor Domício Proença; senhores Acadêmicos; excelentíssimas Senhoras e excelentíssimos Senhores; meus caros Amigos.

A Academia Brasileira de Letras cumpre, com este Ciclo de Palestras, a norma estatutária que lhe justifica a existência: “a cultura da língua e da literatura nacional”, e presta ao país o serviço que lhe deve, dignificando a memória dos que o engrandeceram, honrando-a neste mais de século de existência e lutas.

Cuidando hoje do lirismo dos rebeldes da Inconfidência, juntam-se, em união perfeita e indissolúvel, as duas forças que nos legaram os heróis que idealizaram o movimento libertário, constituindo-se não apenas na sagrada rebelião, que nos deu a Independência, como na harmoniosa herança poética que nos possibilitou consolidar, no imenso território, a mesma língua, pois foi a inspiração dos poetas heróis e mártires a força que a todos congregou e uniu.

Poucas nações podem orgulhar-se de ter, entre os seus mártires, sacrificados para libertá-las, os mesmos nobres e altíssimos poetas que cantaram no verso alado o amor ou a desdita, a esperança ou a desilusão, a fidelidade ou a traição, marcando suas vidas pelo duplo signo do sacrifício patriótico e da nobreza poética.

Em geral, as nações se libertam pela espada. O Brasil tem a singularidade de ter dado o passo fundamental para a Independência na voz e na vida dos poetas que cercaram e iluminaram a vida do mártir que os conclamou, reuniu, cobriu-lhes, com sua coragem sobre-humana, a fraqueza e por todos se imolou: Tiradentes.

E temos o privilégio de, lembrando-lhe o sacrifício na forca, senti-lo, irremediavelmente, envolto nas névoas da poesia: escondido nas brumas espessas do inverno, nos alcantis da Vila Rica, esgueirando-se nas ruelas íngremes, em busca dos companheiros timoratos; ou fazendo ecoar, nas pedras grandes das ruas, o passo firme; ou mesmo escondendo-se ante o soturno bater das passadas dos prepotentes asseclas reinóis, que farejavam a trama heróica e trágica da libertação.

O meado do século XVIII, já se disse, foi a encruzilhada de duas épocas, e nos daria o espetáculo admirável da pregação do racionalismo, o alvorecer do liberalismo, o nascimento do mundo moderno, com todos os seus impulsos, contradições, confrontos e aspirações, de que a Revolução Francesa foi, a um tempo, nascente e estuário.

Nas Minas Gerais, o exemplo da independência dos Estados Unidos da América foi o modelo, e as idéias que conduziram à Revolução Francesa o estopim incendiário do coração e da mente dos idealistas da província, que se preparavam para a realização dos sonhos da libertação, e invejavam a marcha vitoriosa em outras pátrias.

Haviam amadurecido na idéia, nascidos logo depois do primeiro quartel do século XVIII (Cláudio Manuel da Costa, em 1729, em Mariana; Tomás Antônio Gonzaga (Porto, 1744); Alvarenga Peixoto

(Rio, 1744); e Silva Alvarenga (1749, Vila Rica) e o destino os unira sob o céu límpido da Vila Rica, quando o sol lhes acendia facho de luz a estimular-lhes a flama cívica e a inspiração poética. Mas, eram homens, e sonhavam e amavam. Cada um à sua moda, com a força do seu estro, as tendências do estilo, a influência dos predecessores, ainda que em todos predominassem as fontes clássicas da estética e da poética, que os levavam a cantar a Natureza, a vida e o amor, nos ritmos que, à época, marcavam a poesia e a busca da renovação do homem, irmanado às forças cósmicas do meio.

Assim se apresentam Dirceu e Marília, Nise e Glauceste Satúrnio, Barbara Heliódora e Alvarenga Peixoto, Alcindo Palmireno e Glaura, voltados para a Natureza, como fonte e inspiração de todos os sentimentos morais, dos impulsos intelectuais e da própria busca dos fins supremos do homem.

Na riqueza do vale, que as montanhas hirsutas cercam e protegem, sua poesia assume todos os tons que o meio lhe transmite e agrega, e no qual brota a figura da amada, anseio que ora é realidade, ora é fantasia que refoge no sonho.

Não lhes faremos a análise crítica da obra, que muitos, especializados e destros, já realizaram: apenas lhes lembraremos a participação na formação e aperfeiçoamento da língua, que ajudaram a criar, a que deram, em muitos momentos, beleza, graça e altitude, que lhe marcaram a evolução, no que Antonio Soares Amora (“A Literatura do Setecento”, in *A Literatura no Brasil*, dir. de Afrânio Coutinho, vol. I, p. 314) chama “um franco desejo de renovação da vida, de renovação do homem e de coerente renovação da arte: desejo que se traduz não apenas na afirmação corajosa de verdades novas sobre a vida moral e sentimental, como se pode verificar na poesia lírico-amorosa e de reflexão moral de Cláudio, Gonzaga, Silva Alvarenga, Sousa Caldas, José Bonifácio, mas até mesmo na atitude declaradamente revolucionária que se expressa nas

investivas e sátiras, como é o caso, para só falar de obras relativas ao Brasil, das *Cartas Chilenas*”.

Nosso exame será simples – para os leigos que comparecem a este Círculo – não o aprofundado estudo que os doutos encontrarão nos seus tratados. Como não cuidaremos do Mártir que se imolou, nem das fraquezas de quase todos, e da fortaleza sobre-humana de que se revestiu, para levar sozinho a culpa de todos, como o comprova a História. Veja-se, por exemplo o recente “Tiradentes: a Inconfidência diante da História”, de José Cruz Rodrigues Vieira (Belo Horizonte, 1993, 3 vols.).

*

CLÁUDIO MANUEL DA COSTA é o primeiro, nascido em junho de 1729, batizado em 29 de junho na Vargem do Itacolomi, na vila do Ribeirão do Carmo.

Por volta de 1740/45, entra no Colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro e, em 1749, parte para Coimbra, onde cursa Direito, se forma, e publica os primeiros poemas, já senhor do “segredos técnicos de sua arte”, como diz João Ribeiro (*Obras Poéticas*, I, 1903, p. 18) aprendida nos mestres – Virgílio, Ovídio, Teócrito e Moscho, Quevedo, Metastásio e Petrarca, “que continua ainda, como na época camoniana, a ser o mestre do soneto”.

Possivelmente em 1754, aos vinte e cinco anos, regressa ao Brasil e, em 1758, levanta a Carta Topográfica de Vila Rica, sendo premiado pela Câmara da Vila. A partir de 1758, pelo menos, exerce a advocacia.

Deve ser dessa época a *Fábula do Ribeirão do Carmo*, ainda com a inspiração do Mondego, recém-chegado de Portugal. Leiam-se estes versos, que abrem o poema com o soneto:

*A vós, canoras Ninfas, que no amado
Berço viveis do plácido Mondego,
Que sois da minha lira doce emprego,
Inda quando de vós mais apartado.*

*A vós do pátrio Rio em vão cantado
O sucesso infeliz eu vos entrego,
E a vítima estrangeira, com que chego,
Em seus braços acolha o vosso agrado.*

*Vede a história infeliz, que Amor ordena,
Jamais de Fauno, ou de Pastor ouvida,
Jamais cantada na silvestre avena.*

*Se ela vos desagrada, por sentida,
Sabei que outra mais feia em minha pena
Se vê entre estas serras escondida.*

O importante é que as *Obras Poéticas*, editadas em 1768, foram, sem dúvida, “o primeiro livro de poeta nacional que chegava ao Brasil”, o que lhes realçava o mérito de si verdadeiro; só um ano depois virá o *Uraguai*, de Basílio da Gama, que foi recebido com ainda mais extraordinários aplausos, e, mais tarde, em 1781, o *Caramuru*, de Santa Rita Durão.

De 1762 a 1765, é secretário do Governo da Capitania, com o Conde de Bobadela, e, depois, o governador Luiz Diogo Lobo da Silva. E de 1769 a 1773, ocupa o cargo de secretário do Governo com o Conde de Valadares, após o que teria traduzido e comentado a obra de Adam Smith sobre *A Riqueza das Nações*, fundamental para o nascimento da economia científica, o que espanta possa ter ocorrido: é que o

livro de Smith é de 1776, e a tradução teria sido feita logo após a publicação, quando se sabe que o primeiro vulgarizador das idéias do grande economista no Brasil foi José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu, que nele se baseou para o seu *Princípio de Economia Política* para servir de *Introdução à Tentativa Econômica* do autor dos *Princípios de Direito Mercantil*, de 1804.

A prevalecer a informação, que não pudemos comprovar, estava em dia com o que de melhor se publicou, na época, a respeito.

De 1773, é o poema *Vila Rica*, dedicado ao segundo Conde de Bobadela, sem o brilho dos trabalhos líricos, tendo por argumento a fundação de Vila Rica, valendo lembrar breves trechos, onde o lirismo predomina:

*Era ela em seus anos tão mimosa,
Que à vista sua desmaiava a rosa,
Seus olhos claros, as pupilas belas,
Oh! quantas vezes cri que eram estrelas!*

*Não tinham nossos campos, nem o prado
Planta mais tenra, flor de mais agrado;
Enfim, porque de vós as cores tome,
De Aurora os vossos lhe dão o nome.*

Mas são os sonetos a sua grande contribuição poética, lembrado como dos maiores sonetistas da língua por Garrett, Camilo, Sílvio Romero e outros.

Lembremos apenas:

*Estes os olhos são da minha amada
Que belos, que gentis, e que formosos!*

*Não são para os mortais tão preciosos
Os doces frutos da estação dourada.*

*Por eles a alegria derramada,
Tornam-se os campos de prazer gostosos;
Em Zéfiros suaves, e mimosos
Toda esta região se vê banhada.*

*Vinde, olhos belos, vinde: e enfim trazendo
Do rosto de meu bem as prendas belas,
Daí alívios ao mal, que estou gemendo:*

*Mas ah! delírio meu, que me atropelas;
Os olhos que eu cuidei que estava vendo
Eram (quem crera tal!) duas estrelas.*

E este, que não terá sido desconhecido a Castro Alves:

*Nise? Nise? Onde estás? Aonde espera
Achar-te uma alma que por ti suspira,
Se quanto a vista se dilata, e gira,
Tanto mais de encontrar-te desespera!*

Mas vamos logo ao final...

*Nem ao menos o eco me responde!
Ah! como é certa a minha desventura!
Nise? Nise? Onde estás? Aonde? Aonde?*

Mas a influência dos autores italianos, Petrarca sobretudo, é tão grande, que o poeta verseja em italiano, repetidamente, em sonetos e *canzonettas* e *cantatas*, como os sonetos LXXXIV a XCVII, as *canzonettas* (*Il Pastore a Nice, Nice al Pastore e Nice*) e as *cantatas*, como a *La SS Vergine*.

Não esquece, porém, o vate maior da língua, e é vê-lo, por exemplo, no Epicédio II, “A morte de Salício”, onde se sente o tom camoniano e até as reminiscências de linguagem:

*Espírito imortal, tu, que rasgando
Essa esfera de luzes vais pisando
Do fresco Elísio a região bendita,
Se nesses campos, onde a glória habita,
Centro do gosto, do prazer estância,
Entrada se permite à mortal ânsia
De uma dor, de um suspiro descontente,
Se lá relíquia alguma se consente
Desta cansada, humana desventura,
Não te ofendas que a vítima tão pura,
Que em meus ternos soluços te ofereço,
Busque seguir-te, por lograr o preço
Daquela fé, que há muito consagrada,
Nas aras da amizade foi jurada.*

É tipicamente Camões. Até a linguagem e até algumas das rimas.

Em 1789, é preso como envolvido na Inconfidência, e a 4 de julho, suicida-se na prisão (não falta quem o diga assassinado). Três anos após a morte, foi condenado, tendo a memória infamada em 1792.

TOMÁS ANTÔNIO GONZAGA nasceu no Porto, em 11 de agosto de 1744, mas, nomeado seu pai ouvidor-geral em Pernambuco, vem com ele, e inicia os seus estudos na Bahia; retorna depois a Portugal, em 1761, e forma-se em Direito em 1768, em Coimbra, tendo como companheiro Inácio José de Alvarenga Peixoto, que se formara em 1767.

Pretendeu Gonzaga lecionar Direito e preparou tese sobre *Direito Natural*, que dedicou ao Marquês de Pombal. Em 1777, com o advento de D. Maria I, renunciou à carreira docente e habilitou-se à magistratura, constando que em 1779 estaria em Beja como juiz-de-fora. Conhece aí o Visconde de Barbacena, a quem, bem mais tarde, encontraria em circunstâncias diferentes, e lhe dedica, quando do nascimento de um filho, o soneto “Nascer no berço da maior grandeza”.

Volta, então, para o Brasil em 1782; nomeado ouvidor em Vila Rica, reencontra Inácio José de Alvarenga Peixoto e conhece Cláudio Manuel da Costa, de quem se torna amigo.

Gonzaga convive bem com o governador D. Rodrigo José de Meneses, mas, tomando posse Luiz da Cunha e Meneses, mudam-se as relações com o novo duro e autoritário governante.

Já beirando os quarenta anos, conhece e se enamora de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a Marília, de dezessete anos, que lhe corresponde ao amor, seduzida pelo canto formoso e inspirado do vate.

*Tu não verás, Marília, cem cativos
 Tirarem o cascalho e a rica terra,
 Ou dos cercos dos rios caudalosos,
 Ou da minada Serra.
 Não verás separar ao hábil negro
 Do pesado esmeril a grossa areia,
 E já brilharem os granetes de ouro
 No fundo da bateia.*

*Não verás derrubar os virgens matos,
Queimar as capoeiras inda novas,
Servir de adubo à terra a fértil cinza,
Lançar os grãos nas covas.*

Para concluir:

*Se encontrares louvada uma beleza,
Marília, não lhe invejes a ventura,
Que tens quem leve à mais remota idade
A tua formosura.*

Sinto não poder, meus caros amigos, ler tudo: a vontade que se tem é de ler os versos todos, mas, não disponho de tempo.

A família de Marília, contudo, não vê com bons olhos o namoro com o despojado cantor, além de muito mais velho. Daí os versos célebres, que assim começam:

*Eu, Marília, não sou algum vaqueiro,
Que viva de guardar alheio gado,
De tosco trato, de expressões grosseiro,
Dos frios gelos e dos sóis queimado.
Tenho próprio casal e nele assisto;
Dá-me vinho, legume, fruta, azeite;
Das brancas ovelhinhas tiro o leite,
E mais as finas lãs, de que me visto.
Graças, Marília bela,
Graças à minha Estrela!*

*Eu vi o meu semblante numa fonte,
Dos anos inda não está cortado;*

*Os Pastores, que habitam este monte,
Respeitam o poder do meu cajado.
Com tal destreza toco a sanfoninha,
Que inveja até me tem o próprio Alceste:
Ao som dela concerto a voz celeste
Nem canto letra que não seja minha.
Graças, Marília bela,
Graças à minha Estrela!*

E na Lira II, aquele verso que, para mim, é dos mais expressivos versos de toda a poesia do mundo: “Eu tenho um coração maior que o mundo”.
Sente que vai envelhecendo, e vem a Lira IV:

*Já, já me vai, Marília, branquejando
Loiro cabelo, que circula a testa;
Este mesmo, que alveja, vai caindo,
E pouco já me resta.*

*As fâces vão perdendo as vivas cores,
E vão-se sobre os ossos enrugando,
Vai fugindo a viveza dos meus olhos;
Tudo se vai mudando.*

Não vou ler tudo, porém isto é uma provocação para que todos, chegando em casa, imediatamente, procurem o Tomás Antônio Gonzaga para lê-lo.

E, mais difícil ainda, quando Gonzaga se pinta já velho, na Lira XVIII:

*Não vês aquele velho respeitável,
Que, à muleta encostado,*

*Apenas mal se move e mal se arrasta?
Oh! quanto estrago não lhe fez o tempo,
O tempo arrebatado,
Que o mesmo bronze gasta!*

*Enrugaram-se as faces e perderam
Seus olhos a viveza;
Voltou-se o seu cabelo em branca neve;
Já lhe treme a cabeça, a mão, o queixo,
Nem tem uma beleza
Das belezas que teve.*

*Assim também serei, minha Marília,
Daqui a poucos anos,*

(Que modo mais triste de se candidatar a uma deusa!)

*Que o ímpio tempo para todos corre.
Os dentes cairão, e os meus cabelos.
Ah! sentirei os danos,
Que evita só quem morre.*

E vai por aí afora, até chegar ao fim:

*Assim irá, Marília, docemente
Meu corpo suportando
Do tempo desumano a dura guerra.
Contente morrerei, por ser Marília
Quem, sentida, chorando,
Meus braços olhos cerra.*

Evidentemente, a família de Marília não havia de querer casá-la com um velho desses!

Mas o pior: Gonzaga desentende-se com o presidente da Junta da Real Fazenda, Cunha e Meneses. Acirram-se os ânimos, em rixa séria e virulenta e, em 1786, começam a circular as *Cartas Chilenas*, sátira à administração Cunha e Meneses, panfletos saídos da oficina de Cláudio Manuel da Costa e Gonzaga, grandes amigos. Cláudio, mais velho e mais destro na arte de poetar, ajuda-o na redação, que hoje se atribui a Gonzaga, que é Critilo – como Doroteu é Cláudio Manuel –, o que se demonstra, por exemplo, no estudo introdutório de Afonso Arinos de Melo Franco à edição das *Cartas Chilenas*.

Em resumo diz Paulo Roberto Dias Carneiro: “A ação das cartas de Critilo” (na *Poesia Completa*, que é uma bela edição comandada e traduzida pelo professor Domício Proença Filho e que contém a obra completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto), “aproveitando-se do modelo de Montesquieu, transporta a ação para o Chile, que simboliza Minas Gerais. A capital passa a ser Santiago, em vez de Vila Rica. A Universidade de Coimbra transforma-se na de Salamanca, e Portugal figura como Espanha, onde, pretensamente, estaria o destinatário das cartas, denominado Doroteu...” “Critilo conta, na sua correspondência a Doroteu, os fatos que Fanfarrão Minésio (que era o capitão general Luiz da Cunha e Meneses) obrou no Chile...”

A sátira acompanha o satirizado como sombra, em todos os seus atos. A começar da descrição do tipo físico. Vejamos este pequeno trecho:

*Ora pois, doce amigo, vou pintá-lo
da sorte que o topei a vez primeira;
nem esta dígressão motiva tédio
como aquelas que são dos fins alheias,
que o gesto, mais o traje, nas pessoas*

*faz o mesmo que fazem os letreiros
nas frentes enfeitadas dos livrinhos,
que dão do que eles tratam boa idéia.*

Vejam que primor de redação: “que o gesto, mais o traje, nas pessoas / faz o mesmo que fazem os letreiros / nas frentes enfeitadas dos livrinhos, / que dão do que eles tratam boa idéia.”

*Tem pesado semblante, a cor é baça,
o corpo de estatura um tanto esbelta,
feições compridas e olhadura feia;
tem grossas sobrancelhas, testa curta,
nariz direito e grande, fala pouco
em rouco, baixo som de mau falsete;
sem ser velho, já tem cabelo ruço,
e cobre este defeito e fria calva
à força de polvilho que lhe deita.*

Vejam como capricha na figura:

*Ainda me parece que o estou vendo
no gordo rocinante escarranchado,
as longas calças pelo embigo atadas,
amarelo colete, e sobre tudo
vestida uma vermelha e justa farda.*

E refere a posse (são versos muito conhecidos):

*Chegou-se o dia da funesta posse;
mal os grandes se ajuntam, desce a escada*

*e, sem mover cabeça, vai meter-se
debaixo do lustroso e rico pálio.
Caminham todos juntos para o templo,
um salmo se repete, em doce coro,
a que ele assiste, dessa sorte inchado:
entesa mais que nunca o seu pescoço,
com ar de minuete o pé concerta
e arqueia o braço esquerdo sobre a ilharga.
Eis aqui, Doroteu, o como param
os maus comediantes, quando fingem
as pessoas dos grandes, nos teatros.
Acabada a função, à casa volta
(os grandes o acompanham, descontentes),
com a mesma pompa com que foi ao templo.*

E segue por aí afora. Por fim, uma impreciação:

*Os zelosos juízes punir querem
a injúria da justiça: formam autos,
procedem às devassas, pronunciam
e mandam que estes nomes se descrevam
nos róis dos mais culpados. Mas, amigo,
de que serve fazer-se o que as leis mandam
na terra que governa um bruto chefe,
que não tem outra lei mais que a vontade?*

Gonzaga é nomeado desembargador da Relação da Bahia, promoção que, se não recusa, não se apressa em atender. E, afinal, esperava-se o casamento de Gonzaga e Marília para 1787, mas só em 1788 pede à rainha licença para se casar. O certo é que, em 21 de maio de 1789, era

dada a ordem para prender Gonzaga, que foi enviado para o Rio, para o presídio da Ilha das Cobras; e o conhecimento do Visconde de Barbacena talvez lhe tenha valido menos rigor no tratamento.

Preso, deplora a sorte na *Lira XIX*:

*Nesta triste masmorra,
De um semivivo corpo sepultura,
Inda, Marília, adoro
A tua formosura.
Amor na minha idéia te retrata;
Busca, extremoso, que eu assim resista
À dor imensa, que me cerca e mata.*

E vai por aí. Protesta inocência:

*Venha o processo, venha,
Na inocência me fundo;
Mas não morreram outros,
Que davam honra ao mundo?
O tormento, minha alma, não recuses;
A quem, sábio, cumpriu as leis sagradas
Servem de sólio as cruces.*

*Tu, Marília, se ouvires,
Que ante o teu rosto aflito
O meu nome se ultraja
Com suposto delito,
Dize severa assim em meu abono:
“Não toma as armas contra um cetro justo
Alma digna de um trono.”*

Após três anos de prisão, foi condenado a dez anos de degredo em Moçambique e, em 23 de maio de 1792, partia para a África. Ali foi bem recebido, exercendo algumas comissões públicas, e falecendo em 1810.

*

INÁCIO JOSÉ DE ALVARENGA PEIXOTO nasceu no Rio, em 1744. Parece ter ido criança para Braga, Portugal, e daí para Coimbra, em 1760, onde já deve ter-se exercitado na poesia; tanto que, na publicação em *O Uruguai*, de Basílio da Gama, de um soneto seu, em 1769, demonstra que o fazia com êxito.

Diz o soneto:

*Entro pelo Uruguai, vejo a cultura
Das novas terras por engenho claro;
Mas chego ao templo majestoso, e paro,
Embebido nos rasgos da pintura.*

*Vejo erguer-se a República perjura
Sobre alicerces de um domínio avaro;
Vejo distintamente, se reparo,
De Caco usurpador a cova escura.
Famoso Alcides, ao teu braço forte
Toca vingar os cetros e os altares:
Arranca a espada, descarrega o corte.*

*E tu, Termindo, leva pelos ares
A grande ação, já que te coube em sorte
A gloriosa parte de a cantares.*

E continua por aí afora. Estou fazendo isso como mera provocação, aos leitores, repito.

Recebeu o grau de doutor em 1767, e lecionou, pelo menos como substituto, na Universidade. Habilitado para a magistratura em 1768, a partir de 1769 exerceu o cargo de juiz-de-fora em Sintra e – desenvolvendo-se a “guerra dos poetas” à época –, publicou o soneto “Por mais que os alvos cornos curve a Lua”, o que – diz Domingos de Carvalho e Silva – se já figurava na poesia erudita, pelo menos, desde Camões, com a estância XLVIII do Canto IX dos *Lusíadas*, a qual começa pelo verso “O grão doutor que cornos deu à Lua”, tornou-o alvo de sátiras e até de insultos.

Ele publicou essa poesia e foi alvo de insultos. A poesia é a seguinte. Vou ler apenas um trecho:

*Por mais que os alvos cornos curve a Lua,
Furtando as luzes ao autor do dia,
Por mais que Tétis, na morada fria,
Ostente a pompa da beleza sua;*

*Por mais que a linda Citeréia nua
Nos mostre o preço da gentil porfia;
Entra no campo tu, bela Maria,
Entra no campo, que a vitória é tua.*

Em 11 de março de 1775, foi nomeado ouvidor da Comarca de Rio das Mortes, embarcando para o Rio em 20 ou 22 de novembro, onde permaneceu até agosto de 1776, quando partiu para São João del Rei, tomando posse no cargo em 19 de agosto.

Desse mesmo ano de 1770, é o soneto “Estela e Nise”, largamente conhecido, que aparece, na edição do professor Domício Proença Filho, como “Jônia e Nise”, assim:

*Eu vi a linda Jônia e, namorado,
Fiz logo voto eterno de querê-la;
Mas vi depois a Nise, e é tão bela,
Que merece igualmente o meu cuidado.*

*A qual escolherei, se, neste estado,
Eu não sei distinguir esta daquela?
Se Nise agora vir, morro por ela,
Se Jônia vir aqui, vivo abrasado.*

*Mas ah! que esta me despreza, amante,
Pois sabe que estou preso em outros braços,
E aquela me não quer, por inconstante.*

*Vem, Cupido, soltar-me destes laços:
Ou faze destes dois um só semblante,
Ou divide o meu peito em dois pedaços!*

Vejam que beleza! Como trabalhava bem o poeta!

Aí conheceu a filha do advogado José da Silveira e Sousa, Barbara Heliodora, por volta dos dezoito anos, de quem se enamorou, perdidamente. E em fins de 1777, ou no princípio de 1778, teve Barbara Heliodora uma menina, a bela Maria Ifigênia; mas o padre Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas, que se tornara inimigo de Alvarenga, intensificou campanha contra ele, o que o levou a deixar a Ouvidoria,

dedicando-se à mineração em fazendas distantes de São João del Rei. Isso não sossegou o padre, que conseguiu que o bispo de Mariana impusesse o casamento ao ex-ouvidor. (Parece que Alvarenga Peixoto andou fazendo várias coisas, não muito corretas.)

Em 1782, esteve, certamente, no casamento do seu amigo, coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, e talvez tenha assistido ao batizado do filho do governador, D. Rodrigo José de Meneses, ocasião em que – diz Domingos Carvalho da Silva –, deve ter estreitado suas relações literárias e de amizade com Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga.

É, possivelmente, desse período a sua lira “Bárbara bela”, publicada na *Miscelânea Poética*, de Elías Matos, em 1853, a mais conhecida de suas obras poéticas, e que, além de figurar em todas as antologias, ainda se declama, como peça de especial apreço, nos saraus literários.

*Bárbara bela,
Do Norte estrela,...
... Que o meu destino
Sabes guiar,
De ti ausente,
Triste somente
As horas passo
A suspirar.
 Isto é castigo
 que Amor me dá.*

*Por entre as penhas
De incultas brenhas
Cansa-me a vista
De te buscar;*

*Porém não vejo
Mais que o desejo,
Sem esperança
De te encontrar.
 Isto é castigo
 que Amor me dá.*

*Eu bem queria
A noite e o dia
Sempre contigo
Poder passar;
Mas orgulhosa
Sorte invejosa
Desta fortuna
Me quer privar.
 Isto é castigo
 que Amor me dá.*

*Tu, entre os braços,
Ternos abraços
Da filha amada
Podes gozar,
Priva-me a estrela
De ti e dela,
Busca dois modos
De me matar.
 Isto é castigo
 que Amor me dá.*

Tendo recebido a patente de coronel-comandante do I.º Regimento de Cavalaria Auxiliar do Contingente da Campanha do Rio Verde, comarca de Rio das Mortes, conferida pelo governador Luiz da Cunha e Meneses, passou a ser o coronel Alvarenga.

Em maio de 1788, nascia-lhe o segundo filho varão, e o padrinho foi Tomás Antônio Gonzaga, com quem se reunira algumas vezes, discutindo a situação em face das novas idéias libertárias, tendo Alvarenga Peixoto, segundo consta, proposto que, fundada a República, o lema fosse *Libertas, quae sera tamen*, achado num verso da Écloga I, de Virgílio.

Em 19 ou 20 de maio preparava-se a fim de seguir para a Campanha, quando, chamado ao quartel de São João del Rei pelo tenente Coelho, este lhe deu voz de prisão, sendo levado para a fortaleza da Ilha das Cobras. É desse período o “Soneto escrito no cárcere”:

*Não me aflige do potro a viva quina;
Da férrea maça o golpe não me ofende;
Sobre as chamas a mão se não estende;
Não sofro do agulhete a ponta fina.*

*Grilhão pesado os passos não domina;
Cruel arrocho a testa me não fende;
À força perna ou braço se não rende;
Longa cadeia o colo não me inclina.*

*Água e pomo faminto não procuro;
Grossa pedra não cansa a humanidade;
A pássaro voraz eu não aturo.*

*Estes males não sinto, é bem verdade;
Porém sinto outro mal inda mais duro:
Da consorte e dos filhos a saudade!*

E este outro, em que lembra Gonzaga:

*Eu não lastimo o próximo perigo,
Uma escura prisão, estreita e forte;
Lastimo os caros filhos, a consorte,
A perda irreparável de um amigo.*

Demorou o processo quase três anos, seguindo degredado para a África, onde morreria, em 27 de agosto de 1792, aos quarenta e oito anos de idade.

Entre os papéis encontrados pelos juízes da Devassa, estava uma ode inacabada que, entretanto, nada lhe acrescenta à glória.

*

MANUEL INÁCIO DA SILVA ALVARENGA, que é o quarto rebelde lírico da Inconfidência, nasceu em Vila Rica, em 1749, mestiço de ascendência humilde, e em 1768 veio para o Rio, para os estudos preparatórios. Em 1771, inicia os estudos superiores em Coimbra, e forma-se em 1776, em Direito, partindo para o Brasil, em 1777. Exerce a advocacia e, em 1782, abre curso de poética e retórica, continuando a advogar, e participando da Arcádia, com o nome de Alcindo Palmireno.

Sua musa é Glaura, a quem dedica rondós e madrigais: o rondó, forma poética medieval francesa, originalmente dedicado ao canto, como este “A lembrança saudosa”:

*Conservai, musgosas penhas,
Nestas brenhas minha glória;
E a memória, que inda existe,
Torne um triste a consolar.*

*Repousavas, Glaura, um dia
Neste leito de verdura,
E esta fonte bela, e pura
Mal se ouvia murmurar.*

*Eu vi Zérifo saudoso,
Pelas Ninfas conduzido,
Sobre as asas suspenso
Amoroso respirar.*

E segue por aí afora.

O madrigal, de origem italiana, é também seqüência de versos, com a rima variando, conforme o desejo do poeta, como nestes trechos do Madrigal II:

*Suave fonte pura,
Que desce murmurando sobre a areia,
Eu sei que a linda Glaura se recreia
Vendo em ti os seus olhos, a ternura;
Ela já te procura;
Ah! como vem formosa, e sem desgosto:
Não lhe pintes o rosto:
Pinta-lhe, ó clara fonte, por piedade
Meu terno amor, minha infeliz saudade.*

Ou o final do Madrigal LVII:

*Ó águas dos meus olhos desgraçados,
Parai que não se abrande o meu tormento:
De que serve o lamento*

Se Glaura já não vive? Ai, duros Fados!
Ai, míseros cuidados!
Que vos prometem minhas mágoas? “Águas,
Águas”, responde a gruta,
E a Nínia, que me escuta nestes prados!
Ó águas de meus olhos desgraçados,
Correi, correi; que na saudosa lida
Bem pouco há de durar tão triste vida.

Em 1794, é preso como conspirador, passando dois anos e meio na cadeia, até 1797, quando é posto em liberdade, por ato de clemência de D. Maria I. Em 1799, circula a primeira edição de *Glaura*. Morre em 1814, solteiro, sem deixar descendentes.

*

Senhores Acadêmicos, meus caros Amigos.

Ao cantar em verso os sentimentos mais nobres da alma humana, os rebeldes da Inconfidência deixaram-nos testamento comovente e duradouro: o amor que os inspirou e lhes deu o mote feliz ou desditoso para o poema, em louvor das deusas escolhidas; o hino à Natureza pródiga e fecunda, que os acolheu e circundava, aureolando o meio em que viviam; a esperança com que o civismo e a brasilidade já nascentes e poderosos lhes vestiram a rebeldia; tudo ficou, na literatura brasileira, como o amálgama divino que cimentou a nossa união e nos assegurou a unidade física e moral de que nos orgulhamos, e para a qual contribuíram, como ninguém, com o estro suave ou duro, cândido ou rebelado, comovente ou satírico, que, no amor e na desgraça, lhes marcou a vida.

A língua que ajudaram a sedimentar é, graças a Deus, mais de duzentos anos depois, a que falamos, em toda a extensão imensa e íntegra da

pátria; o sentimento cívico, o mesmo que toda a gente comunga e sustenta; os anseios de liberdade, igualdade e fraternidade que lhes moveram a pena e a ação, os mesmos que, ainda hoje, nos animam e fortalecem, unem e congregam.

Se fraquejaram na hora extrema, sustentou-lhes a causa o Mártir maior, digno de todos e, por si só, capaz de redimi-los, com o sacrifício no patíbulo, esse alferes Tiradentes que, com o sangue, resgatou a terra, a gente e o porvir.

Este o culto que todos – ao lembrar os quinhentos anos do Descobrimento, ante o altar da pátria, de joelhos, invocando os que nos deram a unidade da terra, da língua e do sentimento de Brasil –, comemoramos, comovidos e ufanos. E que a Academia Brasileira de Letras, fiel e secular depositária das nossas tradições, relembra e festeja.

Políticos escritores

As comemorações do primeiro centenário da Academia Brasileira de Letras são excelente oportunidade para que, lembrando-lhe um pouco a história, o Brasil possa conhecer toda a riqueza do patrimônio cultural, cívico e moral em que ela se constituiu, e que não encontrará paralelo em nenhuma outra instituição, aqui ou alhures. Em todas as áreas da vida nacional, e não apenas no conhecimento ou no campo literário, avulta sua riqueza, ostentando os mais ilustres nomes da vida do país, com os serviços mais relevantes à terra e à gente.

Por isso, a feliz iniciativa de lembrar aqui aqueles que, nas várias áreas do pensamento ou da ação, dela participaram, serve ao Brasil, como ocasião ímpar de recordar-lhes o trabalho, o esforço, o desvelo, aos quais devemos nossa grandeza, nosso passado, nosso presente e os rumos do nosso futuro.

Não haveria de ser diferente na nobre arte da política, compreendida como a arte do bem comum, conceito amplo que prevalece desde Aristóteles, “ciência e arte do Governo”, até os mais pragmáticos, que nela vêem o uso dos instrumentos e meios disponíveis para atingir o poder e, aqui, convocando a participação do sentido ético, para restringir esse uso aos meios bons, lícitos e justos. Se o fim da política é o poder, e se a este é autorizado o uso de todos os meios, inclusive a força,

☛ Conferência proferida no dia 15 de setembro de 1997.

há que impor-lhes um fim ético: o da busca do bem da sociedade como um todo, da ordem, do bem comum, da justiça e da paz.

Mas deixemos essas elucubrações para outra oportunidade e busquemos, na lista venerável dos fundadores e ocupantes das quarenta Cadeiras da Academia, em todos os tempos, os que mais marcadamente tiveram, entre nós, a oportunidade de exercer a atividade política e não apenas cultivar o conhecimento da ciência política.

Natural que homens do pensamento, que move a ação e a orienta, exerçam todos atividade política no mais alto sentido, começando na política das boas letras, sem descurar da política do bem comum, que a todos interessa. Na verdade, todos os acadêmicos, de uma ou de outra forma, participam ou participaram da ação política, convocados pelo anseio de bem servir ao país; e quem fala sobre políticos na ABL erraria menos citando todos os acadêmicos, do que numerando os que lhe parecessem políticos pela atividade desenvolvida.

Rachel de Queiroz – há alguém mais político do que Rachel de Queiroz? – como lembra Murilo Melo Filho, que no seu excelente testemunho político disse bem, como sempre, que “a tentação da política é muito forte para os literatos”. Por isso mesmo, na Academia, encontramos os expoentes de todos os movimentos políticos no Brasil moderno, desde a República e até antes dela, como quando deparamos com a presença de defensores intransigentes do Império, como Carlos de Laet, e ardorosos republicanos, como Rui Barbosa; partidários de Washington Luís, como Octavio Mangabeira, e revolucionários de 1930, como João Neves da Fontoura; legalistas de 1932, como Alcântara Machado; e adversários como Getúlio Vargas; em 1964, Hermes Lima e Luís Viana Filho, e mais recentemente Darcy Ribeiro e Lyra Tavares; e até pessedistas como Geraldo França de Lima, que nos honra com a sua presença, e udenistas como Oscar Dias Corrêa, sem que as divergências partidárias magoem a convivência acadêmica.

Daí a dificuldade acrescida deste levantamento sumário e a necessidade de fixar um critério, ainda que não rígido. Foi o que fizemos, indicando, de preferência, aqueles que exerceram mandato eletivo, recebendo a sagração das urnas, ainda que, de passagem, nos refiramos aos que exerceram outras atividades, igualmente políticas, da mesma altitude, como a política internacional e cargos de relevo da administração pública.

Uma exceção aparentemente estranha abrimos, porque obrigatória, sobretudo neste primeiro centenário da Academia, para Machado de Assis. Dir-se-á que ele não se submeteu ao veredicto popular, não foi deputado, nem exerceu cargo substancialmente político; e talvez se afirme que ele não se envolveu em política, e até que, tendo “tédio à controvérsia”, não se imiscuiria nessas disputas.

Quem diz o contrário, porém, é Magalhães Júnior, no seu *Machado de Assis Desconhecido* (Civilização Brasileira, p. 73 e segs.), ao tratar de Machado de Assis e a política. O capítulo comprova-lhe a veia política e afirma que Machado chegou a ser cogitado para deputado pelo Partido Liberal, por indicação de Saldanha Marinho, então presidente da província de Minas, nossa província de Minas. Candidato, precisamente, honramo-nos em dizê-lo, pelo Segundo Distrito de Minas, para a legislatura 1867-1868, com o apoio do presidente da província, a quem ajudava no *Diário do Rio de Janeiro*, conforme notícia de *A Opinião Liberal*, de 12 de maio de 1866.

Aguardo que o Tribunal Superior Eleitoral me confirme se Machado chegou a ser incluído na lista dos candidatos. Fiz uma consulta que ainda não obteve resposta. Parece, contudo, que Machado de Assis não se candidatou, mas, nem por isso, a preocupação política o abandonou, e em personagens, em inúmeras passagens, surge o deputado eleito, ou simplesmente candidato, ou meramente aspirante, ou imaginário, o que Magalhães Júnior sumaria no artigo, e aqui, infelizmente, não há como repetir.

Voltando ao tema, mesmo aos lembrados, não nos cabe senão brevíssima menção da obra literária realizada. Além disso, obedecemos à ordem numérica das Cadeiras, para não valorizar, segundo o nosso próprio critério, os nomes a tratar, na preferência em que os enumeraríamos. Começemos, obviamente, pelos acadêmicos que foram presidentes da República, e dois deles surgem: Getúlio Vargas e José Sarney; tendo exercido o mais alto cargo da República, hão de ter encarnado a política no sentido mais pragmático e amplo da condução da coisa pública, arcando com as responsabilidades na direção dos nossos destinos.

Getúlio Vargas (Cadeira 37), chegou à Academia como o todopoderoso chefe de Estado e do Governo em 1941, quando fez a transição da democracia para o autoritarismo, no ciclo 37/45. Credita-se-lhe como obra *A Nova Política do Brasil*, reunião de pronunciamentos, em onze volumes. Assis Chateaubriand, no memorável discurso de sucessão nesta Casa, pintando-lhe, com a força de sua estranha adjetivação, a figura, refere-se ao seu estilo, dizendo: “Tinha uma prosa castigada, corrigia o que ditava ou que redigia, mais de uma vez. De sangue ibérico, fugia, entretanto, a toda forma de gongorismo, de linguagem derramada. Era preciso, elegante, e sobretudo, proporcionado. Seu estilo de escritor se apresentava o oposto daquele dos homens públicos gaúchos da sua geração. Era usurário de adjetivos, sabia podar a crespa vegetação de nossa oratória.” (*Discursos Acadêmicos*, vol. XIV, p. 99.)

José Sarney (Cadeira 38), foi presidente da República em difícil período de transição, do autoritarismo para a democracia, atuando sempre com tolerância e compreensão democrática. Figura com relevo no conto, com *Norte das Águas*; na poesia, com *Marimbondos de Fogo*; e no romance, com *O Dono do Mar*, recentemente publicado, em que o estilo do autor chega à maturidade da forma encontrando na crítica dos doutos a melhor acolhida. Dele diz Ferreira Gullar: “Romance poético nascido de uma experiência de vida. Há ali a vivência do mar e da pesca,

mas tudo serve apenas de apoio e contraponto à fabulação do ficcionista, do poeta, que nos arrasta para dentro de um mundo feérico, habitado de monstros e fantasmas, tendo nascido dos abismos do mar e da alma humana. A mistura da realidade e do sonho, da paixão e do mito, da fantasia e da história, dá o tom específico do livro.”

*

Deixados os presidentes da República, buscamos como expressão política os ministros de Estado que, demais disso, tenham tido mandato parlamentar, e aqui a messe se multiplica de forma inacreditável, combinando a Academia e a política brasileira numa simbiose inconsútil. E logo se lembre Rui Barbosa (Cadeira 10) (1849-1923), que foge aos critérios, figura maior da cultura nacional, que engrandeceu a Política, o Direito e a Literatura, encarnou o civismo e o amor à pátria. Sua atividade incansável na Política e no Direito inicia-se na Câmara dos Deputados, amplia-se na campanha abolicionista, atinge o esplendor na elaboração de Constituição de 1891, que teve nele o seu indiscutível autor, vindo depois as campanhas populares, que fortaleceram, entre nós, o civismo e a democracia; além de ter realizado uma grande obra, que ainda não se coligiu totalmente, embora ultrapassados em muito os cem volumes.

Figura inigualável, cujo nome marca a história da República e desta Casa, da qual foi presidente, logo após Machado de Assis.

Depois dele, seguindo a ordem das Cadeiras:

João Neves da Fontoura (1897-1963), (Cadeira 2), a quem aprendi a admirar ainda menino, nas disputas parlamentares da Aliança Liberal, e que, depois, ocupou o Ministério das Relações Exteriores. Orador primoroso, memorialista, jornalista, advogado, é o autor de páginas magníficas de nossa eloquência parlamentar, impondo-se, pelo menos, a lembrança das *Memórias*.

Aníbal Freire da Fonseca, (1884-1970), (Cadeira 3), deputado estadual e federal, secretário de Estado, consultor-geral da República, ministro da Fazenda, ministro do Supremo Tribunal Federal, professor, autor de obras de História e de uma biografia de Rosa e Silva.

Cândido Motta Filho (1897-1977), (Cadeira 5), jurista, professor de Direito, humanista, ministro da Educação, deputado por São Paulo, ministro do Supremo Tribunal Federal, partícipe da Semana de Arte Moderna de 1922, deixou-nos vasta obra no campo do Direito e das Ciências Sociais, como *Introdução ao Estudo da Política Moderna*, *Alberto Torres e o Tema de Nossa Geração*, *Rui Barbosa, Esse Desconhecido* (título que, sem saber, copiei em artigo, faz muito tempo), *A Vida de Eduardo Prado*, *Ensaio sobre a Timidez*, entre outras.

Afonso Pena Júnior (1879-1968), (Cadeira 7), deputado federal e ministro da Justiça, menos político do que envolvido por ela em suas tramas, das quais, a custo, se livrou, como da candidatura à Presidência da República, em 1950. Autor dos festejados estudos sobre *A Arte de Furtar e o Seu Autor* e sobre a autoria das *Cartas Chilenas*. Guardo dele, além da leitura das obras, uma reminiscência indelével, pessoal: o telegrama felicitando os cem anos do professor Teófilo Ribeiro. Teófilo Ribeiro foi um grande jurista mineiro que, ao fazer cem anos, recebeu de Afonso Pena Júnior um telegrama dizendo: “META MATUSALÉM NO CHINELO.”

Hermes Lima (1902-1978), (Cadeira 7), professor de Direito, jurista, deputado estadual e federal, ministro do Trabalho e Previdência, das Relações Exteriores, da Casa Civil, ministro do Supremo Tribunal Federal, injustiçado pela Revolução de 1964, o que não lhe impediu de realizar, com garbo, “a travessia” da atividade política para a vida literária; autor de obras de mérito notável no campo do Direito, como a *Introdução à Ciência do Direito*, na qual todos iniciamos o nosso aprendizado, *Problemas de Nosso Tempo*, *Tobias Barreto – a Época e o*

Homem, Travessia e a biografia crítica de Anísio Teixeira – Estadista da Educação.

João Luís Alves (1870-1921), (Cadeira II), professor de Direito, jurista, autor de um dos mais precisos e concisos comentários de nosso *Código Civil*, ministro do Supremo Tribunal Federal, ministro da Justiça, que teve o privilégio de, nessa condição, receber do Governo da França a doação do *Petit Trianon*, em nome do Governo brasileiro. Quem recebeu a doação do prédio da Academia, em nome do Governo brasileiro, em face do Governo francês, foi João Luís Alves.

Veio integrar esta Casa em sucessão a outra figura admirável, Pedro Lessa, que a honrou com seu talento e sua cultura, bem como ao Supremo Tribunal Federal, que o teve entre os seus integrantes mais notáveis, sucessão que envolveu também Eduardo Ramos, falecido antes de se empossar.

João Luís Alves exerceu todos os altos cargos da República, desde chefe do Executivo Municipal, em Campanha, Minas Gerais, deputado estadual, federal, secretário das Finanças e senador pelo Espírito Santo.

Darcy Ribeiro (1922-1997), (Cadeira II), antropólogo, político e literato, preocupado com a busca da identidade nacional, deixou-nos, além da obra científica, os romances que o trouxeram a esta Casa: *Maíra*, *O Mulo*, *Migo*, e sonhou realizar obra educacional que equacionasse os nossos problemas civilizatórios.

José Carlos Macedo Soares (1883-1968), (Cadeira I2), político, deputado, constituinte, professor, diplomata, ministro da Justiça, das Relações Exteriores, interventor em São Paulo, aqui pontificou, tendo publicado inumeráveis ensaios sobre matérias várias, além de discursos e conferências.

Abgar Renault (1903-1996), (Cadeira I2), de quem amargamos ainda a saudade da partida, prosador exímio, poeta de inigualável estro, tradutor esmerado, deputado em Minas Gerais, ministro da Educação e

Cultura. Permanece entre nós pelo grande patrimônio de sua obra literária, valendo salientar: *Sonetos Antigos*, *Sofotulafai*, *A Outra Face da Lua*, *Poemas* (Coletânea), além das admiráveis traduções, em especial a poesia de Rabindranath Tagore.

Pedro Calmon (1902-1985), (Cadeira 10), professor e historiador de largo fôlego, deputado estadual e federal, ministro da Educação, orador elegante e culto, expositor claro, fluente e completo, com sua obra de História: *História da Independência do Brasil*, *O Rei Cavaleiro*, *A Vida de Dom Pedro I*, *O Rei Filósofo*, *A Vida de Dom Pedro II*, *O Rei do Brasil*, *A Vida de Dom João VI*, *História de Castro Alves*, *História do Brasil*, *História Social do Brasil*, etc.

Félix Pacheco (1879-1937), (Cadeira 16), deputado, senador, ministro de Estado, poeta e jornalista, com *Via-Crucis*, *Luar de Amor*, etc.

Luís Viana Filho (1908-1990), (Cadeira 22), político que ocupou os mais altos cargos. Deputado federal, com quem tive o privilégio de conviver, fraternamente. Senador e presidente do Senado Federal, governador da Bahia. Nesta Casa, o historiador e o notável grande biógrafo de grandes vultos como Rui, Nabuco, Barão do Rio Branco, Machado de Assis, José de Alencar, Eça de Queiroz, além dos estudos históricos em que se exceu, como *O Governo Castelo Branco*.

Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917), (Cadeira 23), jurista eminente, escritor notável, eleito para esta Casa na vaga de Machado de Assis, a quem defendera das críticas do Sílvio Romero no *Vindícia*. Conselheiro e senador do Império, chefe de Gabinete, autor de obras jurídicas, ainda hoje atuais, como *O Direito das Coisas*, *Direito da Família*, *Direito Internacional Público*, escritor de estilo nobre, polemista temido, sarcástico e ferino.

Octavio Mangabeira (1886-1960), (Cadeira 23), político respeitado e digno, orador poderoso pela dialética e pela precisão vocabular, parlamentar de inigualáveis virtudes. Ministro das Relações Exteriores,

que a Revolução de 1930 mandou ao exílio, e que voltou triunfante, com a redemocratização de 1945. Governador da Bahia, autor de notáveis discursos e conferências.

Barão de Loreto (Franklin Dória), (1836-1906), (Cadeira 25), crítico, orador, professor, presidente do Maranhão, do Piauí e de Pernambuco, vereador, ministro de Estado, poeta de *Lirismo Popular e Campestre*, como disse Sílvio Romero, com *Enlevos, Cântico Comemorativo da Guerra do Paraguai*, etc.

Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990), (Cadeira 25), digno representante da melhor estirpe dos políticos mineiros, deputado, senador, ministro de Estado das Relações Exteriores, escritor que se notabilizou nas letras jurídicas, na memorialística e no ensaio, honrando esta Casa com um conjunto de obras admiráveis, valendo lembrar: *Introdução à Realidade Brasileira, Conceito de Civilização Brasileira, Estadista da República, A Alma do Tempo, A Escalada, Planalto, Alto-mar Mar alto, Amor a Roma*, etc.

Lauro Müller (1863-1926), (Cadeira 34), deputado, governador, ministro da Viação e Obras Públicas, das Relações Exteriores, orador e expositor, autor de *Os Ideais Republicanos*.

É cansativo, mas mostra como os políticos tomaram conta desta Academia e continuam tomando, e alguns acadêmicos até à Presidência da República já chegaram.

Maurício Medeiros (1885-1996), (Cadeira 38), deputado estadual e federal pelo Rio de Janeiro, ministro da Saúde, novelista, jornalista, professor, salientando-se em sua obra: *Peço a Palavra, Segredo Conjugal* (novela), *Idéias, Homens e Fatos, Pensamento de Medeiros e Albuquerque, Joaquim Nabuco*, etc.

José Américo de Almeida (1887-1980), (Cadeira 38), secretário do Governo da Paraíba com João Pessoa, senador, realizou na política obra que se malogrou no intento maior da Presidência da República, mas foi

ministro da Viação de Getúlio Vargas no Governo provisório e, depois, no Governo constitucional. Deixou vasta obra de ficção e de estudos brasileiros, devendo citar-se: *Reflexões de um Cabra* (novela), *A Paraíba e Seus Problemas*, *Boqueirão*, *A Bagaceira*, *Coiteiros*, *Ocaso de Sangue* e as memórias *Antes Que Eu Me Esqueça*.

*

Se passarmos agora aos que, no Parlamento, em outros cargos de alto relevo, exerceram atividade política mais ou menos intensa, o número avulta ainda mais, havendo apenas lugar para enunciar-lhes o nome. Lembremos:

Mário Palmério (1916-1996), (Cadeira 2), fraterno adversário político na Câmara Federal e magnífico autor de *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre*, espelhando a nossa realidade política do interior.

Barbosa Lima Sobrinho (1897), (Cadeira 6), o incansável paladino democrático, emblema desta Casa, com sua atuação na Câmara Federal e no Governo de Pernambuco e, depois, na luta política nacional. Exemplo de maturidade, de obstinação patriótica, com os ensaios de História, Direito e Literatura, que abarcam todas as grandes questões nacionais.

Augusto de Lima (1860-1934), (Cadeira 12), magistrado, professor, jornalista, político, deputado, presidente de Minas, poeta, autor de *Contemporâneas*, *Símbolos* e da *Coletânea* que lhe enfeixa boa parte da poesia.

Gustavo Barroso (1885-1959), (Cadeira 19), deputado federal e secretário da Justiça do Ceará. Com estudos de História, de folclore, contos, romances, biografias, memórias. Larga obra de cento e vinte e oito volumes – só Josué Montello é quem está ameaçando Gustavo Barroso – iniciados com *Terra do Sol* (1912) e *Ensaio Sociológico sobre o Sertão Cearense*.

Olegário Mariano (1889-1958), (Cadeira 21), deputado constituinte – pouca gente sabe disso – deputado federal, conhecido como o “poeta das cigarras”, de obra largamente consagrada.

Jorge Amado (1912) (Cadeira 23), que exerceu, no cenário político, saliente atuação na redemocratização de 1945, energias que, depois, voltou a concentrar no romance, não sendo de deslembrar os que publicou, desde *O País do Carnaval*, *Cacau*, *Jubiabá*, *Mar Morto*, *Capitães de Areia*, *Terras do Sem Fim*, *Gabriela*, *Cravo e Canela*, *A Morte e a Morte de Quincas Berro d'Água*, *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, *Tenda dos Milagres*, *Tereza Batista Cansada de Guerra*, *Tocaia Grande*, na infatigável obra do ficcionista.

Joaquim Nabuco (1849-1910), (Cadeira 27), o grande líder abolicionista, tribuno e escritor de *Minha Formação*, *Um Estadista do Império* e de tantos outros ensaios de excepcional valor, reunidos nas *Obras Completas*, em quatorze volumes.

Gilberto Amado (1887-1969), (Cadeira 26), deputado federal por Sergipe, depois dedicado à diplomacia. Poeta, romancista, memorialista, professor, político, com ensaios primorosos reunidos em: *A Chave de Salomão*, *Grão de Areia*, *Aparências e Realidades* e outros, além de dois romances: *Inocentes e Culpados* e *Os Interesses da Companhia*.

Levi Carneiro (1882-1971), (Cadeira 27), deputado constituinte, jurista eminente, orador, conferencista, juiz da Corte Internacional da Haia.

Menotti del Picchia (1892-1988), (Cadeira 28), temperamento político ativo e inquieto, que não se acalmou nem com o êxito de *Juca Mulato* e os poemas modernos, que lhe deram fama e popularidade. Exerceu na Câmara Federal intenso trabalho de análise da situação brasileira, que pouca gente conhece. E a Câmara deveria publicar-lhe as obras parlamentares, o que eu já propus e ainda não foi feito, completando e corrigindo a obra que encetara nos *Estudos sobre a Democracia*,

em discursos de profundas observações sobre nossa realidade, e que nos deixou, além dos versos famosos do *Juca Mulato*, *As Máscaras*, *Chuva de Pedra*, romances consagrados como *Salomé*, contos, novelas, memórias em *A Longa Viagem*, até os estudos sobre *A Crise da Democracia*.

Antônio Austregésilo (1870-1960), (Cadeira 30), deputado federal por Pernambuco, médico e professor, ensaísta. Com pendor literário para o simbolismo, escreveu, entre outros livros, *Mancha* (poesia) e inúmeros ensaios.

Viriato Correia (1884-1964), (Cadeira 32), deputado estadual e federal pelo Maranhão, que nos legou crônicas históricas, contos, romances, teatro e obras de literatura infantil, amplamente difundida.

Dom Aquino Correia (1885-1956), (Cadeira 34), poeta e orador, presidente do Estado de Mato Grosso. Com *Odes* (dois volumes) *Terra Natal*, *A Flor de Aleluia*.

Magalhães Júnior (1907-1981), (Cadeira 34), teatrólogo, contista, cronista, biógrafo, poeta e historiador, com imensa obra em todas essas áreas, vereador à Câmara Municipal do então Distrito Federal, em 1949 e 1954.

Alcântara Machado (1901-1935), (Cadeira 37), contista de mérito, cronista, deputado federal por São Paulo, bastando lembrar: *A Morte do Bandeirante*, *Brás*, *Bexiga* e *Barra Funda* e *Laranja da China*.

Assis Chateaubriand (1892-1968), (Cadeira 37), o jornalista todopoderoso e, mais, o político atuante, ousado e perspicaz, participando ativamente de todos os grandes movimentos políticos nacionais que, nele, tiveram figura de comando. Senhor de inigualável força inspiradora, que dominou por bom tempo a imprensa do país, tendo além disso publicado obras como *O Conceito de Direito*, *Alemanha*, *Terra Desumana* – tem tido, ultimamente, toda a sua obra republicada.

Candido Mendes (Cadeira 35), deputado federal, o arguto analista e erudito expositor, que alia o poder da exegese à vontade do poder e valo-

riza a disputa dos cargos públicos com a sua presença, como a Cadeira que honra nesta Casa, com as obras de ensaísta de largo espectro: *Nacionalismo e Desenvolvimento*, (citarei apenas algumas), *Memento dos Vivos* e as recentes análises da democracia: *A Democracia Desperdiçada*, *Poder e Imaginário Social*.

*

E há os que, exercendo a atividade política, não desempenharam mandato eletivo, ainda que os cargos que ocuparam sejam, na verdade, de intensa feição política.

Miguel Reale (1910), (Cadeira 14), jurista, professor, filósofo, poeta das mais nobres vocações humanistas do Brasil contemporâneo, com admirável obra que abrange os debates dos grandes temas atuais. Secretário da Justiça, mais de uma vez, em São Paulo – como um secretário da Justiça poderia não ser político? Fundador do Partido Popular Sindicalista que, mais tarde, serviu de base ao Partido Social Progressista.

Antônio Houaiss (1915), (Cadeira 17), filólogo e dicionarista. Político de idéias, ministro da Cultura, presidente que enobreceu esta Casa, ostentando vasta obra no campo da crítica e dos estudos lingüísticos, além de inúmeros outros ensaios.

Aurélio de Lyra Tavares (1905), (Cadeira 20), que somou à carreira das armas, na qual atingiu os mais altos postos, a condição de escritor elegante e sóbrio. Ministro de Estado (e o cargo de ministro é um cargo político por excelência), em momento político difícil da vida nacional. Vale lembrar de sua obra: *O Brasil de Minha Geração*, *Aristides Lobo e a República*, além de trabalhos ligados à arte militar.

Dantas Barreto (1850-1931), (Cadeira 27), teatrólogo, jornalista, tendo participado da Campanha de Canudos, sobre a qual escreveu *Última Expedição a Canudos*.

Eduardo Portella (1932), (Cadeira 27), crítico seguro e respeitado, ensaísta correto e poderoso, e que, estando no Ministério da Educação, honrou a pasta com o seu tirocínio e trabalho eficiente, tendo dado, até agora, às letras do país, obras como *Dimensões I, II e III*, e os vários e primorosos estudos de teoria literária e ensaios críticos.

Domício da Gama (1862-1925), (Cadeira 33), contista, jornalista, diplomata, ministro das Relações Exteriores.

Barão do Rio Branco (1845-1912), (Cadeira 34), ministro das Relações Exteriores, integrador do território nacional, em sua conformação geopolítica, e que aqui nesta Casa entrou, também, pela atividade que desempenhou, além das ainda consagradas *Efemérides Brasileiras*.

Arnaldo Niskier (1935), (Cadeira 18), que ao lado de viva atividade educacional na cátedra e nas obras didáticas, esplende num temperamento político insopitável na Secretaria da Educação do Estado do Rio de Janeiro, na disputa política, atuou com civismo, motor de intensa atividade. Com vasta obra, sobretudo ligada aos modernos estudos de educação e às tendências reformistas.

*

Isto tudo, imaginem, sem falar nos que ainda, pessoalmente, fora da disputa política, participaram dela, mais atuantes do que a maioria dos seus atores, influenciando consideravelmente, tais como:

Austregésilo de Athayde (1898-1995), (Cadeira 8), no editorial ou no artigo diário nos Diários Associados, ditando rumos, definindo posições. Autor de obra notável nessa área, além de *Histórias Amargas*, com os seus contos e ensaios sobre todos os grandes temas universais.

Carlos Castello Branco (1920-1993), (Cadeira 34), jornalista político por excelência, fazendo de sua coluna a bússola política do país, no tempo em que honrou o jornalismo nacional. E nesta Casa, além de ter sido o ficcionista dos *Continhos Brasileiros*, o romancista de *Arco de*

Triunfo – o ensaísta de *Introdução à Revolução de 1964* e o *Militares no Poder*.

Obviamente, embora a atividade política seja muito mais ampla do que o simples exercício de cargos públicos, era preciso adotar o critério da submissão ao veredicto do povo, que, em princípio, pareceu-nos o mais importante.

De outra forma, teria de lembrar, por exemplo, os que participaram da formação e da atuação da política internacional do país, e teríamos uma plêiade de notáveis diplomatas, começando com João Guimarães Rosa (Cadeira 2), Sergio Corrêa da Costa (Cadeira 7), Magalhães de Azeredo (Cadeira 9), Carlos Chagas Filho (Cadeira 9), Hélio Lobo (Cadeira 13), Sergio Paulo Rouanet (Cadeira 13), Álvaro Lins (Cadeira 17), Ribeiro Couto (Cadeira 26), Josué Montello (Cadeira 29), Paulo Carneiro (Cadeira 36), José Guilherme Merquior (Cadeira 36), Graça Aranha (Cadeira 38), João Cabral de Melo Neto.

Por fim, para ser exato, devo citar, sem qualquer constrangimento pessoal, o nome de um parlamentar e político, estudante de Direito e aprendiz das boas letras, que ocupa a Cadeira 28, depois de ter sido deputado estadual, deputado federal, secretário da Educação em Minas Gerais, ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro da Justiça – que é o orador desta tarde – e que, no afã literário, já tentou do romance à poesia, do discurso ao ensaio, freqüentando a cátedra, o pretório e a tribuna do povo. Eu seria insincero e falso, se não me citasse.

*

Para coroar esta resenha despreziosa e certamente lacunosa, pois será impossível traçar, em uma palestra, o perfil de tantos que exerceram a atividade política e se integraram a esta Casa, coorte de cidadãos de vida dedicada ao país, devo lembrar os nomes de dois vultos eminentes que – embora não tendo pertencido à Academia como membros efetivos, vivendo muito antes da fundação dela, embora devessem sonhar

com ela, como fruto da liberdade que buscavam – se integraram como patronos, que aqui a dignificam e lhes marcam o destino: Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) e Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810).

Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga exerceram a atividade política no mais nobre e elevado sentido: o do sacrifício pela liberdade e pela independência da pátria. Por isso lhes tributamos, agora, nesta Casa, como coroamento, nossa homenagem aos patronos das Cadeiras 8 e 37, servindo para demonstrar que o anseio democrático nascente no Brasil inspirou a glória da Academia e honrou o sacrifício pela pátria comum.

Basílio da Gama e Santa Rita Durão

Devo uma palavra de agradecimento a Ivan Junqueira que, ordenando-me tarefas às vezes acima das minhas forças, faz-me desafio que enfrento, misturando a irresponsabilidade da ousadia com a responsabilidade acadêmica, que esta me aconselharia a tratar de outros temas, ou a manter-me silente...

Tomem-se, pois, as minhas palavras como fruto da primeira, a ousadia, de quem esquece os anos que tem, para dizer o que pensa, ainda que possa parecer desarrazoado ao sentir dos entendidos; ou a quem acata o comando acadêmico emanado de quem pode, o eminente, culto, talentoso e operoso Secretário-Geral da Casa, a quem obedeço, academicamente.

Digo, por exemplo, com as vênias mais contritas, que não acredito no rigor com que muitos doutores, respeitáveis e renomados, enumeram, delimitam e classificam as escolas literárias.

A moda, a época, os coevos, ajudam a ditar certas características, mas, crítico que não sou, na minha insciência, cada autor é um autor, e

☞ Conferência proferida em 15 de julho de 2003, durante o Ciclo *Arcadismo* (Escola Mineira).

não me preocupo em defender-lhe a escola, nem a filia-lo a alguma. E se o estilo é o homem, cada autor é sua própria escola, e assim o respeito.

Poderão dizer – e os aplaudirei – que digo isso porque não entendo nada do recado. Eu lhes retrucarei que o pior é que quanto mais leio, e leio cada vez mais, menos entendo de escolas e mais duvido de classificações; e poderão redargüir que então a falta é de entendimento, e eu os aplaudirei, de novo.

Não direi que não haja delimitações, contornos fundamentais, mas dificilmente se repetem, se consagram por inteiro, em matéria literária, ao contrário do que ocorre em outras ciências e artes.

Ainda mais me endureci nessa crença quando ouvi aqui as excelentes palestras sobre o Barroco, e cheguei à conclusão de que todos nós somos barrocos, tudo é barroco... E me meti a estudar o Arcadismo, para iniciar esta palestra, e pensei que será das poucas coisas diferentes, porque, aqui entre nós, Escola Mineira, e Minas é Minas! O que já é uma contradição!

*

Mas, vamos ao tema. Após o Renascimento, e como reação à unidade cristã-teológica da Idade Média, dizem Afrânio Coutinho e Galante de Sousa, uma mentalidade nova, de restauração do espírito pagão greco-romano, racional, surgiu o neoclassicismo, espalhando-se pelas literaturas européias, sobretudo no século XVII. A partir daí, no século XVIII, encontram-se as tendências e correntes espirituais e estéticas e mesclam-se: “não há absoluta pureza de estilos e ideologias”, e não há como fazer o estudo dos autores do época, marcada por revolução política, social, moral, estética inconfundível.

O Arcadismo, ensina-se, foi parte dessa vocação neoclássica e defendia “um novo ideal de vida simples, na intimidade com a Natureza, que

se pusesse em alta estima o bucolismo, em que autenticamente viveram os pastores da Arcádia, na velha Grécia, e que no seu sentido estético e ético está superiormente expresso nos *Idílios* de Teócrito, nas *Écoglas* de Virgílio e na *Arcádia* de Sannazaro” (cf. “Neoclassicismo e Arcadismo”, “A literatura do Setecentos”, por Antonio Soares Amora, in *A Literatura no Brasil*, de Afrânio Coutinho e Galante de Souza, 2.^a ed., v. I, p. 313).

Essa tendência haveria de repercutir no país nascente o sentimento nativista, com o “desejo de renovação da vida, de renovação do homem e de coerente renovação da arte”.

Nesse quadro, que abrangeria Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga e outros, inserem-se José Basílio da Gama e Frei José de Santa Rita Durão, dos quais nos cabe falar, com a brevidade e síntese possíveis a quem apenas pretende aflorar o tema, ainda que em prejuízo da qualidade, para lembrar a obra que nos legaram. E com a preocupação, sobretudo, de convocar os leitores contemporâneos a que os conheçam.

BASÍLIO DA GAMA

José Basílio da Gama nasceu em São José do Rio das Mortes, hoje Tiradentes, em Minas Gerais, em 22 de julho de 1740, filho do capitão-mor Manuel da Costa Vilas-Boas e Quitéria da Gama, membros de famílias de prolar, de que dá notícia Francisco Pacheco (em derramado estudo crítico, que precede à edição de 1893) e que o diz protegido de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, então governador-geral do Brasil.

Começando os estudos com os jesuítas no Rio de Janeiro, cursou Direito em Coimbra, depois foi a Lisboa, depois a Roma, de onde, “entediado” (diz o crítico) voltou a Lisboa e ao Rio de Janeiro.

Aos 23 anos entrou para a Arcádia Romana, com o nome de Termindo Sipílio, e, suspeito de amigo dos jesuítas, foi preso e condenado a degredo em Angola; mas com um epitalâmio dedicado às núpcias da filha do Marquês de Pombal, D. Maria Amália, obteve perdão e proteção, sendo nomeado para a Secretaria do Reino.

Diz ele nos versos salvadores:

*Eu não verei passar teus doces anos,
Alma de amor e de piedade cheia;
Esperam-me os desertos africanos,
Áspera, inculta e monstruosa areia...
Ah! tu faze cessar os tristes danos,
Que eu já na tempestade escura e feia
Mais deviso e me serve de conforto
A branca mão que me conduz ao porto!*

Pombal, encantado, “mandou chamá-lo, perdoou-lhe o exílio e nomeou-o oficial da Secretaria do Reino”.

É então que surge o *Uruguai*, em 1769. O assunto lhe era conhecido: as Missões Jesuíticas. O Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, nascido na Colônia do Sacramento, e que mais tarde acompanhou Gomes Freire de Andrade na expedição guerreira ao Uruguai, era ligado ao Capitão Leonel da Gama Beles, bisavô do poeta, e sua mãe, D. Quitéria, teria recomendado o filho ao Brigadeiro.

Basílio paga-lhe com os versos encomiásticos do Canto I (99-110):

*– Quem é, continuava o Castelhana,
Aquele velho vigoroso e forte,
Que de branco e amarelo e de ouro ornado
Vem os seus artilheiros conduzindo?*

*Vês o grande Alpoim? Este o primeiro
Ensinou entre nós por que caminho
Se eleva aos céus a curva e grave bomba,
Prenhe de fogo, e com força do alto
Abate os tetos da cidade e lança
Do roto seio, envolta em fumo, a morte.
Seguiam juntos o paterno exemplo,
Dignos do grande pai ambos os filhos.*

E, após obter carta de nobreza e fidalguia, é nomeado oficial da Secretaria no Ministério do Reino, já dissemos, “o maior (lugar) a que poderiam aspirar os que mais se distinguissem por méritos o serviços”, dando direito a sege.

Depois do *Uraguai*, de 1769, publicou outras obras de menor tomo, como lista Afrânio Peixoto (*O Uruguay*, ed. comemorativa do 2.º Centenário anotada por Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Osvaldo Braga, Rio, 1941, publ. da ABL, p. XXVI): em 1772, uma *Declamação Trágica*, 238 versos alexandrinos; em 1788 publica o *Lenitivo da Saudade*, à morte de D. José, Príncipe do Brasil; em 1891, a última publicação, o poema *Quitúbia*.

É, porém, o *Uruguay* (que muitos consideram deveria ser “Uruguay”, mas daquela forma se grafou em vida do autor) a controvertida obra maior, porque se não faltam os que a endeusam, são muitos os que a desmerecem.

Afrânio Peixoto não esconde sua idiossincrasia pelas atitudes de Basílio: “No *Uruguay*, Basílio da Gama (XXIII) toma o partido ‘europeu’ de Pombal, contra a América, os índios, os jesuítas, 72 missionários que não podem mover 30.000 catecúmenos... O sossego da Europa assim o exigia... à custa da vida e dos interesses de Americanos.”

Em sentido oposto, lembra Arnaldo Nunes, em sessão comemorativa do bicentenário do nascimento do Poeta, na Academia Fluminense de Letras (*Basílio da Gama*. Niterói, 1942, p. 26):

– Para Almeida Garrett: “O *Uruguay* é o moderno poema que mais mérito tem na minha opinião, diz ele. Cenas naturais muito bem pintadas, de bela e grande execução descritiva; frase pura e sem afetação, versos naturais sem ser prosaicos. Os brasileiros principalmente lhe devem a melhor coroa da sua poesia, que nele é verdadeiramente nacional e legítima americana.”

De Camilo Castelo Branco: “O *Uruguay* é o timbre de José Basílio da Gama e o primeiro poema épico em que florem as graças originais das Musas brasileiras. As cenas resplendem a grandeza local, as refregas ingentes do pulso armado contra o instinto de liberdade.” “À majestade sentimental do assunto corresponde a poesia” ... “tem catadupas estridentes de versos onomatopaicos em que se agradece à arte o esforço que parece afluir naturalmente da inspiração.”

E Sílvio Romero: “O *Uruguay* salva-se por ser um fragmento mais épico-lírico do que propriamente épico, salva-se, repito, pela forma que faz de Basílio o genuíno precursor do romantismo nacional.” “Os versos de Basílio testemunham nele um grande exaltamento, forte imaginação. Há por todo o poema versos de muita beleza, como depois outros não foram escritos no Brasil.”

Para José Veríssimo, no *Uruguay*: “A língua é perfeitamente moderna, contemporâneo já, sem nenhum arcaísmo, talvez com menos jeito clássico que a de Garrett.”

Fidelino de Figueiredo: “O poema está longe de ser obra banal, sobretudo quando considerado sob um ponto de vista dinâmico ou de

evolução. É trabalho de verdadeiro precursor da reforma literária no século imediato. Foi uma ousadia para aquele tempo compor uma epopéia sobre assunto contemporâneo e por essa e outras circunstâncias inteiramente fora dos códigos poéticos.”

Segundo Machado de Assis: “Não lhe falta nem sensibilidade nem estilo, que em alto grau possui; a imaginação é grandemente superior à de Gonzaga, e quanto à versificação nenhum outro, em nossa língua, a possui mais harmoniosa e pura.”

*

Aliás, não estranha que a polémica aconteça, se até quanto ao nome se questiona: publicado como *Uruguay*, nas primeiras edições, assim constando em versas do Poeta, não falta quem entenda que o correto é “Uruguay”, e assim se escreve, por exemplo, na edição da Livraria Clássica, de Alves & Cia., 1895, precedida de estudo crítico de Francisco Pacheco, “concatenado em três nevoentas tardes” (p. XXIII), tão encomiástico, que não vale repetir.

Mas, vamos ao poema, que já não é sem tempo. Resume-o Waltensir Dutra (in *A literatura no Brasil*, ob. cit., pp. 343-344):

“Inicia-se o poema no momento em que às tropas portuguesas vão juntar-se as espanholas, comandadas por Catâneo. Andrade faz, em longa fala, a descrição da guerra, dando o motivo histórico do poema. No segundo canto está a parte mais épica: a batalha entre índios e conquistadores, com a derrota dos primeiros. No canto terceiro, a sombra de um dos chefes índios, morto em combate, aparece ao cacique Cacambo e lhe aconselha que ateie fogo ao acampamento dos brancos, e fuja. Assim faz Cacambo, e volta à sua aldeia, onde um jesuíta, Balda, por motivos que não são claros, manda prendê-lo, e o envenena. Uma feiticeira, Tanajura, faz com que Lindóia, esposa de Cacambo, tenha visões: inexplicavelmente, ela vê Lisboa destruída pelo terremoto e a sua recons-

trução, mero pretexto para referência a Pombal. O canto quarto descreve a reunião dos índios para a cerimônia do casamento de Lindóia com Baldeta, índio protegido de Balda, e de quem o poeta insinua ser ele o pai. Mas Lindóia suicida-se, fazendo-se picar por uma cobra: é o momento mais belo do poema. À notícia de que o inimigo já estava a cair sobre a aldeia, fogem todos. No último canto, apenas a descrição do templo, a narração dos crimes da Companhia de Jesus, a última sortida e a vitória final, com a prisão dos jesuítas.”

Waltensir Dutra elogia-lhe “a linguagem direta e sem artificios” que “faz com que o *Uruguay* “possa ser lido ainda hoje com facilidade, sem obrigar o leitor médio a elucidar trechos complicados. Serviu-se Basílio quase que somente da adjetivação, vindo em seguida a metáfora e, em escala bem mais reduzida, o símile.”

Inicia-se, como convém às epopéias, e é tom constante, com grandiloquência:

*Fumam ainda nas desertas praias
Lagos de sangue, tépidos e impuros,
Em que ondeiam cadáveres despídos,
Pasto de corvos. Dura inda nos vales
O rouco som da irada artilheria.
MUSA! honremos o herói, que o povo rude
Subjugou do Uruguai e, no seu sangue,
Dos decretos reais lavou a afronta.
Ai! Tanto custas, ambição do império!*

Chega Catâneo com as tropas espanholas:

*Atrás dos forçosíssimos cavalos
Quentes, sonoros eixos vão gemendo*

*Coo peso da funesta artilheria,
Vinha logo de guardas rodeado,
Fonte de crimes, militar tesouro,
Por quem deixa no rego o curvo arado,
O lavrador, que não conhece a glória;
E, vendendo a vil preço o sangue e a vida,
Move e nem sabe porque move a guerra.*

Andrade conta as causas da guerra:

*– O nosso último rei e o rei da Espanha
Determinaram, por cortar de um golpe,
Como sabeis, neste ângulo da terra,
As desordens de povos confinantes,
Que mais certos sinais nos dividissem.
Tirando a linha, donde a estéril costa
E o cerro de Castilhos o mar lava
Ao monte mais vizinho e que as vertentes
Os termos do domínio assinalassem.
Vossa fica colônia e ficam nossos
Sete povos, que os bárbaros habitam
Naquela oriental vasta campina,
Que o fértil Uruguai discorre e banha.
Quem podia esperar que uns Índios rudes,
Sem disciplina, sem valor, sem armas,
Se atravessassem no caminho aos nossos
E que lhes disputassem o terreno?
Enfim, não lhes dei ordens para a guerra:
Frustrada a expedição depois voltaram.
Co o vosso general me determino*

*A entrar no campo juntos, em chegando
A doce volta da estação das flores.*

É convidado pelos espanhóis a retirar-se; ante o número infinito dos índios “que, ao longe nos insultam”, Andrade reage:

*Irado, não o nego, lhe respondo:
“Que para trás não sei mover um passo!”*

Até que com a enchente avassaladora:

*Tardar devia o espanhol socorro
E de si nos lançava o rio e o tempo.
Cedi e retirei-me às nossas terras.*

Canto II – Andrade ainda tenta a perseguição: é quando vêm a ele dois dos muitos inimigos, Sepé e Cacambo, propondo que o Rei de Espanha doe Buenos Aires e Corrientes aos portugueses. E contam a vida ingrata à qual os submetem os padres:

*.....; e nós, os Índios,
Não temos outro rei mais do que os padres!*

Responde o guerreiro exortando-os:

*O rei é vosso pai: quer-vos felizes!
Sois livres como eu sou; sereis livres,
Não sendo aqui, em outra qualquer parte.
Mas deveis entregar-nos estas terras:
Ao bem público cede o bem privado.
O sossego de Europa assim o pede.*

E intrigando-os com os padres:

*Assim o manda o rei. Vós sois rebeldes,
Se não obedeceis; mas os rebeldes,
Eu sei que não sois vós; são os bons padres,
Que vos dizem a todos que sois livres,
E se servem de vós, como de escravos.
Armados de orações vos põem no campo
Contra o fero trovão da artilheria,
Que os muros arrebatam, e se contentam
De ver de longe a guerra: sacrificam,
Avarentos do seu, o vosso sangue.*

Impossível o acordo, o Guerreiro os deixa partir:

*Lhe torna o general: – “Podeis partir-vos,
Que tendes livre o passo.” Assim dizendo
Manda dar a Cacambo rica espada,
De tortas guarnições de prata e ouro,
A que inda mais valor dera o trabalho.
Um bordado chapéu e larga cinta
Verde, e capa de verde e fino pano,
Com bandas amarelas e encarnadas.*

A Sepé deu um arco e pontas de marfim, na aljava que lhe fora tomada quando prisioneiro:

*E mandou que a Sepé se desse um arco
De pontas de marfim; e ornada e cheia*

*De novas setas a famosa aljava,
A mesma aljava que deixara um dia,
Quando envolto em seu sangue e vivo apenas,
Sem arco e sem cavalo, foi trazido
Prisioneiro de guerra ao nosso campo.
Lembrou-se o Índio da passada injúria
E, sobraçando a conhecida aljava,
Lhe disse: – “Ó general! eu te agradeço
As setas que me dás e te prometo
Mandar-tas bem depressa, uma por uma,
Entre nuvens de pó, no ardor da guerra.
Tu as conhecerás pelas feridas
Ou porque rompem com mais força os ares.”*

Vem a luta. Morre Sepé, Caitatu é ferido, Tatu-Guaçu deixa, por onde passa, rios de sangue e

*Ao número, ao valor – cede Cacambo
Salva os Índios que pode e se retira.*

Canto III – Começa com o próprio General, descontente e triste:

*..... Não sofre o peito,
Compadecido e generoso, à vista
Daqueles frios e sangrados corpos,
Vítimas da ambição do injusto império.*

Sepé aparece “no turbado, interrompido sono”, a Cacambo e lhe diz:

*– Foge, foge, Cacambo!... E tu descansas,
Tendo tão perto os inimigos? Torna,
Torna aos teus bosques e nas pátrias grutas
Tua fraqueza e desventura encobre.*

Cacambo atea fogo aos bosques e foge. José Guilherme Merquior (*De Anchieta a Euclides – Breve história da literatura brasileira*, J. Olympio, 1977) chama a atenção para o nadar de Cacambo, entristecido pela morte de Sepé:

*Acorda o Índio valoroso, e salta
Longe da curva rede e, sem demora,
O arco e as setas arrebatada e fere
O chão com o pé: quer sobre o largo rio
Ir peito a peito contrastar co'a morte.
Tem diante dos olhos a figura
Do caro amigo, e ainda lhe escuta as vozes.
Pendura a um verde tronco as várias penas,
E o arco, e as setas, e a sonora aljava;
E onde mais manso, e mais quieto o rio
Se estende, e espraia sobre a ruiva areia,
Pensativo e turbado entra; e com água
Já por cima do peito, as mãos e os olhos
Levanta ao Céu, que ele não via, e às ondas
O corpo entrega. Já sabia entanto
A nova empresa na límosa gruta
O pátrio rio; e dando um jeito à urna,
Fez que as águas corressem mais serenas;
E o Índio afortunado à praia oposta
Tocou sem ser sentido. Aqui se aparta*

*Da margem guarneçada e, mansamente,
Pelo silêncio vai da noite escura
Buscando a parte, donde vinha o vento.*

Cacambo vai encontrar Balda, o grande Balda. Mas este não o acolhe, antes o aprisiona e mata. E o Poeta explica:

*..... Tinha Cacambo
Real esposa, a senhoril Lindóia,
De costumes suavíssimos e honestos
Em verdes anos: com ditosos laços
Amor os tinha unido; mas, apenas
Os tinha unido, quando, ao som primeiro
Das trombetas, lho arrebatou dos laços
A glória enganadora. Ou foi que Balda,
Engenhoso e sutil, quis desfazer-se
Da presença importuna, perigosa
Do Índio generoso. E, desde aquela
Saudosa manhã, que a despedida
Presenciou dos dois amantes, nunca
Consentiu que outra vez tornasse aos braços
Da formosa Lindóia e descobria
Sempre novos pretextos de demora.*

Cacambo morre:

*Por meio de um licor desconhecido,
Que lhe deu compassivo o santo padre,
Jaz o ilustre Cacambo – entre os gentios
Único que, na paz e em dura guerra,
De virtude e valor deu claro exemplo!*

Lindóia o sabe e quer morrer:

*A funesta notícia. Ai! que já sabe
A assustada, amantíssima Lindóia
O sucesso infeliz! Quem a socorre?!...
Que, aborrecida de viver, procura
Todos os meios de encontrar a morte.
Nem quer que o esposo longamente a espere
No reino escuro, aonde se não ama.*

Tanajura prevê o terremoto de Lisboa, o que é motivo para que o Poeta elogie Pombal:

*Dão lugar às ruínas. Viu Lindóia
Do meio delas, só a um seu aceno,
Sair da terra, feitos e acabados,
Vistosos edifícios. Já mais bela
Nasce Lisboa de entre as cinzas: glória
Do grande Conde que, co'a mão robusta,
Lhe firmou na alta testa os vacilantes,
Mal seguros castelos. Mais ao longe,
Prontas no Tejo, e a curvo ferro atadas,
Aos olhos dão de si terrível mostra,
Ameaçando o mar, as poderosas,
Soberbas naus. Por entre as cordas negras
Alvejam as bandeiras: geme atado
Na popa o vento; e alegres, e vistosas,
Descem das nuvens a beijar os mares
As flâmulas guerreiras...*

Os jesuítas fogem e Lindóia

.....*Vê destruída*
A república infame e bem vingada
A morte de Cacambo.

No Canto IV prossegue a guerra: salvas as tropas do incêndio e afugentados os índios, Balda quer dar Lindóia como esposa a Baldeta, e vêm os índios, Caitatu, irmão de Lindóia, alegres guaranis; e mais Patusca, irmão de Balda, “de pesada e enormíssima barriga”:

.....
Jamais a este o som da dura guerra
Tinha tirado as horas de descanso.

..... *Não faltava,*
Para se dar princípio à estranha festa
mais que Lindóia.

Caitatu segue-a e a encontra ao pé de uma lapa cavernosa. E vem a descrição da morte de Lindóia, que José Guilherme Merquior (ob. cit., p. 39) considera “realmente um dos mais altos momentos do verso brasileiro”:

Este lugar delicioso e triste,
Cansada de viver tinha escolhido,
Para morrer, a mísera Lindóia.
Lá reclinada, como que dormia,
Na branda relva e nas mimosas flores;
Tinha a face na mão, e a mão no tronco

*De um fúnebre cipreste, que espalhava
Melancólica sombra. Mais de perto
Descobrem que se enrola no seu corpo
Verde serpente, e lhe passeia e cinge
Pescoço e braços, e lhe lambe o seio.
Fogem de ver, assim sobressaltados,
E param cheios de temor ao longe;
E nem se atrevem a chamá-la, e temem
Que desperte assustada e irrite o monstro,
E fuja e apresse, no fugir, a morte.
Porém, o destro Caitatu, que treme
Do perigo da irmã, sem mais demora
Dobrou as pontas do arco, e quis três vezes
Soltar o tiro, e vacilou três vezes
Entre a ira e o temor. Enfim, sacode
O arco, e faz voar a aguda seta,
Que toca o peito de Lindóia, e fere
A serpente na testa, e a boca e os dentes
Deixou gravado no vizinho tronco.
Açoita o campo com ligeira cauda
O irado monstro, e em tortuoso giro
Se enrosca no cipreste, e verte, envolto
Em negro sangue, o lívido veneno.
Leva nos braços a infeliz Lindóia
O desgraçado irmão, que ao despertá-la
Conhece – com que dor! – no frio rosto
Os sinais do veneno, e vê ferido,
Pelo dente sutil, o brando peito.
Os olhos, em que Amor reinava um dia,*

*Cheios de morte; e muda a aquela língua,
Que, ao surdo vento, e aos ecos, tantas vezes
Contou a larga história de seus males.*

E vem o verso lapidar que Afrânio Peixoto diz plagiado de Petrarca:
“Tanto era bela no seu rosto a morte.”

Só Balda é indiferente e resolve punir Tanajura: à sua voz, incendiavam-se as palhoças e edifícios; e os vencedores que chegam apenas encontram ruínas:

*Por mais que o nosso General se apresse
Não acha mais que as cinzas inda quentes
E um deserto, onde há pouco era cidade.
Tinham ardido as míseras choupanas
Dos pobres Índios e no chão, caídos,
Fumegavam os nobres edifícios,
Deliciosa habitação dos padres.
Entram no grande templo e vêem por terra
As imagens sagradas. O áureo trono,
O trono em que se adora um Deus imenso,
Que o sofre e não castiga os temerários,
Em pedaços no chão. Voltava os olhos
Turvado o General: aquela vista
Lhe encheu o peito de ira e os olhos de água.
Em roda os seus fortíssimos guerreiros
Admiram, espalhados, a grandeza
Do rico templo e os desmedidos arcos,
As bases das firmíssimas colunas,
E os vultos animados, que respiram.
Na abóbada o artífice famoso*

*Pintara... – mas que intento! – As roucas vozes
Seguir não podem do pincel os rasgos.
Gênio da inculta América, que inspiras
A meu peito o furor que me transporta,
Tu me levantas nas tuas seguras asas!
Serás em paga ouvido no meu canto...
E te prometo que, pendente, um dia
Adorne a minha lira os teus altares!*

O Canto V descreve o templo destruído e surge a morte de Henrique II e IV. E mais o que preparam para Portugal:

*..... Eternos lutos
Preparas à chorosa Lusitânia.*

Mas vem a vitória de Andrade:

*Cai a infrene República por terra.
Aos pés do General as toscas armas
Já tem deposto o rude Americano,
Que reconhece as ordens e se humilha,
E a imagem do seu rei prostrado adora!*

Para o arremate glorioso do Poeta:

*Serás lido, URAGUAI! Cubra os meus olhos
Embora um dia a escura noite eterna.
Tu vive e goza luz serena e pura.
Vai aos bosques da Arcádia e não receies
Chegar desconhecido àquela areia.*

*Ali, de fresco, entre as sombrias murtas,
Urna triste a Míreu não tudo encerra.
Leva de estranho Céu, sobre ele espalha,
Co'a peregrina mão, bárbaras flores:
– E busca o sucessor, – que te encaminhe
Ao teu lugar –, que há muito que te espera!...*

Não há negar as qualidades da obra de Basílio da Gama, por mais que suas atitudes nos criem constrangimento, como sua aversão aos jesuítas que lhe ensinaram, e sua adesão a Pombal. Os versos são soltos, livres, naturais, tanto que Merquior conclui:

“A constância dessas virtudes confere à épica não-heróica de Basílio da Gama uma grande legibilidade. Visão lírica e propriedade narrativa se harmonizam freqüentemente na sábia concisão do *Uraguai*, como no belíssimo passo que as antologias batizaram de ‘Morte de Lindóia’, realmente um dos mais altos momentos do verso brasileiro.”

Basílio da Gama morreu em Lisboa, em 31 de julho de 1795.

SANTA RITA DURÃO

Frei José de Santa Rita Durão nasceu em Cata-Preta, perto de Mariana, MG, em 1722, e criança ainda foi para Portugal, onde ingressou na Ordem de Santo Agostinho e se doutorou em Teologia na Universidade de Coimbra. Em 1758, na sé de Leiria, quando do restabelecimento de Rei D. José, pregou sermão que lhe granjeou merecida nomeada.

Temeroso da perseguição aos jesuítas, passou à Espanha, com o intuito de seguir para a Itália, mas foi preso “por espia, ao atravessar aquele reino, que acabara de declarar guerra a Portugal”, que terminou logo depois.

Solto, dirigiu-se à Itália, mas em 1772 retornou a Coimbra, quando nomeado Reitor da Universidade seu conterrâneo D. Francisco de Lemos.

Em 1778, profere oração de sapiência, em latim, considerada por Varnhagen “uma das mais eloqüentes peças em latim que se tem proferido em tal ato”, e arremata: “Por vezes é sublime; algumas emprega tal concisão, que em poucas palavras encerra muita beleza e filosofia.”

Depois disso deve ter composto *O Caramuru*, impresso em 1781, em muito pouco tempo. “Segundo José Agostinho de Macedo, que então o conheceu, diz Varnhagen (IX), e foi até seu confrade, testemunhou a muita facilidade com que Durão compunha, de ordinário descansando em um sítio de pedra junto à ribeira de Cozelhas, que passava na cerca do seu convento, a que pertencia esse ameno vale que ainda não há muito fomos visitar. Aí era visto muita vez ditando com facilidade ao amanuense, certo pardo liberto que ele trouxera consigo do Brasil, e a quem no acento pátrio, que nunca perdeu, chamava Bernardo.”

Justifica-se Santa Rita Durão: “Os sucessos do Brasil não mereciam menos um Poema do que os da Índia. Suscitou-me a escrever este o amor da Pátria.”

Pouco depois de publicado, faleceu, em 1784, no hospício do *Colleginho*, pertencente à Graça, na Rua dos Cavaleiros, sendo enterrado na Igreja do Hospício graciano.

Varnhagen resume seu juízo dizendo (X-XI):

“A maior prova do gênio do autor do *Caramuru* a dá ele, quanto a nós, na maneira como soube levantar e tornar épica e heróica

uma ação e um indivíduo que o não eram. A dicção do poema é sempre elegante e clara, a metrificação fácil e natural; e em todos os elementos necessários ao poeta se mostra Durão merecedor de tratar dos mais sublimes assuntos. Todavia o *amor da pátria*, como ele mesmo diz, incitava-o a escrever um poema em que tratasse dos *sucessos do Brasil*; e, percorrendo a história, não achou ele assunto mais digno para a sua *Brasilíada* do que um herói na adversa sorte.”

E cita a opinião favorável de outros autores, entre eles Bocage e Garrett; este escreve: “Onde o Poeta se contentou com a simples expressão da verdade, há oitavas belíssimas, ainda sublimes” (XIX).

Salientando passagens dignas de leitura, Varnhagen enumera (XII):

“as pinturas do naufrágio, do homem civilizado a par do selvagem, do moribundo, da antropofagia, dos dez mandamentos, e os preparativos para um sacrifício no *Canto I*; a descrição de uma aldeia de indígenas no *Canto II* (est. LVIII a LXVIII); a existência de Deus no *Canto III*; além das mui conhecidas passagens do episódio de Moema, e das descrições da cana-de-açúcar, do tabaco, da mandioca, da sensitiva, do ananás, do coco, da preguiça, do camaleão, etc.”

A crítica, na verdade, considera que, para compor a epopéia, em dez cantos, Santa Rita Durão, diz Waltensir Dutra (ob. cit., p. 350), teve de introduzir

“nessa minguada lenda, guerras, visões da história do Brasil dos séculos XVI ao XVIII, viagens, festas na corte, narrações, extensas e monótonas descrições do Brasil, com verdadeira nominata de frutas e legumes, provavelmente inspirada na ‘Descrição da Ilha de Itaparica’, de Manuel de Santa Maria Itaparica. O resultado foi a perda

completa da unidade de ação e integridade do assunto; acrescenta-se a isso a falta de conteúdo heróico e, conseqüentemente, de grandeza e interesse no *Caramuru*.

Se os costumes indígenas e a realidade do índio tiveram em Durão um narrador mais exato e minucioso do que em Basílio, esse realismo limitou-se à parte descritiva, pois os nativos que aparecem como personagens, influenciando na ação, são inautênticos, estilizados, agindo como europeus vestidos de penas.”

E estranha-lhe as descrições que faz, como a de Paraguaçu, em tudo semelhante à de uma branca

*De cor tão alva como a branca neve;
E donde não é neve, era de rosa:
O nariz natural, boca mui breve
Olhos de bela luz, testa espaçosa.*

E é evidente a influência de Camões, que nos é lembrado desde a primeira estrofe (Canto I, estrofe I):

I

*De um varão em mil casos agitado,
Que as praias discorrendo do Ocidente
Descobriu o recôncavo afamado
Da capital brasílica potente;
Do filho do trovão denominado,
Que o peito domar soube à fera gente,
O valor cantarei na adversa sorte,
Pois só herói quem nela é forte.*

A estrofe II faz a usual convocação às Musas:

II

*Santo Esplendor, que do Grão Padre manas
Ao seio intacto de uma Virgem bela,
Se da enchente de luzes soberanas
Tudo dispensas pela Mãe donzela,
Rompendo as sombras de ilusões humanas,
Tudo do grão caso a pura luz revela;
Faze que em ti comece e em ti conclua
Esta grande obra, que por fim foi tua.*

O enredo da epopéia, em sua espinha dorsal, é conhecido. Resume Waltensir Dutra (ob. cit., p. 350): “a lenda do aventureiro português Diogo Álvares Correia, que naufragou na costa da Bahia e, recolhido pelos índios, maravilhou-os com sua espingarda, vindo a gozar de grande autoridade entre eles e a esposar a índia Paraguaçu, que levou à Europa para ser batizada.”

Ao contrário do que pareceu a muitos, estou com José Agostinho de Macedo quanto à fluência do verso de Santa Rita Durão. E fácil é vê-lo. A mim me agradam, sobretudo, os dísticos da estrofe, os dois últimos versos, com que Santa Rita Durão as fecha, ou coroa. Vejam-se alguns (às vezes, no contexto da estrofe):

X

.....
*Arde o céu, zune o ar, treme a montanha,
E ergue-lhe o mar em frente outra tamanha.*

XI

.....
*Ao ver que a fúria horrível da procela
Rompe a nau, quebra o leme e arranca a vela.*

XII

.....
*Até que sobre a penha, que a embaraça,
A quilha bate e a nau se despedaça.*

XXXI

.....
*Nem parecem ter dado a menor ordem,
Senão que comam e comendo engordem.*

LVI

.....
*Matar não quis, nem morto algum comia,
Pois que a mim m'ó fizessem não queria.*

Sobre o casamento:

LVII

*Mulher tive, mas uma, persuadido
Que com uma se pode; ação impura
Meteu-me sempre horror, tendo entendido
Que só no matrimônio era segura;
Qualquer outro prazer fora proibido,
Porque, se entanto abuso se conjura,
Quem, seguindo esse instinto do demônio,
Se pudera lembrar do matrimônio?*

LXXXV

.....
Grão Senhor (diz) de quem tudo procede,

*A glória, a pena, a confusão e a estima,
Que justo dás as graças e os castigos,
Na dor alívio, amparo nos perigos;*

E assim por diante, em todos os Cantos.

As cenas do naufrágio e da antropofagia são dantescas (XVI e XVII do Canto I):

XVI

*Mas, vendo a Sancho, um náufrago que espira,
Rota a cabeça numa penha aguda,
Que ia trêmulo a erguer-se e que caíra,
Que com voz lastimosa implora ajuda;
E vendo os olhos, que ele em branco vira,
Cadavérica a face, a boca muda,
Pela experiência da comum sorte
Reconhecem também que aquilo é morte.*

XVII

*Correm, depois de crê-lo, ao pasto horrendo,
E, retalhando o corpo em mil pedaços,
Vai cada um famélico trazendo,
Qual um pé, qual a mão, qual outros os braços;
Outros na crua carne iam comendo,
Tanto na infame gula eram devassos;
Tais há que as assam nos ardentes fossos,
Alguns torrando estão na chama os ossos.*

E descreve os índios na visão dos sete náufragos:

XIX

.....
*A brutal catadura, hórrida e feia:
A cor vermelha em si, mostram tingida
De outra cor diferente, que os afeia.
Pedras e paus de embiras enfiados,
Que na face e nariz trazem furados.*

*Na boca, em carne humana ensangüentada,
Ainda o beijo inferior todo caído,
Porque a tem toda em roda esburacada,
E o lábio de vis pedras embutido.
Os dentes, que é beleza que lhe agrada,
Um sobre outro despona recrescido.
Nem se lhe vê nascer na barba o pêlo.
Chata a cara e nariz, rijo o cabelo.*

Diogo, poupado por doente, prepara-se:

XXVIII

*Forte sim, mas de têmpera delicada,
Aguda febre traz desde a tormenta;
Pálido o rosto, e a cor toda mudada,
A carne sobre os ossos macilenta;
Mas foi-lhe aquela doença afortunada,
Porque a gente cruel guardá-lo intenta,
Até que, sendo a si restituído,
Como os mais vão comer, seja comido.*

Depois, há intervalo teológico, que ocupa várias estrofes, como na LIV, em que resume os mandamentos:

LIV

*Então o bom ministro: “É justo, amigo,
Que chores (lhe dizia) o teu pecado,
Por não amar a Deus; ser-lhe inimigo,
Se o blasfemaste: de o não ter honrado;
De não servir teus pais; de um ódio antigo;
E se não foste honesto, ou tens roubado;
Se em mulher, bens ou fama em caso feio
Fizeste dano, ou cobiçaste o alheio.*

No Canto II, Diogo vai ser sacrificado (estrofe III), mas reage:

VIII

*Disse; e, entrando na sólita caverna,
Cobre de ferro a valorosa fronte;
Um peito d’ aço de firmeza eterna
E o escudo, onde a frecha se desponte,
Dispõe de modo e em forma tal governa,
Que nada teme já que em campo o afronte:
Nas mãos de ferro tinha uma alabarda,
A espada à cinta, aos ombros a espingarda.*

IX

*Saía assim da gruta, quando o monte
Coberto vê da bárbara caterva;
E no que infere da turbada fronte
Sinaís de fuga e de derrota observa:*

*A algum obriga o medo a que transmonte,
Outros se escondem pelo mato ou erva.
Muitos fugindo vêm com medo à morte,
Crendo achar na caverna um lugar forte.*

X

*Mas o prudente Diogo, que entendia
Não pouca parte do idioma escuro,
Por alguns meses em que atento o ouvia,
Elege um posto a combater seguro:*

Gupeva, ao vê-lo, cai por terra tremendo, e com ele a “brutal gente”.
Diogo os convida a conduzir à caverna, acendendo uma candeia
(XXIV), vendo então os índios o que levava da nau, e não cobiçam:

XXVI

*Acesa a luz na lóbrega caverna,
Vê-se o que Diogo ali da nau levava;
Roupas, armas, e em parte mais interna
A pólvora em barris, que transportara.
Tudo vão vendo à luz de uma lanterna,
Sem que o apeteça a gente nada avara,
Ouro e prata, que a inveja não lhe atiça
Nação feliz, que ignora o que é cobiça!*

Mas Gupeva nota uma pintura que representava a Mãe da formosura:

XVII

*Mas entre objetos vários a que atende
Nota Gupeva extático a pintura*

*Que num precioso quadro, que ali pende,
Representava a Mãe da formosura:
Se seja cousa viva não entende,
Mas suspeitava bem pela figura
Digna a pessoa, de que a imagem era,
De ser mãe de Tupã, se ele a tivera.*

Diogo fala sobre a Mãe de Deus, encantado de ouvir de boca rude tanta verdade. Surge então Paraguaçu:

LXXVII

*Perguntá-lo dos bárbaros quisera;
Mas, como o aceno e língua muito engana,
Acaso soube que a Gupeva viera
Certa dama gentil brasileira;
Que em Taparica um dia compreendera
Boa parte da língua lusitana;
Que português escravo ali tratara,
De quem a língua, pelo ouvir, tomara.*

LXXVIII

*Paraguaçu gentil (tal nome teve)
Bem diversa de gente tão nojosa,
De cor tão alva como a branca neve,
E donde não é neve, era de rosa;
O nariz natural, boca mui breve,
Olhos de bela luz, testa espaçosa;
De algodão tudo o mais, com manto espesso,
Quanto honesta encobriu, fez ver-lhe o preço.*

Destinada a Gupeva, foge-lhe. Vejam-se estes versos:

LXXXI

*Deseja vê-la o forte lusitano,
Porque interprete a língua que entendia;
E toma por mercê do céu sob'rano
Ter como entenda o idioma da Bahia.
Mas, quando esse prodígio avista humano,
Contempla no semblante a louçania:
Pára um, vendo o outro, mudo e quedo,
Qual junto de um penedo outro penedo.*

LXXXII

*Só tu, tutelar anjo, que o acompanhas,
Sabes quanto a virtude ali se arrisca,
E as fúrias da paixão, que acende entranhas
Essa de insano amor doce faísca;
Ânsias no coração sentiu tamanhas
(Ânsias que nem na morte o tempo risca),
Que houvera de perder-se naquel'hora,
Se não fora cristão, se herói não fora.*

Vem então as juras de amor, em belos versos que sentimos não poder transcrever. Veja-se, pelo menos, a estrofe inicial:

LXXXVII

*Põe-lhe de fuga os olhos, que abaixara,
E, ou de amante ou também de vergonhosa,
Um tão belo rubor lhe tinge a cara,
Como quando entre os lírios nasce a rosa.*

*Três vezes quis falar, três se calara;
E ficou do sossobro tão formosa
Quanto ele ficou cego; e em tal porfia,
Nem um, nem outro então de si sabia.*

Canto III – Com a eloquência de Gupeva, que pasmava o lusitano (XLII), vem a descrição do dilúvio. E na estrofe LX esses nossos velhos conhecidos “mares nunca dantes navegados”:

LX

*Se os mares nunca dantes navegados
Discorrestes por climas diferentes.
Sabereis d’outros homens separados,
Descobertos talvez das vossas gentes,
Que por estreitos, pode ser, gelados,
Transitaram nos nossos continentes;
Vós direis se homens há na roxa aurora
Nus e pintados, como nós agora.*

E fala em forma de governo e senado:

LXVI

*A forma do governo por abuso
Anárquico entre nós sem lei se oferece;
Mas nos que fazem da razão bom uso
Justa legislação reinar parece.
Nem nos tomes por povo tão confuso,
Que um público poder não conhecesse:
Há senado entre nós, sábio e prudente,
A quem o nobre cede e a humilde gente.*

Encerra Gupeva, na estrofe LXXXVIII, o discurso começado na XLVII, convocando à luta. E, à ameaça, Diogo responde, disparando:

XCI

*Qual dos monos talvez tropa nojosa
Saiu do int'rior mato em negro bando;
E, se a frecha um derriba, vai medrosa
Em fuga pelas árvores saltando,
Tal, ouvindo a buzina pavorosa,
E o arcabuz com trovão relampagueando,
Correm, caem, despenham-se na estima
De que o céu todo lhes caia em cima.*

Canto IV – Quem vem para a luta é Jararaca, perdido amante de Paraguaçu, com ciúmes da donzela (estrofe V). Descreve como a viu o Chefe Caeté e, sabendo-a destinada a Gupeva, Jararaca (estrofe X) decide: “Ficando Paraguaçu ou morta ou sua!”

Na estrofe XII:

.....
Trinta mil caetés vinham raivosos.
.....
*Feios como demônios nos acenos,
Que certo se o não são, são pouco menos.*

Descreve, então, os índios Cupaíba, Urubu, Samambaia, e depois de se referir aos “dez mil maques, gente dura (estrofe XIX), leia-se:

*Quais torram o aipim, quem mandiocas,
Outros na cinza cândida pipocas*

E outros: Sergipe, Pecicava, Sabará, Tapu, Sapucaia. E as tropas femininas:

XXVII

*Quarenta mil de cor toda vermelha
Conduz ao campo o forte Sapucaia:
Dez mil, que têm furada a longa orelha,
São Amazonas de fêmea laia:
É o amor conjugal que lhe aconselha
A descer dos sertões à vasta praia,
Por achar-se nos lances mais temidos
Ao lado, sem temor, dos seus maridos.*

Jararaca fala às tropas, incitando-as, estimulando-as:

XXXV

.....
*Ou, quando as deixem cá no vosso mundo,
Podemos sofrer, Paiais bravos,
Ver filhos, mães e pais feitos escravos?*

Na estrofe LIV inicia-se a luta de Jacaré e Jararaca:

LIV

.....
*Mas, quando tudo com terror fugia,
O bravo jacaré se lhe pôe diante;
Jacaré, que, se os tigres combatia,
Tigre não há que lhe estivesse avante.
Olham lutando os dous no fero abraço,
Pé com pé, mão com mão, braço com braço.*

Até que...

LVII

.....
*Até que jararaca um golpe atira,
Com que rota a cabeça o triste expira.*

Pecicava, vendo Paraguaçu,

LXXIV

*Turbar com fúria a gente amedrontada,
Desde o alto lança de árvore frondosa
Grosso ramo, que cai de uma pancada.
Debaixo dele a heroína valerosa,
Có grande peso pelo chão prostrada,
Ficou, falta de alento e semiviva,
Nas mãos do cruel bárbaro cativa.*

E, adiante,

LXXVII

*Selvagem há que cuida de comê-la,
Nem muito se está morta se assegura;
E com fúria voraz contra a donzela
A gula acende com a chama impura.
Nem prezar-se costuma a forma bela
No fero coração da gente dura;
E, em morrendo qualquer mulher, ou homem,
Choram muito e depois assam-no e comem.*

Diogo a salva:

LXXXV

.....
*Paraguaçu, porém, desassombrada,
 Sendo os contrários com terror desfeitos,
 Acorda num suspiro, e solta viu-se,
 E, conhecendo Diogo, olhou e riu-se.*

Canto V – “*Que, depois de um triunfo do inimigo
 Fez-se doce a memória do perigo.*”

Paraguaçu e Diogo dialogam sobre segredos de Deus (estrofes IV a VII). Jararaca não teme, e põe por escudo o infausto Taparica (XLIX). Diogo três vezes quer atirar (estrofe L), até que o faz:

LI

.....
*Dispara o tiro e a bala lhe atravessa
 De uma parte à outra parte da cabeça.*

Diogo é aclamado (estrofe LVII), após digressões várias, e, iniciando-se o Canto VI, ele descansa “no seio de uma paz dourada”. Todos procuram oferecer-lhe as filhas, entre elas Moema (IV):

IV

.....
*A formosa Moema já negada
 A muitos principais, por dar-lhe esposo
 Digno do tronco de seus pais famoso.*

Querem tirar a vida a Paraguaçu, que “Deixar pretende a pátria aborrecida”:

VII

*Todos, à bela dama aborrecendo,
Conspiram feras em tirar-lhe a vida;
Mas ela, que o projeto alcança horrendo,
Deixar pretende a pátria aborrecida;
E, na viagem de Europa discorrendo,
Deseja renascer a melhor vida:
Impulso santo, que com justa idéia
Move Diogo a deixar aquela área.*

E Diogo navega o São Francisco, com visão mística (estrofe VIII e segs.). Mas, à parte o encontro com gente de Pizarro, a quem socorre, Diogo parte para a Europa, sonho de Paraguaçu.

Mulheres seguem-lhe o barco, entre elas Moema:

XXXVII

*..... que de inveja geme,
E vizinha a nau se apega ao leme.*

Fala a Diogo em rude imprecação (estrofes XXXVIII a XLI):

XXXVIII

*“Bárbaro (a bela diz), tigre e não homem...
Porém o tigre, por cruel que breme,
Acha forças amor que em fim o domem;
Só a ti não domou, por mais que te ame.
Fúrias, raios coriscos, que o ar consomem,*



*Como não consumis aquele infame?
Mas pagar tanto amor com tédio e asco...
Ah que o corisco és tu... raio... penhasco!*

XXXIX

*Bem puderas, cruel, ter sido esquivo,
Quando eu a fé rendia ao teu engano;
Nem me ofenderas a escutar-me altivo,
Que é favor, dado a tempo, um desengano;
Porém, deixando o coração cativo
Com fazer-te a meus rogos sempre humano,
Fugiste-me, traidor, e desta sorte
Paga meu fino amor tão crua morte?*

XL

*Tão dura ingratidão menos sentira,
E esse fado cruel doce me fora,
Se a meu despeito triunfar não vira
Essa indigna, essa infame, essa traidora!
Por serva, por escrava, te seguira,
Se não temera de chamar senhora
A vil Paraguaçu, que, sem que o creia,
Sobre ser-me inferior, é néscia e feia.*

XLI

*Enfim, tens coração de ver-me aflita,
Flutuar moribunda entre estas ondas;
Nem o passado amor teu peito incita
A um ai somente com que aos meus respondas!
Bárbaro, se esta fé teu peito irrita,*

*(Disse, vendo-o fugir), ah não te escondas!
Dispara sobre mim teu cruel raio..."
E indo a dizer, cai num desmaio.*

E morre (estrofe XLII):

XLII

*Perde o lume dos olhos, pasma e treme,
Pálida a cor, o aspecto moribundo,
Com mão já sem vigor, soltando o leme,
Entre as salsas escumas desce ao fundo.
Mas na onda do mar, que irado freme.
Tornando a aparecer desde o profundo:
"Ah Diogo cruel!" disse com mágoa,
E, sem mais vista ser, sorveu-se n'água.*

Diogo não se toca (XLIII):

.....
*Nem mais lhe lembra o nome de Moema,
Sem que ou amante a chore, ou grato gema.*

E já no "brilhante mar", "voa" para a Europa, discorrendo sobre a questão da divisão do Novo Mundo entre Espanha e Portugal, ficando o Brasil com este (estrofe XLIX).

Segue-se longa digressão sobre o Brasil, por Cabral (estrofe LVI e segs.), falando de todas as maravilhas da nova terra, incansavelmente.

Fala do Maranhão (LXXII):

*No vasto Maranhão, d'água opulento,
Uma ilha bela que se estende à praia.*

Do Ceará (LXXIII):

*De um lago do sertão, de que resulta
Rio, onde pascem nas profundas minas
As brasílicas pérolas mais finas.*

Da Paraíba (LXXIV):

Da fértil Paraíba...

De Pernambuco (LXXV):

... De crer que fora um dia o paraíso.

De Sergipe (LXXVI), Porto Seguro, Espírito Santo, Niterói, São Vicente e São Paulo (estrofes LXXVII a LXIX).

Canto VII – Chega ao Sena, na França (I):

.....

.....

*Tocava a franca nau do claro Sena,
Na deliciosa foz a praia amena.*

IV

Vendo em Paris a suma do Universo.

Recebido por Henrique II e a Rainha, Diogo fala:

X

*“Tendes a vossos pés, sire, invocando
No trono da grandeza a majestade,
Estes dous peregrinos, que, sulcando
Do proceloso mar a imensidade,
No império, que regeis com sábio mando,
Buscam asilo na real piedade;*

*E a vós e a vosso reino se dirigem,
Donde tem Portugal o nome e a origem.*

XI

*O Brasil, sire, infunde-me a confiança
Que ali renasça o português império,
Que, estendendo-se ao Cabo da Esperança,
Tem descoberto ao mundo outro hemisfério.
Tempo virá, se o vaticínio o alcança,
Que o cadente esplendor do nome hespério
O século, em que está, recobre de ouro,
E lhe cinja o Brasil mais nobre louro.”*

E conclui (XIII):

*“E quando Lusitânia lhe é rainha
Tome o Brasil a França por madrinha.”*

Paraguaçu é batizada pela Rainha com o próprio nome, Catarina, recebe o crisma e casa-se (estrofes XVI a XVIII); Catarina Alves (XIX).

Segue-se banquete e, depois, pede-lhe o Rei que fale sobre o Brasil (XXI), ao que atende Diogo (XXII), não sem dizer:

*“Se esperas de mim, sire, que componha
Exata narração de cópia ingente,
Empresa tanta é, quando obedeça,
Que faz que o tempo falte e a voz faleça.”*

Fala sobre tudo, da geografia à gente, à fauna e à flora, amplamente. E fala das plantas, da cana-de-açúcar, do milho e do tabaco:

XXVII

*“Outra planta de muitos desejada,
Por fragrância que o olfato ativa sente,
Erva santa dos nossos foi chamada,
Mas tabaco depois da espanha gente,
Pelo franco Nicot manipulada,
Expele a bile, e o cérebro cadente
Socorre em modo tal, que em quem o tome
Parece o impulso de o tomar que é fome.”*

E fala de tudo o mais, de frutas (XLIII): “... ananás, fragrância do paraíso”, até o fim do Canto VII.

Canto VIII – O Rei de França oferece-lhe tropa para que volte, e recompensa. Lembra-lhe o Império Romano, mas, “leal à amada pátria” (VIII), Diogo retruca que é português e leal ao monarca luso.

Paraguaçu (Catarina), orando, já “não longe do Equador” (XIII), entra em profundo sono (XIII):

*Em sono fica suspendida e absorta
E algum cuida que dorme, outro que é morta.*

Vê o Brasil (XXI) na luta contra os franceses, que refere em largos traços, até na pintura da paisagem: Niterói, Pão de Açúcar, etc.

Catarina só cessa quando uma onda imensa atinge a nau e Diogo a acode (XC).

Canto XI – Com a bonança, pedem-lhe, e prossegue Catarina “na narração do sonho” sobre as lutas com os holandeses, etc.; ao final do Canto, termina a narrativa de Catarina, em êxtase.

Canto X – Recomeça Catarina. E encontra a imagem de Maria Mãe de Deus que vira no sonho.

Por fim, Diogo clama por D. João, monarca venerando, e Tomé de Sousa (LXXIV) toma posse legítima da Bahia. E conclui o Canto, em favor de Diogo e Catarina:

LXXVII

*Por fim publica do monarca reto
Em favor de Diogo e Catarina
Um real honorífico decreto,
Que ao seu merecimento honras destina:
E em recompensa do leal afeto,
Com que a coroa a dama lhe consina,
Manda honrar na colônia lusitana
Diogo Álvares Corrêa, de Viana.*

É evidente em Santa Rita Durão o desejo de escrever os *Brasíliadas*, em contraponto aos *Lusíadas* de Camões.

Sua preocupação em descrever o Brasil, cantar-lhe as riquezas e belezas, é manifesta, e ao fazê-lo, com clareza e entusiasmo, derrama-se longa e amplamente, o que deve ser visto como preocupação patriótica, sem rival em nenhum outro, e nunca em tal abundância.

Não importa que nem sempre o retrato atenda à realidade. Há excessos, que se justificam em quem escrevia sobre o nosso país, em 1780, “junto à ribeira de Cozelhas, que passava na cerca do Convento”, mas tinha os olhos e o coração na pátria distante.

O verso é mais solto do que o camoniano, nem sempre tem a sua precisão e grandiloquência, diversas as terras, as gentes, os autores; mas não há negar a fluência com que se teceram os 6.672 versos do poema.

Não me parece prosa rimada, como a Waltensir Dutra: a missão do autor não era fácil. O mal de Santa Rita Durão foi escolher o tema, impróprio à longa epopéia, mas tratou-o o melhor que seria possível, e há momentos de grande precisão e beleza poética.

É essencial lembrar que o *Caramuru* é a suma do Brasil: na gente, na geografia, na flora, na fauna, na cultura agreste; e a tudo Santa Rita Durão trata com um amoroso entono, que deve ser ressaltado e exaltado.

Nenhum outro, árcade ou não, se preocupou tanto com o nosso país e, renove-se, em 1780, portanto há mais de 220 anos.

Nesse período, outro poeta não surgiu que tomasse a empreitada de ultrapassá-lo.

Há que honrar-lhe o esforço, a cultura, a memória.

Deixar de reconhecê-lo é diminuir a nossa própria formação. Crítico não sou, mas considero o *Caramuru* das grandes obras da poesia brasileira. E estas palavras, longas e cansativas, tiveram a preocupação de convocar os leitores modernos a que o procurem e lhe valorizem o esforço ingente que fez. Quem duvidar, faça melhor do que Santa Rita Durão!

O ficcionista

Inglês de Sousa

A vida de Herculano Marcos Inglês de Sousa é marcada por duas fases distintas: na primeira, o ficcionista, o primeiro naturalista brasileiro, publicando seus livros no período que começa em 1876, estudante de Direito em São Paulo, com *O Cacauleta* e se encerra com os *Contos Amazônicos*, em 1892; e o segundo, o jurista dos estudos de Direito Comercial, em 1897, com *Os Títulos ao Portador*, no Rio de Janeiro.

Barbosa Lima Sobrinho, a quem citei no meu discurso de posse nesta Academia, lembrando Renan disse, em prefácio ao discurso de Rodrigo Octavio Filho, no centenário de Inglês de Sousa:

“Renan falava da má vontade com que se considerava a manifestação de mestria em domínios opostos, e poderíamos estender o seu conceito a domínios apenas diferentes. A crítica, ou o aplauso público, não parece favorecer os regimes poligâmicos, em matéria de atividade intelectual. Prefere, ou parece preferir, a disciplina e a rigidez

☞ Conferência proferida em 29 de abril de 2003, durante o Ciclo Fundadores da ABL.

da monogamia, o gênero único, a atividade uniforme, que valoriza e prestigia o conjunto da obra realizada.”

Aconteceu isso com Inglês de Sousa, grande ficcionista, de quem se esqueceram os romances, ignorados hoje do grande público, e o grande jurista, que acabou por predominar, talvez, digo eu, porque os juristas sejam menos desunidos e menos senhores de sua glória do que os ficcionistas. Olívio Montenegro comenta:

“Com Inglês de Sousa verifica-se um caso que não é comum na história dos literatos brasileiros – foi literato, jurista e homem de Estado, ao mesmo tempo, tendo exercido o governo das províncias do Espírito Santo e do Sergipe. E ainda hoje o seu nome é mais conhecido como jurista do que como autor de ficção. Talvez porque a ficção no Brasil nunca fosse levada tão a sério como as letras jurídicas. Até pelo contrário: no homem político do Brasil o gosto pela ficção literária sempre foi olhado com as maiores reservas, quase depreciado, como uma falta de compostura, uma espécie de boemia do espírito que não se casasse bem com a circunspeção e a dignidade das altas funções administrativas.”¹

Prefiro não aquilatar da justeza da afirmação, mas o certo é que Inglês de Sousa não teve o reconhecimento que sua obra merecia.

Nesta oportunidade e nesta Academia, não nos ocuparemos, senão de passagem, com o grande jurista, que inovou com seus estudos em *Os Títulos ao Portador no Direito Brasileiro*. A obra, que se inicia com alentada Introdução, “síntese histórica” da matéria, desde os hebreus até

1  *O Romance Brasileiro*, J. Olympio, 2.^a ed., pp. 99-100.

o século XVII, tem configuração de obra moderna e, mais, pela fluência e exatidão da linguagem, excede o comum dos livros jurídicos.

A exposição é viva e atual, e vêem-se alusões a temas modernos, ressaltando aspectos econômicos (Seção I.^a), como os problemas do crédito e da poupança, expressamente referidos (item 60) e todos os mais que o aprofundamento do tema exigia, demonstrando, demais disso, amplo e apurado conhecimento da bibliografia alienígena então existente.

Do grande jurista, disse Rodrigo Octavio, depois de apresentar-lhe o filho: “Este é um padrão de sabedoria e austeridade.” E o biógrafo assim remata:

“Eu bem conheci o Mestre Inglês de Sousa. A aparência fria, reservada, distante e severa, que, aliada ao seu grande saber e autoridade, a todos infundia respeito, vinha, dir-se-ia, de uma possível e remota ascendência britânica, que o nome de família – Inglês – faria presumir. Entretanto, um melhor conhecimento de suas origens revela que a família – Inglês – é portuguesa, argárvia (*sic*) de quatro costados e já conhecida nas Espanhas muito antes do descobrimento do Brasil.”²

Do grande advogado disse Xavier Marques, que lhe sucedeu nesta Casa:

“Advogado durante cerca de quarenta anos, Inglês de Sousa não conheceu a estreiteza e securo da inteligência profissional. [...] A advocacia não foi para ele o ato quase maquinal que se passa entre a

2 ∞ OCTAVIO FILHO, Rodrigo. *Inglês de Sousa – I.º Centenário de Seu Nascimento*. Rio de Janeiro: Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, p. II.

banca e o foro, entre a clientela e o mundo judiciário; [...] Ela não o privou do convívio nobilitante dos belos ideais; tampouco lhe afrouxou a austeridade ou diminuiu a tensão aos escrúpulos com que discernia as causas propostas ao seu patrocínio. O causídico admirado pelo talento e a proficiência, ainda mais porventura se impunha pela ética irrepreensível. Da advocacia, tão largamente exercida, desde o consultório em Santos até o Rio, onde se estabeleceu com a fundação da República, havia ele de tirar elementos para uma alta reputação, que veio a culminar, por saber, moralidade e consciência, na fama do jurisconsulto.”³

A publicação de *Os Títulos ao Portador* assegura-lhe projeção nacional e o torna jurisconsulto de fama e prestígio, sendo indicado para Diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, qualidade na qual presidiu o Primeiro Congresso Jurídico Nacional.

Convidado, mais de uma vez, para o Supremo Tribunal, não aceitou a indicação, “por motivos de ordem pessoal”. E “convidado pelo Ministro Rivadávia Correia para organizar o novo Código Comercial, apresenta-o, dentro de II meses, com notáveis emendas aditivas, que o transformam em Código uno de Direito Privado, de que era convicto partidário. Realiza Inglês de Sousa a primeira codificação integral de todo o direito privado”.⁴

Isto, podemos dizer agora, com o novo Código Civil, em vigor a partir de I de janeiro de 2003, que, em parte, a realiza, efetivamente.

3  *Discursos Acadêmicos*, v. 5, pp. 98-99.

4  Ob. cit., p. 28.

Representou o Brasil no Congresso Pan-Americano, em maio de 1916, com Pandiá Calógeras, e depois presidiu o Conselho Diretor da Caixa Econômica.

Depois de exercer o jornalismo em São Paulo, sobretudo em Santos, onde morava o pai, Dr. Marcos, Juiz de Direito da Comarca, o Conselheiro Saraiva nomeou-o, aos 27 anos, Presidente de Sergipe. Rodrigo Octavio Filho narra episódio das eleições quando um chefe político do interior, Coronel Fraga, lhe diz:

“– Vim buscar a força.

– Que força? – perguntou Inglês de Sousa.

– A força militar; é preciso mostrar aos eleitores que estamos de cima. Agora o prestígio é nosso. É ou não é?

Inglês de Sousa, muito mais moço do que o Coronel Fraga, achando graça no pedido, manifestou-lhe o seu respeito, e disse, incisivo:

– Não dou força nenhuma. As instruções do Presidente do Conselho são claras. Nada de força, nada de violência. As eleições devem ser as mais honestas...

O coronel ficou bestificado. Podia esperar tudo, menos aquela resposta. Mas não desistiu e disse:

– Está bem, Presidente. Se o senhor não me pode dar força, eu quero, ao menos, um clarim.

Diante do espanto do Presidente, o Coronel Fraga acrescentou:

– Eu não quero um homem que toque clarim, não senhor. Eu quero somente o clarim, o instrumento...

Inglês de Sousa ordenou fosse entregue um clarim ao desapontado coronel, que mandou ensinar os principais toques militares ao pajem que o acompanhava. E quando este se manifestou perito em clarinadas, o coronel retornou viagem para a sua cidadezinha natal, onde precisava impor, definitivamente, o seu prestígio político.

Calculou as coisas para chegar às portas da cidade antes do dia amanhecer. E mandou que o improvisado corneteiro soprasse a plenos pulmões o clarim da vitória... A população acordou espantada com aquela intervenção militar. O coronel escondeu o clarim numa moita, entrou em sua cidade e foi dizendo a todos, amigos e inimigos políticos:

– A força aí está cercando a cidade. Vocês não ouviram os toques de clarim? Pois é: o prestígio agora é nosso. E temos de realizar a mais honesta das eleições...

Parece, conclui Rodrigo Octavio Filho, que a terra do Coronel Fraga foi a única, de Sergipe, que não deu, naquela eleição, um único voto a candidato oposicionista...”⁵

Tendo-se demitido da Presidência de Sergipe, foi nomeado Presidente do Espírito Santo; e, eleito novamente deputado provincial por São Paulo, profere seu parecer, “obra monumental”, sobre o Código Comercial; volta a Santos “e entrega-se de corpo e alma à advocacia”. Em 1891, publica, em Santos, *O Missionário*, na tipografia do *Diário de Santos*, “de que era proprietário”.⁶

A passeio no Rio de Janeiro, é convidado pelo Marechal Deodoro para governador do Amazonas. E Silva Jardim e Aníbal Falcão o indicam para governador de Pernambuco, recusando Inglês de Sousa ambas as indicações.

Volta para São Paulo; morrendo-lhe uma filha de seis anos, tem a saúde abalada e, a conselho médico, muda-se para o Rio de Janeiro, em

5  Ob. cit., pp. 25-26.

6  Ob. cit., p. 26.

julho de 1892. Aqui exerce ativamente a cátedra e a advocacia, e, em 1893, publica os *Contos Amazônicos*.

Mas, nesta Academia, dedicar-nos-emos ao ficcionista, dos mais poderosos de nossa literatura, ainda que, pela ausência de seus livros nas estantes das livrarias e bibliotecas, tudo ajudado pela grande, irremediável e trágica desmemória nacional, seja um desconhecido, nem mesmo ilustre... se lhe não guardam o nome e as obras.

Nascido em 28 de dezembro de 1853, faz 150 anos, em Óbidos, Pará, era filho do Desembargador Marcos Rodrigues de Sousa (que, quando juiz no Amazonas, hospedou Agassiz, em viagem ao Brasil, na sua passagem por Parintins; terminou a carreira como desembargador da Relação de São Paulo) e de D. Henriqueta Inglês de Sousa, de nobre ascendência algarvia, como assinala Rodrigo Octavio Filho.

A ascendência paterna, não menos ilustre, inclui, no século XVIII, Pedro e Maria Dolzani, do norte da Itália, que se dedicaram, em Óbidos, à criação de gado. Sua filha, Carlota Dolzani, casou com Silvestre José Rodrigues Sousa, de sangue português, envolvido com sua fazenda e a política local (e que aparece como Capitão Silvestre no conto “O Donativo do Capitão Silvestre”, dos *Contos Amazônicos*), que são os pais de Marcos, e avós de Inglês de Sousa, o que explica que seus livros tenham sido publicados com o pseudônimo de “Luiz Dolzani”, estudante ainda na Faculdade de Direito de São Paulo, quando surgiu *O Cacauleta*, em 1876.

De Óbidos, onde passou os primeiros anos da infância, Inglês de Sousa foi para o Maranhão, matriculando-se no Instituto de Humanidades, diz Rodrigo Octavio Filho (a quem estamos seguindo na lembrança de seus dados biográficos), onde sentiu o primeiro contato com a literatura, quando um colega lhe leu algumas passagens do *Dom Quixote*. “Foi realmente esse o seu primeiro contato com a literatura de ficção. Ficou fascinado.” A propósito, convém lembrar, Taunay cuidou

ver no *O Missionário* de Inglês de Sousa, senão reminiscência, alguma afinidade com a maior de todas as novelas. “O *Dom Quixote* foi para Inglês de Sousa o livro revelação.”⁷ E a nós nos parece que o estilo de *O Coronel Sangrado* lembra o “ingenioso hidalgo de la Mancha”.

Em 1867 veio para o Rio de Janeiro, e matriculou-se no Colégio Perseverança, começando aí sua inclinação pelas letras. Adoecendo, convalesce na casa do Conselheiro José Vicente Jorge, Diretor Geral da Secretaria do Império. “Leu então e de um trago, sofregamente, muito de Shakespeare, Hugo e Herculano. [...] Em 1870 viajou para Recife, onde completou os preparatórios e matriculou-se na Faculdade de Direito.” Aí viveu “intensíssima vida intelectual, vastas leituras, freqüência aos teatros, longas conversas e intermináveis discussões sobre religião, filosofia, exegese, história, sociologia e literatura. O romantismo dos seus 18 anos não teria forças para resistir ao choque das novas idéias”. Já no segundo ano de Direito, “combatendo as pieguices de *A Moreninha*, de Macedo, e o indianismo de Alencar”, escreveu o primeiro romance, *O Cacaulista*, nos moldes do alsaciano Erckmann-Chartrian (1872). Seguiram-se-lhe a *História de um Pescador* e *O Coronel Sangrado*, escritos em São Paulo, em cuja Faculdade cursou o quinto ano de Direito e se formou em 1876.

“No ano seguinte casou-se com D. Carlota Emília Peixoto, sobrinha-bisneta de José Bonifácio, dedicada companheira de toda a vida.”

Diplomado em Direito, em 1876, nesse mesmo ano publica *História de um Pescador* e *O Coronel Sangrado*; em 1891, *O Missionário* (escrito em 1888); e, em 1892, *Contos Amazônicos*.

Esses livros firmaram-lhe a reputação literária, à época, e com eles conquistou lugar nos meios intelectuais do Rio de Janeiro. Aqui chegan-

7  OCTAVIO FILHO, Rodrigo. Ob. cit., p. 20.

do, em 15 de novembro de 1896 comparece à primeira sessão da Academia Brasileira de Letras, na redação da *Revista Brasileira*, e em 1897 participa da fundação da ABL, “de cujos Estatutos foi o principal Redator”.⁸

O mais interessante e estranho é que, a partir daí, sua obra é toda jurídica: em 1898, *Títulos ao Portador*; em 1903, *Projeto de Código Comercial e Projeto de Direito Privado*; talvez porque, abrindo banca de advogado, lecionando Direito Comercial e Marítimo, e presidindo o Instituto dos Advogados Brasileiros, a vida lhe impunha dedicação a esses temas, aos quais se entregou, até vir a falecer, em 6 de setembro de 1918.

Não foi, pois, sem razão que Inglês de Sousa entrou para a ABL: era ele, à época, reconhecida expressão da ficção brasileira, e sua obra, ainda hoje, embora esquecida, o recomenda como uma das figuras mais admiráveis do romance brasileiro. E que se elegeu Tesoureiro da Academia, ao lado do Presidente Machado de Assis. A impressão causada pela riqueza dos seus romances amazônicos se espelha na afirmação de Josué Montello, de que de “suas obras *O Coronel Sangrado*, embora correspondendo a uma narração completa, entrosa-se com *O Cacaulista*, de que constitui desdobramento. *História de um Pescador*, conforme indicação de seu prefácio, articular-se-ia a outros romances da série *Cenas da Vida do Amazonas*, sem prejuízo de sua ação distinta”.⁹ O curioso, continua Josué, é que, “apesar de terem como cenário a Amazônia, esses romances fixam mais o homem que a selva, como se esta, com a sua opulência, não interessasse ao romancista, que desejava apenas surpreender e

8 ☪ MONTELLO, Josué. *O Presidente Machado de Assis*, p. 34.

9 ☪ Ob. cit., p. 74.

apreender o elemento humano, nas suas lutas e nas suas fraquezas, nos seus caracteres e nas suas determinações”.¹⁰

Aí está, a meu ver, a grande virtude, sobretudo de *O Coronel Sangrado*, que, com Montello e Lúcia Miguel-Pereira, considero a obra fundamental da ficção de Inglês de Sousa: a intensa vida das figuras do romance prepondera sobre a força da natureza.

Mas a preparação dele está em *O Cacaulista*, escrito em Recife (é datado de Recife, 24/06/1875) e publicado em Santos, em 1876. Volume de estréia, experimenta a pena na fixação da trama do romance, no desenho da paisagem e no debuxo das personagens. O próprio autor, Luiz Dolzani, pseudônimo que adota, em 23/12/76 apresentando a obra, diz que “o romance que se vai ler foi escrito em 1875, na cidade do Recife, quando o autor cursava o quarto ano da Faculdade de Direito”. E completa: “Fazendo parte da coleção – Cenas da Vida do Amazonas – não é completo, como verá o leitor, e os episódios que nele se narram hão de ter o seu complemento no *Coronel Sangrado*, romance que brevemente sairá à luz.”

O Amazonas é o cenário, sobretudo as plantações de cacau, onde se desenvolve a história e onde se movem as figuras que criou. Já se presente a força da introspecção do romancista e o seu poder descritivo e narrativo.

Dedica-o ao pai, Marcos Antônio de Sousa, “Cavaleiro da Ordem de Cristo, Juiz de Direito da Comarca de Santos (Ao primeiro amigo a primeira obra)”. Conta a história das lutas dos cacaulistas, em especial da Fazenda S. Miguel, propriedade de D. Ana, viúva do português João Faria e, sobretudo, mãe de Miguel Faria, filho do casal, centro do romance.

¹⁰  Idem, p. 74.

Em torno dele se tece o enredo, que serve ao autor para os cenários da vida amazônica, as terras do cacau, e envolve a disputa da fazenda de João Faria, onde mora a viúva Ana, mãe de Miguel, e sobre as quais avança o Tenente Ribeiro, padrinho de Ritinha, amiga de infância de Miguel.

A duplicidade da situação deste, tendendo para Ritinha e detestando o Tenente; a esperteza deste, valendo-se dessa duplicidade, enriquecem a história e permitem a Inglês de Sousa pintar a vida da região, ao mesmo tempo em que lhe possibilita como que a introdução à cena política de *O Coronel Sangrado*. Esse cenário lhe serve ao largo uso de suas virtudes literárias e à urdidura da trama romanesca.

Segue-se-lhe *O Coronel Sangrado*. É lê-lo, ainda hoje, e gozar-lhe a malícia do jogo político, que descreve com ironia e sarcasmo, movendo as personagens com argúcia e finura, com tal realismo que se pode sentir a presença palpitante delas nas cenas do livro.

Romance de costumes políticos, nada fica a dever aos que vieram depois dele; pelo contrário, nos personagens mistura a esperteza e o sarcasmo, conjuga a ignorância e a arrogância, a graça e a matreirice, a timidez e a pureza, e consegue, no meio da disputa política, insinuar a paixão amorosa agressiva e dominadora. Espanta, a quem viveu a comédia política, a história da luta entre conservadores e liberais por volta de 1870, como Inglês de Sousa pôde retratá-la no Amazonas, com as mesmas tintas com que se pintariam no Sudeste. E, mais ainda, a riqueza da vida subjetiva dos personagens, figuras brasileiras de todas as regiões: o Coronel Sangrado, chefe ignorante e arrogante, julgando-se superior a todos, “dono do pedaço” (como se diz hoje), Napoleão, que pretendia não ter Waterloo; o Capitão Matias, o boticário Anselmo, o escrivão Ferreira e toda uma paisagem humana conhecida e atuante.

A filha do Coronel Sangrado, a “feiarrona” Mariquinhas, alvoroçada com o retorno de Miguel Faria, escorraçado pelo chefe liberal, Tenente Ribeiro; o reencontro de Miguel com Rita, filha ou afilhada de

Ribeiro, a “cunhantã” da meninice de Miguel, e já então mulher do Alferes Pedro Moreira Bentes; e sobretudo o Capitão Antônio Batista, suplente de juiz municipal, de grande influência no partido conservador da localidade, todos concorrem para a inestimável importância do desenrolar da história.

A partir desses personagens desenvolve-se o romance, que inclui todas as artimanhas, malícias, petas, traições que a luta política local pode oferecer: onde os ódios são mais enraizados, e o vizinho é amigo ou inimigo do vizinho, e tudo faz por ele ou contra ele.

Inglês de Sousa tece o romance com estilo vivo, fluente, veste-o de verve e ironia, aflorando os sentimentos mais nobres e as atitudes mais chãs, ingredientes da autêntica farsa eleitoral daquela época.

Dele diz Bella Jozef, na excelente “Apresentação” que escreveu para o volume 72 da coleção Novos Clássicos:

“Seu estilo é, na maioria das vezes, escoreito e sóbrio, compraz-se na escolha do termo justo e do vocábulo preciso, o que lhe dá encanto e espontaneidade. [...] É uma linguagem coloquial, procurando cingir-se ao vocabulário vivo da região. Frequentemente recorre ao estilo indireto livre no diálogo e monólogo mental como meio favorito de fazer ouvir, falar e pensar seus personagens.”¹¹

E assinala que Aurélio Buarque de Holanda, lembrando Eça de Queirós, afirmou ter Inglês de Sousa “o mesmo ritmo sereno e ondulante, o mesmo espriamento das palavras com breve estação nos incidentes para terminar, com dois adjetivos de sentido e efeito sônico bem contrastante, a aliança do trivial e do raro, o jogo dos elementos díspares”.

11  Agir, 1963, p. 12.

Josué Montello, no estudo que dedica a “A ficção naturalista”, em *A História da Literatura no Brasil*, coordenada por Afrânio Coutinho, discorda em parte, quando assinala:

“Aluísio Azevedo, Inglês de Sousa, Júlio Ribeiro e Adolfo Caminha, as quatro figuras representativas do Naturalismo brasileiro, inclinaram-se pela cópia da realidade, com um ou outro traço de tinta violenta e crua. Aos quatro faltou a ironia corrosiva com que Eça, na pintura da sociedade portuguesa, atendeu a seus propósitos de demolição. Em compensação, souberam dispor da observação meticulosa, por vezes apaixonada, que, se não serviu a atrair a atenção para a reforma do mundo burguês, pelo menos fixou indelevelmente alguns instantes brasileiros, com aquela fidelidade nítida que faz do romance o espelho do tempo e da vida.”¹²

Se a apreciação, a nosso ver, colhe quanto a *O Missionário*, em *O Coronel Sangrado* há passagens do melhor de Eça, no tom e no estilo.

No Inquérito promovido por João do Rio no *Momento Literário*, “Inglês de Sousa afirmou que os autores que mais contribuíram para a sua formação literária foram Erckmann-Chartrian, Balzac, Dickens, Flaubert e Daudet”. E João do Rio acrescenta: “Nessa relação não figuram, assim, Émile Zola, que parece ter-lhe inspirado o argumento de *O Missionário*, e Eça de Queirós, que o impressionou com o ritmo de seu estilo”. E Josué pergunta: “Por que Erckmann-Chartrian?” Ele mesmo responde:

“Hábeis fixadores de tipos e costumes alsacianos, Erckmann-Chartrian deixaram obra copiosa no conto, no romance e no teatro.

12  Ob. cit., p. 68.

Antes que Zola empolgasse o público parisiense, eram eles que dominavam esse público, com o Realismo comedido de suas narrativas singelas. Seu mérito derivava da fidelidade com que transplantedavam da vida real para o papel literário as paisagens e as figuras da Alsácia.”¹³

Mas, o romance tido como marco na obra de Inglês de Sousa é *O Missionário*, que lhe assegura o lugar na coorte dos nossos primeiros naturalistas, como lhe chama Peregrino Júnior, “literatura de índole regionalista na Amazônia”: “Na primeira fase, de Inglês de Sousa e José Veríssimo – a dos homens da terra – mais fidelidade ao real, mais autenticidade, um comovido amor à gente e aos seus costumes”.¹⁴

Explica-se: como não haveriam Inglês de Sousa e José Veríssimo, por coincidência, ambos de Óbidos, de espelhar o sentimento nativo? *O Missionário* parece a Peregrino Júnior “romance denso e forte, mas prolixo, monótono, enfadonho, sem grande vivacidade. Contudo, um documento exato e minucioso da vida amazônica”. Considera que “sem dúvida, mais palpantes e concisos, são os seus *Contos da Amazônia*”.¹⁵

Parece que o crítico não teve à mão *O Cacaquista*, nem *O Coronel Sangrado*, mas há muito de verdade no seu comentário quanto a *O Missionário*, quando lhe exproba o excesso naturalista de pormenores, ainda que se exceda quando o considera cansativo e tedioso.

O próprio Inglês de Sousa, tempos depois, em resposta a inquérito de João do Rio, no *Momento Literário*, escreveria, textualmente:

13  Ob. cit., p. 73.

14  In: COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*, t. III, p. 227.

15  Ibidem, p. 228.

“Das poucas obras que hei publicado, prefiro *O Missionário*, ainda que a sua fatura não corresponda ao meu modo atual de ver e sentir a natureza. O *O missionário* é espesso e palavroso; tem, pelo menos, cem páginas a mais. Todavia, ainda hoje escreveria alguns capítulos como o da viagem do Padre, o dia do Chico Fidêncio, o enterro do Totônio Bernardino.”

O que acontece é que, à época, Inglês de Sousa, depois de ter elaborado, com êxito, o romance vivo, ligeiro, mordaz, que é *O Coronel Sangrado*, julgou dever comprovar sua aptidão para a expressão mais densa, carregada, ao gosto naturalista do momento, o que fez em *O Missionário*.

Josué Montello diz que o “livro é grande e derramado”, vindo na preocupação naturalista a influência de Zola e do anticlericalismo de Eça em *O Crime do Padre Amaro*.

Bella Jozef, ao contrário, afirma que “não há sentimento anticlericalista n’*O Missionário*, apesar da idéia fixa no romance naturalista. Neste sentido afasta-se totalmente de Zola e outros romancistas da época. Ao contrário deles, o clérigo é ser humano e não obrigatoriamente repulsi-vo”. Suas intenções, envenenadas desde a origem por um sentimento anticristão, a saber, o orgulho e a presunção (conforme assinalou Sérgio Buarque de Holanda, baseado, aliás, no próprio texto do livro), teriam de ruir em face dos imperativos da herança e do meio. “Sua queda não decorre tanto da impossibilidade de cumprir aqueles deveres sagrados em condições adversas do meio social, como das bases frágeis em que eles realmente assentavam, o que evidencia, a nosso ver, a religiosidade de Inglês de Sousa. Um ímpio não teria problemas de fé, como o autor. O que faz o Padre Antônio de Moraes pecar é sua pouca fé, o falso conceito de santidade e misticismo, produto a ambição e da vaidade.”¹⁶

16 ∞ JOZEF, Bella. Ob. cit., p. 17.

Na verdade, pode dizer-se que haverá n' *O Missionário* a inspiração de Cervantes para as figuras do Padre Antônio de Moraes e de Macário, o sacristão, que lembram o Quixote e Sancho. Padre Antônio, cavaleiro da fé, que a pretende ver implantada na terra dos Mundurucus, à margem do Canumã, e idealiza a conversão dos silvícolas, “conquistando fama imorredoura, que levaria seu nome à remota posteridade, com os de Francisco Xavier e José de Anchieta”.¹⁷ Macário, assombrado e enfiado pela proximidade do Padre, fica bem no papel de fiel escudeiro, como, aliás, lembra José Veríssimo: “...um Sancho Pança bem local, bem original, uma boa criação do Sr. Inglês de Sousa.”

De passagem se diga que a crítica de Veríssimo é das mais exatas, porque alia ao conhecimento crítico a visão da vida local, também ele, como Inglês de Sousa, nascido em Óbidos. Analisa o romance detidamente, recorda-lhe os cenários e as personagens, para dizer: “O livro é um dos melhores, ao meu parecer, da nossa ficção em prosa”, embora lhe assinala um defeito: “A desproporção entre o assunto e o desenvolvimento que lhe deu o autor. O drama parece-me pequeno para tão grande cenário, o painel demasiado vasto para a pintura.”

A análise de Veríssimo parece-nos consistente, quando conclui:

“Não creio que o naturalismo tenha produzido no Brasil obra superior a esta: mas nela mesma, estou em que o reconhecerá o próprio autor, deixou os vícios inerentes aos preconceitos das escolas. Na explicação, por exemplo, dos motivos do Padre Antônio de Moraes, há talvez demasiada minúcia, rebuscada análise, sobeja interpretação. Recorre também o romancista a noções científicas para

17  *O Missionário*. Ed. Topbooks, 1998, p 133.

robustecer a sua análise psicológica da alma e dos móveis da ação do seu protagonista, o que se me afigura um erro...”¹⁸

Olívio Montenegro (ob. cit., loc. cit.) começa o estudo da obra de Inglês de Sousa dizendo que “há livros que são como certa espécie de gente: tem um destino caipora. Livros cheios das melhores virtudes, do ponto de vista intelectual e artístico, e não se sabe porque não se apercebem deles. Não apanham a menor popularidade”, para concluir que *O Missionário* é “o romance mais organicamente vivo e completo de quantos podemos filiar à escola naturalista do Brasil”, embora mal tratado pela crítica, o que comprova no exame percuciente que faz, concluindo:

“No livro de Inglês de Sousa o homem não sofre no meio da paisagem que o cerca: nem a paisagem parece diminuída ao contato do homem. Ele colocou a paisagem no seu justo plano, no plano que lhe cabe em todo o romance que é o fundo de quadro. O plano alto e que domina o resto da vida do homem é o da vida do padre Antônio Ribeiro de Moraes, o missionário”.

Mas nada como ler a obra. Ou melhor, as obras, porque não há como não ler *O Cacaquista*, *História de um Pescador*, *O Coronel Sangrado*, *O Missionário* e os *Contos Amazônicos*.

Os *Contos Amazônicos*, de 1893, reeditam o estilo mais livre de *O Cacaquista* e *O Coronel Sangrado*, sem a densidade da linguagem de *O Missionário*, nas longas digressões que o Padre Antônio, de Silves, estabelece consigo mesmo, até a região perdida dos Mundurucus.

18  *Estudos de Literatura Brasileira*, vol. III. Garnier Editor, p. 31.

Dedicado a Sílvia Romero, misturam fatos e abusões da região, não faltando os lances patrióticos de “Voluntário”, na guerra contra o Paraguai, e de “Rebelde”, nas lutas da cabanagem, reaparecendo em “Feiticeira”, em personagens de *O Cacaulista* e *O Coronel Sangrado*, como Miguel de Faria, Padre João e o boticário Anselmo; ou no “Acauan”, na intensidade da narrativa, que sublima o drama da antiga Vila de S. João Batista de Faro.

O estilo toma, às vezes, o tom irreverentemente delicioso de *O Coronel Sangrado*, quando anatematiza, no conto “Amor de Maria” a “maldita política” que, diz ele, “dividiu a população, azedou os ânimos, avivou a intriga, e tornou insuportável a vida nos lugarejos à beira do rio”, para afirmar:

“Depois que o povo começou a tomar a sério esse negócio de partidos, que os doutores do Pará e do Rio de Janeiro inventaram como meio de vida, numa aldeola de trinta casas as famílias odeiam-se e descompõem-se; os homens mais sérios tornam-se patifes refinados e tudo vai que é de tirar a coragem e dar vontade de abalar destes ótimos climas, destas grandiosas regiões paraenses, ao pé das quais os outros países são como miniaturas mesquinhas. Sem conhecerem a força dos vocábulos, o fazendeiro Morais é liberal e o capitão Jacinto é conservador.”¹⁹

Ou refere: “Alma generosa do povo brasileiro, quão mal apreciada és pelos eternos faladores da Câmara dos Deputados!”²⁰ E não poupa os ingleses:

19  *Contos Amazônicos*, Laemmert & C. Editores, 1893, pp. 59-60.

20  *Ibidem*, p. 103.

“Saindo do seu mutismo tradicional, o escrivão Ferreira conta-va numa roda de senhores que os ingleses não querem saber de san-tos, que adoram uma cabeça de cavalo, e se divertem socando as ven-tas aos amigos, para lhes aliviar com essa amistosa operação o cére-bro sujeito a congestões violentas, pelo vapor da cerveja que sobe do estômago.”²¹

Mas, não falta a Mariquinhas,

“a mais gentil rapariga de Vila Bela! Era uma donzela de dezoito anos, alta e robusta, de tez morena, de olhos negros, meu Deus! de cabelos azulados como asas de anum! Era impossível ver aquele nari-zinho, bem feito, aquela mimosa boca, úmida e rubra, parecendo feita de polpa de melancia, as mãozinhas de princesa, os pés da Borrалheira, impossível ver aquelas perfeições todas sem ficar de queixo no chão, encantado e seduzido!...”²²

E vai num crescendo que só a leitura de “Amor de Maria” propicia.

Mas, não devo exceder-me mais. Quaisquer tenham sido as influên-cias que recebeu, sua obra merece, ainda hoje, ser lida, porque poucas existem, em nossa literatura, com as qualidades que apresenta, e tão bem espelhando a terra e a gente.

É interessante dizer que, por mais longínquas possam ser as origens e fontes dos seus romances, topamos, no Sudeste, com algumas das per-sonagens que brotaram no cenário amazônico e que ressurgem com a nitidez das que Inglês de Sousa nos legou.

21 ☪ Ibidem, p. 104.

22 ☪ Ibidem, pp. 57-58.

Àquelas influências confessadas acrescentaria Cervantes, como lembrou Taunay, nas figuras do Padre Antônio de Moraes e do sacristão Macário, Quixote e Sancho, bem como no estilo fluente, mordaz, satírico de *O Coronel Sangrado*.

Mas, prezados Confrades, são críticos literários muitos dos que aqui estão, consagrados pela obra; eu, leitor de muitas leituras e algum proveito, lhes direi apenas que é hora de reeditar Inglês de Sousa, para que se lhe faça justiça, dando-lhe lugar na galeria dos grandes autores brasileiros.

Repetirei o que disse Rodrigo Octavio Filho, ao final de sua conferência, há cinquenta anos:

“A maior homenagem que se poderia prestar à sua memória seria o reeditar-lhe a obra. Esperemos que isso aconteça, para que o seu espírito de homem de letras e jurista recupere o lugar que lhe compete em nossa vida cultural.”²³

Este o nosso objetivo ao resumir, nestas notas, nossa apreciação, renovando as homenagens que todos os brasileiros devemos a Inglês de Sousa, pela obra literária e jurídica que nos deixou, e que a posteridade, estou certo, não se esquivará de preservar e honrar, como esta Academia Brasileira de Letras, hoje, com ufanía, faz.

23  Ibidem, p. 40.

❧ Breves Comunicações
na Academia Brasileira
de Letras

Celso Cunha

Sr. Presidente de todas as surpresas que poderia ter na minha vida, esta é, por certo, a mais imprevisível e, talvez, a mais dolorosa. Imprevisível, porque aprendi, com V. Exa., que os acadêmicos ainda não empossados não têm voz nesta Casa, o que se explica, porque ainda não se investiram da honraria com que a Academia lhes premiou o esforço literário. E, talvez, a mais dolorosa, porque V. Exa. me determina que fale sobre Celso Cunha. Celso foi meu amigo, durante cinqüenta anos quase. Conheci-lhe o pai, tratadista de Economia Política, com quem aprendi as primeiras lições da ciência que, depois, seria aquela a que dedicaria meu trabalho de magistério. Desde então acompanhei a vida de Celso, homem probo, lhano, cordato, sério, distinto e competente.

Já disseram o que deveria ser dito Antônio Houaiss, Afonso Arinos e todos aqueles que, na sessão anterior, se pronunciaram a respeito de sua vida e de sua obra. A mim cabe, apenas, trazer o depoimento do leigo, porque falaram especialistas. Mas um aspecto desejo salientar: é que, ainda agora, recentemente, talvez no último trabalho que prestou ao País e à língua portuguesa, Celso foi convocado pela Assembléia Nacional Constituinte a prestar o seu esforço, a sua dedicação e a sua lucidez à redação do novo texto. Dedicou-se a ele intensamente, infatigavelmente, dias a fio, porque o acompanhei, nessa sua tarefa, em Brasília.

Não obstante não acolhidas muitas das suas sugestões, com o que perdeu, em vernaculidade, o texto constitucional, Celso fez obra que faz honra à literatura nacional e a toda a língua portuguesa. Esse trabalho, várias vezes exigi dele que o publicasse. Prometeu-me que o faria. Espero que, agora, a família cumpra esse dever, porque nós todos saberemos o que seria o texto constitucional para os juristas e para os filólogos, se a mão de Celso Cunha lhe pudesse ter dado a forma definitiva. Nenhum privilégio maior, Sr. Presidente, poderia ser dado a um cultor da língua nacional, da língua brasileira e da língua portuguesa do que aquele que se entregou a Celso Cunha: o de dar forma definitiva ao texto da Constituição que rege a vida deste país.

Acredito que, ao enunciar estas palavras, presto a melhor homenagem à sua memória. E, com emoção, declaro que nós todos sentiremos permanentemente, a sua falta nesta Casa, principalmente eu que, agora, aqui chegando, não poderei gozar do seu convívio.

Marco Aurélio de Moura Matos

Devo nesta sessão, uma palavra comovida de homenagem à memória de Marco Aurélio de Moura Matos, que nos deixou ao findar de 1991.

Companheiros de geração, em nossa Itaúna, com ele fiz o exame de admissão, em 1932, e, depois, na biblioteca da casa grande e vazia de seu pai – o notável orador, o *causeur*, o jurista, o ensaísta, o poeta, o biógrafo de Machado de Assis, Mário – que se mudara para Belo Horizonte e não pudera, ainda, acomodá-la na Capital, passávamos os períodos de férias, lendo e comentando, na feliz descoberta de livros, autores e idéias, nas tardes claras, até que a luz do dia se apagasse e, sem luz – que se desligara – fôssemos expulsos da sala enorme e sombria.

À noite, sob a lua e as estrelas que brilhavam intensamente nas ruas desertas e mal iluminadas de então, éramos companheiros inseparáveis da serenata, no silêncio absoluto da cidade pacata e tranqüila.

Depois, cada um para o seu rumo, para a sua vida, nos distanciamos. Mas eu o acompanhava sempre, com apreço e admiração, nas atividades que desenvolvia: ele, o ensimesmado, voltado para dentro, lendo, guardando, só raramente dando a público os frutos de sua cultura e de sua sensibilidade, no anonimato a que se devotou.

De algum tempo para cá apenas nos correspondíamos, ele preso à sua enfermidade, mais fugidio ainda, escondendo-se de tudo e de todos.

De repente, a notícia de sua morte, de que soube pelo obituário do *Jornal do Brasil*. Ainda bem que, se não lhe dedicaram o espaço que merecia, ao menos lhe deram o realce justo no elogio de Autran Dourado, ao chamar-lhe, com exatidão, “o intelectual mais naturalmente erudito que já existiu, porque era simples”.

Este era Marco Aurélio de Moura Matos, e não apenas o erudito, mas o culto, na sedimentação dos conhecimentos que recolheu e assimilou e de que sua obra não é senão pálida imagem do escritor admirável: as poesias de *A Eternidade da Rosa* e os contos de *Magnólias do Paraíso*, além das traduções e publicações esparsas que ficaram.

Este o Marco Aurélio, fiel estudioso de todos os temas, o apaixonado cultor das letras e das artes, que nos deixa a saudade e a lembrança de sua figura admirável de amigo e cidadão, escritor e humanista.

Otto Lara Resende

Sr. Presidente, minha palavra, a esta altura, não há de ser senão o eco das que neste plenário se proferiram em louvor de Otto Lara Resende. Não creio que ele tenha partido, se o vejo, ainda, aqui, na última fileira, com o sorriso aberto, no bate-papo descontraído, no comentário chistoso, na tirada de humor, sempre disposto a ver nas tragédias humanas o lado discreto ou alegre, para minorá-las.

Como me lembro dele, em Belo Horizonte, na turma que não pude integrar, na condição de estudante modesto vindo do interior para a batalha da vida. Da última vez em que tentei falar-lhe – ao ter notícias de que estava adoentado – atendeu-me sua secretária eletrônica. Confesso, Sr. Presidente, minha especial ojeriza por esse meio de não-comunicação, em que o procurado não encontrado senão quando quer sê-lo e, conforme o interlocutor, não quer nunca. Por isso, em tom fingidamente irritado, disse-lhe que não conversava com secretárias eletrônicas, mas lhe deixei os fraternos votos de restabelecimento. Do que ocorreu depois soube ao voltar ao Brasil de breve viagem. E não mais pude ver o companheiro amável, solidário mesmo sem o câncer; o conterrâneo digno das melhores tradições de Minas – herdadas do pai, humanista e ilustre escritor Prof. Lara Resende; o escritor fluente, elegante, ágil, sutil, capaz de tornar atraente o mais árido dos temas; o homem cívico, sereno mas firme, interessado nas soluções do problema Brasil. Agora lhe reverencio,

com a Academia, o nome e a memória, de que não nos apartaremos nunca e de que esta Casa, que lhe decretou a imortalidade (e como ele desdenharia disso!), será a guardiã imperecível, na sucessão dos que lhe lembrarão a obra e a vida.

Carlos Castello Branco

Faz 56 anos que nos encontramos, entre as grossas barras roliças de ferro que sustentavam a galeria do pátio interno da Faculdade de Direito de Minas Gerais.

Chegávamos todos, no início de 1937, para o pré-jurídico, e entre os que pela primeira vez se viam, estávamos Carlos Castello Branco e eu.

Não sei por que – quem explica o destino? – nos reunimos, o mineiro extrovertido e falante, que, desde logo, espantou pela loquacidade, e o nordestino medido, retraído, cético, como se sondasse o terreno. Mas, o certo é que nos entendemos.

No convívio com ele travei contato com o Modernismo, quando, aceitando o desafio de Carlos e Wilson Castelo Branco (que não eram parentes de sangue, mas afins de inteligência), para concorrer ao concurso sobre “a influência do Modernismo na literatura brasileira”, em 1943 escrevi o trabalho que Oscar Mendes e Guilhermino César premiaram no Centro Acadêmico Castro Alves, e que me afregueizou com os autores modernos de nossa vida literária.

Carlos dividia-se entre a faculdade e o *Estado de Minas*, em atividade infatigável.

E quando, em 30 de novembro de 1943, nos formamos, resolvemos, ele, Paulo Neves de Carvalho e eu montar escritório juntos.

Carlos ali não esteve meia dúzia de vezes: o jornal tomou-lhe o tempo, a atenção, a vida. Absorveu-o todo, ainda que não lhe matasse o gosto pelo direito, que cultivou sempre.

Cada um seguiu o seu rumo. Não nos afastamos, porém, por mais longe estivéssemos.

Deputado federal, em 1955, no Rio, reencontrei-o. E com ele aprendi a ver a Câmara e os políticos do nosso tempo, que ele conhecia e julgava, com segurança e rigor, às vezes, não sem malícia, mas sempre com exatidão.

Vi-o firmar-se como colunista político: sereno, sem ser frio; sóbrio, sem ser indiferente; crítico, sem ser ácido; firme, seguro, metuculoso, em pouco se tornou o mais bem informado dos nossos homens de imprensa.

A partir daí, não procurava a notícia nem o personagem: antes, o personagem, que queria virar notícia, o procurava, clara ou veladamente; e vinham-lhe, de primeira mão, os fatos e as versões, mesmo os das reuniões secretas, que ele, com inacreditável sagacidade, analisava e ponderava, tornando-os fonte de orientação de quem quer que sondasse a vida nacional e buscasse rumos.

Isento, nunca o vi atingir ninguém com maldade ou ofensa, a que não dava guarida na coluna, nem na alma generosa.

Concordava, discordava, elogiava, criticava, com absoluta tranqüilidade e equanimidade, sem uma palavra que ferisse ou magoasse.

Comigo não foi diferente: apoiou-me, criticou-me, e quando reagia, sua coluna – como aconteceu com todos – estava aberta à retificação, sem uma palavra de admoestação que significasse despreço ou descorresia.

Li-o nos *Continhos Brasileiros* e no *Arco do Triunfo*, como o acompanhei, avidamente, na “Coluna”, que celebrizou, e nas “coletâneas” de artigos, que constituem repositório seguro e obrigatório para o estudo da realidade política brasileira.

Com alegria, o vi vestir o fardão acadêmico, pelo merecimento de ser o mais notável cronista político do seu tempo.

E quando a “mosca azul” da Academia me mordeu, foi ele dos primeiros a dizer-me “sim” e a enviar-me os votos, desestimulando, por outro lado, com franqueza, outras pretensões poderosas que desejavam apresentar-se à disputa.

Não nos víamos muito, mas, pelo telefone, ouvia-o, eu que ainda sou mais de falar que de ouvir, por mais que me eduque e modere.

Na última vez, perguntou-me pela festa dos nossos cinquenta anos de formatura, agora em novembro. Disse-lhe que estava em preparação e ele saberia de tudo.

Carlos não irá, fisicamente, à festa. Quem sabe quem irá? Quem tem a certeza do hoje? Quanto mais do depois!?

Sei apenas, de certeza certa, que ninguém estará mais presente do que ele, no pensamento e na voz de todos que dele se lembram, e lembrarão, que lhe reverenciaram em vida o talento, a sobriedade, o equilíbrio, a isenção, a prudência, o rigor, a dignidade, o amor cívico a este país; que contribuiu, como poucos, para a correção dos nossos costumes políticos, exercendo, cotidianamente, o direito de apreciação com ânimo elevado, espírito ético, ponderação e nobreza; que não fraquejou nunca na defesa dos princípios que aprendemos no berço, na Escola, na vida, e que não morreram com ele, porque continuam conosco e sobreviverão à geração que os vê e às que virão depois de nós e lhe conhecerão o exemplo.

Nesta Casa, Senhor Presidente, haveremos de lembrá-lo sempre, na obra admirável que produziu e na que realizou, mestre de civismo, liberdade e dignidade, todos os dias, ensinando, na sua coluna, sem medo e sem jactância, altivo, tranqüilo, sereno, reto, imparcial.

Carlos Castello Branco despiu-se das vestes mortais; assumiu o fardão inconsútil da imortalidade, no seio do Eterno. O fardão dourado desta Casa é agora, para nós, a lembrança de que ela lhe reconheceu, em

vida, o que a morte, com o ímpeto do invencível, proclamou, e todo o País, e o coração de todos os que dele tiveram notícia, reconheceu nas manifestações de dor que expressou.

Deus o convocou. Que ele sirva de advogado nosso, nesta hora tão atribulada, para que, apiedando-se de nossa gente, o Senhor aponte ao Brasil o rumo da felicidade, e seu povo, bom sofredor, abatido, desencorajado, exausto de confiar e ser iludido, possa cantar, com as lágrimas da alegria, a glória do Criador, em que ele já está!

Austregésilo de Athayde

Sr. Presidente Abgar Renault, Srs. Acadêmicos, Dra. Laura, Antonio Vicente e Roberto, nesta comovida sessão de homenagem ao Presidente Austregésilo de Athayde – e falo também em nome de Bernardo Élis, que, impossibilitado de comparecer, me pediu que o representasse – nada mais me cabe do que um depoimento modesto, simples e sincero, repetitivo, por certo, sobre quem é, nesta Casa, uma vertente, divisa de eras: antes e depois dele.

Aqui cheguei, há pouco, tempo suficiente para conhecê-lo melhor, admirá-lo mais intensamente, respeitá-lo na sua inteireza moral, e poder dar o testemunho leal a que agora me abalanço.

Nestes quase cinco anos de convívio, nele vi a própria Academia, que com ele se confundiu há cerca de quatro décadas. Encarnou-a, vestiu-se dela, incorporou-a a si próprio, entregando-se a ela de corpo e alma numa integração incindível e inconsútil; a tal ponto que a imortalidade de uma se fundiu na imortalidade do outro, fazendo-se dois em um e um em dois.

E de tal forma se uniram, que se em Machado de Assis se honra o fundador, em Austregésilo se consagra o consolidador, o realizador, votado, permanente e ativamente, ao seu serviço, dedicado, com todas as forças, à obra de engrandecê-la.

Dias após dia, sem falha, nem folga nem fadiga, viveu o seu tempo nesta Casa. Deu-lhe os frutos da maturidade e não permitiu que a velhice – que só pode ser a do corpo, se o espírito não morre e, assim, é intemporal – lhe vencesse a lucidez, que conservou até o derradeiro.

Relembro-lhe as glórias, que ele repetia – e por que não o faria, se eram dele e nossas, de sua gente de todo o Brasil: o orador do Teatro Santa Isabel, em Recife; o jornalista dos artigos diários; e o orador do Palais Chaillot, colaborador ativo da obra maior da liberdade, da dignidade e da emancipação do homem, na Declaração Universal da ONU; como recorde a mansuetude da acolhida, o olhar afetuoso, o aperto de mão confortador, a reação pronta à provocação intelectual, e até o riso aberto, franco, quase espalhafatoso, diria mesmo ingênuo e simples que, algumas vezes, explodia ante o inusitado ou pitoresco; como o revejo nos momentos difíceis que a Nação tem vivido, ensaiando um conselho, buscando a solução que desejava encontrar; ou, nos últimos tempos, o olhar perdido no vazio da imensidão externa, por certo concentrado na amplitude e plenitude dos mistérios da intimidade, quando, às vezes, parecia alhear-se do mundo.

Bastava, contudo, um toque exterior para que ressurgisse lúcido à realidade, a que estava sempre atento, reparando faltas, corrigindo equívocos, com o ar sereno de quem cumprisse missão que superiormente lhe estivesse cometida, acima de paixões e querelas.

A imortalidade foi o seu signo. Viveu como se fosse eterno e imortal, e as horas inexoráveis nada pudessem contra ele.

Aí estão as obras do Solar da Baronesa em Campos, aqui estão as suas realizações, em que se envolveu como se os dias não tivessem fim e soubesse que as ergueria do alicerce à cumeeira, incansável e indestrutivelmente, até à eternidade.

Uma única vez, faz poucos dias, o vi, presidindo sessão solene – a última a que compareceu – referir-se aos que virão depois de nós.

Mas, ainda assim, como se apontasse para um futuro remoto, longínquo, perdido nas brumas do tempo, e mais dos outros do que de si próprio.

Esse futuro precipitou-se sobre ele e sobre nós, sem que o pressentíssemos, e chegou-nos invencível e inadiável para que o padecêssemos agora como passado.

Dáí, Sr. Presidente, estas palavras, que somo às dos eminentes confrades: se não o temos mais entre nós, cumpre-nos honrar-lhe a tradição, continuando-lhe a obra admirável, cultuando-lhe o exemplo dignificante de trabalho, dedicação, esperança, confiança e amor a esta Casa, ao Brasil e à Humanidade, virtudes que são o patrimônio imorredouro e a que haveremos de ser fiéis.

Jasnsen Filho e João Franzen de Lima

Senhor Presidente, cumpro hoje, Sr. Presidente, repito, o mais doloroso dos deveres que a vida me tem imposto: o de prantear o amigo morto.

E, mais doloroso ainda, para lembrar duas das melhores figuras que tive a ventura de conhecer, estimar e admirar, e que a morte acaba de colher.

O primeiro, na triste cronologia com que os levou, é um poeta, o maior improvisador em versos que conheci e que, por certo, não encontrou, nem encontrará quem o exceda: Jansen Filho.

De Jansen tudo já se disse, e muitos dos mais eminentes membros desta Casa lhe traçaram, em palavras eloqüentes, o elogio, no poder exuberante da forma e da inspiração: Magalhães Júnior, Osvaldo Orico, Vianna Moog, Cassiano Ricardo, Ademar Lavares, Dinah Silveira de Queiroz, Menotti del Picchia, Jorge Amado, unânimes em louvar-lhe o estro, a riqueza dos tropos, a beleza das imagens, a força do improviso, a graça do trovador, virtudes que fizeram dele uma das mais admiráveis figuras que conheci.

Sua obra poética, ampla e densa, não se compõe, porém, apenas, de poemas de circunstância, de improvisos: há nele a melhor poesia, em ver-

sos que honram a nossa literatura, nos vários livros que publicou, e que se reuniram, em 1988, num volume: *Uma Vida Vivida em Poesia*.

Admirado, estimado, amado, morreu Jansen deixando imensa saudade nos que o conheceram.

De mim, devo dizer que não apenas lhe louvo o talento, a genialidade do improvisado, a correção e a beleza do verso, a imensidade da poesia, mas também a lealdade da estima, a permanente estima que ele soube sempre manter, com distinta e fraterna compreensão, e com que me acompanhou sempre.

Desejo, pois, Sr. Presidente e eminentes Acadêmicos, fique, nestas palavras, nos *Anais* desta Casa, a memória do seu nome e de sua obra, que merece neles figurar, pela altitude a que se alçou; e com ela, a expressão mais sentida da minha saudade.

*

O segundo, apenas na ordem dolorosa da perda, é João Franzen de Lima, meu mestre, meu amigo, mestre de gerações, em Minas Gerais, homem público dos mais nobres, altivos e dignos deste país, companheiro da linhagem de Milton Campos.

Sob sua bênção ingressei na vida pública, oficial de seu gabinete na Secretaria das Finanças, em Minas Gerais, em 1946, quando pude conhecê-lo melhor e vê-lo dignificar o exercício da função pública, na firmeza, honradez e modéstia com que cumpriu seus deveres.

Depois, anos a fio, fugindo de novas investiduras – que, modestamente, sempre recusou – pude vê-lo comandante ao lado dos comandados, enfrentar com altanería todos os embates que lutamos, líder de nossa coorte democrática e que ombreava conosco na hora da batalha.

Professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais, fez da cátedra não apenas o lugar sagrado do ensino do Direito, mas também a tribu-

na da pregação cívica e da luta pela restauração da liberdade e da moralidade na vida pública, ensinando pelo exemplo vivo e atuante.

Escritor de nobres virtudes, suas obras jurídicas, sobretudo o seu *Curso de Direito Civil*, mereceram a unânime consagração da crítica, modelo de simplicidade, clareza, segurança e exatidão de conceitos.

Recebendo-o, para honra minha, na Academia Mineira de Letras, em 17 de abril de 1986, pude traçar-lhe, com emoção, o perfil de jurista, professor, estadista, escritor, cidadão e homem de fé, em palavras que repetiria agora com saudade.

Não é esta, porém, a oportunidade de fazê-lo. Ao chorar-lhe a morte, presto homenagem a um dos mais nobres e dignos expoentes não apenas da Minas eterna, dos que a fizeram grande e imortal e lhe asseguram a perenidade no tempo porvindouro, mas da própria grandeza da pessoa humana, que de encarnou com pureza e dignidade.

Clóvis Beviláqua

A perenidade marca a obra de Clóvis Beviláqua, somando-se à imortalidade acadêmica para assegurar-lhe lugar ímpar na História de nosso país.

É que teve ele a dita, que a poucos se concede, de ser o formulador principal da lei que, como se diz no seu próprio art. 1.º, “regula os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações”: vale dizer, a vida das pessoas na ordem civil, formulando as normas que lhes garantem a coexistência e a estabilidade, conduzindo à paz social.

Nascido em Viçosa, CE, em 4 de outubro de 1859, formou o espírito, sobretudo, na orientação da Escola do Recife, o que lhe aprimoraria o conhecimento da legislação germânica, que, aliado ao estudo das demais legislações da época, lhe serviria à formulação dos princípios que informariam, depois, a obra a que se devotaria.

Não vem ao caso historiar-lhe a vida e a obra, a que, superiormente, tantos se entregaram, a começar dos que, nesta Casa, e em todos os templos do direito, lhe analisaram a contribuição inestimável.

O certo é que Clóvis, com o cabedal adquirido, trasladando-se para o sul, e recebendo aqui a influência das novas correntes do pensamento positivo, elaboraria texto que, submetido a largo, profundo, exaustivo debate, se converteria em nossa lei civil, da qual ainda hoje nos orgulha-

mos, pela concisão, pela formulação clara dos institutos, pela segurança na estruturação do sistema que construiu.

Convidado, em 25 de janeiro de 1899, por Eptácio Pessoa, então Ministro da Justiça, para a elaboração do novo texto, valendo-se das contribuições anteriores, sobretudo a da “Consolidação” de Teixeira de Freitas, de 1858 – que, rejeitada entre nós, serviria depois como base da legislação argentina, aproveitada largamente por Velez Sarsfield, e daí para outros países sul-americanos – já em outubro a concluía.

Não é preciso rememorar a discussão do Projeto: diga-se, apenas, que foi a mais notável, profunda, erudita, ampla controvérsia jurídico-vernácula a que o País assistiu, e que honraria qualquer povo e qualquer cultura, pelo nível a que se alçou, antes que se lhe aprovasse a redação final, em 26 de dezembro de 1915, transformando-se na Lei n.º 3.071, de 1.º de janeiro de 1916, com vigência a partir de 1.º de janeiro de 1917.

Professor de Direito Comparado no Recife, estudioso aplicado de todas as áreas da ciência jurídica, pôde assenhorear-se do conhecimento das legislações modernas e, em tempo exíguo, redigir o projeto que apresentou e que, quanto ao sistema e ao método, se manteve incólume.

A linha do Código, que obedece à orientação liberal individualista então predominante e, aliás, marca a nossa tradição sociopolítica, fez dele, à época, monumento admirável; e, ainda hoje, parece-nos, melhor seria atualizá-lo, acrescentando-lhe a regulação de outros institutos que surgiram com a complexação das atividades da vida contemporânea, ao invés de tentar nova elaboração, como se tem feito, até agora sem êxito: quer pelas dificuldades de discussão no Congresso Nacional, quer porque, mesmo entre os doutos, matéria de tão grande interesse suscita intermináveis querelas, devendo ainda salientar-se que a jurisprudência já lhe deu, em muitas passagens, a compreensão atual e exata.

De qualquer forma, haverá sempre que elogiar-lhe a técnica e a lógica do sistema; sem falar na precisão e concisão da linguagem, na qual colaborou exemplarmente Rui Barbosa, em debate dos mais altos e nobres a que se terão alçado os legisladores de qualquer parte do mundo, em qualquer tempo, valendo lembrar a polêmica com Carneiro Ribeiro.

A obra de Clóvis completou-se, além disso, com a elaboração dos *Comentários*, modelo de síntese, exata e luminosa, dos textos, com a exegese que, sendo do próprio autor, é interpretação autêntica inigualável.

Digo, Sr. Presidente, para concluir esta breve rememoração do vulto eminente, que, a partir da *Teoria Geral* e dos *Comentários*, é possível consolidar-se a consciência jurídica do advogado, quanto aos institutos da ordem civil, no mais alto grau; e, ainda hoje, há de ser em Clóvis que se buscará a conceituação fundamental desses institutos, que ele sumariou como ninguém, o que lhe assegura a permanente consagração como figura preeminente na evolução do direito nacional; sem necessidade de aludir às inumeráveis e valiosas obras com que, em outras áreas do direito, da filosofia e da sociologia, sobretudo, enriqueceu a nossa cultura.

Nada, pois, mais justo que esta Casa, que honrou, como fundador da Cadeira n.º 14, lhe homenageie, hoje, a memória e lhe exalte os serviços inigualáveis que prestou ao Brasil, exemplo de modéstia, cultura, sabedoria.

Alcântara Machado

Cumpre esta Academia uma de suas mais nobres missões, quando relembra os grandes vultos que, na sucessão imemorial dos dias, lhe asseguram e mantêm a glória e a imortalidade.

O importante é que se a Academia, pelo que significa como o mais alto cenáculo das letras nacionais, confere aos que a habitam, a “glória que fica, eleva, honra e consola”, por outro se alimenta da parcela de luminosidade espiritual que lhe traz cada um dos que aqui aportam, por mais humilde a contribuição que lhe agreguem.

Podemos dizer, com ufania, que relembando hoje José de Alcântara Machado de Oliveira (19-10-1875 / 01-04-1941), renovamos a imortalidade de quem lhe marcou a vida pela obra impercível com que a engrandeceu e à bibliografia nacional.

Mais do que a formosa tessitura dos versos, escondido sob o pseudônimo de “Álvaro Álvares”, dos trabalhos jurídicos que produziu, das crônicas que publicou, na faina parlamentar em que se empenhou, ou da prosa esparsa que rubricou como *Pero Peres*, sua obra definitiva é *Vida e Morte do Bandeirante*, que perdura como epopéia nacional, da qual diz Afrânio Peixoto, no discurso de recepção, nesta Casa, em 20-05-1933:

“grande livro, empolgante como um romance de aventuras, a grande aventura nacional das Bandeiras que devassaram o Brasil, e o fizeram,

na sua comprida periferia regional, como na sua larga posse continental. Exato, entretanto, como um inventário, que minucia a vida, inexoravelmente.”

É, na verdade,

“trecho de história do Brasil, o melhor de nossa história colonial, a que não se aprende nos tratados formais, escumadeira do que sobrenada, por leve ou visível, mas que não diz da vida que ferve e tumultua obscura, ignorada, aos que não sabem sentir e observar. No vosso livro, diz Afrânio Peixoto, é que se sente nascer e vagir o Brasil infante. O Brasil que ia ser e seria, e será o Brasil, porque nasceu e cresceu forte e digno. Tanto que não conseguimos acabar com ele, nós, desse Brasil, leviano e tonto, o Brasil superficial.”

Com isso, Alcântara Machado cantava a própria saga de sua gente, fazendo do regional e do nacional a raiz do universal, que comunica à obra a perenidade que vence tempo e vicissitudes da história.

Pode, por isso, recordando os ancestrais de que se orgulhava, pronunciar as palavras que ficaram como dístico da nobre estirpe dos desbravadores do Brasil, quase ao encerrar sua oração de posse, e que me honro de repetir, como a melhor homenagem que lhe prestamos à memória:

“Paulista sou, há quatrocentos anos. Prendem-me no chão de Piratininga todas as fibras do coração, todos os imperativos raciais. A mesa em que trabalho, a tribuna que ocupo nas escolas, nos tribunais, nas assembléias políticas deitam raízes, como o leito de Ulisses, nas camadas mais profundas do solo, em que dormem para sempre

os mortos de que venho. A fala provinciana, que me embalou no berço, descansada e cantada, espero ouvi-la ao despedir-me do mundo, nas orações da agonia. Só em minha terra, de minha terra, para minha terra, tenho vivido; e, incapaz de servi-la quanto devo, prezo-me de amá-la quanto posso.

Amo-a com a ingenuidade e a cegueira inseparáveis do verdadeiro amor. Em sua paisagem tranqüila. Em sua gente menos sobranceira do que retraída. Pelas qualidades que lhe constroem a grandeza. Pela dignidade com que suporta a desgraça. Preocupada com as coisas essenciais. Idealista e prática, mercê da fusão harmônica das almas de Marta e Maria. Ávida dos bens materiais, porque tem horror à dependência; mas igualmente ambiciosa das riquezas imperecíveis; e por isso mesmo tão ufana de suas fábricas e lavouras, como de suas escolas e de seus poetas. Faminta de progresso e respeitosa da tradição: a algumas braças dos cafezais de S. José do Rio Pardo, o rancho de Euclides; junto às chaminés de Campinas, a mansão das andorinhas; ao pé dos arranha-céus de São Paulo, a árvore das lágrimas. A tal ponto generosa e ‘benéfica aos forasteiros’, que se um deles chega, cheio de sanhas e de prevenções, logo se esquece de combatê-la e se põe a cortejá-la escandalosamente. Tenaz como a verdade. Paciente como a justiça. E, como a claridade, leal.” (*Discursos Acadêmicos*, vol. VIII, 1933-1935, p. 41-42.)

Este hino de louvor ao berço dá bem a idéia da altitude moral de quem o diz, e serve como divisa que todos os brasileiros devemos ostentar, se como Alcântara Machado, queremos ser dignos desta nossa terra inigualável.

Em versos lapidares traduziu-o Martins Fontes, ao dizer (recordou-me João de Scantimburgo, num recado amável):

Paulista eu sou há quatrocentos anos,
Imortal, indomável, infinita,
Dos mortos de que venho ressuscita
A alma dos bandeirantes sobre-humanos.

Tenho o orgulho dos nossos altiplanos,
Tenho a paixão da gleba circunscrita.
Quero morrer, ouvindo a voz bendita
Dos pausados cantares paulistanos.

Da minha terra, para minha terra
Tenho vivido. Meu amor encerra
A adoração de tudo quanto é nosso.

Por ela vivo num perpétuo enlevo,
E, incapaz de servi-la quanto devo,
Quero ao menos amá-la quanto posso.

Ao lembrá-lo, Sr. Presidente, em verdade, renovamos nosso amor
ao Brasil, e assumimos o compromisso de ser, como ele, com o nosso
esforço e a nossa obra, novos bandeirantes na ânsia do futuro.

José da Silva Martins

Honra-me, Sr. Presidente, pedir à Casa que abandone, por um momento, a saudável e paradoxalmente renovada rotina dos seus trabalhos, para uma homenagem que, de coração, peço vênua para prestar.

Completo seus primeiros cem anos de vida, José da Silva Martins, que, faz pouco, aos 84 anos, em 1982, publicava, com introdução de Menotti del Picchia, seu primeiro livro, *Sabedoria e Felicidade* (hoje em 4ª edição), depois seguido de *Santo Antônio de Lisboa, Coimbra, Pádua e de Todo o Mundo, Bach, Sua Vida e o Cravo Bem Temperado, Saúde e Coletânea de Pensamentos*.

Não há como não se surpreender com a inacreditável lucidez, a invencível vitalidade com que este português, nascido em 11 de junho 1898, no Conselho de Vila Verde, Distrito de Braga, em Portugal, transmudado em brasileiro quando, em 16 de julho de 1925, singrou o Tejo até o mar e o Brasil, tem vencido todas as batalhas do corpo e do espírito, realizando obra duradoura que lhe assegura a perenidade do nome: a vida de trabalho, a permanente fé em Deus, a união da mulher e dos filhos, na família cristã que constituiu; e, coroando tudo, o cabedal de experiência e de sabedoria que amalhou e que se transformou em lição de vida, transmitida a toda a sociedade, servindo a Deus e aos Homens.

Sua obra tem merecido de todos os que a compulsaram elogio ao esforço, à sabedoria, à prudência, à sensatez, à fé, à dignidade, modelo de bom varão, servidor da Pátria e de Deus e, nesta mesma Academia, muitos a consagraram com a crítica favorável.

Não pretendemos, nestas breves palavras, analisá-la, nem repetir os elogios com que a saudaram os doutos, apenas lembrar a figura admirável do cidadão, do pai, do crente, que, no uso dos talentos que Deus lhe deu, tem-nos multiplicado cento por um pela palavra e pelo exemplo, no bem que faz aos que o conhecem e a todos os que têm notícia do modelo em que se constitui para os homens de bem.

Ao reverenciar-lhe a vida e a obra, pedimos a Deus que o conserve, no lar cristão que constituiu sobre a rocha e lhe dê novas bênçãos à sua vida, como as que lhe tem propiciado, na família honrada e prestante que formou.

Que esses primeiros cem anos, lúcido, atuante, dinâmico, disposto, cordial, prudente, sensato, temente a Deus, se estendam na mesma luta pelas boas causas, prenúncio de novas vitórias, novas obras, para servir à sociedade e à fé.

E fique, nos anais desta Academia, o aplauso a quem, embora não tenha madrugado na prática das boas letras, a elas tanto se afeiçoou, que as maneja hoje com a segurança e a competência dos que nelas se formaram, mourejando sem cessar.

Peço à Academia que receba os exemplares da obra de José da Silva Martins que, agora, desvanecidamente, lhe entrego à guarda, para que se incorporem ao seu rico acervo, na demonstração do apreço do Autor e do alto serviço que presta às boas letras, de que esta Casa é a suprema guardiã.

Luís Viana Filho

Senhor Presidente,
Ao designar-me para lembrar, na sessão de hoje, Luís Viana Filho, V. Exa., sem saber, atendeu a legítimo impulso do meu coração, que o recorda como das afeições mais fraternas e leais.

Conheci-o logo que cheguei à atividade política, e o relacionamento da família baiana de minha mulher se estreitava com os Vianas, bastando dizer que *A Vida de Rui Barbosa* é dedicada “à querida memória de D. Maria da Glória Lacerda Gordilho”, tia-avó de minha mulher.

Desde logo nos aproximamos, e a simpatia de Luís Viana, que a inteligência, a cultura e a verve de *causeur* realçavam, ligaram-nos definitivamente, com a agravante de que ele e eu militávamos em forças políticas aliadas, sempre unidas: ele no glorioso e valente Partido Libertador, do inigualável Raul Pilla, e eu na valente e gloriosa União Democrática Nacional, união que tanto bem fez ao País e, por isso, tanto sofre, ainda hoje, da maledicência aos que buscam impedir que façam da República a “reprivada” que Rui anatematizava em termos tão duros e candentes.

Era um privilégio conviver com Luís Viana, ouvi-lo discreteando sobre qualquer tema. Mas aos partidários, como eu, era prazer inigualável vê-lo, na tribuna da Câmara dos Deputados, sobretudo quando, de Regimento Interno em punho, formulava “questões de ordem”, pachorrentamente, nas nossas obstruções patrióticas aos maus projetos do

Governo (que sempre os tem, e muitos), uma sobre as outras, no ar tranqüilo e irônico com que – “enchendo lingüiça”, como disse Rui (“Discurso sobre o Estado de Sítio”, na sessão de 18-6-1914, in *Discursos Parlamentares*, Obras Completas, XLI, 1914, tomo I, p. 405), ou torrando a paciência (use-se a linguagem própria) do presidente de plantão, na Mesa, sempre disposto a ouvir, com tolerância e respeito, o consagrado jurista e o escritor imortal – se estendia, desatendendo, polida mas renitentemente, aos apelos de que pusesse fim às intervenções delongadas, propositadamente.

Ídolo desde a meninice, estimulado por meu pai, que considerava Rui – como o considero – o mais nobre e culto, o maior varão da República, a obra de Luís Viana mostra-nos a figura admirável em traços tão humanos e reais que só a afeição os poderia assim pintar.

Outros grandes livros viriam, e neste 1999 nada como relembrar *A Vida de Joaquim Nabuco*, outra figura ímpar de nossa história e que nele encontrou o retratista fiel e exato; dando-nos, ainda, outras vidas ilustres, como a do Barão do Rio Branco, as de José de Alencar, Machado de Assis e Eça de Queirós, demonstrando o apreço pelas boas letras, na escolha daqueles a quem emprestou o seu talento de historiador e biógrafo (sem falar nas outras obras, de igual valia, que publicou).

Mas, Sr. Presidente, V. Exa. pediu-me que relembresse Luís Viana, apenas isso, e o faço com a emoção mais justificada, repetindo: companheiro das lutas políticas e parlamentares da Câmara Federal; amigo que com o voto e o apoio me conduziu à generosa aprovação do Senado para o Supremo Tribunal Federal; e confrade que, ainda com o voto, me ajudou a conquistar a imortalidade do convívio desta Augusta Casa; amigo sempre; não é sem emoção que lhe reverencio a memória, na certeza de que homenageamos um dos melhores de quantos serviram a este país, e lhe merecem o respeito, o louvor e a lembrança.

Carlos Chagas Filho

Minha presença nesta sessão em honra de Carlos Chagas Filho é a superação que me impus para reafirmar-lhe a estima e a admiração que lhe devo: conheço-me o suficiente para assegurar-lhes que me custa, e muito, ao coração, dizer estas palavras, por mais simples e modesta sejam, quando a falta do Amigo e Mestre tolda-me os olhos no sentimento profundo da perda irreparável e imensa.

Conheci-o, faz muito tempo, e as raízes mineiras me aproximaram dele, entroncando o apreço que lhe votei ao dos Mello Franco da minha devoção, expressos em Afonso e Virgílio: com este convivi com a ousadia e a irresignação indômitas; com aquele vi exercitar-se a arte da política, da convivência sem favores, e da rebeldia ponderada pelas imposições do bem comum.

Na Universidade, onde pontificava, Carlos Chagas era o protótipo do professor e do pesquisador, respeitado e admirado: ponderado, sereno, medido, chamava-lhe eu “senador vitalício por Minas Gerais”, dando-lhe título que o Império valorizara, e que honraria a rebelde grei dos mineiros das Gerais e o abnegado pensador a quem só preocupavam as causas que empolgavam a Nação e a Humanidade.

Em Academias e Congressos, que presidiu ou freqüentou – e foram tantos e tão importantes, que não há enumerá-los! – representava o Brasil

e sua gente, espelhando nossa formação cristã, nossa tendência liberal, e as forças imanentes de nossa vocação para a solidariedade e a paz.

Nesta Casa, muitas vezes, falamos das preocupações comuns aos homens de letras, aos cientistas e aos cidadãos, que ele sempre encarnou com sobriedade, correção e dignidade.

Até que, ultimamente, nossos olhos se acostumaram a vê-lo entrar neste recinto, sob a sombra protetora de Anah, para, com sacrifícios que avaliamos, mas, sempre, a alegria irradiante no rosto corado, compartilhar dos nossos problemas e apoiar-nos na sua solução.

Esta a imagem que dele desejamos fixar agora, porque é a que nos ficará, indelevelmente, na memória, envolvendo, permanentemente, no afeto, a nossa saudade.

João Dornas Filho

A Academia Mineira de Letras, a mais nobre representação cultural de Minas Gerais, comemorou, a 8 de agosto passado, o centenário de João Dornas Filho, nascido em Itaúna, em 7 de agosto de 1902.

Não pude comparecer para, solidarizando-me com as homenagens prestadas ao grande escritor, lembrar o conterrâneo ilustre que lhe honrou a tradição, pela cultura e operosidade, traços predominantes de sua vida.

Cedo João Dornas Filho iniciou-se no jornalismo e, em pouco, firmava-se-lhe a reputação de escritor, com os estudos de história itaunenense: *Itaúna – Contribuição para a História do Município* (1936), e se ampliaria com a biografia de Silva Jardim (Brasília, 1936), *Os Andradas na História do Brasil* (1939), *O Padroado e a Igreja Brasileira* (Brasília, 1938), *A Escravidão no Brasil* (1939), *Apontamentos para a História da República* (1942), *A Influência Social do Negro Brasileiro* (1943), *Os Ciganos em Minas Gerais* (1949), *Figuras da Província* (1949), *Efemérides Itaunenses* (1951).

Mas João Dornas Filho, o nosso Zau, não restringiu sua atuação literária aos estudos históricos, por mais ampla e original a contribuição que lhe deu em muitas áreas.

Distinguiu-se no conto, com *Bagana apagada* (1940) e no ensaio crítico, com *Eça e Camilo* (1945), *Júlio Ribeiro* (1945) e *Antônio Torres* (1948).

A importância de sua contribuição mereceu a escolha para membro dos Institutos Históricos e Geográficos de Minas Gerais e de São Paulo, e a unânime eleição para a Academia Mineira de Letras, em 1945, na Cadeira 12, que tem como patrono Inácio José de Alvarenga Peixoto.

Ao recordar-lhe a obra e a vida, marcadas pela vocação para o interesse público e o infatigável amor à terra natal, relembro-lhe, ainda agora, o ar bonachão, o gesto largo no corpanzil moreno, o riso aberto, a inteligência arguta, o olhar penetrante, a simpatia conquistadora de amigos e admiradores.

Por isso tudo, Sr. Presidente e eminentes Confrades, pareceu-me que não deslustraria os Anais desta Academia se pedisse a inclusão neles, com emoção e orgulho de conterrâneo, da homenagem a quem honrou, com lucidez, penetração e correção as nossas letras, e buscou, com afincos e firmeza, as raízes de nossa formação histórica.

Cubra-lhe esta Casa o nome com o manto de sua simpatia e apreço, é o que lhe deprecamos, e far-lhe-á justiça à obra que deixou e ao espírito que a anima.

Roberto Marinho

Esta sessão tem finalidade superior: celebrar a memória de Roberto Marinho e a saudade, que começa a pesar sobre nós.

Não o vimos muito nesta Academia, mas, sempre que pôde, compareceu às nossas solenidades; e cobriu a diferença convidando-nos para as nobres celebrações em sua casa amorável no Cosme Velho.

Sua lembrança, por isso, não perde intensidade, e sua memória convoca o nosso apreço mais sincero e a homenagem mais leal.

Marcou-se sua vida pela ação, a mais complexa e significativa de todas: se vivemos em sociedade, se a comunicação é o instrumento da convivência, cuidar dela é a mais alta das missões.

A ela, inigualavelmente, dedicou-se Roberto Marinho. Sua vida é a consagração permanente e definitiva à conquista da comunicação entre todos os brasileiros e nisto sua atividade não tem similar, em nosso país, e poucos poderão emparelhar-se com ele nas demais nações.

Foi ele artífice da integração nacional ao fazer das Organizações, que criou e engrandeceu, a preocupação obsessiva de sua grande vida, devotada ao entendimento, à compreensão, ao entrelaçamento, à união de todos os brasileiros, onde quer se encontrassem, mesmo fora dos limites territoriais da Pátria.

Algumas vezes lhe falei, no desempenho de missões políticas: nunca faltou à colaboração nas grandes causas, nem recusou apoio às iniciativas promissoras que lhe foram propostas em bem do Brasil.

Viveu como alguém que, compreendendo e sentindo os problemas de sua época, pôde empreender as ações que se projetassem no tempo novo que virá.

É o que celebramos hoje, nesta sessão, para honra nossa, em memória de Roberto Marinho.

Barbosa Lima Sobrinho

Não é fácil expressar o que significa, para nós, como para o país, a ausência de Barbosa Lima Sobrinho.

Sua presença marcou o século pela coerência, correção, dignidade, lucidez, denodo e trabalho. Sua partida, com o exemplo de sua vida, toda dedicada ao Brasil, na defesa dos ideais que abraçou, comove-nos a todos, profundamente, nesta Casa de convivência e companheirismo.

Mais ainda, leva-nos a lembrar-lhe o exemplo, autorizando-nos dizer aos mais jovens que o Brasil autêntico é o dos que, como ele, sempre enfrentaram a luta democrática como desafio de lealdade, sacrifício de interesses e olvido de ambições.

As convicções legítimas não admitem a triste mercancia dos valores éticos, pois só eles construíram nossas instituições e só eles lhes darão fundamento e perenidade.

Conheci Barbosa Lima na Câmara dos Deputados, e o ameno convívio me fez admirá-lo ainda mais. Se nem sempre comungamos das mesmas teses, sabia eu da honestidade com que ele se batia pelas suas, e sabia ele – e o disse – da mesma dignidade com que eu as minhas defendia.

Há onze anos, exatamente há onze anos, em 20 de julho de 1989, dele recebi, neste Plenário, o espadim que me armou cavalheiro das letras.

Nada mais justo, pois, que dê o meu testemunho de que sua vida se voltou exclusivamente para o futuro do Brasil, sua permanente preocupação, e que, para felicidade de nossa terra, e em sua homenagem, possamos repetir, como compromisso indefectível, que este futuro é e será sempre o nosso único anseio, nossa vocação, nossa missão, sem descanso e sem fadiga.

Geraldo França de Lima

Meus caros Confrades, esta Casa me tem dado, Sr. Presidente, grandes alegrias, mas hoje devo confessar-lhes que, mais do que nunca, avulta em mim a mágoa, que esta homenagem retrata na voz dos que a sentem intensamente.

Para que a lágrima não nos obscureça a vista, e nos faça pensar apenas na tristeza desta reunião, lembremos não a obra que a crítica dos doutos e os leitores consagraram, mas a grande presença de Geraldo França de Lima nesta Casa.

Primeiro, a posse, com o ingresso festivo e honroso, e, a seguir, mais do que tudo, o convívio franco, dedicado, afável, afetuoso, que em todos nós nos causou a feliz impressão da irmandade, como se nos conhecêssemos e estimássemos do berço.

Durante todos esses anos esse sentimento se fortaleceu e ajudou a transformar nossas tardes de chá: o cumprimento afetuoso e jovial; a memória prodigiosa, recitando trechos e trechos de autores de nosso agrado; a conversa amena e fluente, no permanente bom humor, que nunca se desfez, nem mesmo quando a inenarrável dor da cegueira o atingiu a ele, sem uma palavra de queixa ou inconformidade a recebeu, fazendo seus os olhos de Lygia, a companheira insubstituível de todo o sempre.

E quando Lygia se foi, convocada por Deus, se lhe faltou a luz dos olhos e do coração, nem assim se lhe ouviu uma palavra de revolta, apenas o silêncio dorido de quem perdera o rumo do destino, mas continuava a luta, de que *O Sino* e o *Som* é testemunha.

Agora, foi encontrar-se com Lygia, no seio do Criador. De lá, com os olhos generosos da visão eterna, complacente nos verás, e apontando-nos, dirá ao Senhor das Misericórdias: aqueles são os meus amigos!

Basta sentir pulsar o coração, que o ouviremos.

Jorge Amado

Associo-me, de coração, ao pesar da Academia, que se une à Nação Brasileira na homenagem à memória de Jorge Amado.

Posso dizer que foram ele, Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, os primeiros autores de literatura brasileira moderna que conheci, e, a partir de *Mar Morto*, sobre o qual escrevi minha primeira apreciação literária, tive com ele convívio permanente. Quem lhe conheceu a obra, não a deixou jamais, tanta a completa integração autor personagem-leitor.

Segui-o, depois, sempre, à distância; até que um dia, em 1989, lhe telefonei para Paris. O telefone tocou e a secretária eletrônica atendeu, dizendo, em francês, que era a casa de Jorge Amado, e deixasse o recado. Dei o nome e ia dizer o recado – pedido de voto para minha candidatura, à vaga de Menotti del Picchia, nesta Academia – quando Jorge se apressou em atender-me, como se fôssemos velhos amigos, num bate-papo informal de companheiros.

Agora, Senhor Presidente, não sei e não quero aprender a falar dos que nos deixam por essa porta obrigatória que a nós todos se abrirá um dia. Meu coração não suporta essa partida dos outros, menos talvez que a minha..., por certo diria ele, no *humour* de muitos dos seus personagens.

Prefiro dizer que o Brasil, todos nós, vivos, e os muitos vivos que ele pôs no mundo, com a força de seu estilo, e andam conosco por aí, lhe sentimos a falta, mas sabemos que, nessa viagem sem volta, ele encontrará, feliz, o Eterno!

Raymundo Faoro

Conheci Raymundo Faoro no Conselho Federal da OAB, ele Presidente e eu representante da OAB-Minas Gerais.

Seguro, firme, lúcido, preocupado com o interesse geral, passei a admirá-lo pelas atitudes que tomou, sem alarde, atento apenas aos altos objetivos da OAB, em face do País, em momento de sérias definições da vida nacional.

Quando se cuidou da Conferência Nacional de Curitiba, em 1978, pedi-me examinasse, em tese a ser apresentada à Conferência, o problema da emergência constitucional.

Fiz o trabalho colhendo a lição da doutrina mais moderna e, ao fim, examinei a situação do Brasil e as dificuldades de sua aplicação entre nós.

A tese, combatida pelos que preferiram dar ao tema tratamento ideológico e partidário, foi considerada inoportuna, computando-se, na votação que o declarou, o voto de representantes não credenciados, em sessão tumultuada.

Recebi, então, dele generoso cartão, no qual reafirmava o agradecimento pelo trabalho, em clara reparação à decisão tomada.

A partir daí nossa estimada recíproca se consolidou. E pude ver-lhe a modéstia com que recebeu o êxito da sua obra, quer a de sociologia

política, quer a literária, quer a jurídica, que lhe granjearam justo prestígio e renome.

Com alegria o vimos chegar a esta Casa, cercado da simpatia e da admiração de todos nós.

E com tristeza o vimos partir, não sem deixar, imorredouramente, o sinal de sua presença em nosso espírito e em nosso coração.

Evandro Lins e Silva

Senhor Presidente, eminentes confrades.
Esta Casa reverencia Evandro Lins e Silva e o faz sintetizando a unânime consagração do País, que se comoveu com sua morte e chora a perda do cidadão do dever cumprido.

Esta a definição que se lhe pode dar: o sentimento do dever e o dever de cumpri-lo, na sua extensão e no seu limite, nem mais nem menos, que o menos é falta e o mais é excesso, e ele o cumpriu na harmonia do exato.

Evandro foi isso: advogado, sobretudo criminalista; atendendo à lição de Lachaud, comparecia à barra do Tribunal com a sua consciência e o dever de sustentar o que ela lhe ditava; jurista, no Supremo Tribunal Federal, o dever da guarda do direito harmonizou-o ao dever de fazer justiça, que cumpriu ao interpretar, com equanimidade, a norma jurídica; na vida pública, o dever da defesa do interesse coletivo, atento às imposições de seu convencimento, sem ceder às querelas da conveniência; cidadão, o dever de servir à Pátria, acima de tudo, dever e honra, que edifica e sublima os que o exercem; escritor, o dever de servir às boas letras, que enobrecem as nações e lhes asseguram a perenidade na unidade.

Tudo fez, ao seu alcance, para que melhor, mais feliz, mais humano, mais solidário fosse o Brasil, a fim de que seus filhos mais se orgulhassem de ter nascido, lançado raízes, deitado galhos, e ramos, e folhas, e

flores, e frutos, como os que produziu, até que a terra sagrada, na queda final e definitiva, os recebesse.

Evandro, nesta Casa, companheiro amável, jovial, aberto, prestativo, presente cumpridor dos deveres acadêmicos, amigo, fraterno.

Evandro, tudo isso, e o mais o que não sabemos dizer, mas garante a perenidade de sua presença em nossa memória, nesta Casa, e no Brasil.

Brito Velho

Chega-nos de Porto Alegre a dolorosa notícia da morte de Brito Velho. E lendo-a, na coluna de Hélio Fernandes, com o episódio que narra, significativo do caráter e da lealdade que caracterizaram o inolvidável companheiro do Partido Libertador, sufoca-nos a angústia de ver partir um dos grandes vultos que notabilizaram a vida parlamentar do Brasil no meado do século.

Tive o privilégio de conviver com alguns dos mais admiráveis líderes democráticos do País, que, despontando, sobretudo, com as lutas pela redemocratização, deram-nos, durante um quartel de século, o mais nobilitante exemplo de apego ao interesse público, de defesa do Estado democrático, de desinteresse e desambição pessoal, na luta pela moralização dos costumes administrativos e políticos, e tornaram o período um dos mais felizes da vida nacional.

Entre esses grandes vultos, estava Brito Velho: espírito de humanista, dedicado às grandes causas, era um privilégio ouvi-lo sobre qualquer tema proposto – “*omnium rerum magnaran atque artium scientiam*” – todas as grandes coisas, as artes e as ciências.

Tanto podia opinar sobre temas de sua especialidade, como sobre os políticos, sociais, literários. E, na tribuna, no melhor estilo dos grandes oradores de seu Estado natal, o Rio Grande do Sul, tratava dos problemas nacionais no espectro mais amplo, ainda que com a evidente preva-

lência dos temas políticos, mas sempre arguto, lúcido, competente, marcado pelo espírito público, virtudes que o tornaram, com Raul Pilla, das mais respeitadas vozes da Câmara dos Deputados.

O que, entretanto, hoje, mais do que nunca, se deve realçar, é a sua firmeza de caráter, sua fidelidade aos princípios programáticos de seu grande-pequeno Partido Libertador, ao qual a República deve iniciativas que comprovam o apreço aos interesses nacionais dos que o dirigiam.

Até que, com os desvios da Revolução de 1964, que ele e eu havíamos defendido, deixou o mandato, recolhendo-se ao reduto inexpugnável de sua província, que dignificou no exercício da atividade parlamentar e no inigualável desempenho como professor e homem de cultura.

Desde então, não mais o vi. Mas a correspondência que com ele mantive e dele guardo, e que acabo de rever, com a mágoa da ausência definitiva, marca-se da preocupação com os destino do País, e só se ameniza nas tertúlias literárias, sobretudo as que se referiam a textos de Dante e Guido Cavalcanti, admirações comuns nossas, buscando formas e traduções que lhes apreendessem a alma, e que culminaram com a tradução, que lhe dediquei, do soneto de Guido Cavalcanti, que começa com dois dos mais belos versos da literatura italiana:

*Chi è questa che ven, ch'ogn'om la mira,
e fa tremar di chiaritate l'are,
(quem é esta que vem, que a gente a mira,
e faz tremer de claridade o ar,).*

Transcrevo o soneto, no original, e na tradução:



RIME

IV

*Chi è questa che ven, ch'ogn'om la mira,
 e fa tremar de chïaritate l'are,
 e mena seco Amor, si che parlare
 null'uomo pote, ma ciascun sospira?
 De! che rassembra quando li occhi gira!
 dical Amor, ch'i no savia contare:
 cotanto d'umiltà donna mi pare
 che ciascun'altra invèr di lei chiam'ira.
 No se porìa contar la sua piacenza,
 ch'a lei s'inchina ogni gentìl vertute
 e la beltade pera sua dea la mostra.
 Non fu si alta già la mente nostra,
 e non si pose in noi tanta salute
 che propriamente n'avian conoscenza.*

RIMAS

IV

Para Britto Velho.

*Quem é esta que vem, que a gente a mira,
 e faz tremer de claridade o ar,
 e traz consigo Amor já que falar
 nenhum humano pode, mas suspira?
 Deus! que parece quando os olhos gira!
 Diga-o Amor – não saberei contar:
 tanta humildade temem seu olhar,
 que as outras, perto dela, clamam ira!*

Impossível contar o seu encanto,
que, diante dela, inclina-se a virtude,
e a beleza como sua deusa a sente.
Não é, porém, tão alta a nossa mente,
e não existe em nós tanta saúde,
que nos permita conhecê-la tanto!

Fevereiro de 1976.

Mas, as cartas não esquecem o grande tema, o Brasil, e os amigos que ele fez, e com os quais, certamente, discreteia, já hoje, no Paraíso: Aducto Cardoso, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto e Pedro Aleixo, para só ficar nos que mais perto me tocam, tão nobre exemplo nos legaram.

Brito Velho merece que os que mais de perto conviveram com ele lhe façam justiça ao nome. A nós, que o conhecemos, destemido cavalheiro da democracia nas pugnas parlamentares, resta-nos, com a saudade, a esperança de que sua luta, e nossa, não tenha sido em vão, e que os pósteros lhe honrem a memória.

Celso Furtado

Nesta homenagem a Celso Furtado merece ressaltada, desde logo, sua nobre presença nesta Casa, marcada por iniciativas que bem lhe comprovam a preocupação com o destino nacional, além da fidalguia do convívio, a que emprestava a sóbria participação de sua cordialidade.

Devo, demais disso, uma palavra de coerência moral e intelectual: marcados por orientação ideológica diversa, seguimos, ele na importância da obra e da atuação, eu na modéstia da intervenção política, caminhos diferentes. Ambos, porém, com o mesmo, único, total e indisponível objetivo: o bem do Brasil.

Mais: a marca essencial de seu pensamento foi a vitória sobre as desigualdades sociais que maculam nossa estrutura político-econômica, e a isto dedicou a obra teórica e a ação administrativa. E nessa mesma linha insisti, às vezes em campos políticos opostos, lembrando, como necessidade de nossa integração, a solução dos problemas do Nordeste e da Amazônia.

Assim, à época da Constituinte de 1987-88, publiquei livro sobre a *Crise da Constituição, a Constituinte e o Supremo Tribunal Federal*, no qual formulei proposta para o novo texto constitucional, incluindo dis-

positivos claros sobre o desenvolvimento econômico e a redistribuição da renda social.

Esta explicação tem a finalidade de demonstrar como, aparentemente distantes, próximo estava eu de Celso Furtado, na ânsia de ver integrar-se o Brasil presente, para o surgimento do grande Brasil futuro

Celso Furtado fez o que dele dependia, com criatividade, esforço, trabalho, convicção, dignidade.

Nesta Casa, renovou, com sobriedade, a contribuição construtiva para a nossa atuação, nas lúcidas intervenções que fez.

Basta isso para que lhe rendamos a homenagem do nosso respeito e da nossa estima, ratificados no convívio da fraternidade.

Diretrizes do ensino da Língua Portuguesa

Senhor Presidente, meus Confrades.
A ABL sempre desempenhou, em nosso país, papel relevante, que tem avultado nesses mais de cem anos de vida. Com isso, sua voz se fez mais e mais importante, para a credibilidade dos que a emitem, privilegiados pela respeitabilidade da Instituição.

Agora, pela palavra de vários e ilustres acadêmicos, têm surgido iniciativas no sentido de ampliar a sua atuação na vida nacional, prevalecendo-se desta superior avaliação de sua participação, em face da grave crise em que vivemos.

De início, o eminente Confrade Celso Furtado propôs se propiciasse a esta Casa a oportunidade de debates sobre questões tormentosas que nos afligem, objetivando contribuir para a sua solução.

Nisso foi secundado pelo eminente confrade Tarcísio Padilha, que lhe deu o tom de sua superior compreensão dos fatos.

Considerando da maior importância o debate de todos os temas nacionais, dos quais depende o estabelecimento dos rumos que devemos seguir, desde logo ponderei que a questão se cifrava em encontrar o for-

mato possível para que esse debate se enquadrasse nos objetivos maiores, secularmente previstos em nossos Estatutos.

Em seguida, o eminente confrade Miguel Reale, salientando textualmente “o inteiro liame que une a língua às demais operações sociais”, e propôs que o debate assumisse papel como “fator decisivo da formação da consciência nacional”.

Opinaram depois vários outros eminentes confrades, trazendo sua valiosa contribuição; e, por último, o eminente confrade Evanildo Bechara colaborou nos estudos do problema ao focalizar “A língua portuguesa hoje”, examinando a realidade nacional e cultural quanto ao ensino da língua e suas conseqüências, propondo, *verbis*, “a criação de uma nova coleção – que se poderá chamar Coleção Antônio de Morais Silva” – destinada à publicação de obras de real mérito, originais ou reedições, sobre língua portuguesa, bem como um prêmio especial – que se poderá chamar Prêmio Silva Ramos – atribuído, bienalmente, a trabalho publicado, relativo ao estudo da língua escrita padrão”.

Reconhecendo, embora, a inópia de minha contribuição, julguei de meu dever explicitá-la, como sempre faço, sobre todos os temas que dizem respeito ao Brasil: cidadão, estudioso dos problemas nacionais, não julgo que o silêncio ou a acomodação seja a posição coerente de um patriota: enuncie ele o seu pensamento, defenda-o, julguem-no os concidadãos e os doutos e lucre o País com a solução dada.

Em palavra franca e objetiva, não vejo como possa a Academia partir para o debate de temas econômicos, ou políticos, ou filosóficos, fundamentais que sejam e são: áreas que, pela sua magnitude, influenciam e dominam todas as outras, e cabem melhor em outros fóruns de debate e análise; e correríamos o risco de propiciar cisões que as idéias nessas áreas provocam, por mais civilizadas e serenas as discordâncias e por mais cordiais e respeitosos os defensores das diversas correntes.

Mais: nós todos temos outras tribunas onde poderemos discutir as nossas idéias nos campos econômico, filosófico, político, e não faltará audiência para esses debates.

Dir-se-á que também não faltarão cátedras e audiência a Bechara para tratar das questões da língua e da literatura. Mas, aí lembraria que esta é, estatutariamente, a finalidade que levou à criação desta Casa, e que figura no art. I.º de nosso documento maior, intocado, que lhe explica a fundação e a mantém íntegra até hoje, sem cisões ou discórdias fundamentais.

Demais disso, seria o caso de perguntar: haverá missão mais alta, apostolado mais digno, do que a defesa da língua e da literatura nacionais? E tema de mais alcance do que os meios de promovê-la?

Seguramente, não.

Não direi da importância que ambas têm e do que representaram e representam, em nossa milagrosa unidade nacional, que espanta a quem quer que indague como pequenas levas de descobridores, nem sempre da mais alta laia, arribaram à nossa costa e pouco penetrando no país, já habitado por silvícolas autóctones, ainda assim espalharam, por toda a imensa e sagrada extensão do território, a mesma língua, que venceu todos os ataques dos invasores, falando outras linguagens, e incorporando ainda a contribuição de escravos roubados da África, tomou o som mavioso do português do Brasil.

Outros dirão melhor do que eu, mas não com maior emoção, compenetrado no inestimável legado que recebemos e deveremos manter.

Não repetirei aqui os argumentos concisamente apresentados pelo eminente confrade Evanildo Bechara, que me convenceram da necessidade, que há muito sentia, sem compreender-lhe o alcance, leigo que sou, de preservar a sadia orientação no ensino e na “política da língua portuguesa como fundamento e instrumento da cultura nacional e da unidade nacional”.

Sempre vi com tristeza os movimentos orquestrados para desnaturamento das raízes de nossa língua, e os considerei sempre atentado à unidade e integridade nacional.

Talvez porque criado noutra tempo, estudei noutra época em que, como diz Filinto Elísio, em trecho da “Carta ao senhor F. J. M. de Brito (vol. I das Obras Completas, *apud* J. P. Tavares, p. 261):

“Assim vi sempre o literal Erilo
depois de revolver francês volume
desempear-se da estrangeira frase
com o espanador de Barros e Vieira.”

Não me faltou nunca o espanador dos clássicos portugueses e brasileiros, que se não me deram as virtudes do estilo, criaram em mim o gosto pelas boas letras, que tenho tentado, mais que tudo, aprender.

Georges Ripert, em livro admirável sobre *O Regímen Democrático e o Direito Civil Moderno*, lembra o aspecto conservador do pensamento jurídico: “Todo jurista é sucessor d’um pontífice. Guarda do direito, julga-se obrigado a ser o defensor das leis. O texto promulgado no Diário Oficial torna-se sagrado. As universidades e os tribunais são os edifícios consagrados ao culto.

Por esse motivo os juristas são naturalmente os defensores da ordem estabelecida, e não apenas por dever, mas também por convicção da beleza dessa ordem.” (Ob. cit., Livraria Acadêmica Saraiva & Cia., trad. de J. Cortezão, 1937, pp. 9-10.)

Peço licença para dizer que o papel do lingüista – e o desta Academia – deve ser o mesmo, o de defender a ordem estabelecida, por dever e por convicção de sua beleza.

O jurista enfrenta, ousa e sofre as reformas, sempre com sensação do risco e do perigo. Sabe que o Direito é fermento social, dinâmico, modi-

ficável e, sob pena de desencontro fatal, deve acompanhar o rumo e o ritmo da vida social. Mas o jurista só se rende à evidência da mudança, da necessidade da mudança, não ao simples anúncio do que poderá dar-se.

O mesmo nos parece o papel do lingüista e desta Academia.

Sabemos que a língua é organismo vivo, mutável, sujeito às mais amplas influências, as quais há que atender. Mas, não ao primeiro emba-te, ao simples anúncio: há que reagir para que se verifique a força e a inevitabilidade da mudança que, aí então, se operará, com ou contra a sua conformidade.

É melhor, então, que a controle e dirija, para que não perca o sulco da tradição, e não represente cisão com o passado, tumultuando o futuro e rompendo amarras que significam a continuidade que se desenvolve e aperfeiçoa.

Nossa língua de hoje não é a de cinqüenta, cem anos atrás: sofreu modificações, mais ou menos amplas, que o progresso social inculcou. Não perdeu, contudo, as raízes do passado, não se desnaturou das origens, não se fez irreconhecível. Para isso contribuiu o papel dos lingüistas e desta Academia, em especial, opondo-se às radicalizações sem oportunidade, e que, criando obstáculo ao exorbitante e abusivo, recebem e aperfeiçoam o que é viável e representa passo adiante, não descaracterizador do padrão exemplar a que obedece.

Assim se tem mantido a integridade lingüística da Nação, com inexpressivas variantes regionais, insuscetíveis de marcar a existência de diferenças fundamentais ou dialetos.

Cumpra à Academia insistir nessa linha e, para isso, deve engajar-se na cruzada em defesa da língua escrita padrão, ou exemplar, por todos os meios ao seu alcance.

Desta forma, concluindo, estamos de pleno acordo com as propostas do eminente confrade Evanildo Bechara, relativamente ao esforço da ABL, do Prêmio Silva Ramos e da Coleção Antônio de Moraes Silva.

Mas, vamos além: cumpre à ABL dirigir-se ao Ministro da Educação instando-o a que determine à Secretaria da Educação Fundamental do MEC que examine a sua posição em face dos Parâmetros Curriculares Nacionais, prestigiando a Norma Culta. Cabe ao MEC opor-se ao abastardamento da língua. Que sofra ela os embates da realidade e ceda, às vezes; que padeça de atentados que a malfiram, admite-se; mas que o próprio MEC lhe seja o algoz, a determinar-lhe ofensa, é inaceitável.

Mais: propomos que se realizem, nos períodos de férias, cursos complementares de revisão e de aperfeiçoamento da língua pátria e de literatura, custeados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios – como tentei fazer em Minas Gerais, há quarenta anos – para que não incorramos na crítica multissecular de João de Barros. Disse João de Barros (e aqui vou transcrever em português corrente):

“Nem todos os que ensinam a ler e escrever não são para o ofício que têm, quanto mais entendê-la, por clara que seja. Uma das cousas menos olhadas que há nesses reinos, é consentir em todas as nobres vilas e cidades, qualquer idiota e não aprovado em costumes de bom viver, pôr escola de ensinar meninos. E o sapateiro que é o mais baixo dos ofícios e dos mecânicos não põe tenda sem ser examinado. E este, todo o mal que faz é danar a sua pele, e não o cabedal alheio, e maus mestres deixam os discípulos danados para toda a sua vida.” (*Apud* J. P. Tavares, pp. 67-68.)

Mais: que se dê maior divulgação aos livros das coleções acadêmicas já editados, fornecendo-os em quantidades razoáveis às bibliotecas das escolas, em convênio com o MEC, se necessário, para que os alunos se assenforeiem da linguagem padrão que devem aprender e usar. E que outros volumes se editem, de autores clássicos, a serem doados aos alunos, para que o conhecimento da língua e da literatura nacionais os estimule à continuidade e no amor à língua pátria.



☞ Outras Tribunas

O 14 de Julho

O PEN Clube do Brasil comemora hoje, como em todo o mundo, o 14 de julho de 1789, e atendo, prazerosamente, ao convite de seu eminente Presidente Acadêmico Marcos Almir Madeira: recebo-o com desvanecimento, como prêmio a quem, tendo formado seu espírito na diretriz cultural que a França deu ao mundo, acompanhou, desde tenra idade, a história edificante da grande nação, com a envidada certeza de assistir ao desenvolver da sedimentação da própria Humanidade, que ela tão bem sintetizou sempre.

Nem poderia esta Instituição esquecê-lo, se se insere na definição principiológica que lhe marcou a criação e a mantém viva e atuante, “estimular a concepção universalista dos bens da cultura, da liberdade e da paz”, missão estatutariamente prevista e, precisamente, o sentido maior que nos legou a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”.

A data marca, em verdade, não apenas a festa nacional de um país – ainda que seja a França – mas o início de revolução que se propagaria, como fogo sagrado, ao sopro do lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, e nutriria as idéias sobre as quais se edificaria o mundo moderno.

Venceria o espaço, dominaria o tempo, passando a identificar invencível vocação de indivíduos e nações, onde quer que se localizassem e em todos os momentos da história, em movimento que simboliza a revolução espiritual do tempo novo.

O que há de mais significativo, pois, na data é que, surgida da reação de um povo, tal foi sua força de convencimento, que se estendeu a todo o mundo, e tal a perenidade dos ideais em que se fundou, que dura, ainda hoje, com a mesma intensidade, por mais que outras declarações anteriores houvessem enunciado, semelhantemente, esses direitos, e outras, posteriores, os tenham repetido.

Como diz E. J. Hobsbawn (*A Era das Revoluções*, p. 79), “de todas as revoluções contemporâneas, a francesa é a única revolução ecumênica”.

É que, acentua Georges Burdeau (*Traité de Science Politique*, Paris: LGDJ, 1969, Deuxième édition revue et augmentée, t. IV, pp. 119-120),

“la déclaration est bien l’expression d’une conception de l’ordre social et politique dans son ensemble. Et de la plus vaste qui soit, puisqu’elle a considéré le citoyen d’une façon abstraite, en dehors de toutes les sociétés particulières, de même que les religions considèrent l’homme, en général, indépendamment du pays et du temps (A. de Tocqueville). On parle sans cesse à son propos de dogme, de credo, d’évangile et, en effet, il s’agit bien d’une foi, la foi que les constituants avaient dans la puissance de ce qu’ils considéraient comme la vérité et dans le caractère inéluctable du progrès.”

Por isso, passados 206 anos da tomada da Bastilha e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (de 27 de agosto de 1789), entranharam-se os ideais que pregou, em todas as consciências, como se a alma humana aguardasse a mensagem que nela se escreveu para incorporá-la como conquista indelével de si mesma; e toda a História política da Humanidade cingiu-se a procurar, na combinação ideal desses princípios fundamentais, a que mais servisse a cada Nação, todas sufragando-os não apenas como norma política, mas como anseio natural, que se cumpria.

A busca desses ideais se fez a sonhada meta, pela qual se luta dia a dia, infatigavelmente, para que se não perca, nem fraqueje. Como na voz de Alain: “En empêchant chaque jour d’ajouter une pierre à la Bastille, on s’épargne la peine de la demolir.”

Da acolhida aos seus princípios nasceu não apenas nova filosofia política, novo credo social, nova ordem econômica, mas novo estilo de vida; e do amálgama de seus elementos surgiram os regimes político-econômicos; do predomínio da vocação para a liberdade, os liberalismos; da prevalência da ânsia de igualdade – os socialismos.

Assim se desenvolveriam, no cadinho da realidade, mesclando-se, reagindo, repelindo, combinando, ao influxo da pregação dos doutrinadores, mais ou menos vinculados às ideologias que os impulsionaram, ou seja, à formulação que faziam, exata, ou não, dessa realidade, e que lhes servia de bandeira de luta.

Os anseios de fraternidade haveriam de ser proclamados por todos, mas os níveis de liberdade e igualdade marcariam a orientação dos regimes, ainda que devessem buscar o equilíbrio, o ponto ótimo. Nas palavras de Milton Campos, para ficar numa das mais lúcidas vocações liberais deste nosso país, e referindo-se à nossa tradição:

“Daí poder-se dizer que os dois pontos de atração da democracia moderna, para os quais se dirigem todos os nossos esforços, são a liberdade e a igualdade. Nenhuma doutrina tem o privilégio dessas idéias. Podemos dizer que elas constituem uma indeclinável inspiração da fé cristã, que é o ambiente espiritual em que se formam o coração e o espírito dos brasileiros. Procuremos atingir o equilíbrio entre esses dois ideais e fujamos do risco de atingir um com esquecimento do outro. Só a conjugação de ambos, em sistema de justiça, é que poderá eliminar a opressão entre os homens.

Sem a liberdade cairemos na opressão política.

Sem a igualdade consolidaremos a opressão econômica. Num e noutro caso estará esquecida a pessoa humana e a democracia falhará na sua missão.” (*Compromisso Democrático*, pp. 83-84.)

Essas as componentes maiores e mais profundas do pensamento democrático que a Revolução Francesa inspirou: a liberdade e a igualdade, na limitação do poder, que assegure o equilíbrio e a estabilidade.

No Brasil, essa lição, nascida no enunciado francês, se entranhou na alma da gente, e se Tiradentes recebeu o primeiro influxo da Revolução Americana, foi do solo francês que lhe vieram as forças em que se sustentaria.

A tal ponto influíram as idéias em nosso meio, que, narram os historiadores, se prendia por crime de “enciclopedismo”. A observação do Prof. Cruz Costa acrescenta, fundado em Teófilo Braga e Silva Bastos:

“Tal era o cuidado que havia contra as então chamadas ‘idéias francesas’ que já não bastava o exame dos livros pela Mesa Censória; os livreiros tinham de apresentar à aprovação do governo os catálogos dos livros que importavam e de manifestar aqueles que remetiam para qualquer localidade do reino ou do Brasil. Os livros eram examinados policialmente na alfândega e, sendo de autor suspeito, eram queimados na praça pública, com pregão, pela mão do carrasco. Silva Bastos refere que viu na torre do Tombo um documento em que o Marquês de Penalva solicitava licença ao Monarca para continuar a ter em sua casa o Dicionário de Beyle. O monarca responde concedendo-lhe a impetrada licença, mas sob a cláusula de ter ‘hum joguo dessa obra, em estante fechada a chave, com rede de arame por fora’, de modo que ninguém mais possa manusear esses livros, sob pena de castigos cominados em lei.” (“Contribuição à História das Idéias no Brasil”, in *Milton Campos, Testemunhos e Pensamentos*, p. 105.)

Depois, incorporada a Declaração ao texto constitucional francês de 1791, abriria caminho a que, em todo o mundo, se repetisse o modelo, ainda que nem sempre no estilo lapidar (como lhe chama Claude-Albert Colliard (*Libertés Publiques*, 5^è éd., Dalloz, p. 49)), que a caracteriza: basta salientar que embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948, tenha sido subscrita por quase todos os povos presentes à Assembléia, e por mais que represente consagração reiterada da política de liberdade e igualdade, não assumiu a profundidade e a extensão da síntese do texto admirável de 1789, em que se inspirou.

Fez-se ele a Constituição da Humanidade, que todos os povos, mais cedo ou mais tarde, incorporaram aos próprios textos nacionais, na ânsia de assegurá-lo, triunfando sobre a desigualdade e a opressão.

A partir de 1789 as lutas liberais tiveram nela sua inspiração e seu modelo: o liberalismo político que levou à democracia, consolidou-se nesta como a liberdade de um, gizada pela liberdade de todos, e a limitação do poder como garantia contra o arbítrio.

Aconteceu apenas que, impregnado do individualismo da hora, na reação desordenada que se processou, a realidade lhe contestaria os excessos e a radicalização, na afirmação do sentido social do homem, na afeição social que lhe é ingênita.

Por outro lado, exagerando os anseios igualitários, os socialismos lhe impuseram radicalização que a realidade, em pouco, também contestaria, levando uns e outros – radicais da liberdade e radicais da igualdade – à aceitação forçada dos limites que a necessidade de convivência lhes imporia.

Em torno do equilíbrio desses princípios têm oscilado os regimes político-econômicos, em busca daquele áureo meio-termo que é a virtude, e que não é usual nas coisas humanas.

A Humanidade tem assistido precisamente ao movimento pendular de prevalência de uma ou outra vocação, quase sempre marcada pelo ra-

dicalismo, e invalidando as lições da compreensão e da tolerância, por mais que as apregoem os pensadores e os taumaturgos.

Mas tem aprendido que a liberdade é a garantia da ação e da evolução social, a que aspiram os indivíduos; e a ela não se contrapõem os direitos sociais, se o homem só se realiza em sociedade; e que a garantia daquela só é real se existe a garantia destes, em equilíbrio que gera a justiça social.

No Brasil, a influência aparece nítida desde a Inconfidência, na qual os ideais de Independência e Liberdade, inspirados na doutrinação dos enciclopedistas e teorizadores do século XVIII, se corporificam na Revolução Americana, que, depois, através da França, nos chegariam com José Joaquim da Maia.

E mesmo malgrado o Movimento, já nossa Constituição Imperial de 1824, por mais que devesse ser o contrário, cede à declaração de alguns direitos fundamentais que, timidamente embora, enumera.

E a partir daí seriam ponto nuclear em nossos textos constitucionais: o de 1891 (art. 72), sob a inspiração de Rui Barbosa, os consagra; o de 1934 (art. 113), no balbucio final de um período que amargaria a triste e sangrenta experiência totalitária, os explicita; e mesmo a Carta outorgada de 1937 (art. 122) lhes rende tributo, ainda que aparente, sem forças para vencer a tradição.

Depois, em 1946, o triunfo das armas aliadas reforçaria o ímpeto do credo liberal e nosso texto dar-lhe-ia, no art. 141, a forma compatível com o constitucionalismo brasileiro.

Na Constituição de 1967 (art. 150) e na E.C. I/69 (art. 153), manter-se-ia a asseguaração das garantias; que ganharia novo alento no texto de 1988, espelhando-se em longa, abrangente e algo difusa enumeração, que abarca os direitos individuais (art. 5.º) e os direitos sociais (art. 8.º), em consagração definitiva da lição de 1789.

O grande problema, contudo, a questão maior, continuaria a ser a da efetividade dessas garantias, vencida a etapa da enunciação dos direitos, e não apenas nos lindes nacionais como na área internacional.

Para tentar obviar a essa dificuldade, a ONU enunciou, em 1948, a sua Declaração Universal, que, ainda assim, e mesmo formalmente acolhida, não teve a eficácia que seria de desejar-se, cotidianamente violada.

Há, porém, que reafirmar, com Albert Verdoodt (*Naissance et signification de la Déclaration Universelle des Droits de l'Homme*, pp. 328-329):

“Cette idée comme la vérité, est en marche. Rien ne l’arrêtera!”

Para concluir, confiante:

“Les dix commandements ont été et sont hélas! quotidiennement violés. Et cependant ils continuent à régir même ceux qui les violent.”

O importante é que a lição colhida na seara da Revolução Francesa e que contagiou, definitivamente, a Humanidade, não se perdeu, nem se perderá.

A França não pode, por isso mesmo, prender-se a divisas nacionais, nem a fronteiras de espaços regionais, por mais amplos e importantes que sejam, na pregação espiritual que é a sua vocação: marca-lhe o destino a sina da universalidade.

Sua história, seu exemplo foram sempre o estímulo à luta, o escudo contra a opressão, o invencível impulso para o futuro, dos que não esmorecem: com ela aprendemos, na lição dos pensadores e no exemplo dos heróis que, emblematicamente, deu ao mundo, a lição da Liberdade.

Eis a missão que, hoje, neste 14 de julho, como sempre, cumprirá, apontando, na lição do passado, o caminho do futuro.

Brasil e Portugal

Exmo. Sr. Cônsul de Portugal:
Há trinta anos, gozava eu, nesta Casa, do privilégio de falar à Comunidade Luso-Brasileira, no “Dia da Raça”, solenidade com que, então, se reafirmava a unidade que, fenômeno ímpar, moldara o relacionamento das pátrias Mãe e Filha.

Hoje, passadas três décadas de profundas e extensas transformações na vida da Humanidade, volto com o mesmo calor de sentimento e o mesmo pulsar de emoção a falar aos irmãos do Brasil e de Portugal e não posso deixar sem reparo alguns aspectos transcendentais das relações entre nossa gente.

Amainaram-se, no mundo, as lutas ideológicas, movidas, em boa parte, pelo apetite da dominação; aplainaram-se os caminhos da igualdade democrática e firmaram-se os anseios da justiça social; por mais, ainda, a ambição da riqueza – já agora sob o nome de desenvolvimento – impulsiona os Estados à conquista do predomínio, na invencível ânsia de poder, que nasceu com o homem e talvez não morra com ele, se outro ente lhe suceder no mutável dos tempos infinitos.

Só não mudou, em nós, brasileiros, o amor à terra-mater, que nos fez nascer no descobrimento, nos uniu no abraço das raças, nos fez crescer nas virtudes morais do trabalho, da dignidade e da fidelidade aos princípios que nos inculcaram. Sentimentos que tenho em mim, já o disse e repeti, como parte ingênita de mim mesmo, que no sangue me vieram, me aquecem o corpo e a alma e me fazem sentir que enfrentamos um

mesmo destino a ser cumprido, no mundo, e que haveremos de cumprilo juntos, por mais que crises circunstanciais pareçam afastá-lo, atrasá-lo, ou impedi-lo.

Este é um momento particularmente importante nas relações Brasil-Portugal. Durante séculos – o que para o Portugal imemorial é pouco, mas, para nós, país jovem, é muito – vivemos o romântico intercâmbio singelo e natural da mesma raça, que se plantara também do lado de cá do Atlântico, cujas águas antes nos unem que separam, margens do mesmo território, banhadas pelo mar português sem fim.

Os portugueses não se contentaram de fundar povoações e cidades, plantar a civilização e amoldar a cultura, mas se entregaram, conquistadores conquistados, ao amor à terra que fizeram sua no amanhã ou no túmulo.

E a corrente era incessante e ansiada, cruzando “o inteiro mar” com a intensidade das aves migratórias que houvessem descoberto o novo pouso definitivo. Misturaram-se, combinaram-se e já não havia como distinguir os dois em um, único e inconsútil.

Assim vivemos: o Brasil, paraíso real descoberto, que abrigava, como família, os dois lados do Atlântico e recebia, como irmãos, todos os que aqui aportavam, em movimento que se manteve, mais ou menos intenso, mas permanente.

Portugal, cansado de lutas e conquistas, recolheu-se, depois, a si mesmo, reencontrou-se, buscou renovar-se nas próprias origens, exaurido de ingratidões e malícias, com que tantos lhe recompensaram o copioso sangue derramado e os sacrifícios de amor multiplicado nas terras e gentes distantes que descobriu e fez.

Coincidiu que, com esse renovar de mergulho no próprio mar de sua consciência coletiva, a Europa sofreu o mesmo impulso e dobrou-se sobre si mesma, em busca de uma identidade única, que ambições territoriais, durante séculos, haviam desfigurado, como se as fronteiras dos mapas nacionais nas cartolinas pudessem prevalecer sobre a realidade do convívio e a afinidade do sangue.

Mais: entendeu o velho Continente que, separado, dividido, cortado e recortado de fronteiras territoriais fictícias e imaginárias, se blasonava da independência de nações que se estiolavam na luta sem vantagem, perdia as benesses da interdependência, com a ajuda mútua que constrói a estima e vence interesses menores.

Nas entidades nacionais fragmentadas por velhas lutas, hoje sem justificativa e sem glória, surgiu o ideal comunitário, que se fortaleceu e ampliou, obviamente encontrando, ainda, as recalitrâncias de tendências hegemônicas, a esta altura, desmontadas pela realidade do mundo nuclearizado, que vai, aos poucos, galhardamente, vencendo obstáculos e incompreensões.

Surgiu, então, para os portugueses outra opção, menos dificultosa: a busca da luta diária da vida na própria Europa, sem necessidade da longa e custosa travessia que os distanciava do torrão pátrio e alongava o retorno.

Enquanto isso progredia a tarefa superior de integração da Comunidade Européia, primeiro passo de um caminho extenso a percorrer.

Digo-o com a segurança de quem, há mais de um quarto de século, discorria, em Conferência Interparlamentar, a respeito do fenômeno, que então nascia, da *regionalização dos mercados*, substituindo os mercados nacionais pelos mercados regionalizados, e prevendo que assim como surgia a CEE e se cuidava da EFTA, outras tentativas apareceriam, até que chegássemos à realidade natural: a existência de mercados regionais em disputa, como hoje se vislumbra, com a CEE e a EFTA integrando-se no Mercado Atlântico; o Mercado Norte-Americano, com os Estados Unidos, o México e o Canadá; o Centro-Americano; a experiência do Mercosul; e o próprio aparecimento do mercado dos “tigres asiáticos”.

A partir daí, Portugal voltou-se para a Europa, como a reintegrar-se na origem comum do continente.

Coincidiu com essa conscientização que o Brasil entrou em fase difícil e aguda de crise de crescimento, transformação e amadurecimento.

Confrontado pelos interesses comerciais internacionais, buscando queimar etapas para atingir a fase pós-industrial do desenvolvimento, mas sem recursos próprios para consegui-lo, aventurou-se em esforços desmedidos, nem sempre racionalmente orientados, e penetrou em crise que lhe vem corroendo as energias e os impulsos e lhe instila na gente, antes crente e disposta, a descrença e o desânimo.

Aos portugueses, que aportavam pressurosos ao eldorado brasileiro, num caminho incessante de vinda, sucedeu que muitos brasileiros se dispusessem ao caminho inverso, tentando a fuga à crise que nos assolava e assola. E nada lhes pareceria mais fácil do que a volta à origem, com as facilidades da língua, o apreço das semelhanças, quando não a identidade do sangue e do impulso à fraternidade.

Acontece que Portugal não é o Brasil, e se espreme e constrange, não tanto com o mar que lhe bate a orla, e que ele domina com amor e audácia, mas nos limites de França e Espanha, que lhe contêm o ímpeto e o prendem, espaço finito, de terras duramente batidas, séculos sem fim; haveria de pesar aos portugueses que de conquistadores passassem a conquistados, tendo de disputar, no próprio chão pátrio, a sobrevivência, o que mesmo entre os humanos tem sentido de luta animal acirrada e sem quartel, e tanto mais se agrava quanto mais dura se faz a batalha cotidiana da subsistência.

Daí as incompreensões e reações que se processaram e processam e que a solidariedade superior do sangue e da raça acabará por desfazer.

Compreende-se a impaciência européia, a que Portugal não pode fugir: depois de ter descoberto e civilizado o mundo, sente-se o Continente presa de dificuldades sem conta junto àqueles que criou e ensinou e que o abandonam e expulsam.

Além disso, as experiências ideológicas frustradas, malogradas, nesta hora, assumem peso considerável, que deve carregar como obrigação a cumprir, e tudo lhe parece sobrecarga com que não contava mais no solo cansado, explorado incessantemente por gerações e gerações.

Não tenho, porém, senão certezas de solução. O mundo, de tanto sofrer, nas lutas fratricidas, nas dolorosas e traumáticas experiências dos fracassos e reveses, ainda que lentamente, vai compreendendo que só a paz lhe possibilitará a realização do destino superior do homem, aspiração a que não consegue fugir, como anseio congênito que o domina.

Se temos origem divina comum, no sopro que nos deu a vida; se, afinal, por mais diversos e complexos, somos todos da mesma substância, padecemos os mesmos males e temos o mesmo destino que nos faz, inelutavelmente, vivos e mortos, sem que, ainda em grau infinitamente pequeno, disponhamos – como voz final – de nossa sorte; estamos fadados a nos entender, por menos pareça convir, ou o desejemos.

Entre nós, porém, portugueses que somos brasileiros aquém-mar e portugueses que continuam portugueses além-mar, não há diferença na origem comum: onde quer que perscrutemos a nossa formação, ou aprofundemos o exame do caráter, iremos encontrar as mesmas fontes, que nos vêm da colonização portuguesa, à qual se referia Menotti del Picchia – a cujo centenário de nascimento não se deu a alta expressão que merecia – nestes termos sugestivos:

“O problema racial brasileiro é dos mais complexos do mundo. Foi o modelo de colonização portuguesa que abriu caminho a essa complexidade pela implantação, no extrato racial primário, dessa generosa ausência de preconceitos étnicos, que foi até à fusão com o índio e com o negro. O dono da terra conquistada não se tornou hostil ao alienígena. Não eram metequês na pátria de todos. O primitivo senhor, o índio, era já de índole acolhedora. O português, o mameluco, o negro e o mestiço não o foram menos.

Devemos à colonização portuguesa não sermos hoje uma colônia dividida pela barreira epidérmica e intransponível do senhor branco de ‘casquete’ de lona e chibata na mão tomando refresco nos *bungalows* litorâneos, mais ou menos escravizando as grandes massas crioulas, de outra pigmentação...”

Não passam, pois, de erupções epidérmicas os episódios a que temos assistido ultimamente e dos quais se têm aproveitado os que prefeririam ter nascido sob o guante de outros dominadores, mais afeitos à obediência e menos acolhedores à tolerância do que os pais portugueses.

Afinal, acabará por prevalecer o *subtractum* imanente e profundo que nos une, sobre conveniências ou circunstâncias ocasionais, enquanto “o estilo grandíloquo e corrente” da voz de Camões cantar “o peito illustre lusitano”, pois “o céu nos favorece e Deus o manda”.

Por mais dificuldades surjam, não são de atemorizar, na voz do Poeta:

*As coisas árduas e lustrosas
Se alcançam com trabalho e com fadiga.*

Os textos legais que hoje ordenam essas relações não surgiram por acaso, nem representam inovação: brotaram da convicção profunda, que a crise pode fustigar, mas não demove, como diria o Vate:

*Que bem posso escusar trazer escrito
Em papel o que na alma andar devia.*

Essa realidade transcende os eventuais equívocos que a ambição ou a maldade possam provocar, mas que não deixarão sequer marcas duradouras nessas relações, que se fundam no sangue do coração, no suor de rostos que se uniram no trato da terra, e nas lágrimas dos que, olhos nos olhos, choraram juntos as mesmas tristezas e, por que não?, as mesmas alegrias.

Portugal desempenha hoje papel ímpar na Comunidade Européia e até mesmo lhe preside o Conselho. Tem responsabilidades com os povos que a integram e de que faz parte territorial contínua. Deve cumpri-los com o caráter português, indômito e incorruptível.

Aos brasileiros fica-nos colaborar naquilo em que nossa participação signifique agregado ao enriquecimento da atividade portuguesa na missão de firmar-se na Comunidade.

No mais, não faltará Portugal ao desejo de possibilitar que o Brasil participe das iniciativas em que é admitida a colaboração, como nunca recusou.

Nem nos devemos esquecer – e tem sido este o mal contra o qual temos clamado em vão – que às antigas colônias portuguesas nos ligam não apenas os laços da língua como, até mesmo, da participação étnica; e, portanto, nossa colaboração ao seu desenvolvimento seria natural compensação à saída do domínio português.

Atravessando estágio econômico que há pouco ultrapassamos, ser-nos-ia fácil a colaboração na obra de diminuir o hiato tecnológico que as separa das antigas metrópoles, da mesma forma como lutamos por acelerar nossa participação entre os civilizados do futuro século XXI.

Dessas elucubrações que vos formulo, quase de improviso, porque escritas no calor da fraterna convivência, que se prolonga no permanente afeto com que vejo Portugal e a nossa gente que o habita, espero fique em todos a certeza de que as dificuldades que enfrentamos – e que não são as primeiras desde o Descobrimento, a Inconfidência e a Independência, e não serão as últimas – servem apenas para provar que não há força que nos possa separar e confrontar; antes os obstáculos, logo vencidos, são traço de união que nos congrega e irmana.

Vencida a crise brasileira – que, vos asseguro, não durará um lustro – voltando o País à sua condição de desenvolvimento, com o retorno da confiança e da credibilidade, da esperança e do trabalho honesto e realizador, não temos dúvida de que se aplinarão todas as veredas e, de novo, se restaurará a fraterna convivência, que não se quebrará nunca.

Brasil e Portugal continuarão sempre a ser, dos dois lados do Atlântico, a mesma pátria; pode acontecer que, aqui e ali, pareçam separar-se, se mesmo pai e filhos e irmãos, quanta vez, se distanciam, movidos por necessidades diversas, e semelhem longínquos e dispersos. Basta

sempre, porém, que um aceno dos olhos se pressinta para que, de novo, se unam.

O Brasil há ser sempre a reserva com que os portugueses contarão nas terras fatigadas do Velho Continente: sabem que aqui não lhes faltará nunca o coração aberto que os acolha e a terra fecunda que os abrigue, acima de suspeitas e desvios. E em breve, muito breve, reconhecerão que os brasileiros, que ora parecem disputar-lhes o pão e o fogo, não são senão companheiros para caminhar juntos na trilha estreita e difícil da conquista do futuro, que venceremos unidos.

Tenham juízo os estadistas brasileiros e portugueses e vejam e sintam, sobre e além do circunstancial e do efêmero, o duradouro e o iminente, e se desfarão, num relance d'olhos e num pulsar d'alma, as incompreensões e os mal-entendidos, para que continue a reinar, invencível, incorruptível, incindível, a Comunidade de amor luso-brasileira.

Brasil e Portugal

Senhor Presidente:
Agradeço à “Casa de Portugal”, pelo alto intermédio de V. Exa., a deferência que me fez convidando-me para a comemoração dos seus 67 anos de fundação, em momento significativo da vida de nossas Pátrias comuns – Brasil e Portugal.

Quando esta Casa nasceu, em 1928, representou a reunião de presenças que a comunhão de idéias criara, e se consubstanciaria na obra admirável que realizou e realiza, desde quando fundado, em 1.º de dezembro de 1920, o “Centro Lusitano Nuno Álvares Pereira”, depois aqui se congregaria a força dos pioneiros, na luta pela educação, pela ajuda filantrópica, pela assistência hospitalar, preocupações que ainda hoje a vivificam.

Assim a idealizaram os fundadores, assim se mantém, como Portugal corporificado entre nós, e parodiando o poeta diria: “ditosa pátria nossa amada,” entre nós, no Brasil, edificada.

Não é, porém, caso de fazer-lhe a história admirável que bem conheceis. A mim, cabe-me, apenas, lembrá-lo, ainda uma vez, neste 13 de junho, quando se celebra a festa de Santo Antônio de Lisboa e o nascimento de Fernando Pessoa.

De Santo Antônio, de quem neste 1995, a 15 de agosto, se comemoram os 800 anos de nascimento, dir-vos-ia que, desde menino, é santo de minha devoção, a quem me dirijo sempre, nas dificuldades e nas

☞ Discurso proferido em 13 de junho de 1995 – 67.º aniversário da Casa de Portugal.

alegrias, como patrono poderoso e amigo, em prece que é antes conversa fraterna do que cobrança de crente, tanto creio nele, em nome de Deus, e tanto ele me atende, na sua santa bondade.

De Fernando Pessoa, nascido em 13 de junho de 1888, também nada preciso dizer, se a imortalidade a ninguém cobriu mais cedo, tão poderoso o estro e permanente e universal a poesia, encarnando, demais disso, a alma da gente lusitana, como só Camões o terá conseguido.

Mas, avulta ainda, nestas minhas palavras motivo a mais de júbilo, pois vos falo na “Casa de Portugal”. E, na verdade, vos diria, não são 67, mas 495 anos, se desde 1500 o Brasil é casa de Portugal, no melhor e mais amplo sentido – casa, lar, onde se mora, se ama, se luta, se vive, se sofre, chora, morre, vence.

Desde 1500, apesar dos percalços e dificuldades, idas e vindas, aqui têm os portugueses encontrado a acolhida, o apreço, o regaço aberto para a compreensão, e levas e levas de co-patrícios de além-mar aqui fizeram sua casa, e honram a nova Pátria que acolheram, prolongamento da sua, do outro lado do Atlântico, também nossa, em comunhão incindível.

É, pois, de comemorar que a vontade férrea, a ousadia do bravo peito lusitano, “braço forte, de gente sublimada / não menos nos engenhos que na espada” (*Lusíadas*, II, 14.^a), se tenham voltado para essas plagas, estabelecendo nos trópicos nova civilização, que cresce na compreensão de sua gente e na majestade de seus recursos, sob o céu do Cruzeiro, civilização que só os portugueses poderiam criar, e que, ao contrário do que alguns dizem, nos engrandece, no amálgama de raças, crenças, cores, afetos, sangue e tradição, dando-nos a complexa, suave, forte, rija, branda compleição que nos faz diferentes de todos os outros povos.

No seu estilo vivo, Menotti del Picchia, das grandes vozes deste nosso Brasil, fez o elogio da colonização portuguesa, ao dizer, no estudo sobre a “Crise brasileira”:

“§ - DELINEIA-SE um dos grandes fenômenos sociais brasileiros, de conseqüências cardeais para a nacionalidade: a ausên-

cia de preconceitos raciais, determinando a fusão das etnias na formulação de uma rica e ancestralmente variada raça futura. A Portugal – à capacidade de amalgamação de sua gente – se deve esse salutar processo, que salva o país do problema do quisto africano. Mamelucos, brancos e negros irmanam-se numa instintiva antevisão de sua função histórica. Nasce, assim, um tipo específico de civilização americana, caracterizado pela ausência de preconceitos de cor, de credo e de origem, encarando, prática e em toda a sua plenitude, o verdadeiro espírito da humana fraternidade.” (pp. 169-170)

E faz o elogio da colonização portuguesa:

“O problema racial brasileiro é dos mais complexos do universo. Foi o modelo da colonização portuguesa que abriu caminho a essa complexidade pela implantação, no extrato social primário, dessa generosa ausência de preconceitos étnicos, que foi até a fusão com o índio e com o negro. O dono da terra conquistada não se tornou hostil ao alienígena. Não eram metequês na pátria de todos. O primitivo senhor, o índio, era já de índole acolhedora. O português, o mameluco, o negro e o mestiço não o foram menos.

Devemos à colonização portuguesa não sermos hoje uma colônia dividida pela barreira epidérmica e intransponível do senhor branco de *casquette* de lona e chibata na mão, tomando refrescos nos *bungalows* litorâneos, mais ou menos escravizando as grandes massas crioulas, de outra pigmentação. Preparada psicologicamente, nossa gente, para a aceitação das contribuições étnicas poligenéticas, os fatores econômicos determinaram a crescente introdução de sucessivas massas migratórias, que logo se radicaram ao solo e procuraram fundir-se nos elementos étnicos existentes.”

Vencemos, por isso, as barreiras da raça, que a tantos afligem, nesta hora dramática em que lutas que se supunha impossíveis de acontecer, se

renovam, na própria e sofrida Europa, com os rigores do ódio racial e da intransigência religiosa.

Atravessamos dificuldades, que se compreendem e as vencemos, como as que agora enfrentamos e as que ainda haveremos de transpor: “As coisa árduas e lustrosas / Se alcançam com trabalho e com fadiga.” (*Lusíadas*, IV, 78.^a)

As relações entre os povos nem sempre se fazem do sentimento inato na alma dos que os povoam, mas, muitas vezes, nos entendimentos que deles têm os que os representam. E as incompreensões, as distorções, os equívocos podem constituir obstáculos que, contudo, a congênita estima e o fraterno apreço sempre haverão de superar, sem tropeço.

Como analisar, por exemplo, sem emoção, aqueles dois episódios, que minha memória revive e que são, para mim, espelho da alma portuguesa:

Chego a Portugal, tomo um táxi, contratado para um passeio por Lisboa e arredores. O motorista cobre o taxímetro com um saquinho de flanela amarela. Empreendemos o *tour*. Um guarda indaga:

“– Estrangeiros?”

E o motorista, pronto:

“– Não, brasileiros!”

Outro: tomo um táxi para me trazer de volta do teatro, aonde fora ver Raul Solnado, na comédia *Super Silva*. Dia 1.º de janeiro de 1983, primeira hora do Ano Novo. O motorista ouve nossa conversa – minha mulher e eu – e pergunta, interessado:

“– Como é que se explica que um país tão grande como o Brasil, tão rico, esteja devendo tanto, numa situação tão difícil?”

E, concluindo, com ar de pena:

“– E nós, cá de Portugal, não podemos fazer nada para ajudá-los.”

Cuidados de pai para filho!

Essas reações espontâneas, singelas, dizem mais do que as fórmulas diplomáticas mais apuradas, que não as podem substituir, nem mudar.

Certo que Portugal vive momento crucial de sua história, em fase renovadora de desenvolvimento, que é o desafio que a União Européia lhe propôs – e não fosse Portugal quem desafios vence, por mais duros e difíceis! – e busca inserir-se em a nova comunidade que os povos do velho continente intentam edificar para fazer das fraquezas força e das lutas vitória, na disputa moderna dos mercados globalizados.

Para consegui-lo submete-se a séria prova: encontra pela frente, nações que avançaram mais rapidamente na conquista da tecnologia e alcançaram patamares de vida mais elevados, em condições de competitividade superior às que, restrito à Metropole, teve de administrar quando o mundo colonial se desfez. E renova-se, moderniza-se, toma iniciativas, inova, em surto de desenvolvimento que representa notável esforço de recuperação da própria identidade de sua gente.

Por mais, porém, que todos apregoem a queda das barreiras e a abolição dos protecionismos, a todo momento, explodem em demonstrações às vezes radicais de xenofobia ou, quando nada, de nacionalismo exacerbado, que se pensava ultrapassado pelo convencimento da necessidade da união para o fortalecimento da pretensão de vida em comunidade.

É que as desigualdades nacionais, ao invés de levar, como seria de supor, à complementaridade, encontram, nos pontos em que as economias nacionais competem, o pomo de discórdia, dificultando a União, que, apesar de tudo, cremos, acabará por concretizar-se, não sem desencontros, avanços e recuos. E essa luta há de constituir sua preocupação atual absorvente.

O Brasil, por outro lado, enfrenta dificuldades semelhantes, num duplo processo de integração: o primeiro, de si mesmo, no refazimento de sua economia, talada por meio século de inflação crescente, que lhe corroe as forças, e que só o milagre explica não tenha sucumbido; além das dificuldades de integração das regiões nacionais, com as desigualdades que se impõe debelar para sedimentar ainda mais a unidade nacional; o segundo, o da integração no Mercosul, que, embora congre-

gando economias em desenvolvimento, apresenta, no fundo, problemas equivalentes em óbices e percalços, com sentimentos nacionais radicalizados e não muito diversos; ou, quando nada, gerando preocupações idênticas e propiciando os mesmos obstáculos à concretização.

Isto, aliás, acontece em todas as tentativas integracionistas, de qualquer âmbito, sobretudo as supranacionais, e ainda agora se vêem no Nafta, onde Estados Unidos, Canadá e México têm de fazer face a graves reações que atrasam a realização almejada e a põem em risco.

Há muito meditamos sobre essa vocação de regionalização das economias, que acabará desembocando na internacionalização, já iniciada, em outras formas, pelas empresas multinacionais, voltadas não mais para a competição de mercados internos, mas para a grande concorrência dos mercados; globais, universais, com a ampliação e universalização dos capitais, da concorrência da produção e do consumo, que os progressos das telecomunicações facilita e homogeneiza, criando o grande mercado mundial.

Esta observação, contudo, tem apenas o condão de mostrar como os destinos de Portugal e Brasil enfrentam, nesta hora, grave encruzilhada, e é natural que, como dizia D. Francisco Manuel de Melo, se sintam “como os caminhantes que, em grande cópia de caminhos, não sabem por qual se lancem”.

Devo, porém, salientar que, quanto às nossas relações, não há o que preocupar, menos ainda temer, se os arranhões que muitos lhes fazem, nem marcas deixam na epiderme quanto mais sulcos que firam o corpo e, menos ainda, atinjam a alma.

O destino, e foi Deus, nos fez um; Portugal fez o que lhe cumpria: “que da obra ousada, é minha a parte feita. / O por-fazer é só com Deus.” (Fernando Pessoa, “Padrão”, *Obras Completas, Poesia*, p. 79.)

Um, quando Portugal aportou a essas plagas, as conquistou e incorporou à fé; até mesmo no sangue comum que correu das veias de portugueses e brasileiros, e que acabou se combinando ao tingir os campos de batalha, espelhando-se nas tardes rubras dos céus ao sol poente.

Vicissitudes vencemos juntos, e mesmo quando episódios pareceram dividir-nos, apenas nos distanciaram por um momento, sem que os acenos da amizade inconsútil se perdessem.

Não nos preocupam, por isso, os pregoeiros da separação, se, como disse, certa vez, o mar Atlântico antes nos une do que nos separa, pois as águas que recebe do “claro Tejo” se confundem com as que do Amazonas nele mergulham, e as ondas que aqui marulham, desfazendo-se e refazendo, são as mesmas que beijam a orla portuguesa; e o sangue, a língua, a tradição nos tornam inseparáveis, e os costumes, a cultura, a fé, por diversidades que apresentem são as mesmas que lá diversificam Minho e Algarve, e aqui Nordeste e Sul, sem que firam a nossa unidade fraterna.

Por isso devo dizer-vos, sem medo de errar, que Portugal continua a ser e será sempre a reminiscência mais suave e mais cara à nossa alma: que tem símile na lembrança paterna, que me inspira, guia e sustenta, se nela encontro forças para a luta, rumo para o caminho e luz para a caminhada.

E só me lembra a imagem – e a lembro sempre sem saber onde e quando – de meu pai, tomando-me pela mão e me conduzindo na estrada de Moreira de Cónegos, entre Porto e Guimarães, ou na rua batida de pedras grandes da minha Itaúna, em Minas Gerais, que ele adotou como prolongamento da terra natal e que se confunde, na memória, com a bucólica paisagem lusitana.

Por isso a palavra final que vos trago, pode parecer hoje desatualizada, sem nexos, mas lembra episódio que não esqueço, partido de ilustre Presidente português.

Quando o Presidente Craveiro Lopes veio ao Brasil, deputado à Câmara Federal ouvi-lhe o discurso de agradecimento à homenagem que ali recebeu. E recorda-me o sentido, senão as palavras, com que encerrou a formosa oração, mais ou menos assim:

“Que o Brasil cresça, cresça sempre, para que nós, olhando-o do outro lado do Atlântico, possamos dizer: Meu Deus, como crescemos, como somos grandes!”

Senhor Presidente, meus caros amigos, esta há de ser a suprema ventura nossa, brasileiros e portugueses, porque sem vaticínios, mas de alma aberta, vos digo: aqui Portugal e os portugueses encontrarão sempre abrigo, lar, lume, afeto, pão, porque, afinal, somos Casa de Portugal!

Ernani Satyro

Senhor Presidente:
Ao iniciar esta oração de posse, com a alma tumultuada pelas emoções múltiplas que ela condensa, não posso deixar de lembrar a estranha coincidência que renova minha ligação com a Paraíba “pequenina e boa”, em atração que só o destino explica.

De menino, nas lutas da Aliança Liberal, a morte de João Pessoa e o canto repetido, algo mecanicamente, sem entender bem o sentido exato das palavras sonoras:

João Pessoa, João Pessoa,
Bravo filho do sertão,
Toda a Pátria espera um dia,
A tua ressurreição.
João Pessoa, João Pessoa,
O teu vulto varonil
Vive ainda, vive ainda,
No coração do Brasil!

Mais tarde, os primeiros livros de José Lins do Rego, com a sedução das narrativas de *Menino de Engenho*, *Doidinho*, *Bangüê*, *Moleque Ricardo*...

Em 1937, a campanha política e o surgimento da figura de José Américo de Almeida, no ar messiânico com que marcaria a vida nacional,

como revelará, n'*A Bagaceira*, o drama da vida do Nordeste, comovendo, alertando, convencendo.

Em 1945, ingressando na vida pública, a entrevista histórica de José Américo, e sua Presidência da UDN, partido no qual me integrei, seriam fatos fundamentais.

Em 1955, eleito para a Câmara dos Deputados, vem o encontro com figuras admiráveis da vida nacional, oriundas da Paraíba; colaborando no *Diário de Notícias*, em pequenos artigos, convivo com a fibra e a ousadia de Rafael Corrêa de Oliveira, companheiro de Partido; e, na bancada, surge Ernani Satyro, em amizade que venceria os anos e já agora sobrevive à morte.

A princípio, firmada a estima com o vozeirão tonitruante do “ê menino!”, com que me saudava, transformado, com os anos, na saudação oficial do “amigo velho”!

Em 1963, na eleição para a direção da UDN, Ernani Satyro é escolhido para a Presidência e eu para a Secretaria Geral, juntos assistindo, traumatizados, ao fim dos Partidos, dolorosa e equivocadamente extintos pelo AI 2, em 1965.

A Paraíba, sempre a Paraíba. E sem falar na amizade e na admiração com que compartilhei, no Supremo Tribunal Federal, do convívio de dois paraibanos de Monteiro, os ministros Djacir Falcão e Rafael Mayer, e o encanto com que ouço os poetas improvisadores da Paraíba, simbolizados em Jansen Filho.

Mas, não pára aí. Nas disputas de lauréis acadêmicos, em estranha coincidência, caber-me-ia ocupar a cadeira José Américo de Almeida, indicado por outro paraibano ilustre, Horácio de Almeida, na Academia Brasileira de Literatura; e a de Roberto Lyra na Academia Brasileira de Letras Jurídicas; culminando agora com a de José Lins do Rego e Ernani Satyro, nesta Academia Brasiliense de Letras, familiarizando-me, ainda mais, com essas figuras estelares da vida paraibana e brasileira.

“Tem a vida muitos mistérios”, dizia José Américo. Este será mais um, em que a fortuna me envolve: o de lembrar o companheiro querido,

leal, valente, firme, impetuoso, nas lutas do Partido, que dirigiu com dignidade e vigor; o de recordar o homem de letras, prosador, orador, poeta, cultor das letras jurídicas, que se inscreve como um dos vultos exponenciais da vida pública brasileira nas últimas quatro décadas.

“Tarefa fácil e difícil”, como ele mesmo disse, iniciando o discurso sobre José Américo, na Câmara dos Deputados (em 26/3/1980):

“Fácil e difícil, este discurso. Poderá ser um paradoxo, mas não o primeiro da vida.

Fácil, porque tantas são as saliências da personalidade, que basta apontá-las, para se fazer um elogio fúnebre. Difícil, porque, se mesmo as criaturas humanas aparentemente mais simples guardam seus mistérios insondáveis, que dizer de um homem privilegiadamente inteligente, complexo, cheio de rasgos de coragem e insolência, e, ao mesmo tempo, doce e manso, podendo ser conduzido pelas rédeas do coração e convencido pela força do argumento?

Poderia repeti-lo, referindo-me a Ernani, o político, o escritor, o homem.

Do político diria apenas, como E. Zeballos de Rui Barbosa: “É um político idealista, mas, ao mesmo tempo, prático; porque proclama o princípio e luta infatigavelmente pela sua realização.”

Este o Ernani político: idealista e prático, superior, preocupado com a nobreza da vida pública, que encarnou e realizou.

Mas, esta Academia, que cultua as letras, o escolheu como escritor. Como patrono, Ernani elegeu José Lins do Rego. Relembro-lhe a obra de romancista, tão em moda nos anos 30 e 40 e tão esquecida agora!

Eu mal saía do Ginásio, onde – já o disse – invadi a Biblioteca e, aos onze anos, comecei a ler, da primeira prateleira da estante, sem outra orientação que a ordem em que se colocavam, todos os livros que a enchiam. E, assim, durante os anos de Ginásio, li de Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Antônio Feliciano de Castilho, a Rui Barbosa e Stefan Zweig (então muito em voga) e Vieira, passando pelos autores de

inicial intermediária do alfabeto... sem nenhum critério de escolha, na opção primária do livro seguinte, na ordem, ao que lia.

Dos modernos, só então tomei conhecimento, com *A Bagaceira*, de José Américo, *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, *Mar Morto*, de Jorge Amado, e os livros de José Lins do Rego.

Devorei-os com avidez, confrontando, principalmente, em José Lins, o estilo corrente, simples, direto com aqueles a que me acostumara, da alta linhagem lusitana!

Ernani não o elegeu como patrono sem motivo. Pelo contrário, terá visto nele o conterrâneo ilustre que fizera o romance de sua geração, o Zé Lins – como lhe chama (*Como se Fossem Memórias*, p. 33) e preparara o caminho para outros, inclusive ele.

AS ORIGENS

Antes, porém, do romance, o filho de Miguel Satyro e Souza e Capitulina Ayres Satyro de Souza, tinha outros deveres a cumprir, com a tradição, a gente e a Pátria.

Quando nasceu, em 11 de setembro de 1911, o pai dominava a política de Patos, reunindo, em sua personalidade, extraordinária conjugação de atributos: fazendeiro, advogado provisionado, deputado estadual em várias legislaturas, firmara prestígio sólido, o que só se entende pela junção do coronel e do advogado, senhor da força política e da capacidade intelectual.

Do que foi ele, di-lo o próprio Ernani, no discurso que proferiu na inauguração do Fórum de Patos, que lhe honra o nome (*Como se Fossem Memórias*, pp. 170-173), no qual recorda, com emoção e encanto, as vitórias forenses do pai, no testemunho dos contemporâneos e na própria experiência vivida, no exemplo que frutificou. Para concluir, cita esta apreciação de José Américo:

“Conheci tão bem Miguel Satyro que posso evocar sua figura com a fidelidade de quem lhe sente a presença. Fui seu amigo e seu hóspede. Fora e dentro de casa era um padrão de virtudes antigas. No tempo em que a política era, por assim dizer, feudal, singularizou-se ele, como chefe, por sua mansidão, sem nenhum resquício de mandonismo, sempre hábil e conciliador. A longa influência que exerceu em sua terra era fruto das boas maneiras e da dignidade pessoal. Merece ser consagrada a sua memória como reflexo de uma vida exemplar.”

A ATIVIDADE PÚBLICA

Morto o pai, em 1934, Ernani substituiu-o no comando político local, com o mano Clóvis; ou melhor, tentaram substituí-lo, porque, dizia-lhe um chefe de distrito: “Doutorzinho, o Senhor e o Dr. Clóvis, dois doutores formados, os dois juntos, não dão metade do Major!” (*Como se Fossem Memórias*, p. 194)

Nesse mesmo ano, elege-se Deputado Estadual Constituinte, e, formado em Direito (em 7 de dezembro de 1933), inicia-se na advocacia.

Em 1937, dissolvido o Parlamento, com o golpe de 10 de novembro, concentra-se no exercício da profissão.

Mas, logo em 1939, era convocado para a Chefia de Polícia, na qual permaneceria até 1940, quando passa a dirigir a Prefeitura de João Pessoa, embora por alguns dias.

Volta, então, às lides forenses, em Campina Grande. Nesse período, consolida-se sua vocação para os temas jurídicos, aos quais se dedicaria, mais tarde, nas Comissões da Câmara dos Deputados e no Superior Tribunal Militar.

Em razões de defesa apresentadas, desenvolve, com segurança, o “novo conceito de legítima defesa”, expondo a orientação da doutrina a respeito. O que explica, certamente, que, muitos anos depois, ao escre-

ver *Mariana*, se lembre de que Pedrinho, ao matar Rosendo, agia em legítima defesa de terceiros: a mulher e o filho (p. 305).

A partir daí, eleito, em 1945, para a Câmara dos Deputados, atua intensamente na vida pública brasileira, dedicando-se, de corpo e alma, à atividade política, ainda que não descure das tarefas de colaboração em jornais (*A Manhã*, o *Jornal das Letras*, o *Diário Carioca*), em especial, as crônicas que escrevia, semanalmente, de 14/11/71 a 9/3/75, para *A União*, da Paraíba.

O PARLAMENTAR

É na atividade parlamentar que Ernani se realiza, na tribuna do Plenário e nas Comissões.

No Plenário, quando assoma à tribuna, arma-se de couraça inconsútil, que não deixa brecha ao adversário. E não se impõe apenas pela voz poderosa, firme, mas, sobretudo, pelo tranqüilo domínio do raciocínio, a presença de espírito e mesmo a verve, a ironia, a finura.

Nesse homem aparentemente rude, espanta a sensibilidade, que só descobriríamos melhor ao conhecer-lhe os versos admiráveis que, de quando em vez, transcreve nos discursos, e só muito depois leríamos, com encantamento, n' *O Canto do Retardatário*.

Na tribuna, debate sem preocupação, seguro, fluente, os temas políticos da hora e os grandes problemas nacionais.

Aí o conheci e o admirei, quando, em 1955, o encontrei. Companheiros de lutas, durante os doze anos em que participei da Câmara dos Deputados, convivemos diariamente de 1955 a 1967.

Ernani exerceu a liderança da UDN, eu uma das vice-lideranças. Assumia ele a linha de frente, e do que foi sua atuação, basta ler o *Diário do Congresso* da época, ou mesmo alguns dos discursos, depois publicados em coletâneas, de que vale ressaltar a *Como se Fossem Memórias* (Brasília, 1985).

Nela se encontram, por exemplo, além de discursos de homenagem, como a Epiácio Pessoa, orações de atualidade política – “no estalo da espoleta” – como se diz em Minas Gerais como os de 1/10/63 (“A propósito da Nota dos Ministros Militares sobre declarações do Governador Carlos Lacerda”, pp. 35-43); o de 21/11/63 (“Ameaçadas as Instituições Democráticas do País”, pp. 44-53); o de 17/3/64 (“O comício provocador do dia 13”, pp. 54-65); e o de 1/4/1964, sobre “A Revolução de 31/3/64 e a Constituição”, no momento mesmo do acontecimento, pp. 66-71; o sobre a “Revolução de 64 e a Segurança Nacional” – pp. 76-97. Além dos estudos sobre Comissões Parlamentares de Inquérito – seus limites jurídicos e políticos; sobre Eleições Diretas e Plebiscito; sobre voto distrital; enfim, sobre todos os grandes temas da imensa discussão nacional.

É o orador que enfrenta o debate, no mais aceso da disputa política, elegante com os adversários, firme, disposto, sem tergiversações, arriscando o destino político na definição clara e objetiva a que se entrega.

Nas Comissões, seu trabalho, sério e profundo, abarca o estudo de matérias do maior relevo, bastando lembrar apenas que, Relator do Projeto de Reforma do Código Civil, pronunciou inúmeros discursos a respeito, além de apresentar o amplo e meticuloso Relatório sobre a matéria, ainda em discussão no Congresso.

Mas, estranhamente, em quem, pela própria conformação física, pareceria duro, áspero, no vozeirão estentóricamente que dispensaria microfones e ampliadores de som, Ernani entremeava seus pronunciamentos de tiradas de penetração filosófica e, quantas vezes, de pura sensibilidade poética, poeta que só descobri – e com que encantamento! – tempos depois.

É que, ele o diz na crônica d’*A União*, de 26/5/74, sobre Ivan Bichara:

“Para decepção de meus inimigos ou adversários, de dentro ou de fora do Partido, como queiram, sou um homem sereno. Até mesmo quando uso a emoção ou a energia, uso-as com moderação. Sempre procurei distinguir entre a força e a violência. A força pode ser legítima. A violência não.” (*Sempre aos Domingos*, p. 275.)

No mais aceso da controvérsia verbal, na tribuna da Câmara, diz, com serena firmeza: “É claro que cada pessoa que fala é um mundo; cada opinião é pessoal. O ouvinte aceita ou rejeita a opinião. O que importa é que essa opinião pessoal convença.” (*Como se Fossem Memórias*, p. 41.)

Ou a ocupa, nos oitenta anos de Manuel Bandeira, para os versos de homenagem:

*Manuel, completas oitenta,
Mereces oitenta mil,
Bandeira maior que a tua
Só a Bandeira do Brasil.
Tu és a maior estrela
No céu da nossa poesia.
Ainda quando estás triste
Tu és a nossa alegria,
Porque nos teus versos cantam
Rios, pássaros e cores,
Amores, crianças, bichos
Desta terra brasileira.
Manuel, és nossa bandeira.
Daqui a oitenta mil,
Quando no céu tu chegares,
São Pedro vai te dizer
O que já disse a Irene:
Tu nem precisas bater,
Era só o que faltava,
Manuel, eu já te esperava!
Mas eu grito pra São Pedro:
“Santo, deixa de ambição.
Atrasa teu calendário
Porque Manuel não vai não!”*

Nessas páginas, como a medo, conta trechos da vida, com receio de escrever as memórias, e o diz nas “Duas Palavras” da introdução ao volume:

“Muitas pessoas insistem para que eu escreva minhas memórias. Não sei se um dia cometerei esse pecado. O memorialista, em geral, é um egocêntrico. É como se o mundo girasse em torno dele.

Para não perder de todo o interesse de minha história, vou soltando estes dados, em que se encontram traços de minha vida, através de outras vidas e de acontecimentos de que participei. O resto virá depois, se vier...”

Não deixa de ser uma forma de escrevê-las e pode-se, através dessas páginas esparsas e, talvez, através de figuras de sua ficção, recompor boa parte de sua vida e de sua história.

Tenho a respeito de memórias entendimento diverso. Penso que todos os que têm uma história, devem contá-la. Do seu ponto de vista, do seu lado da rua, como a viram e sentiram.

Escrevi, em depoimento para os “Arquivos do Ministério da Justiça”, na comemoração dos 170 anos daquela grande Casa:

“Costumo dizer que cada um vê os fatos do seu lado da rua: do outro, diversa é a visão. Se cada um descreve a sua, caberá ao historiador, isenta e cientificamente, encontrar a dimensão correta que lhes deve ser reconhecida, vendo-os em conjunto e na apreciação (tanto quanto possível) neutra do analista.

Nem o fato de serem diversas as visões representa distorção da realidade, nem desqualifica o depoente; cada um a viu do seu ângulo, do seu *ponto de vista*: da posição em que se encontrava. Com os olhos de sua personalidade, com a sua própria vivência e compreensão; com os dados de que dispunha e a própria concepção da vida – a sua *Weltanschauung*”.

E Jarbas Passarinho considera que o escritor ou político, ao escrever suas memórias, cumpre “um dever, especialmente quem teve, por destino, influir nos rumos históricos de sua terra, ou de ter sido personagem em eventos importantes”. (*A Planície*, 2.^a ed., p. 7.)

Outros a contarão diferentemente, do outro lado da rua. E dia virá em que o historiador coligindo dados, expurgando-os, analisando-os, reconstitua o que lhe parece a realidade dos fatos. O que não impedirá que outro os veja diversamente...

Ernani, aliás, ele mesmo, o disse (*Sempre aos Domingos*, p. 239):

“É possível – repetamos – que a verdade não esteja esgotada nesta minha versão. Que haja outras ‘verdades’. Falo daquilo que vi e ouvi, daquilo de que participei, embora em plano secundário e modesto.”

A CRÔNICA DO POETA PARAIBANO

Mas, Ernani está muito e muito nas suas crônicas, sobretudo as d’*A União*, decano da imprensa na Paraíba reunidas no *Sempre aos Domingos* (João Pessoa: A União – Cia. Editora, 1979), ou no *Como se Fossem Memórias* – e mesmo em outras publicações.

Aí Ernani se abre, falando sobre coisas e gentes, no comentário leve ou na interpretação profunda, na questão do dia ou no universal, fluentemente, tirando de tudo o ensinamento ou a poesia, num contato íntimo com a vida da terra que estremeceu.

Escreve sobre a “Universidade Regional, Obra da Integração”, e lembra pedaços da vida e transmite lições; recorda o “Nordeste, Sofrimento e Esperança”, em mais de uma passagem; e elogia e critica, observa, pondera, objurga.

Relembra, noutras oportunidades, vultos eminentes com que conviveu e dos quais cuida com o carinho da fraternidade da convivência: Milton Campos, Epitácio Pessoa, José Américo, João Pessoa, Gilberto Amado, Coriolano de Medeiros, Augusto dos Anjos e outros de sua admiração, como Rui Barbosa e Rodrigues Alves; mas o impressionante

é que Ernani fala sobre tudo com conhecimento – sem ostentação, objetivamente – sem vanglória, analisando, criticando, interpretando, incorporando razões, episódios, fatos, em estilo correto, enxuto, límpido.

E, nisso tudo, de repente, explode o poeta. Na “Louvação de Maria”, que publica na crônica “Mãe”, n’A *União*, de 13/5/73 (*Sempre aos Domingos*, pp. 147-148):

*Maria, simplesmente Maria.
Nem do Carmo, nem das Dores.
Nem da Luz e nem da Guia.
Só Maria!*

*Nem do Céu e nem de Lourdes,
Nem sequer da Conceição
Simplesmente só Maria:
– O resto é no coração.
Simplesmente Maria!*

*Nem Maria Anunciada
Nem Maria Aparecida.
Só Maria, sem mais nada.
Só Maria toda a vida.*

*Só Maria,
Mas, Maria noite e dia.*

Poeta que se entremostra nalguns cantos que reproduz nas crônicas (v.g., a de 30/12/73); ou quando, falando do discurso de José Cândido de Carvalho, na Academia Brasileira de Letras – e no canto de seu rio, o Paraíba do Sul – resolve cantar também o seu – o Espinharas, “que corre aqui dentro do meu peito, é maior do que o Paraíba do Sul. Que Paraíba do Sul que nada – é maior do que o Amazonas. Só não é maior do que

o mar porque se fosse não teria para onde ir e então estourava dentro de mim.” (*Sempre aos Domingos*, p. 344.)

Poema que, com a correção e adendo que lhe fez depois, surge no *Canto do Retardatário* (p. 83) assim:

*Todos cantam o seu rio
O meu também vou cantar,
Maior do que o Amazonas,
Só menor do que o mar.*

*– Fala meu rio, fala.
Tuas nascentes vêm das mesmas serras molhadas pelos meus sonhos.
Nas tuas águas já morri afogado,
Mas aqui estou
Carregando-te nos meus braços,
Comas olhos fechados
Para não veres que estou chorando.
Não quero que fiques triste e seco,
Maltratado pelo sol,
Tuas areias ardendo,
Com o ventre generoso
Perfurado de cacimbas,
Sangrando água para todos.
Quero que corras alegre e travesso
Embora às vezes pensativo,
Como naqueles dias
Em que eu te prometia fazer de nossa cidade a Capital do mundo,
Sendo eu o rei
E tu o oceano.
Lembras as nossas conversas?
Pois vai lembrando e falando,
Mesmo quando não me ouvires mais.*

Ao lado da explosão poética, a preocupação com os deveres funcionais e a Paraíba, no fervor permanente e incansável com que a tratou a vida toda, em especial, como seu Governador, dos mais ativos e realizadores que teve.

Essa preocupação está nas crônicas, nos discursos, no afã com que se entregou a governar o Estado, e com que marcou sua administração de grandes obras, em todas as áreas do governo. Ressalta essa fixação nas orações de inauguração, nos pleitos ao Governo Federal, no estudo dos problemas estaduais, nos discursos, no Parlamento, apontando soluções para os males que afligiam o Estado.

O JUIZ

Há, ainda, um traço que me chamou a atenção, relendo-lhe a obra. Ernani, em 25 de abril de 1969, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar. Pois bem, seu apreço por aquela Corte já vinha enunciado, como previsão, em discurso na Câmara (*Anais*, março-abril de 1967 – *Como se Fossem Memórias*, p. 91).

Nomeado, desenvolveu proveitoso esforço de que dá notícia a publicação de acórdãos, votos e despachos que enfeixou no volume *Direito Penal Militar e Segurança Nacional* (Brasília, 1977).

Ele mesmo diz que, ao chegar ao Tribunal, “vinha das lides do foro, em que ingressara como acadêmico, quando ainda não completara vinte anos de idade. Mal sabiam que boa parte de minha vida fora consagrada à advocacia cível e criminal, paralelamente à atividade política, ou até mesmo exclusivamente, após o golpe de 10 de novembro de 1937. Mesmo como deputado, nunca abandonei de todo a vida forense, embora sem qualquer preocupação lucrativa. Defendi importantes causas de interesse da Paraíba, especialmente de natureza política, perante o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral e as Juntas Apuradoras de eleições. Várias vezes fui à tribuna do júri, defender ami-

gos e correligionários. Por muitos anos, fui um dos delegados da UDN junto ao TSE. Não era, pois, um jejuno das questões forenses”.

Na “Introdução” enfrenta questões fundamentais, sobre as quais emite, singela, mas seguramente, sua opinião, a começar do próprio conceito de *segurança nacional*, passando pelo estudo do banimento e a “alarmante tendência vitoriosa de defender antes o criminoso que a sociedade”, referindo-se à chamada “Lei Fleury” (Lei 5.491, de 22/II/1973), que tanta polêmica ainda hoje, ou principalmente hoje, suscita.

Seu discurso de posse no Superior Tribunal Militar, conciso, exato, afirmativo, é profissão de fé e definição a que não faltam trechos lapidares.

É primor de síntese, “sem arrogância e sem falsa humildade”; “Tentarei ser um juiz. Só isto. Nem inclinado à demência, nem à severidade. Juiz sem adjetivo.”

“Julgar com todo o ser. Com os meus nervos, como meu sangue, com a minha tranqüilidade, mas também com a minha emoção. Há uma palavra que pode resumir tudo isso: consciência.”

E, numa advertência franca:

“Fui, até este momento, um político. Agora, sou um magistrado. Não tenham medo de político. Tenham medo, isto sim, de quem foi mau no seu ofício, qualquer que ele seja. Não se assustem com o homem que tantas vezes gritou na Tribuna da Câmara. O grito partiu da sinceridade, por vezes da paixão, no inesperado do debate, mas a conduta sempre resultou da meditação e do pensamento. Mesmo gritando, nunca necessitei rever um discurso para retirar uma expressão injuriosa. Revi-os, e muitas vezes, para melhorar a substância e a forma, que são corpo e alma. Unas. Indissolúveis.”

Para concluir, numa prece admirável:

“Não entro neste Tribunal apenas vestido ou forrado de Juiz. Entro impregnado de desejo, da aspiração, da ânsia de ser moderado, sendo

justo, de ser justo, sendo humano, de ser humano sem ser fraco. De ser digno e reto.

Que Deus continue me assistindo nas minhas quedas sem desespero e me ajudando nas minhas ascensões sem vanglória.”

Sucedem-se, então, no exercício da judicatura, os votos, versando temas árduos, com o exame detido de fatos e razões, escudado na doutrina e na jurisprudência.

Em várias oportunidades, no julgamento de recurso de envolvidos com crimes de segurança nacional, é de ver a isenção com que se pronuncia, atento àquela profissão de fé. Veja-se esta ementa na Apelação 37.299 (p. 43):

“Não se pode punir os acusados que, mesmo sabidamente subversivos ou ligados à situação dominante, anterior à Revolução de 1964, não tiveram provados contra si atos concretos, previstos na lei penal. Em relação, porém, àquele que teve caracterizada e comprovada, nos autos, a sua ação delituosa, a condenação se impõe. Não importa a convicção de que todos os elementos tiveram conduta idêntica ou pelo menos semelhante. A livre convicção atribuída ao juiz é aquela resultante da lei e da prova produzida no processo. Confirma-se a sentença que atendeu a estes princípios.”

Tudo em estilo correntio, sem rebuscamentos, apropriado à natureza do tema, que exige sobriedade e clareza e nem sempre, ou quase nunca, tolera os volteios de linguagem.

Isto fica bem ao ficcionista.

O ROMANCISTA

E aqui surge um novo Ernani, tão bom quanto os que vimos brilhar na tribuna forense na oratória parlamentar ou na judicatura.

Diga-se, aliás, que Ernani só se abalçou ao romance quando já consagrado naquelas duas primeiras atividades. Tanto assim que, escrita

a novela, não se dispôs a publicá-la senão anos depois, em 1954: *Quadro Negro*.

É a experiência explícita do “ato de escrever” que, confessa, “é um ato de pureza” (p. 35).

A princípio, sente-se no diário de Márcio que o Autor tateia, como em busca da forma que lhe satisfaça o anseio. Ele mesmo diz, logo na primeira página do diário:

“Procurarei dizer as coisas tão simplesmente como as sinto. Nada de linguagem arrevesada e preciosa. Creio possuir entre os poucos dons que a natureza me confiou esse de escrever com naturalidade. Que depois se melhore a frase e corrija a gramática, endireite-se o pensamento, até onde ajudem as próprias forças, isso até uma obrigação. Mas nada de exageros e torturas. O que vale é o que sai no primeiro impulso, sem sacrifícios e violências. Pensamento e forma são como corpo e alma. Só sabemos dizer o que realmente temos a dizer.”

Aos poucos, solta-se, ganha penetração, e as dubiedades, incertezas, recuos de Márcio, como as indagações de Maria Augusta, são a busca introspectiva da vida dos personagens, que acabam por fixar-se nas fraquezas e reações, ímpetos e dificuldades, que explodem, sobretudo, no final da narrativa.

Não sem que, em pinceladas fortes, fiquem debuxadas, nas figuras do Chefe Gabriel, do Capitão Cazuzza e tantos outros, cenas pitorescas da política local, que ele conheceu tão bem e a que deu, no livro, o realce de cores vivas.

A tessitura do caráter de Márcio faz-se em traços finos e argutos, que se vão sucedendo, até que se completa a figura, nas suas vacilações e indecisões, mergulhando, cada vez mais, em si mesmo sem encontrar as explicações a que, em verdade, foge.

Alheia-se do mundo, que não lhe interessa: “A minha paisagem está em mim mesmo.”

Com isso se conforta e mantém-se recolhido, justificando as próprias fraquezas, que reconhece, mas contra as quais não tem ânimo de lutar.

Inicia-se, assim, a carreira do ficcionista, que culmina em *Mariana*. Foi lendo-o que compreendi as preferências literárias, entre os estrangeiros, que Ernani declarara (como se lê em nota da editora): Stendhal, Wassermann, Thomas Mann, Proust, Dostoievski e Faulkner.

A preocupação do retrato íntimo das personagens – que é a marca dos seus livros – já se esboçara em *O Quadro Negro*, com Márcio e Maria Augusta, e aguça-se quando se segue a trajetória de Mariana e Dr. Arnaldo, sobretudo.

O drama que se desenrola é visto sob todos os ângulos das tempestades d'alma que os tumultuam.

A moral de Mariana, suas dúvidas e incertezas, as idealizações, as indagações irrespondidas; as angústias do Dr. Arnaldo, a reação contra os mistérios da fé – que não alcança e o perturbam; a intensa busca de respostas às questões insondáveis do destino humano, que a razão não descobre, por mais perscrute; tudo compõe quadro psicológico denso em que se desenrola a trama do romance.

Ao contrário de outros nacionais, também da sua estima, Ernani está mais para Machado de Assis: apenas, enquanto Machado entremostra, Ernani expõe.

As lutas de Mariana, entre o fogo da carne e as idealizações simples do espírito; a rebeldia do Dr. Arnaldo às ponderações serenas, cordatas de Padre Ambrósio, as reações despropositadas, às vezes, às interpretações de Quintela; revestem-se de forte e fundo significado que os coloca entre os ricos personagens de nossa ficção moderna.

Campina Grande constitui a moldura do enredo, imaginosa e sôfrega, procurava ela mesma criar um dístico de pirataria em torno de pequenos lances de astúcia, mas faltava-lhe tudo – oceano, mistério, bruma, perspectiva histórica – para formação dessa legenda” (p. 164). E acrescenta: “os escândalos ali não duravam: iam-se diluindo, alastrando-se por toda parte. Isso, sim, era uma característica de Campina Grande.

Nada ali durava, porque se tratava de um centro fornecedor de tudo. Notícia, quando sai de Campina, é conhecida em qualquer parte. Tem cheiro especial – de caminhão, de poeira de estrada, de absurdo.” (p. 263)

Mas, no fundo, “era uma aldeia como as outras, como Patos, como Pombal” (p. 289). Muito pouco lhe preocupa a análise da visão externa das coisas e dos seres. Mesmo quando fala de Mariana – personagem central da história – não se esmera em pintar-lhe a figura. Só de passagem lhe lembra “o corpo franzino, aqueles braços finos e tão morenos” (p. 161); e, depois, verifica, ela mesma, que “estava ficando bonita”. Nada mais. E mesmo os olhos, “aqueles dois faróis negros” (p. 218), a referência é expressiva, mas passageira.

O POETA

Culminaria sua atividade intelectual – não diria apenas literária – com a produção poética.

Já incluído por Manuel Bandeira na sua *Antologia de Poetas Brasileiros Bissextos Contemporâneos*, em 1966, como “bom bissexto”, e já “famoso pelos romances”, é em *O Canto do Retardatário* que Ernani nos mostra a nova face do escritor.

Confesso-lhes, francamente, minha surpresa ao ler-lhe o *Canto*, só comparável à que experimentei quando descobri em Prado Kelly o admirável poeta que era: acostumado à vida política, ao debate parlamentar, às vezes áspero e duro, a gente aprende a ver no companheiro de luta mais o combatente, pronto para o ataque e hábil na defesa, do que o intelectual, o homem de pensamento e, principalmente, de sensibilidade que nele pode existir.

Assim foi com Kelly, assim com Ernani. Talvez até mais com Ernani, em quem a aparência física de lutador, retacado, sangüíneo, espelhava a extroversão do temperamento, de que a voz poderosa era o primeiro sinal de vitalidade e força.

Pois abro o livro de poemas e encontro a mais pura sensibilidade, o lirismo autêntico, de quem apurou, nos embates da vida, o sentimento até que amadurecesse o canto: “A idade do poeta se mede pelo amadurecimento do canto.” E que seguiu o conselho de Boileau:

*“Hâtez-vous lentement et sans perdre courage
Vingt fois sur le métier remettez votre ouvrage,
Polissez-le sans cesse et le repolissez.
Ajoutez quelques fois et souvent effacez.”*

No canto do poeta sucedem-se as emoções amadurecidas dos anos, as amargas, as suaves, as temas, as tristes, as alegres, as sérias, as irônicas, todas, todas. Às vezes o poeta se surpreende a si mesmo, como naquele “Recife I”, à Casimiro de Abreu, com ironia:

*Ó que saudades que tenho
Da minha rua da Amora.
[...]
E das frases preparadas
Pra serem ditas ao povo
A multidões inflamadas
Pela força do meu verbo
Mas que foi bom não ter dito
Porque eram ruins demais. (p. 21)*

E nos demais poemas do Recife, em que mistura anátema e bênção, miséria e glória, ansiando pela ressurreição: “para distribuir melhor as estrelas do teu céu...” (p. 23)

Ou quando define ou sentencia: “Que vem a ser uma rua, senão uma floresta de casas?” (p. 33)

Com as palavras, profunda e atormentadamente:

*Inventa outras coisas também,
Mas não se esqueçam de inventar palavras,
Porque as que existem estão cansadas.
Só os gênios podem renová-las,
E os gênios também estão cansados.
Eles estão cansando antes de nascer. (p. 43)*

Já me atormentei eu mesmo, muitas vezes, pensando no destino das palavras, e até comecei tese de concurso aludindo a isso. Textualmente:

“Há um destino caprichoso e implacável que marca a vida das palavras de períodos de fastígio ou decadência, que lhes modifica o valor e o significado, ao sabor das conveniências, que as torna antinômicas ao passado, lhes dá voga ou as esquece, que é fortuna ou má sorte.” (*Aspectos da Racionalização Econômica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1949.)

Hoje, como a Ernani, preocupa-me o triste destino das palavras – descaracterizadas, desfiguradas, perdendo sentido e força, desnaturando-se, vencidas pela ideologia ou pela utopia. E haverá que inventar outras, mas os gênios estão cansados...

Ao poeta, porém, resta sempre a palavra, a que dá vida, na sua espontaneidade, como a canta Ernani:

*O poeta é como a roseira:
Só lhe cabe deixar a rosa
desabrochar. (p. 46)*

Nem sempre, contudo, esquece a realidade, pragmática, e aparece o perfil impávido do lutador, como no “Luta”:

*Mentira, o que importa não é lutar.
O que importa é vencer.
Embora a luta também satisfaça.
Mas ninguém luta só por lutar.
Quem lutasse só para lutar
Já estaria derrotado.*

*O que importa é vencer
Mesmo que não se consiga sempre vencer.
Vencer é o alvo,
A luta é apenas o registro.*

E se define a si mesmo num trecho do sugestivo “Ser ou não Ser”:

*Quem é sim e não
É o coração
Pelo pé
Pelo braço
Pela mão.
Só não me peguem
Pelo coração.
É o céu
É o mar
É o chão.
Só não há lugar que me caiba
O coração. (p. 53)*

Ou filosofa, com ponta de ironia:

*Que é o acaso?
Acaso você sabe?
Nem eu.*

*Só sei que o acaso é mais importante do que muitas outras causas,
Porque ele é genérico, e as causas são específicas.
Quando se descobre a causa, o acaso esconde-se humildemente,
embora às vezes reapareça para insinuar que a causa foi um equívoco.
E quando se descobre a causa por acaso?
(Quase sempre se descobre a causa por acaso, com a ajuda de um
pouco de paciência e raiva).
De qualquer modo, louvemos o acaso,
Que é sempre uma grande cobertura.*

Ou faz profissão de fé como poeta:

*A poesia se faz com as palavras.
Sem palavras, bem sei, não há poesia.
Mas palavras
Só palavras
Não fazem poesia.
Atrito de palavra com palavra
Tira fogo, mas é fogo fugaz,
Não é poesia.
O poema há de ter sua mensagem
Clara ou oculta
Simples
Complicada
Porém mensagem.
Muitos poetas disso se esquecem
Ou lembram mas não têm o que dizer.
Fazem versos, não fazem poesia.
Pensam que poesia é só palavra
Coisas doidas
Sem nexos, só palavras,
E não é.*

*No mundo há muitos mestres consagrados
Que são gênios sem gênio nem poesia,
Mas são donos do clube e dos mercados.
Futuro nele!
Não com esses convivo, e sim com os Outros,
Que arrancam pedaços das estrelas
Ou do fundo do mar.
Com estes é que tento o aprendizado,
Mesmo sendo aprendiz desajeitado. (p. 79)*

Ou com sublime altitude:

*Ser Deus
Ou simplesmente Ser, porque Ele é que é.
Saber sempre.
Não ter a alegria de aprender.
Ver tudo desde antes,
Não poder ver pela primeira vez.
Ser Deus – tudo conhecer,
Só não conhecer a impressão do imprevisto.
Ser Deus; ver futuro de tal modo que amanhã já foi ontem.
Conhecimento.
Força.
E por isso que uní pedaço de Deus, o Filho,
De lá se desprende
Para ver de perto a imagem e semelhança
E participar da sua limitação.
Se me perdoasses, Deus, eu Te diria que aí foi que ficaste um Deus
completo,
Na misericórdia do Teu voluntário enfraquecimento
E na Tua ânsia de novos conhecimentos.*

Mas, Ernani está todo no “Apelo ao Inimigo”:

*Resolvamos, Inimigo, a nossa contenda.
Para paz ou para a guerra,
Resolvamos.
Não incomodemos a Deus
Que Deus é imparcial.
Já damos trabalho a Deus desde o nosso nascimento.
Desde o primeiro minuto que Ele nos presta atenção.
Vamos dar descanso a Deus, resolvendo a nossa contenda.
Vamos, meu Inimigo.
Vamos, Amigo velho.*

E reafirmando aquela preocupação com as palavras repetidamente, na “Resposta do Poeta” (p. 72):

*Não me peças riqueza
Nem poder
Nem felicidade.
Eu não sou dono do mundo.
Sou apenas dono das palavras,
E nem de todas
Nem em todos os momentos.
Sou apenas dono de certas palavras
(Que são donas de mim).
Às vezes provoco,
Às vezes sou provocado.
Mal elas acabam de prestar o trabalho, ou mesmo sem isso,
Vão-se.
Ora apressadas e virgens,
Em busca da fecundação que não encontraram em mim,
Ora cansadas porém satisfeitas.*

*Mas estas mesmas – bem o tenho visto,
Logo se refazem a um raio de sol ou a um sorriso de criança
Que também é raio de sol,
E correm ao serviço de outros senhores,
Que também não são senhores,
Porque são apenas escravos da palavra escrava.*

Ou no “Onde andam as palavras?” (p. 7) ou na “Louvação do Poeta”, a Carlos Drummond de Andrade (p. 124), na mesma preocupação. E aquele “Saber Morrer” (p. 109):

*Ninguém sabe morrer.
A morte é que sabe matar.
Ela mata de qualquer jeito,
Com lei ou sem lei,
Porque a lei é ela.
Se nós soubéssemos morrer
Também sabíamos não morrer
E então não morreríamos.*

Ou a “Hora da Morte” (p. 112):

*Pavor.
Mas não é da morte – é da Hora da Morte.
E por isso que te peço, ó Morte,
Que venhas quando quiseres,
De noite ou de dia,
Mas não me deixes nunca pressentir a Chegada.
O medo é da Hora.
Não é do teu mistério, Morte,
Que o mistério da vida é maior.
O que eu temo é a Hora – o ar das pessoas na Hora da Morte.*

*Tu primeiro te apoderas das testemunhas,
Que aceitam e começam a ser cúmplices.
Tu desanimas e abates os que assistem
Para então desferires o golpe.
Vem, antes ou depois,
Na Hora da Morte, não!*

À ACADEMIA

Eminentes Confrades:

Nestas palavras que vos disse com a unção de prece, procurei apenas trazer-vos a lembrança de Ernani Satyro, já agora – e com tristeza o digo – na perspectiva da eternidade que o envolve. E que – não se recuse a afirmação – o toma maior ainda aos nossos olhos, que o contemplam na inteireza de corpo e alma.

E como que o sentimos aqui, entre nós, a voz poderosa, o olhar vivo e penetrante no rosto corado, ao lado de Antonietta, a companheira que com ele viveu ânsias, esperanças e cantos, que o livrou de viver “só, tremendamente só”, que lhe deu zelo, amor, amparo e não lhe terá deixado pressentir a “Hora da Morte”, mais que a Morte e a quem chamou “a luz suave que nunca me faltou”.

Sentimo-lo como inspiração para a hora grave que passa, quando se convocam os homens públicos, mais do que nunca, ao serviço da Pátria, que busca rumos, que ele procurou, tantas vezes, descortinar da tribuna da Câmara ou dos sonhos de poeta.

De mim vos digo que o vejo e contemplo nitidamente, e lhe ouço a voz. E se me sufoca o peso de suceder-lhe, nesta Casa, enaltece-me a honra de traçar-lhe, ainda que nas toscas palavras desta oração, o perfil de homem público exemplar, de juiz sereno e probo, de escritor que enriqueceu nossa prosa e nossa poesia, de cidadão digno e prestante, crente nos valores que herdou e revigorou.

Dá a emoção deste instante – como e diria – “caprichoso e rebelde, mas também doce e amigo” (p. 32), que cultuo no coração.

Ainda mais, permiti-me dizê-lo, acrescida pela distinção que me concedeis com o recebimento que me dais na palavra de Jarbas Passarinho, figura admirável de homem de civismo e de cultura, que serve à Nação com a bravura serena do patriotismo, a limpidez transparente do caráter, a lucidez fulgurante da inteligência e do talento, na profundidade da base cultural, virtudes que fazem dele, há alguns anos, voz que clama em defesa das grandes causas nacionais e a elas dedica o afã dos dias e das noites, sem descanso.

E isso tudo – e nesta Casa, não há esquecê-lo – como o orador primoroso, que alia a precisão à eloquência e à ironia, na dosagem exata, que convence, seduz e domina; e o escritor consagrado que, com um romance – *A Terra Encharcada* – marcou posição na literatura nacional.

E depois, ainda mais se afirmou, como memorialista, com a publicação do *Na Planície*, ao qual se seguirá o segundo volume, *No Planalto*, quando já houver ocupado todos os lugares a que tem direito no Planalto...

Nas páginas publicadas já se conhece a têmpera do lutador, o estofo do político que, formado no rigor da disciplina militar, amplia o conhecimento dos fenômenos nacionais e a visão do mundo, tomando-se expressão singular de homem público.

Tanto mais singular quanto, em poucos anos, desempenhou, com eficiência e competência, o cargo de Ministro de Estado de nada menos de quatro pastas, díspares e complexas, como a do Trabalho e Previdência Social, no Governo Costa e Silva; a da Educação e Cultura, no Governo Médici; a da Previdência e Assistência Social, no Governo Figueiredo; e, recentemente, a da Justiça. Sem contar o exercício do Governo do Pará e os mandatos no Senado Federal e sua Presidência.

Honra-me ser recebido por ele, e acolhido por amigos e mestres das artes literárias, que aprendi a estimar e louvar, há muito, nesta Academia, presidida por V. Exa., Presidente Antônio Carlos Osório, que lhe em-

presta, a um tempo, o pragmatismo inteligente do advogado culto, competente e sério, dando-lhe o dinamismo de sua direção segura, e a sabedoria e a sensibilidade do Poeta, que já se inscreve, reconhecidamente, entre os grandes nomes da literatura nacional, com a publicação de obras que a crítica tem recebido com louvor unânime, e que a Academia Brasileira de Letras acaba de, justamente, reconhecer e premiar.

Com desvanecimento e alegria integro-me no vosso convívio. E vos digo que combaterei convosco as mesmas nobres causas, já que me distinguistes permitindo-me ombrear convosco nas superiores pugnas espirituais que batalhais. Este o galardão que me enobrece e que haverei de honrar.

Obrigado.

Carlos Drummond de Andrade

Prezados e eminentes Confrades:
Difícilmente podereis avaliar a honra e a satisfação com que compareço a esta solenidade da Academia Municipalista de Letras do Brasil e me emposso na Cadeira n.º 9, que tem por patrono Carlos Drummond de Andrade.

Tudo conspira para que este seja um grande momento em minha vida: participar de um núcleo de intelectuais que se bate, intransigente e destemidamente, pela melhoria cultural de nosso povo; nesta terra que o pioneirismo torna progressista e vanguardeira na senda do desenvolvimento; e que reconhece que a base cultural é a essência do desenvolvimento, se este se faz pelo homem e para o homem.

Com isso, integra-se esta região no esforço comum de unidade nacional, em que todos nos devemos irmanar, para que se sedimente, ainda mais, a nossa união, vencendo diferenças, dificuldades e desenganos, em benefício do País, que só pode progredir e vencer, unido e coeso, no esforço de todos os seus filhos.

Nada melhor para consegui-lo do que a unidade cultural: só ela lhe serve de argamassa segura, porque sobrepõe aos laços efêmeros dos interesses os liames duradouros da comunidade espiritual, capaz de cimentar, indissolúvelmente, nossa união.

Sob este prisma, minha honra é ainda maior.

Destes-me a cadeira que tem por patrono um espírito *universal*, hábil de entender e, mais do que isso, de expressar o *humano*, em toda a sua extensão e profundidade, de dar-lhe forma, cor e vida, o que fez, inigualavelmente, durante meio século, na crônica, no ensaio e no verso.

Por uma feliz coincidência para mim, Carlos Drummond de Andrade é de Itabira – pedra empinada – e eu, de Itaúna – pedra preta – na mesma origem de regiões minerárias das Minas Gerais: nascemos na mesma paisagem rude, agreste, hostil, que exige do homem coragem, desprendimento, pertinácia, ousadia e espírito de aventura. E ele quem canta, na “Confidência do Itabirano”:

Alguns anos vivi em Itabira.

Principalmente nasci em Itabira.

Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro.

Noventa por cento de ferro nas calçadas.

Oitenta por cento de ferro nas almas.

E esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação.

A vontade de amar, que me paralisa o trabalho,

vem de Itabira, de suas noites brancas, sem mulheres e sem horizonte.

E o hábito de sofrer, que tanto me diverte,

é doce herança itabirana.

De Itabira trouxe prendas diversas que ora te ofereço:

este São Benedito do velho santeiro Alfredo Duval;

este couro de anta, estendido no sofá da sala de visitas;

este orgulho, esta cabeça baixa...

Tive ouro, tive gado, tive fazendas.

Hoje sou funcionário público.

Itabira é apenas uma fotografia na parede.

Mas como dói!

Define-se o poeta, no tom cético que lhe marca a obra e que rivaliza com o *humour* com que enfrenta o sofrer “que tanto me diverte”: “Como estou bem nesta poltrona de humorista inglês.”

Homem da zona da mineração, haveria de marcar-se do misto de ceticismo e esperança, com que o minerador se embrenha na terra, e ao mesmo tempo em que espera, quase confia, guarda a descrença de que se coroe seu sacrifício com a colheita ampla e rica.

É áspera a vida do homem que habita essas regiões, áridas, duras, difíceis, mas dominado o meio, multiplica-se em ouro, gado e fazendas. E deixa nele, paradoxalmente, a marca do orgulho e da insatisfação, do ceticismo e do ímpeto, que não vacila, não teme, mas se esconde, como quem não mostra o tesouro que encontra.

Nascendo na Montanha, Drummond buscaria o infinito, o eterno, o símbolo, sem desconhecer os obstáculos que o homem enfrenta, permanentemente – “a pedra no meio do caminho”, ou o “José” que interroga e responde; ou o “mundo, vasto mundo”, com o sentimento humano que, numa frase, traduz todo o estado d’alma, na configuração incomunicável da poesia.

Drummond, por isso, ao contrário do que disse o “anjo torto” que abre o “Poema de Sete Faces”, não veio para ser “gauche na vida”, mas para assumir o papel de poeta do descortino, do cotidiano e do futuro, do *humour*, do passageiro e do permanente, do efêmero e do eterno, do agora e do intemporal, mas, sempre, da sensibilidade, que flui em todos os seus versos, desde *Alguma Poesia*, em 1930, “quando havia jardins, havia manhãs, naquele tempo!!!” até o último instante de hábito de vida.

O mais notável, contudo, é que Drummond, poeta do permanente, do universal, do intemporal, andou com o mundo e lhe seguiu o itinerário, acompanhando-o no cotidiano das crônicas ou do singelo da poesia espontânea, em que se fez inigualável. Ele mesmo se define:

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.*

Participou deste mundo com o coração, e neste “mundo, vasto mundo, / mais vasto é o meu coração”. Coração que bateu, descompassado e tímido, por todas as grandes causas, ainda que, noutras vezes, lhe parecesse que “é muito pequeno, / Nele não cabem nem as minhas dores”.

Participou da vida intensamente, nas suas incertezas, na luta exaustiva do dia-a-dia, tomando posição em tudo, tudo vendo, descrevendo, sentindo, protestando, em tom cético que é a marca de sua geração, de Emílio Moura a Abgar Renault, de Milton Campos a Gustavo Capanema, ou proclamando sua verdade, pois, para ele, havia sempre poesia “a poesia deste momento / inunda minha vida inteira”. Ou: “Meu verso é minha consolação / Meu verso é minha cachaça.”

Tudo via, tudo acompanhava, como se o espírito, do alto de Itabira, visse antes o espetáculo do mundo que muda. Por isso lhe chamaram, lembra Péricles Eugênio da Silva Ramos, “poeta público”: “é talvez o único poeta moderno do Brasil cuja nota político-social não dá a impressão de mero panfleto ou de simples atitude, mas se alça ao nível de poesia cristalizada e expressa.”

Porque não se esquivou nunca ao debate das idéias e dos fatos, engolfou-se na vida do mundo e, na verdade, sua poesia inunda a vida inteira do País, de que participa ativamente.

Universal, humano, eterno – “Entretanto, há muito tempo / nós gritamos: sim, ao eterno” – é o mineiro por excelência, que varia do fastio ao *humour*, da calma à impaciência, do amor à solidão e do tédio ao bulício da multidão, ao ímpeto da revolta solidária, da conformidade à rebeldia, da tolerância à beligerância.

Na sua poesia há, por isso, todos os matizes do nosso espírito, que bebe no universal a sua complexidade e nele se sacia.

Solitário, ensimesmado, parecendo ausente, ninguém mais participante, mais solidário, mais presente, mais definido; contraditoriamente, mais cético e mais esperançoso, mais incerto e mais afirmativo, nos paradoxos a que a vida nos leva.

E sempre o *humour*, que enfrenta, com superioridade crítica, a realidade contrária, e sorri, irônico, das ilusões e dos orgulhos que bordam a vida do homem; como se sempre o “E agora, José?” o estivesse esperando para a definição impossível, a que não escapa nem mesmo Minas: “Minas não há mais, José, e agora?” e nem mesmo as montanhas: “Não restam sequer as Montanhas!”

Lendo Drummond – e sempre há que o ler e reler – vejo-o como se, sob os aros dos óculos, no sorriso medido, furtivo, se dispusesse a rir da Humanidade castigando os costumes, mas, ao mesmo tempo, apiedando-se do homem, seus erros e quedas.

Assim construiu sua poesia, “uma grande construção”, que, completos, sempre cresceu e não terminou nunca, porque do total, do humano, imenso e dinâmico.

Nele vejo o que há de mais nobre no espírito humano, capaz de apreender a grandeza do mundo, ou, conhecendo-lhe as fraquezas e pecados, elevá-lo e purificá-lo.

Por isso Drummond permanece como intérprete vivo, expoente da alma brasileira, e seu verso encontra ressonância em quantos buscam o autêntico pulsar da terra e da gente; que ele canta, à sua moda impressiva, por exemplo, no “Europa, França e Bahia” (que aqui transcrevemos, em parte, apenas):

Meus olhos brasileiros sonhando exotismos.

[...]

Meus olhos brasileiros se enjoam da Europa.

[...]

Chega!

Meus olhos brasileiros se fecham saudosos,

*minha boca procura a “Canção do Exílio”,
Como era mesmo a “Canção do Exílio”?
Eu tão esquecido da minha terra...
Aí terra que tem palmeiras
onde canta o sabiá!*

Ou naquele “Hino Nacional”, tão atual e tão paradoxal, afirmativo e cético, que, nesta hora, estranhamente, lembramos:

*Precisamos descobrir o Brasil!
Escondido atrás das florestas,
com a água dos rios no meio,
o Brasil está dormindo, coitado.
Precisamos colonizar o Brasil.*

*O que faremos importando francesas
muito louras, de pele macia,
alemãs gordas, russas nostálgicas para
garçonettes dos restaurantes noturnos.
E virão também sírias fidelíssimas.
Não convém desprezar as japonesas...*

*Precisamos educar o Brasil.
Compraremos professores e livros,
assimilaremos as finas culturas,
abriremos dancings e subvencionaremos as elites.*

*Cada brasileiro terá sua casa
com fogão e aquecedor elétrico, piscina,
salão para conferências científicas.
E cuidaremos do Estado Técnico.*

*Precisamos louvar o Brasil.
Não é só um país sem igual.
Nossas revoluções são bem maiores
do que quaisquer outras; nossos erros também.
E nossas virtudes? A terra das sublimes paixões...
os Amazonas inenarráveis... os incríveis João Pessoa...*

*Precisamos adorar o Brasil!
Se bem que seja difícil caber tanto oceano e tanta solidão
no pobre coração já cheio de compromissos...
se bem que seja difícil compreender o que querem esses homens,
por que motivo eles se ajuntaram e qual a razão de seus sofrimentos.*

*Precisamos esquecer o Brasil!
Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado,
ele quer repousar de nossos terríveis carinhos.
O Brasil não nos quer. Está farto de nós!
O nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.
Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?*

Este Brasil estranho, paradoxal, com que se confundiu sua vida, na rua e no trabalho, homem comum que ele procurou ser, e com quem topei, tantas vezes, no burburinho das calçadas, escondendo-se, esgueirando-se, a pasta semivazia, mais sobre o peito do que sob o braço, quase encobrendo a cabeça baixa de quem não quer ser identificado e sabe que não há estrelas para desvendar sob o sol a pino...

Carlos Drummond de Andrade vive, por isso, presente em nosso cotidiano, e não há quem, num instante dado, não lhe lembre o verso ou lhe relembre a crônica, que flagrou exato o momento que passa e que ele fixou inigualavelmente.

Esta Academia, que já tem tradições tão nobres, o escolheu para patrono de uma de suas cadeiras e lhe honra o nome sempre que aqui se sucederem os que a ocuparem.

A mim, ficou-me a honra de lembrá-lo, nestas palavras breves e singelas de homenagem, como vulto ímpar da poética brasileira, como cronista sem igual da nossa vida, e de tributar-lhe o preito da admiração que não tem tempo, na perenidade de sua obra.

Cinqüentenário da Turma de 1943

Exmo. Sr. Prof. Raimundo Cândido Júnior, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais.

Eminentes Colegas da Turma de 1943.

Cumpro, Sr. Presidente, pela primeira vez, em cinqüenta anos de atividade forense, um mandato não outorgado pelos legítimos mandatários – os colegas da Turma de 1943: aqui estou, falando por eles, por indicação de V. Exa., que na sua generosidade – valendo-se, por certo, da admiração que me ligava a seu ilustre e saudoso pai, o eminente Prof. Raimundo Cândido, figura amável de colega, mestre, amigo e cidadão – foi buscar-me para representá-los, esperando não impugnariam o mandato que me outorgou; e confiando em que minha palavra não destoe dos rumos que a Turma se marcou e cumpriu, religiosamente, até hoje: da devoção ao direito, do amor à justiça, da luta pela liberdade, do apego à honra, do desvelado amor ao Brasil.

Sana-se desta forma, espero, o vício da representação: outro fosse o indicado e nele me veria representado, como, creio, em mim se verão presentes os que, atendendo a esta honrosa convocação, de coração jubiloso dela participam; e mesmo os que, por força de circunstâncias invencíveis, não podem partilhar dela.

Há cinqüenta e seis anos, Sr. Presidente, nos vemos um em todos, todos em um: as vitórias de um são nossas, nossas as aflições de cada um e de todos, nossos os anseios que um dia nos levaram à “Casa de Afonso Pena”, nos uniram e nos unem, na irmandade inconsútil que os anos antes cimentam que desfazem.

Vede, Sr. Presidente, que nos encontramos, os da Turma que agora comemoramos os primeiros cinqüenta anos de formatura, em 1937, ano que marcaria a história do Brasil e deixaria em nós o indelével signo da luta pela Liberdade.

Assistimos ao 10 de novembro, cômnicos, já no próprio dia em que se deu a outorga da nova Carta, de que se reservavam ao País, nos tempos que se seguiriam – e que nunca julgamos pudessem ser tão longos e tão duros – borrascas que o nosso povo livre e altivo não merecia.

Sofremos, a partir daí, mudanças na ordem social, política, econômica, moral e jurídica nacional que nenhuma outra geração terá visto e dificilmente verá. Dispusésemos de tempo e seria o mais fascinante estudo analisá-las, nas suas aparências e no seu conteúdo mais íntimo, porque constituem a mais estranha, variada e imprevisível mutação que se possa conceber, na inacreditável sucessão de textos díspares que regeram nossa vida institucional e a alteraram profundamente.

Iniciando-nos no pré-jurídico sob a égide da Constituição de 1934 – pois nos matriculamos em princípio de 1937 – pouco antes do fim do primeiro ano o golpe de 10 de novembro mudava o regime, e ao liberalismo inocente e confiado da Constituição promulgada pelos representantes do povo, em 16 de setembro de 1934, sucedia o autoritarismo desconfiado e radical da Carta outorgada, que, ainda assim, nunca se aplicaria, senão no que interessasse ao dono do poder.

Durante sua vigência, rija e constringedora, decorreu o nosso curso. Diga-se, contudo, em bem do nome da Faculdade e dos seus Mestres e discípulos, que nunca, dentro de seus muros, outra foi a linguagem senão a do direito, como guardião da liberdade, inspirado na justiça, com a

revolta contra os desmandos que se cometiam e que em nós, sempre, encontraram viva e eficaz repulsa.

Na Escola nos acastelamos, inúmeras vezes, em choque aberto com a opressão, e conosco os que combatiam o regime de exceção, e que para ali se dirigiam certos de que encontrariam, como encontravam, quem os amparasse na luta.

A Turma deve dar um testemunho para a posteridade: a II de novembro de 1937 fazia-se ouvir em sala de aula de História da Civilização, na voz fluente e poderosa de Ildefonso Mascarenhas da Silva, o primeiro anátema contra o novo regime que se instaurava. E, talvez, em minha voz incipiente, no Concurso de Oratória promovido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, no seu Centenário, em 1943, a penúltima reação da Turma de 1943, quando, em nome da Faculdade de Direito de Minas Gerais, defendi a tese sobre “O conceito de liberdade no Estado moderno”, que o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo) impediu se publicasse.

A última palavra libertária da Turma viria, a 30 de novembro de 1943, na elocução eloqüente de Sebastião de Oliveira Sales, orador da turma, que, por todos nós, disse da nossa repulsa definitiva, que ainda hoje repetimos e consagramos.

Duro foram os tempos e a luta.

*

A partir daí assistimos ao renascimento de 1945, ao florescer de 1946, já nos albores da luta como advogados, promotores, juizes, delegados, funcionários, na atividade pública ou particular, mas todos servidores da Nação e do Direito.

A “planta tenra” e débil da democracia resistiria até 1964, quando, para subjugar a anarquia que se instalara no poder, se deflagrou o movimento de 31 de março; mas, em 1965, com a extinção dos partidos, completava-se o desmantelamento de nossa organização política. Viria depois a Carta de 1967 – que mais do que qualquer outro combati e

emendei – votada a toque de caixa pelo Congresso, e, em 1969, como coroamento dos acontecimentos de 1968, a EC 1/69, com a enxurrada de textos posteriores; até que, em 1985, se iniciasse a descompressão e, em 1987, se convocasse a Constituinte.

Em 5 de outubro de 1968 promulgava-se o novo texto constitucional, espelhando todos os ímpetos das forças que então se consideravam liberadas para votá-lo e as reações naturais dos que o combatiam.

Fruto desse conflito, nasceu a nova Constituição com as deformações do choque; e já trazendo em si mesma, no art. 3.º do ADCT, a imposição da revisão, após cinco anos, com o que institucionalizou a instabilidade, se ninguém poderia, em sã consciência, prever o que aconteceria nessa revisão, principalmente à véspera de um pleito geral como o de 1994, com a amplitude que abarca.

Mas, Sr. Presidente, presentes essas mudanças no campo constitucional, obviamente outras se dariam nas outras áreas. E a Turma de 1943 assistiria às modificações mais profundas e amplas, com que não sonharia nunca a nossa vã filosofia. Se o Código Comercial de 1850 se encroou na agonia da aplicação parcelada, a conta-gotas, vendo o que revogado e o que não – na legislação balburdiada que se seguiu; e se o Código Civil – que todos sempre prezamos e admiramos – submetido a nova elaboração, em vez da revisão que a prudência aconselharia, sofreu as reformas das leis parciais e nem saiu o novo texto, nem progrediu o Código das Obrigações; o Código de Processo Civil em que aprendemos a advogar foi substituído pelo de 1973, vigendo a partir de 1 de janeiro de 1974, levando-nos, quantas vezes, a procurar localizar no velho o caminho do rito novo.

Substituiu-se a Parte Geral do Código Penal, e leis especiais o modificaram; o direito tributário ganhou amplitude e importância com o aumento crescente da voracidade do fisco, a esperteza dos contribuintes e a má-fé dos sonegadores; e em todos os campos – que não é possível aqui enumerar – o vento da reforma soprou infrene, alterando, substi-

tuindo, renovando, repondo, num afã que o mais atilado dos analistas não conseguiria fixar, ainda que lhe dedicasse os dias e as noites.

Toda a vida nacional, na instabilidade que marca as nossas instituições, passou por transformações fundamentais.

A economia foi submetida aos mais atrozes sofrimentos, com a instalação da inflação, contida, mas inclemente, depois aberta, numa estranha hiper-inflação que não cede, mas (graças a Deus), não explodiu, ainda, definitivamente, e a que a incúria e a inépcia dos governos não conseguem dar combate eficaz; tanto que o povo se acostumou e muitos a saúdam como fonte de ganhos indevidos, ainda que em prejuízo da grande maioria do povo sofredor.

Em conseqüência – e tudo nos parece conseqüência disso – a eclosão da corrupção, da violência, da marginalidade, o agravamento da miséria, a favelização das grandes cidades, o êxodo rural agravado, a exploração demagógica da desgraça, o aperfeiçoamento das técnicas dos “criminosos do colarinho branco”; os desvios de conduta dos homens públicos – a que, felizmente, não assistíamos antes, senão como exceção execrada, e que agora nos confrangem – sucessão de escândalos na vida pública, num espetáculo deprimente para os que nascemos, nos criamos, e formamos nosso espírito na escola do civismo, da decência, do respeito à lei, do apreço à honra, da defesa da dignidade particular e pública.

Por outro lado, no campo social, surgiu a organização dos trabalhadores e sua atuação cada vez mais presente nas decisões nacionais, forçando o equilíbrio das relações de trabalho, antes dominadas pelo patrão, agora muito mais, necessariamente, parceiro do que senhor; e a difícil busca do entendimento, nem sempre facilitada pela boa vontade e compreensão das partes, ainda desacostumadas do diálogo desarmado.

Mas, Sr. Presidente, não só o Brasil, nestes anos de transformações, sofreu os embates das mudanças, mas todo o mundo as vem padecendo, em grau mais ou menos elevado.

A guerra de 1939-1945, que nos comoveu a todos, quando acompanhávamos as lutas da frente de batalha, e que levou alguns de nós ao

engajamento nas forças brasileiras que se posicionaram ao lado dos aliados, foi substituída, com o fim da disputa armada, pela “guerra fria”, com os riscos inenarráveis da guerra nuclear, de que Nagasaki e Hiroshima deram dramática, ainda que pálida idéia.

Os apelos pela paz, as aspirações de liberdade, os anseios de igualdade, felizmente, não morreram na alma humana, apesar de todas as hecatombes, e o mundo não mergulhou na destruição total; focos increditáveis e aparentemente insuperáveis de tragédia, porém, se reabrem em todas as partes do globo, do Extremo Oriente ao próprio Ocidente e na mesma Europa Ocidental dita civilizada e Primeiro Mundo, convencido de sua superioridade, como se se houvesse decretado que mesmo os países chamados pós-industrializados devessem padecer de males tidos por debelados – como as guerras religiosas e raciais – para que voltassem a reconhecer sua pobre condição humana.

Os homens não superaram nem sublimaram ainda os instintos que, muita vez, suplantam o que há neles de superior, que a cultura aprimora; e explodem os inconformismos bárbaros, as reações selvagens, que o espírito lúcido e o bom senso não conseguem explicar, mas que a realidade, nua e crua, nos apresenta, inelutavelmente, como, ainda agora, vemos em várias partes do mundo, para tristeza e desilusão dos que crêem no alto destino dos homens.

Continua nele o contraste invencível de tendências, e da mesma forma que age para o mal e nos surpreende com excessos dramáticos de brutalidade, alegra-nos, felizmente, com impulsos superiores de humanidade, que comovem e reabilitam a espécie humana.

E tanto nos espanta na revolução comunista de 1917, como na *perestroika*, na *glasnost* e na queda do muro de Berlim – que se ergueu como imutável e intransponível separação, e caiu a um piparote da vocação para a liberdade, que não encontra obstáculos que não transponha, nem forças que não dobre.

E se os males do corpo continuam muita vez insondáveis, e novos atentados surgem contra a vida humana, as ciências correm, em impulso

imprevisível, para as descobertas, que se não atingiram o milagre da vida, dilargaram os níveis médios de sobrevivência do homem neste mundo; enquanto a alma humana busca desvendar os arcanos em que a mente mergulha ou se projeta.

Mas, Sr. Presidente e caros Colegas, voltando ao Brasil, nossa preocupação superior e invencível, enquanto tudo se modifica e nuvens se adensam, por outro lado, com ímpeto incontável, com força indômita e telúrica, o País dá sinais de crescimento, e se desenvolve e se aperfeiçoa, apesar de todas as dificuldades que o dito Primeiro Mundo de hoje opõe à luta dos subdesenvolvidos para atingir o desenvolvimento, palavra que, em nosso tempo, se chamava, mais expressivamente, progresso.

Se nas grandes regiões metropolitanas, ao lado da riqueza absoluta, em nichos esplendorosos, se instala minoria privilegiada, que desfruta os bens da vida (e não nos rebelamos, se o consegue pelo trabalho, inteligência e dignidade), ao lado cresce e se alastra, espraia-se a miséria absoluta, com a legião incontável dos deserdados da sorte, do esforço e da inteligência, que se amontoam nas ruas, em espetáculo deprimente e contristador; no interior do País, apesar de todas as dificuldades, os desníveis são menores, as desigualdades não ofendem, a riqueza não afronta e a pobreza não desonra e parece que a solidariedade ainda não desertou das almas.

Enquanto nas grandes cidades prevalece a ousadia ambiciosa de grupos poderosos, que querem controlar a economia, a finança, a política — o poder — em síntese, e se dispõem a tudo, contra tudo, para conseguí-lo; no interior a luta se amortece, no entendimento de quem se cruza na rua, se encontra na venda, se vê na esquina, reza junto na igreja, dança no clube, tem os filhos no mesmo grupo escolar — que acolhe, igualmente, pobres e ricos — compra na mesma quitanda, e acaba se ajudando mutuamente quando a corda arrebenta do lado mais fraco.

Nesses quadros diversos, nos contrastes e confrontos que uma extensão territorial imensa e uma população em constante crescimento agravam a aguçam, reage bem o Brasil a todas as intempéries da incompetência e a todas as calamidades da má-fé e da corrupção.

O importante – a única coisa importante – é que desse contraste de regiões díspares, em condições naturais diferentes, com gente de diverso temperamento, no mundo brasileiro, não nos dispersemos, não nos dividamos, não nos desarmonizemos, se conseguiram os nossos ancestrais o milagre da união, e nos cabe preservá-la a qualquer custo.

Unamo-nos, para que os que estiverem bem ajudem e estimulem os que sofrem as agruras do destino ou da natureza, que a nossa irmandade é a nossa única força.

Não nos esqueçamos de que só em nós mesmos, brasileiros, encontraremos forças para as nossas lutas.

Terrivelmente, quanto mais o mundo dos ricos e civilizados prega a abertura para todos, quanto mais canta loas ao entendimento, quanto mais insiste na necessidade do desenvolvimento e apregoa as boas intenções de ajuda, mais se fecha nos protecionismos, mais se arma de preconceitos, mais se organiza para a exploração dos menos favorecidos, mais crucia, nos termos de troca, as nações desprotegidas.

Unamo-nos na nossa luta, com o nosso ideal, o nosso ímpeto, a força de nossa natureza, que nos deu um potencial inigualável e invejado; tão invejado que devemos estar atentos e prevenidos para que, com a cobiça insaciável, os donos do mundo, depois de haver malbaratado todas as reservas que tiveram, não se façam agora patrulheiros da nossa soberania, dispostos a garantir-se o que malversaram, à custa de nossa natureza e da nossa independência, se nunca nos ajudaram, antes se ajudam sempre com o nosso sacrifício, que nada os comove ou retrai; se nos acusam de nossas fraquezas, que são muitas, mas esquecem as que lhes enodoam a vida, ressaltando as nossas para ocultar as próprias.

Falando no Brasil, não poderíamos esquecer a Minas imortal, que é o nosso berço, ou terra de eleição e que, desgraçadamente para o País, decaiu muito do seu prestígio: centro do equilíbrio nacional, voz prudente nos conselhos da República como se dizia, em nosso tempo – confundiu-se nos caminhos do seu destino. Talvez porque, fugindo à lição que muitos nos ensinaram, ao invés de manter a tradição singela da dig-

nidade, da decência, da rigidez dos costumes – a “alma de Minas” – resolveu modernizar numa triste modernização que ameaça destruir-lhe a identidade, corromper-lhe as origens, minar-lhe as forças naturais que lhe caracterizam a terra e a gente.

Estamos a perder-nos porque nos descaracterizamos, para nos iguarmos aos outros, esquecendo as nossas virtudes de prudência, tolerância, amor à dignidade, temperança, que nos construíram e firmaram o destino, que uns poucos conseguiram macular e trair.

De qualquer modo, Sr. Presidente, caros Colegas e ilustres amigos, estes cinqüenta anos devem servir-nos para um contrito exame de consciência do que fizemos, do que deveríamos ter feito, do que ainda poderemos trazer, se não nos é dado corrigir os erros dos que nos dirigiram, nem dos que têm sido responsáveis pelo nosso destino.

*

A Turma de 1943, nesses cinqüenta anos, deu ao Brasil o que de melhor possuía, e lhe serviu ao futuro com fé e desprendimento.

Todos nos dedicamos ao serviço da Pátria, na área que a nossa vocação e nosso destino nos apontaram, com todas as forças. Todos – graças a Deus – podemos, de cabeça erguida, coração leve e alma tranqüila, submeter-nos ao juízo dos concidadãos, porque cumprimos com o nosso dever, intransigentemente, lealmente, com abnegação.

Alguns, muitos, infelizmente, caíram nas lutas do caminho. Quis Deus que não participassem fisicamente desta solenidade, de tanto significado para nós todos, que nos reunimos, nesta hora de tantas apreensões e esperanças, para gritar a nossa fé no futuro do Brasil.

A todos, porém, talvez mais ainda os que se foram, vemo-los aqui, em espírito, e como que lhes sentimos a própria presença física. Poderíamos divisá-los, um a um, compenetrados e felizes, contemplando-nos com a aprovação aos nossos anseios e esperanças. A alma é imortal e a alma que, na Turma de 1943, deixou o corpo mortal para atender ao chamado divino, está aqui conosco. E o nosso pulsar de todos,

presentes, no agradecimento que endereçamos à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais – é um só: a reafirmação da confiança inabalável no direito, a crença invencível na justiça, o amor entranhado à liberdade, e, sempre, a renovação da disposição de tudo ousar, pelo Brasil.

Caio Mário da Silva Pereira

Senhor Presidente,
Senhor Caio Mário da Silva Pereira,

O destino, que é Deus, sabe o que faz, como, quando e por que faz, com a vantagem de não ter que se explicar – pois é a própria razão de ser, princípio e fim – tem sido, para mim, pai amantíssimo, generosíssimo, de tal forma que, “imortal”, e ainda que não imorrível..., nunca lhe pagaria o que me tem dado: sobretudo os amigos, da mais nobre e digna estirpe que Ele pôs no mundo para demonstrar que nos fez à sua imagem e semelhança, e se decaímos, culpa d’Ele não é.

Deu-me o privilégio de nascer quando muitos deles, e dos melhores, já haviam nascido, de modo que pude conhecê-los, admirá-los, estimá-los e aproveitar as lições que, mais experientes, com apreço fraternal, me deram, sempre, e ajudaram a fortalecer a educação que, no berço, pai e mãe, me haviam instilado, e se integrou como parte de mim mesmo, luz e guia.

Gozei, assim, da presença, do exemplo e da estima da geração que, no meado do século XX, renovou o Brasil e o preparou para o século XXI, que tão velozmente se desenrola, diante de nós, nas indagações éticas, cívicas, políticas, sociais e, nem se fale, científicas e tecnológicas,

com que nos surpreende todos os instantes, e nos mantém em crescente perplexidade; e, nesta hora, nos massacram.

Digo-o para agradecer que me tenha mantido, vencendo todos os percalços que a vida nos põe, para ter a felicidade de homenageá-los, quase todos, com o meu depoimento honesto e leal, testemunho à história que se vai escrevendo do Brasil, e se repetirá, imemorialmente, tempo afora.

*

Entre os que conheci, estimo, admiro, respeito e prezo está Caio Mário da Silva Pereira, que hoje comparece para ocupar, por direito, a Cadeira 21, tendo como patrono Fernando Alencar (1857-1910), como fundador Gilberto de Alencar (1887-1961), como primeiro sucessor Nelson de Faria (1902-1968), segundo, Oscar Negrão de Lima (1895-1971) e terceiro, Hilton Rocha (1911-1993)

Chega com a solene e unânime aclamação desta Casa-Símbolo de Minas Gerais, que tantos ajudaram a construir, que Vivaldi Moreira – que esse mesmo Destino decidiu não esperasse esta solenidade – vencendo obstáculos e incompreensões, consolidou como representação maior de nossa cultura e de nossa tradição intelectual; e que Murilo Badaró, a quem tive a honra de receber, faz 15 anos, na Cadeira 29, das mais nobres pelos que a ocuparam – Lindolfo Gomes, Milton Campos, Pedro Aleixo e Gustavo Capanema – dirige agora, com a ponderada experiência das lutas que já travou e venceu e o dinamismo empreendedor que o caracteriza.

Caio Mário não chega de afogadilho, nas pensada, pausada, seguramente, sob o peso do nome eminente e da sólida bagagem intelectual dos anos profícuos, de intensa atividade profissional e social, das mais nobres e edificantes da vida de nosso país.

E não se empossou antes talvez para atender à regra que Vasari definiu: “il voler cercar sempre eccellenza sopra eccellenza e perfezione sopra perfezione, tal que l’opera fusse ritardata dal desio, come disse il nostro Petrarca.” E só hoje o integramos e o temos em nosso convívio.

Nós o conhecemos, porém, desde quando, no Instituto dos Advogados de Minas Gerais, então sede da resistência à ditadura Vargas, se reuniam os líderes democráticos, integrantes da honrosa grei dos advogados, para o debate das questões jurídico-políticas que a todas nos afligiam, e que a vontade exclusiva e o pensamento único do ditador haviam proibido.

Depois lhe assistimos ao concurso para a cátedra de Direito Civil, quando consolidou a reputação profissional que granjeara, de um dos mais notáveis civilistas do País, e, diga-se, na época de Orozimbo Nonato, Hahnemann Guimarães, Philadelpho Azevedo, Orlando Gomes e alguns outros que o acompanhavam na excelência do trato da disciplina e na busca da exata definição dos conceitos.

A partir daí, serviu-lhe, e muito, a formação humanística que herdara do pai, o Prof. Leopoldo Pereira, filólogo, latinista e helenista, tradutor de Horácio, Virgílio, Tácito, mestre de português e francês, respeitado pelas traduções da *Eneida*, de Virgílio, e dos *Anais*, de Tácito, pela coletânea de *Poetas e Prosadores Latinos* e sua *Sintaxe da Língua Portuguesa*, além dos dois romances *Destino Perseguidor* e *Amor de Infância*.

Nascido em 3 de março de 1913, nesta Belo Horizonte pacata do início do século, do casamento de Leopoldo e Leonídia Coelho Pereira, Caio Mário praticamente se lança nas atividades jurídicas antes que se matriculasse no curso de Direito: Jair Lins, figura admirável de humanista e advogado, convidou-o a trabalhar na *Revista Forense*, então dirigida por ele, em sucessão a Mendes Pimentel, e dedicou-se o jovem estudante à tarefa, desde 24 de dezembro de 1930 até 1935, quando lhe assumiu a direção Bilac Pinto, transferida para o Rio de Janeiro.

O curso de Direito, de 1931 a 1935, possibilitou-lhe aprofundar a vocação para as letras clássicas, do latim ao inglês e ao francês, que lecionou, durante largo período, no Ginásio Mineiro e na Faculdade de Filosofia, e de que se valeu nas viagens de estudo à Europa e aos Estados Unidos.

Em 8 de dezembro de 1943 casou-se com Marina, sua prima, filha de seu tio Mário da Silva Pereira; e ao Beethoven, que gostava de ouvir, no piano, quando “D. Leonídia, sua mãe, dedilhava com mestria o teclado”, passou a ouvi-lo com Marina; e não só no canto lírico de virtuose que é, como na poesia, em que o afeto se transmuda no verso alado e comove e encanta, Marina, figura tutelar que, desde então, lhe guia, acompanha e enriquece a vida, e hoje, para felicidade nossa, aqui o apóia.

Do feliz enlace nasceriam os filhos Clia (falecida em 1985), Leopoldo, empresário em São Paulo, Sérgio e Tânia, advogados, que com ele aprenderam, e continuam e honrar a tradição paterna na advocacia, dirigindo agora o escritório, firmando-se Tânia como das mais competentes especialistas em direito da criança e do adolescente, com o sólido e pioneiro estudo que publicou sobre a lei, e que tive a honra de apresentar, obra fundamental na especialidade.

Caio, o incipiente copista de acórdãos da *Revista Forense*, o jovem advogado que se iniciava na vida profissional firmou-se, e surgiram os livros magníficos que publicou: *Investigação de Paternidade* (1940), *Efeitos do Reconhecimento da Paternidade Ilegítima* (1947), *Lesão nos Contratos* (1949), *Mandado de Segurança* (1951), *Ação Revogatória* (1953), *Dação em Pagamento* (1953), *Cláusula de Escala Móvel* (1955), *Anulação de Ato Jurídico* (1956), *Eternidade Filosófica do Direito* (1956), *Propriedade Horizontal* (1961), *Condomínio e Incorporações* (1965), *Responsabilidade Civil* (1989); além de inumeráveis estudos sobre temas específicos de direito, ou questões sociais importantes que à vocação humanística não eram alheios; firmando-se como dos mais notáveis conhecedores do direito civil, entre nós, e conquistando a cátedra da disciplina, em memorável concurso da Faculdade de Direito com a tese sobre “Lesão nos Contratos Bilaterais”.

Coroando a obra, iniciou, em 1961, a publicação das *Instituições de Direito Civil*, sem dúvida, o mais moderno, atual e completo manual-tratado de direito civil brasileiro, incorporando a técnica, a segurança, a experiência, a correção, a limpidez e a objetividade, que não encontram

paralela entre os autores modernos; e que lhe valeu a outorga da Medalha “Teixeira de Freitas”, pelo Instituto dos Advogados Brasileiros.

Mas, 1961 seria ano marcante em sua vida pela ativa participação na atividade política: eleito Jânio Quadros Presidente da República, é convocado para Consultor Geral da República, cargo da maior responsabilidade pela assessoria direta ao Presidente. O que foi a luta imensa que travou, não se pode aqui resumir: convém remeter a curiosidade para o *Algumas Lembranças*, que agora publica, no estilo vivo da narrativa, e onde conta boa parte das peripécias, submetido ao convívio da difícil personalidade do chefe do Poder Executivo.

Valeram muito a Caio Mário a cultura humanística acumulada, a sólida formação moral, o equilíbrio, a ponderação, virtudes inatas que lhe integram o pensamento e a ação, e que sempre fizeram dele alguém a quem se poderia, ou deveria pedir conselho, na tribulação, ajuda na perplexidade. Isso explica que, vencida a árdua etapa, Magalhães Pinto o convocasse para Advogado Geral do Estado (1962) e, em seguida, para a Secretaria de Segurança Pública, em 1963-1964, e Caio desempenhasse as funções com rigor e adequação às dificuldades da pasta. E que Milton Campos lhe entregasse a Chefia do Gabinete no Ministério da Justiça, em 1965, e, pouco depois, em 1967, Pedro Aleixo o nomeasse para a Chefia do seu Gabinete, no Ministério da Educação.

Além disso, o que deve ser ressaltado, não lhe faltaram as convocações para colaborar no aperfeiçoamento de nossa legislação civil: em 1965, com Orozimbo Nonato e Orlando Gomes esboçou o Anteprojeto de Código Civil, que, diz ele, “trazia inequívoco e patente cunho de modernidade” (*Algumas Lembranças*, p. 101), atualizando conceitos e orientação.

Terminada a revisão deste, iniciou-se a do “Anteprojeto do Código de Obrigações”, que redigira, integrando, como Relator Geral, a Comissão, com Orozimbo Nonato (Presidente), Teófilo Azeredo Santos, Sílvio Marcondes, Nehemias Gueiros e Orlando Gomes.

Estranhamente, pouco depois de remetidos ao Congresso Nacional, eram os projetos retirados pelo Governo. A obra prosseguiria, muito depois, com os percalços que lei desta repercussão e importância sempre enfrentam; e só agora, após nova tentativa, capitaneada por Miguel Reale, se chega à reforma da legislação, não sem críticas dos que discordam da orientação do Projeto ou da própria conveniência, a esta altura, das codificações, tema controvertido que suscita polêmica vivaz, que aqui, foro impróprio, não se alimenta.

Sua paixão sempre foi, pois, o Direito e, em especial, o Direito Civil. Em tramitação no Congresso os vários projetos, foram incontáveis, durante o longo percurso, suas intervenções, procurando atualizar as proposições, em conferências, seminários e artigos, analisando todos os aspectos desse direito amplíssimo, que é a lei comum do indivíduo em toda a vida, e antes e depois dela, e do qual é, no Brasil, reconhecida, luminar consagrado.

Depois, com a Constituição de 1988, sobretudo, com as amplas modificações introduzidas, alterações profundas se impuseram, e Caio Mário tem sido sempre porta-voz autorizado da melhor doutrina ao colaborar na sua elaboração, para não padecer dos males que o anquilosamento lhe causaria.

Não restringiu, porém, sua atuação, à cátedra de Direito Civil brilhantemente conquistada, nem aos estudos sobre todos os temas questionados da matéria, nas análises amplas que tem publicado; nem aos de Direito Comparado, que, igualmente, desempenha com brilho e competência.

Homem cívico, sua atuação jamais faltou, nos momentos decisivos, quando em risco as instituições, tantos, infelizmente, pelo mau desempenho dos que deveriam ser delas servidores e guardiões.

Reafirmando a participação corajosa no “Manifesto dos Mineiros” de 1943, na campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945, sua presença sempre infundiu respeito e autoridade, restaurando os princípios éticos que devem orientar a vida pública, como continuação da

moral privada, o que Caio Mário sempre ostentou, em todas as missões que cumpriu, atendendo àquelas palavras admiráveis de Rui Barbosa, ídolo e símbolo:

“Não há duas morais, a doutrinária e a prática. A moral é uma só: a da consciência humana, que não vacila em discernir entre o direito e a força. Os interesses podem obscurecer transitóriamente esse órgão da visão interior; podem obscurecê-la nas relações entre os povos, como nas relações entre os indivíduos, no comércio entre os Estados como no comércio entre os homens, no governo como nos tribunais, na esfera da política internacional, como na dos códigos civis e penais. Porém tais perturbações, tais anomalias, tais crises, não provam que não exista em nós, individual ou coletivamente, o senso da moralidade humana, ou que suas fórmulas sejam meras teorias.” (“Os Conceitos Modernos do Direito Internacional”, conferência em 14 de julho de 1916, Obras Completas, vol. XLIII, 1916, t. I, p. 56.)

Sobre as relações entre política e moral, basta lembrar esta afirmação: “Toda política se há de inspirar na moral. Toda a política há de emanar da moral. Toda a política deve ter a moral por norte, bússola e rota.” (Obras Completas, vol. XLVI, 1919, t. II, p. 56.)

Caio, fiel às tradições mineiras, pôde ser esse exemplo de dignidade, que tanta falta faz hoje, quando saímos, à feição de Diógenes, com a lanterna, à procura de um cidadão honesto, competente, equilibrado, sério, ao qual possamos entregar nosso destino, nesta hora de indagações tão pressurosas a nos confranger o coração.

Sentimos falta do ídolo, do símbolo, dos estadistas, que se punham a serviço da Pátria sem esperar retribuição. Ou como disse Siqueira Campos, e leio, comovido, sempre que passo diante da estátua, que lhe celebra a luta, na Praia de Copacabana: “À Pátria tudo se deve dar, nada pedir, nem mesmo compreensão.”

Os que procuram fazê-lo são, hoje, espécie em extinção, causam piedade quando não são objeto de ridículo, no esforço contra a enxurrada da impunidade e da corrupção, que avança com ímpeto indômito e parece afogar os que se lhe opõem.

Caio Mário é um exemplo para os que resistem, e reagem, e lutam, e ousam. Assim tem sido sua nobre vida.

Com essas credenciais inigualáveis chega a esta Casa para assumir a Cadeira 21. O patrono, Fernando Alencar, poeta, romancista, teatrólogo, publicou *Celestina* (romance, 1885), *Páldas* (poesia, 1893), *Samuel o Apóstata* (romance, 1900), *O Herói Insurgente* (drama, 1904) e *Heroína* (romance, 1909).

O fundador, seu filho Gilberto Alencar, jornalista, romancista, contista: *Prosa Rude* (contos, 1909), *Memórias sem Malícia de Gudesteu Rodovalho* (romance, 1946), *Misael e Maria Rita* (romance, 1953), *Tal Dia é o Batizado* (romance, 1959), *Reconquista* (romance, 1961), *O escriba Julião de Azambuja, Misael e Maria Rita* (romance, 1962), *Cidade do Sonho e da Melancolia* (crônicas), *Névoas ao Vento* (crônicas).

Nelson de Faria, mais próximo de nós, marcaria, literariamente, de forma viva, sua presença, como romancista, contista, cronista, poeta. Sua ficção se veste de narrativa simples, enxuta, com sabor dos grotões de Minas, no sertão do norte do Estado, e se condensa em *Tiziu* (1960), *Tiziu e Outras Histórias* (1962), *Cabeça Torta* (romance, 1963), *Bazé* (histórias sertanejas, 1968).

Oscar Negrão de Lima não ingressou nesta Casa apenas pela sua competência profissional, por sua atividade docente, mas pela produção literária, de que *Taquaril* (1960) e *Luz Oblíqua* (1967) são demonstração admirável.

Por fim, a figura imensa de Hilton Rocha, amigo e companheiro, fazendo de sua vida o apostolado médico e cívico, participando das campanhas memoráveis que redemocratizaram o País, e que, ao lado dos trabalhos científicos, exceleria no estilo lapidar de *Páginas Esparsas* (4 vols., 1971-1990), além de outros trabalhos; emprestando a esta Casa a fulgu-

ração do seu nome, dos mais conceituados profissionais da medicina de nosso país, universalmente reconhecido e respeitado na sua especialidade.

*

A esses grandes vultos Caio Mário da Silva Pereira sucede como legenda viva democrática, sobrevivente de uma geração de estadistas que impediram que o Brasil de hoje fosse o clã dos acovardados, dos conformados à opressão, e o levantaram para as lutas da liberdade, que nos mantiveram povo livre em marcha para a afirmação nacional.

A obra de homem do direito que realizou e realiza não tem similar no Brasil destes dias, honra para a nossa cultura, orgulho para as gentes de Minas Gerais, e isto certificou a Universidade-Mater de Coimbra quando o foi buscar para a homenagem da titulação de Doutor *Honoris causa*.

As *Instituições de Direito Civil* são exemplo de profundidade e extensão do saber, servido por um estilo sóbrio, exato, sem temor de afirmar ou recusar, como ele mesmo diz na “Introdução” ao primeiro volume, na “predeterminação de um estilo sóbrio”.

E acrescenta:

“Não faltou quem me sugerisse adotar linguagem mais singela e menos técnica, e exposição menos erudita. Resisti, todavia, pois a sua elevação (se é certa a qualificação que se lhe deu) mais se compadece com a dignidade da cátedra, do que um eventual empobrecimento. Duvido mesmo que este fosse bem recebido pelos leitores. Se o meu estilo é claro, bom será que os novos juristas desde cedo se habituem a uma terminologia que os acompanhará por toda a vida. E se os conceitos são exatos e estão cientificamente lastreados, cumpre não sacrificar o debate das teses a remoto rendimento entre espíritos menos propensos ao estudo e à meditação.”

Vê-se, nestas palavras, a preocupação essencial da linguagem, que é precisamente o que tornou a obra, obra de arte: no fundo e na forma, no

pensamento e na palavra, no conceito exato e na formulação concisa e precisa.

Ele mesmo resume a posição em face da perplexidade ou da controvérsia dos doutores quando afirma, na Introdução do moderno *Responsabilidade Civil* (Forense, 6.^a ed., 1995, p. XI): “não me omito no propósito de oferecer um conceito de responsabilidade dentro do qual *doctores certant*, e não deserto de opinar quando os mestres divergem.”

Por isso, a obra se submete a permanente revisão, a cada edição que vem a lume, acrescentando, em cada uma, novos institutos, novas tendências, na preocupação de fazer que o direito acompanhe a vida.

No campo das obrigações, nos contratos, onde o dinamismo da vida econômica força a dinamização das formas jurídicas que a vão regular, as “Instituições” avançam no estudo dos contratos mais modernos (veja-se, em especial, o vol. III, *A Nova Tipologia Contratual no Direito Civil Brasileiro*, 10.^a ed., 1995, p. 373 e segs.).

E o mesmo no campo dos direitos reais, com a função social da propriedade, a cada dia mais ampliada pelas imposições da convivência; ou no direito de família, em que as modificações profundas das relações sociais levam à alteração dos conceitos e modificam a visão dos institutos.

Mas, Sr. Presidente, ao dizê-lo quis significar que Caio Mário, versando questões tão árduas, em nenhum momento decaí de sua condição superior de escritor seguro, correto, na frase bem pensada e bem elaborada, e bem transmitida, que se ajusta ao pensamento.

Poucos, como ele, têm contribuído para que a nossa ciência jurídica acompanhasse a evolução que a vida lhe impõe, que o jurista pressente, e nem sempre o legislador se dispõe a atender, no momento mesmo em que se processa, atrasando-se ante os fatos.

Não haverá palavras que signifiquem suficientemente o que foi sua participação na elaboração do Código Civil e do Código das Obrigações, como não se medirá nunca a dádiva que representa, no campo do Direito Civil, a suma adequada e concisa e precisa que são as “Instituições”.

Não só, porém: hoje nasce para o leitor interessado o memorialista, com o *Algumas Lembranças*, que vem agora a lume, e no qual, em estilo vivaz, escoreito e fluente, conta as vicissitudes da República, das quais foi testemunha e, muitas vezes, parte saliente ou principal, desde o primeiro artigo publicado até o recebimento do título de Doutor *Honoris causa* da Universidade de Coimbra; desde a primeira aula de francês no colegial até a cátedra de Direito Civil e a convivência com os mestres admirados e estimados da “Casa de Afonso Pena”.

O livro faz luz sobre fatos que as conveniências até agora confundiram ou sombrearam, e sobre os quais emite o juízo de quem deles participou, acompanhados, muitas vezes, dos documentos que lhe comprovam a autenticidade.

Caio Mário ingressa no memorialismo brasileiro com o pé direito, fazendo e retificando nossa história recente, em livro que merece a leitura dos que desejam conhecê-la.

Chega, pois, a esta Casa, ostentando mais esse título, que acresce aos muitos que já lhe sustentam a consagração.

Mas, eminentes Confrades e prezados amigos, não há de ser em breve saudação que se há de traçar o perfil exato e completo de Caio Mário da Silva Pereira, de sua vida e sua obra.

Aqui apenas vos digo uma palavra, para que vós, que o distinguis pela fama do nome consagrado, o conheçais um pouco mais pela obra admirável que realiza.

Exmo. Sr. Presidente, eminentes Confrades:

Tendes Sr. Caio Mário da Silva Pereira, servido ao Direito, à Liberdade, à Justiça, à Cultura, ao Brasil. Vossa vida digna, que convoca ao símile grandes varões da República, tem sido o exercício da cidadania democrática, na permanente luta pelo aperfeiçoamento de nossas instituições, pela solução dos problemas sociais, dos quais nunca vos alheastes.

Honro-me de poder proclamá-lo, feliz de poder dizer-vos, quando vos recebo, que se tardastes à glória desta Casa, representando o que de

mais nobre nos deu a terra de Minas Gerais, não lhe poderíeis faltar sem que ela se desmerecesse.

Agora, com vossa presença, completam-se as glórias desta Academia.

Orozimbo Nonato

Conheci-o na Banca Examinadora do Concurso Vestibular para a Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1937, presidindo as orais de literatura latina e literatura francesa moderna – o que deve espantar aos que se interrogarão não apenas porque figuravam essas matérias no concurso, como, mais ainda, porque o então desembargador e jurista consagrado Orozimbo Nonato as examinava.

Lembra-me que, sorteado o ponto – Cícero – comecei comparando-o a Demóstenes e a Rui Barbosa, uma das admirações de Orozimbo, o que me levou a profícuo diálogo com o Mestre, que, depois, quando me cumpria falar sobre Paul Claudel, praticamente, fez por mim, e com inigualável vantagem, o exame.

É que Orozimbo não era apenas(?) o civilista, já à época reconhecido e admirado; nem só(?) o Desembargador aplaudido e respeitado do Tribunal de Apelação de Minas Gerais, onde pontificavam alguns dos melhores juristas nacionais.

Era o humanista, capaz de disreartear sobre qualquer tema de filosofia, sociologia, direito ou literatura; dono de estilo inconfundível, do mais delicioso sabor clássico, que esplendia nos seus votos e em todos os seus pronunciamentos, e o faziam leitura obrigatória dos advogados de boa estirpe.

Apesar disso, ou por isso mesmo, ninguém mais modesto. Fechado, ao primeiro contacto, conquistada a confiança sem desmerecer do respeito à privacidade, era o conversador agradável e simpático, lhano e culto, que sabia ouvir e apreciar, e tinha sempre a observação adequada e inteligente sobre o tema.

Mas, quem quiser conhecer o jurista, leia-lhe a obra, que – embora não completada, porque não a pôde concluir – lhe honra o nome, pela profundidade e percuciência da análise crítica e a segurança das conclusões.

Tomem-se os estudos “Da coação como defeito do ato jurídico”, ou “Fraude contra credores”, ou os “Estudos sobre sucessão testamentária”; ou compulse-se o *Curso de Obrigações*, e ver-se-á que, dificilmente, se encontrará, não apenas entre nós, mas na literatura jurídica, em geral, a respeito, quem haja amealhado tantos conhecimentos sobre os assuntos de que cuida, e os tenha exposto em lição tão ampla e tão precisa, com o exame aprofundado das conclusões anteriormente estabelecidas pelos doutos.

Mestre Orozimbo, exposta a questão na voz dos autores que a discutiram – os mais competentes que a tenham debatido – dilucida-a, em apreciação exata e metódica, construindo os alicerces que lhe fundamentam a conclusão. E sempre no estilo escorreito, herdado dos clássicos da língua, que ele maneja com naturalidade, por mais que aos inexpertos pareça arvezado e difícil. Quem não se dispuser a meditar-lhe a lição, não o procure, que não pactua com o caçanje de hoje, antes acolhe o que há de melhor nos antigos, e o atualiza, incorporando-o à sua linguagem.

O professor de Direito Civil era a expressão clara e didática, a exatidão meticulosa no trato da questão jurídica, na lei em tese ou no caso; como Juiz, não apenas exceleu na hermenêutica das normas, como na aplicação à hipótese, com rigor e equanimidade, dignidade e modéstia, e a tranqüilidade de quem fez do Direito e da Justiça a suprema e permanente, para não dizer a única preocupação da vida.

Sua passagem pelo Tribunal de Minas deu-lhe o tirocínio que mais tarde o levaria ao Supremo Tribunal Federal. Aí pôde alçar o vôo no trato das questões mais complexas, numa Corte que abrigava alguns dos mais nobres expoentes da vida jurídica nacional.

Os votos que proferiu, compulsáveis, ainda hoje, nos repertórios de jurisprudência ou nas dissertações dos doutores, continuam a ser de

compulsório estudo pelos que pretendem aprofundar-se nos temas que versou.

E de tal modo era acatado nas opiniões que emitia, que sempre se viu incluído nas Comissões Especiais de elaboração legislativa, na área do Direito Civil, bastando lembrar as de Elaboração da Parte Geral das Obrigações e do Código Civil, com Filadelfo Azevedo e Hahnemann Guimarães; e, depois, com Caio Mário da Silva Pereira e Orlando Gomes; e nas Comissões Revisoras dos Projetos que presidiu.

Falando de Orozimbo Nonato vem a talho repetir a assertiva do padre Antônio Vieira, no “Sermão da Sexagésima”, lembrada por ele no Relatório do Projeto de Código Civil e que, por certo, terá sido a sua permanente divisa estilística:

“O estilo, como admitia o padre Antônio Vieira, pode ser muito claro e muito alto, tão claro que o entendam os que não sabem e tão alto que tenham muito que entender nele os que sabem.”

Nesse estilo, claro e alto, vazou sua obra jurídica, que, agora, quando se comemora o seu centenário de nascimento, merece ser relida e estudada, como modelo de precisão, extensão e profundidade.

Tanto mais quanto não se prendeu ao passado, antes se voltou sempre para a realidade do presente e os apelos do futuro, como ele próprio afirmou, em frase lapidar: “Erro seria – e da maior graveza – o oblivio das lições do passado; maior, entretanto, procurar a perfeição nas instituições caducas.”

Recordamo-lo, por isso, nesta homenagem merecida de respeito e de admiração: a quem, pela erudição e pelo talento, pela cultura e pelo trabalho, pela dignidade e pelo amor ao Direito e à Justiça, honra a tradição jurídica do País, vence o tempo, na perenidade de sua obra e na grandeza de seu nome.

Vivaldi Moreira

Senhor Presidente,

Estava eu em desassossegado esforço, colhendo da experiência o sazonado fruto, na faina profissional que os anos não prevêem, mas, confio em Deus, possam durar muito, quando Vivaldi Moreira, naquele seu tom macio, mineiro, de caipira civilizado, matreiro, que mistura suavidade e malícia, pedido e ordem, me comunicou que tomaria posse, no PEN Clube, dia 13, o que importava convocação, que V. Exa. depois me confirmou, para a honra e o prazer de recebê-lo.

Não podia, preso a prazos fatais forenses, suspender os trabalhos nos quais me empenhava; adiar a posse, impensável, se Vivaldi custara a vir, e era de bom alvitre jungir-lhe logo o laço do PEN, se seu pavor da insegura canícula carioca o afasta do Rio, por mais que aqui o prendam amigos e lembranças; talvez repetindo aquele imenso Dantas Motta, do “Elegias do País das Gerais”, nosso grande companheiro tão cedo desta vida desterrado, ao dizer:

*Na planície me sinto triste,
Na montanha me sinto alegre.
Duro é saber que estou
Lá embaixo, exilado e só,
Sentindo a saudade da terra.*

Por isso, o jeito era dar-lhe posse com o discurso que a alma ditasse à pena, no imprevisto escrito que brotasse do espírito e do coração, sem brilhos e bordados, de uma admiração semi-secular, que cresce com o tempo.

Não poderia faltar, tanto mais quanto sucede ele a Abgar Renault, de quem diria apenas – que o privilégio da louvação é do sucessor – que poucos, em língua portuguesa, se terão igualado a ele na arte em que exceleu, no domínio do vernáculo, na perfeição do verso, e na inspiração e fluência do estro, por mais que pretendesse esconder-se, como se a glória pudesse esquecê-lo na modéstia a que se votou, sempre, indelivavelmente.

Ninguém, pois, mais apto a suceder a Abgar do que Vivaldi, que merece a honraria: se alguém, neste nosso país, vive da pena, pela pena e para a pena, apesar das penas que isso lhe tem causado, é Vivaldi. Conheço-o há mais de meio século e nunca o vi, ou dele tive notícia, que não fosse, como ele mesmo diz, garatujando as suas crônicas, ensaios, trabalhos, que, adestradamente, faz e fará enquanto Deus lhe der os muitíssimos anos que lhe concederá como prêmio aos serviços que tem prestado a Minas e ao Brasil.

Companheiros de lutas democráticas e naquele tempo eram lutas e eram democráticas, pugnazes e apaixonadas – já lidava ele com as coisas que hoje são as nossas indagações mais sérias e atuais: os temas sociais, no mais amplo e duro do termo, tanto que o primeiro livro que dele li tem o sinal da contemporaneidade, desde o título: *Sociologia da Crise*.

Depois disso, e mesmo no árduo das funções de servidor público exemplar, eficiente, culto, honesto, que galgou posições com esforço e talento, Auditor e Conselheiro e Presidente, anos seguidas, do Tribunal de Contas de Minas Gerais, e Diretor da Imprensa Oficial de Minas, cargos que honrou com seu descortino, Vivaldi produziu uma das mais notáveis obras literárias de nosso tempo, sobretudo no ensaio, na crítica, na memorialística, juntando-se aos grandes nomes que, noutras áreas, marcaram a inserção da Minas moderna na literatura brasileira, honran-

do a Academia Mineira de Letras, “Casa de Alphonsus de Guimaraens”, firmando-se como vulto pinacular de nossa literatura.

E vieram de Vivaldi *A Fruta de Mársias* (1960), *Navegação de Cabotagem* (1963), *Figuras, Tempos, Formas* (1966), *Daqui e Dalém* (1968), *Milton Campos, Política e Letras* (1972), *O Menino da Mata e Seu Cão Piloto* (1981), *Perfis Contemporâneos e Outros Escritos* (1982), *Memorial a destempo* (1986),

Personagens e Situações (1986), *O Velocino de Outor* (1986), *O Círculo dos Eleitos* (1987), *Correções a Fazer & Preços a Praticar* (1988), *Glossário das Gerais* (1991), *Viagens* (1996), sem contar os que tem em preparo, e o diário íntimo que redige, desde 1936, e, que, publicado, contribuirá efetivamente para a melhor compreensão da nossa realidade.

Várias vezes já lhe louvei a obra, em artigos com que lhe saudei o aparecimento à luz da crítica. Mas, para dizer da nobreza e altitude de sua pena, bastaria lembrar o que dele escreveu o inigualável Josué Montello:

“Vivaldi Moreira é um claro e culto espírito de humanista, com o gosto da erudição meticulosa e o dom da escrita fluente, especialmente inclinado a exprimir-se no texto do jornal que vai desaguar no livro, como imagem das horas que vão passando, como reflexão de cenas e acontecimentos, como espelho de figuras memoráveis.”

Sua obra encarna, por isso mesmo, o que há de melhor nas Gerais, na forma e no fundo, no estilo e na matéria, que ele valoriza com o conhecimento ímpar da literatura mundial, que acumulou, o estilo fluente e correntio, a lucidez da avaliação, a permanente preocupação com os valores morais e culturais, tudo na visão do humanista e do erudito, do leitor infatigável, do crítico agudo e do homem abrangente do mundo.

Só de uma falha, alheia a ele mesmo, incorrigível, se culparia: escreve em Minas Gerais. E repito aqui o que me disse, certa vez, Cristiano

Martins, o admirável ensaísta e poeta, o consagrado tradutor da *Divina Comédia*, de Dante, quando conversávamos sobre a triste sina dos escritores das hoje ainda mais esquecidas Minas Gerais. Disse-me Cristiano: “– Oscar, se você quiser ficar inédito escreve em Minas Gerais!”

Minas não conseguiu transpor nunca as montanhas, e seus grandes nomes literários só tiveram (relativa) retribuição à sua grandeza quando deixaram a província e se aclimataram à capital!

E, talvez, por um paradoxo, que formulo sem medo de errar, por mais que se diga que Minas é baírrista, apegada ao solo e à gente, nossa literatura sempre se fez do universal, e nossos escritores foram sempre muito mais dados à análise e ao aprofundamento do geral e do universal do que do regional e do particular.

Ainda nos que, aparentemente, veriam as questões sob o manto curto do regional, predomina sempre a visão do universal, e pela parte descrevem o todo, pelo homem sondam a humanidade, pelo local vêem o mundo, olhando de cima da montanha, mas penetrando a essência das coisas.

Vivaldi é dessa estirpe: nada de humano lhe é alheio, e mergulha fundo na alma humana, como especula percucientemente as questões nacionais, ainda quando escreve sobre sua grande “pátria pequena”, a Carangola, seu sonho e sua fixação, ou quando relembra o “País do Tanque” em *O Menino da Mata*.

Ainda há pouco, no *Glossário das Gerais*, nada mais se vê do que o “canto perene” da terra e da gente, na visão profunda de suas aspirações e anseios, que, na verdade, sonda o mundo.

Vivaldi mesmo o diz, em *O Menino da Mata e Seu Cão Piloto*: “...descrevo os tipos eternos, os paradigmas, as matrizes, dos quais todos os outros, que depois topei na vida, na dura caminhada empreendida não são senão meras cópias aumentadas, ‘posters’, ampliações caprichadas, cheias de sofisticação.” (p. 14)

Senhor Presidente,

Gostaria de ter tido tempo para traçar da obra de Vivaldi Moreira não essa apreciação geral e ligeira, mas o exame direto e individualizado, para apontar nela a beleza que a credencia a lugar de relevo em nossa melhor literatura.

Aliás, convenci-me de que Vivaldi, quando me comunicou, no fim de semana, que tomaria posse hoje, e com V. Exa. me convocou a saudá-lo, mui de estudo o fez: livrar-se da maçuda e ampla exposição que lhe faria da obra, tintim por tintim, se não para sua alegria, mas para incômodo da sua modéstia, antes para meu gozo, tão carente ando de ter de quem falar bem, nestes tempos bicudos, tão danado de descompassos e desvios, sob todos os prismas e climas.

Vivaldi custou a chegar aqui, mesmo depois de eleito: é que não poderia carregar, nos ombros, a Academia Mineira de Letras, como faz todos os dias, há muito, e o fará até o fim dos dias, Presidente perpétuo que é, e que, provendo Deus, e Deus e nós queremos, perpetuamente durará.

Aqui, Sr. Presidente, V. Exa. e ele se entenderão: mestres do ensaio, ambos; doutores em *imbroglios* de ciências sociais, os dois; devoradores de clássicos e não clássicos; cada um carregando sua instituição; nada mais salutar do que vê-los, a ambos, aqui e agora, na confraternização do trabalho literário, no sentido mais amplo e total.

Na verdade, o PEN Clube recebe hoje a Academia Mineira de Letras, na expressão mais relevante de seu passado recente, de seu presente e do futuro que o trabalho de Vivaldi representa, como aquele que lhe deu teto e lhe mantém a fama, com esforço e trabalho, e luta, e suor, e lágrimas, e talento, e cultura.

Aqui estamos, pois, todos, os que vieram, os que não vieram, porque não puderam vir, e os que já se foram – que Deus os levou – para dizer, unissonamente, a Vivaldi Moreira, que, em realidade, apenas fisicamente chega agora: literariamente, já honra, há muito, o PEN Clube do Brasil, como linhagem dos homens das boas letras, de que é expoente e signo.

Juristas escritores

Exmo. Sr. Presidente,
Quando o eminente Presidente Marcos Almir Madeira me convocou para comemorar, neste PEN Clube, o II de Agosto, com uma palestra sobre alguns juristas escritores, desde logo me surgiu um problema árduo: como selecionar, entre os juristas escritores, os que escolheria como tema, se todos os juristas, em princípio, devem ser escritores e bons escritores?

Com efeito, se profissão existe combinando ciência e arte, talvez nenhuma exija tanto de quem a exerce que faça das boas letras uso constante e probo, como a do jurista: o advogado, ainda o que se inicia na carreira, ou se mune das boas armas do estilo, ou está fadado ao medíocre desempenho da profissão; até o mais graduado e renomado jurisperito, que, este, nem se fala, deve escrever com apuro, exatidão e elegância; todos são escravos das boas letras.

Magistrado, a sentença e até o despacho, singelo e despretensioso que seja, exigem rigor verbal, linguagem apropriada, estilo enxuto, objetivo, seguro, com as difíceis galas da simplicidade e da elegância.

Membro do Ministério Público, os pareceres devem espelhar não apenas o conhecimento da hipótese, a segurança da doutrina, como a segura elocução do enunciado; e se vai ocupar a tribuna do júri, então se requer mais ainda que alie a essas virtudes a eloquência medida, tempero essencial desse tipo de debate forense.

Digo-o com a autoridade de quem, com mais de meio século de lutas jurídicas, já participou de todos os embates que a profissão pode oferecer, de dentro e de fora do cancelo, pleiteando ou decidindo, e o verificou como experiência comprovada e sofrida.

Quantas vezes, lendo arrazoados forenses, não tive de conter-me para não tomar o partido da parte contrária, ao deparar com o aranzel impenetrável de razões destrambelhadas; ou enfrentar o pedantismo beócio, de frases empoladas, vazias, ou sem nexos, de envolta com o latim macarrônico, despejado a esmo, contrastando com a simplicidade escorreita, a eloquência sóbria de razões bem estruturadas, metodicamente expostas, pedagogicamente demonstrativas da razão da parte (ainda que não a tenha...), expondo com proficiência, nitidez, sedutoramente, a tese acolhida.

E a prova pode ser tirada na presença dos bacharéis do direito nas Academias e associações de letras, que vão das instituições oficiais aos clubes e agremiações de poesia e prosa, de todos os gêneros literários.

E se “não fazem mal as musas aos doutores”, aos bacharéis de direito fazem bem e muito bem.

Não creio que nenhum advogado possa alcançar êxito sem que tenha passado antes pelo espanador de Barros e Vieira, como dizia

De mim lhes digo apenas que se estou aqui, foi lendo, lendo, desordenadamente de A a Z na biblioteca do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, até que pude, discernindo, optar pelos meus autores, a quem não deixei nunca mais, e cada vez mais leio e aprecio e estimo, em face de certa sublitteratura que ganha as galas da acolhida na mídia remunerada e programada para exaltá-la.

Se estou aqui, com os meus vícios e tiques, devo-o aos meus clássicos, que se não são responsáveis pelos vícios, serão, por certo, de muitos dos meus tiques, porque é neles que descanso dos arrazoados forenses, ainda que quase sempre sejam estes agradável exercício de estilo, na simplicidade exata que exigem, na correção elegante que comportam e que os valoriza e qualifica.

Mas, indo ao tema, juristas escritores consagrados nas letras jurídicas e profanas e elevados à Academia Brasileira de Letras, há inúmeros, alguns dos maiores do Brasil, citados, na ordem das cadeiras: Aníbal Freire (Cadeira 3), Cândido Motta Filho (Cadeira 5), Afonso Pena Júnior, Hermes Lima e Pontes de Miranda (Cadeira 7), Rui Barbosa (Cadeira 10) Pedro Lessa e João Luís Alves (Cadeira 11), Clóvis Beviláqua (Cadeira 14), sem falar em Miguel Reale (Cadeira 14, graças a Deus gloriosamente reinante); Pedro Calmon (Cadeira 16), Lafayette Rodrigues Pereira (Cadeira 23), Ataúlfo de Paiva e Afonso Arinos de Melo Franco (Cadeira 25), agora regida pelo jovem jurista Alberto Venancio Filho; Levi Carneiro (Cadeira 27), Inglês de Sousa (Cadeira 28), Rodrigo Octavio e Rodrigo Octavio Filho (Cadeira 35, com o filho sucedendo ao pai), ou a presença de Evaristo de Moraes Filho, ocupando com lucidez a Cadeira 40.

Sem contar os que não tendo chegada à Academia, nem por isso deixaram de ser excelentes escritores e exímios conhecedores do Direito.

Impossível referir-me a todos, busquei outros critérios seletivos e excludentes, até que me situei num deles, o mais excludente possível: juristas escritores, pertencentes à Academia Brasileira de Letras e ao Supremo Tribunal Federal, com exercício na cátedra universitária e com atividade política efetiva, de preferência no Legislativo e no Executivo, e, neste, no mais alto cargo, como Ministro de Estado.

Com todas essas exigências fixei-me em três nomes: João Luís Alves, Cândido Motta Filho e Hermes Lima.

Abri uma exceção apenas para Pedro Lessa, que, se não preenche, como os outros, o requisito da participação na vida pública, sobretudo como ministro de Estado, é, talvez, de todos, o mais conhecido, pela atuação admirável no Supremo Tribunal, pela fama na advocacia, pelo apreço que lhe votaram todos os grandes nomes contemporâneos, a começar de Rui Barbosa, que lhe chamava “modelo dos juízes e cidadãos, consciência inteiriça, proficiência cabal, experiência consumada, e que

deixou na jurisprudência da Corte Suprema a marca de sua genialidade e de sua independência”.

Para mim, porém, tem ele expressão especial: estudante de direito, seu *Estudos de Filosofia do Direito* causou tal impressão, seduziu-me tanto, que, pasmem, Senhoras e Senhores, não podendo adquirir um exemplar da obra, esgotada há muito, inencontrável nas livrarias e nas bibliotecas, quando, de empréstimo, a consegui, copiei-a a mão, na tinta azul da caneta-tinteiro, escrevendo com tinta vermelha os trechos grifados!

Tenho aqui o exemplar da obra única, em dois volumes de caderno, com quase 400 páginas, a maior obra jurídica que escrevi – de próprio punho e o provo!... – em 1939, aos 16 anos de idade!

Não precisaria dizer mais desse mineiro do Serro, nascido em 25 de setembro de 1659, paulista por adoção, Chefe de Polícia e depois deputado constituinte paulista de 91, professor de Filosofia do Direito, membro da ABL e do STF, e substituindo, nas duas Casas augustas, em singular coincidência, a Lúcio de Mendonça.

*

João Luís Alves, mineiro de Juiz de Fora, nascido em 23 de maio de 1870, tem uma das mais notáveis biografias de homem público de nosso país, embora hoje quase desconhecido, o que nada espanta, se é de Cândido Motta Filho o livro sobre *Rui Barbosa, Esse Desconhecido*; e nem mesmo se guardam os nomes mais ilustres de nossa história recente. Promotor público, juiz de paz, juiz de direito substituto, advogado, deputado estadual de 1899 a 1902, deputado federal em 1903, reeleito em 1906, secretário das Finanças do Estado de MG na Presidência Arthur Bernardes, professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito de Minas Gerais, senador pelo Espírito Santo, membro do STE e da ABL, tendo sido o orador oficial na inauguração do prédio da ABL, como Ministro da Justiça do Presidente Arthur Bernardes.

Entre suas obras merece especial relevo o *Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil*, anotado (2 vols., 1923), síntese admirá-

vel, concisa, segura, exata, com a preocupação de atingir o cerne das questões postas, sem a ostentação do brilho e do laurel. Tenho-a na 2.^a ed. revista e aumentada pelo Desembargador André Faria Pereira, em três volumes, em edição que ganhei no Concurso de Monografias do Clube de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1941.

De seu estilo diria que, conciso, simples, direto, se veste de garbo e pompa nos discursos literários como os que pronunciou quer na solenidade de inauguração da Academia Brasileira de Letras, em 15 de novembro de 1923, quando se instalou no *Petit Trianon*, doado pela França, e que recebeu em nome do Governo Brasileiro, ou na posse na Cadeira II. Convém ainda lembrar outras obras suas: *O Estado de Guerra e o Estado de Sítio* (1907) e *Trabalhos Parlamentares* (1923).

*

Cândido Motta Filho, nascido em São Paulo, em 16 de setembro de 1897, iniciou-se como Juiz de Paz em São Paulo, depois deputado estadual, constituinte de 1934, ministro substituto do Trabalho, ministro da Educação, Professor de Direito Penal e Direito Constitucional na Universidade de São Paulo, ministro do Supremo Tribunal Federal e membro da Academia Brasileira de Letras.

Além disso, jornalista, ensaísta, ativo participante da Semana de Arte Moderna de 1922 e do Movimento Verde-Amarelo.

Tive o prazer de vê-lo, conhecê-lo, ouvi-lo e estimá-lo, na prosa versátil que abrangia todos os temas, sempre no comentário preciso, na apreciação ponderada e justa.

Suas obras vão do *Direito de Punir*, *Do Estado de Necessidade* e outros estudos penais, aos estudos de Direito Constitucional como *O Poder Executivo e as Ditaduras Constitucionais* e *O Conteúdo Político das Constituições*, ou aos estudos literários como *Introdução ao Estudo do Pensamento Nacional*, *Alberto Torres e o tema de Nossa Geração*, *Introdução ao Estudo da Política Moderna*, *Rui Barbosa*, *Esse Descos-*

nhecido, A Vida de Eduardo Prado, e Contagem Regressiva, primeiro volume das memórias, continuado com *Dias Lidos e Vividos*, em 1977.

*

Hermes Lima nasceu a 22 de dezembro de 1902, em Livramento, Bahia, tendo-se dedicado ao magistério, lecionou Sociologia no Ginásio da Bahia, conquistou a livre docência de Direito Constitucional da Universidade Federal da Bahia e a cátedra da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Jornalista, deputado estadual na Bahia, deputado federal à Constituinte de 1946, onde teve saliente atuação, foi Chefe da Casa Civil do Presidente João Goulart, depois ministro do Trabalho e Previdência Social, ministro das Relações Exteriores e primeiro-ministro do Governo parlamentarista, em 18 de setembro de 1962; ministro do Supremo Tribunal Federal e membro da Academia Brasileira de Letras.

Em sua passagem pela vida universitária deixou-nos o primor da sua *Introdução à Ciência do Direito*, livro de cabeceira dos meus estudos iniciais da ciência jurídica; como sua incursão na literatura nos deu as memórias de *Travessia*.

Destas breves anotações há que concluir que os bacharéis em direito não fizeram mal ao Brasil, pelo menos quanto às boas letras, no legado que lhe deixaram, antes as têm dignificado com sua obra.

Quando, pois, se comemora o II de Agosto, e se relembra a instalação dos Cursos Jurídicos em Olinda e São Paulo, o PEN Clube pode regozijar-se ao ver que os nossos juristas não se afastaram da boa tradição literária, antes a exercitaram e engrandeceram. E apesar da juventude de nossa agremiação, no Brasil, um dos aqui lembrados, Hermes Lima, honrou o nosso quadro de sócios. Sem falar nos juristas escritores de escol que hoje o integram.

Rui Barbosa em Haia e em Buenos Aires

Comemora este Instituto dos Advogados Brasileiros o sesqui-centenário de nascimento de Rui Barbosa com o ciclo de conferências que lhe lembrará aspectos da vida e da obra, para que os brasileiros nos lembremos de quem nos deu, como nenhum outro, o sentido da Pátria, na grandeza de que a vestiu seu verbo inigualável.

Esta, por sinal, a Casa de Rui: advogado foi ele, sempre, em todos os hálitos de vida, e advogado imenso, tão grande que cobriu com seu vulto toda a incomensurável figuração territorial do País, tão nobre que lhe encarnou a alma, tão altivo que lhe serve, ainda hoje, de suporte à tradição e de estímulo e esperança no futuro.

Advogado nos cancelos dos tribunais populares, ou das cortes superiores e do Supremo Tribunal Federal, ao qual pregou, ensinando, a própria missão que lhe cumpria, na citação de Ésquilo, n' *As Eumênides*: “Eu instituo este tribunal venerando, severo, incorruptível, guarda vigilante desta terra, mesmo durante o sono de todos, e o anuncio aos cidadãos, para que assim seja de hoje em diante.”

Advogado do Brasil, defendendo pobres abandonados, aos quais se negaram direitos, ou ricos desapossados pela injustiça; advogado da Nação, nas grandes causas do povo sofrido, que o seguia siderado pelo

brilho da oratória e o fogo da eloquência, que mereceu dele a definição lapidar que a conceitua e comprova:

“O privilégio divino da palavra, na sua expressão mais fina, mais natural e mais bela. É a evidência alada, a inspiração resplandecente, a convicção eletrizada, a verdade em erupção, em cachoeira, em oceano, com as transparências da onda, as surpresas do vento, os reflexos do céu e os descortinos do horizonte.”

Advogados de todos os que clamavam por justiça e a quem não sonegou jamais o amparo de seu verbo, o mais inflamado que já ecoou nestas terras abençoadas de Santa Cruz.

Advogado do Brasil quando a Pátria esteve em risco e sua voz foi o alerta, ou o anátema, a advertência, ou a reação, a resposta, pronta, eficaz, irretorquível.

Advogado, sempre advogado, sua vocação se estenderia ao mundo, e é vê-lo, defendendo, antes que ninguém, da ignominiosa acusação que lhe macularia o nome e a vida, o capitão Dreifuss.

Advogado de todas as nações submetidas ao jugo das grandes potências, na Conferência da Paz, da Haia, em 1907, voz que sozinha se levantou como apóstolo da igualdade das nações e tornaria vitoriosa a tese que a sustentava.

Advogado das nações invadidas e pisadas pelo Império Germânico, em 1914, ao invectivar, com a autoridade de sua palavra, as ofensas aos que sofriam o peso da dominação opressora, definindo o dever dos neutros, na memorável Conferência de Buenos Aires.

Nada mais justo, pois, do que lhe tributar esta Casa as honras que merece, como símbolo da profissão, paradigma dos que lutam pela Liberdade, o Direito e a Justiça, que ele erigiu como lema de sua vida inteiramente voltada ao bem comum.

Não ensinou apenas com a palavra, mas o disse

“com a doutrina e o exemplo, mas ainda mais com o exemplo do que com a doutrina, o culto da legalidade, as normas e o uso da resistência constitucional, o desprezo e o horror da opressão, o valor e a eficiência da Justiça, o amor e o exercício da Liberdade.”

Por isso, me ufano de poder lembrar aqui, quando todo o Brasil lhe reverencia a memória, dois momentos pinaculares de sua atuação: Haia, em 1907; Buenos Aires, em 1916.

NA HAIA

Em 1907 reunia-se, na Haia, a Segunda Conferência da Paz, sugerida por Theodore Roosevelt e convocada pela rainha da Holanda e o czar da Rússia, com a participação de 44 Estados independentes, faltando apenas a Abissínia, Costa Rica, Honduras, Libéria e Marrocos.

Convidado, o Brasil resolveu fazer-se representar, e o Presidente Afonso Pena e o Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, pensaram em quem honrasse o nome de nosso país, no grande conclave que discutiria os problemas da paz mundial.

Rio Branco cogitou, a princípio, de Joaquim Nabuco; mas sugerido, pelo *Correio da Manhã*, o nome de Rui, por mais que Rio Branco desejasse ter os dois grandes nomes, Nabuco lhe ponderou que não poderia ir como segundo, e Rui somente poderia ir como primeiro.

Após recusa inicial e vacilações posteriores, Rui, que alegava não estar preparado para tão difícil missão, acabou aceitando e, em junho de 1907, se instalava a Conferência.

Nabuco, velho amigo e companheiro, que colaborara na indicação, ajudou-o na tarefa de conhecer os demais membros do conclave e as posições que sustentavam, e como Enviado Plenipotenciário, Rui foi eleito Presidente de Honra da Primeira Comissão, passando a participar, pessoal e ativamente, de todos os debates.

Foi então que, discutindo-se, em 12 de julho, na 5.^a Sessão da 4.^a Comissão, presidida pelo russo De Martens, a questão da “Transformação dos vasos mercantes em vasos de guerra”, se verificou o incidente que marcou definitivamente a atuação de Rui, projetando-lhe a figura e elevando-a à posição de um dos “sete sábios da Conferência”, ao lado do Barão Marschall, Nelidoff, Choate, Kapos Meré, Léon Bourgeois, Conde Tornielli, aos quais se acrescentou, depois, Sir Eduardo Fry, da Grã-Bretanha.

Ninguém nega a má vontade com que, a princípio, se ouvia a voz daquele homenzinho, o menor da Conferência, representante de um país desconhecido, que se pronunciava demoradamente sobre todos os temas.

O incidente com De Martens serviu-lhe à consagração. Ouçamos a descrição* que dele faz Batista Pereira, presente à reunião, e que o narra no seu *Figuras do Império e outros ensaios*, que li, pela primeira vez, faz sessenta anos:

“Entramos no velho palácio dos Cavalleiros. Começava a sessão. Presidia De Martens. Gotoso, usava muleta, do lado esquerdo. Cabeça branca, cútis de tijolo vermelho, com um quê de tártaro, quem quiser imaginá-lo, olhe um retrato de Clemenceau. Os mesmos longes de foca, no contorno do rosto, no bigode, no queixo redondo. Rui pediu a palavra e leu um discurso de meia hora sobre presas marítimas. De Martens ouviu-o de má vontade, a mão esquerda ao rosto, de lado, quase de costas. A sala, com raras exceções, afinava por esse diapasão; diálogos travavam-se por toda a parte. Era, dado o ambiente diplomático, uma verdadeira manifestação de desagrado. Rui terminou numa atmosfera glacial. De Martens só então voltou-se para ele e disse:

 * Este mesmo trecho é transcrito na palestra sobre “Rui, a Águia de Haia”, na Academia Brasileira de Letras.

– O memorial do nobre embaixador do Brasil constará dos processos verbais das nossas sessões; devo, porém, observar-lhe que a política não é da alçada da Conferência.

Correu-me um frio na espinha. Era o tiro de misericórdia, era a liquidação sumária, a decapitação do Brasil em Haia. Sem saber como, achei-me atrás da cadeira de Rui.

Rui, sentado como um menino de colégio, não pestanejou. Uma onda de palidez mais profunda empalideceu-lhe ainda a palidez. Mas as narinas vibraram-lhe. Os vidros dos óculos lampejaram.

Foi ainda numa voz sumida que pronunciou as palavras sacramentais:

– *Je demande la parole.*

A emoção fez-lhe pronunciar ‘*parôle*’ e não ‘*parole*’.

Tendo-a, levantou-se com um movimento como que mecânico. E começou, não como reza o seu livro de discursos publicado em Haia, mas com esta interrogação:

– *Un mémoire? Et pourquoi pas un discours?*

Ninguém esperava o relâmpago do revide. Ninguém o acreditava capaz de tomar o pião à unha. Ninguém esperava a instantaneidade da erupção.

Era formidável a posição de De Martens na Conferência, cuja iniciativa real passava por ser mais sua do que ninguém. Ninguém representava com mais títulos o pensamento do incitador ostensivo do grande congresso, o Tzar de todas as Rússias. Chocar-se com ele era uma audácia de Davi e nem todos os Davi têm pedras na funda.

No grupo mais hostil a Rui Barbosa o contentamento irrompia sem dissimulações. Rui liquidava-se pelas próprias mãos, era o pensamento que se lia nas fisionomias.

Mas o orador começou. A voz mal segura, de princípio, firmou-se. E o fio maravilhoso dos raciocínios começou a envolver a assembléia na rede de sua magia.

Foi, primeiro, a recordação de que havia muito presidía o Senado dum país que tinha sessenta anos de tradições parlamentares, alusão que não devia calhar muito ao súdito de uma autocracia. Depois, que seria incapaz de faltar ao regimento duma assembléia deliberante, sutil recurso para chamar à ordem um presidente desabrido. Depois, enfim, a luta, arca a arca, peito a peito, com o grande sofisma de De Martens: o de que a política estava banida da conferência.

Nenhum internacionalista, nenhum mestre de direito, até àquela data, definira a política vedada à Conferência, e a permitida.

Não se conhecia senão uma política: e esta, para proibi-la. Rui tomou o touro à unha. Distinguiu entre a política prática, imediata, concreta, que pode separar os povos, e a política razão de Estado, a política regra geral, sem cuja exploração não se poderia conceber a própria Conferência.

– Há alguma coisa de mais eminentemente político, do que a soberania? – perguntou ele. – E não estamos aqui para traçar regras que a restrinjam e delimitem? Como, pois, afirmar, sem distinguir, que a política nos é vedada em todas as suas acepções?

À enunciação desta verdade, em que ninguém tinha refletido, ou que pelo menos ninguém até aí enunciara, a sala toda teve um movimento de atenção.

Rui estava à esquerda do hemiciclo, cujo centro era ocupado pela mesa da Presidência. À direita sentavam-se os delegados franceses, alemães e norte-americanos.

Léon Bourgeois conversava com Marshall de Bieberstein, que ficava numa cadeira bem atrás da sua.

D'Estournelles de Constant, quando Rui começou a definir a política, chamou-lhe a atenção, puxando-lhe a manga do casaco.

Bieberstein, o homem mais gigantesco da Conferência, o *elefas germanicus*, como lhe chamou Stead, numa designação que lhe definia a inteligência e o volume, levantou-se com o passo bamboleante de pernas que tinham de agüentar mais de cem quilos e mais

de sessenta janeiros e veio encostar-se ao lado direito da mesa presidencial para melhor ouvir. Bourgeois e D'Estournelles seguiram-no.

A maravilhosa oração continuou na mesma altura de conceito, de conveniência, de polidez e de forma. O grupo hostil, desarmado, ouvia com tanta atenção, como os *leaders* da Conferência. A palavra fizera um milagre. Sentia-se que do rochedo da hostilidade começara a emanar a linfa, quando não da simpatia, ao menos do respeito.”

A partir daí, todos lhe reconheceram o valor e passaram a ouvi-lo como voz que merecia respeito pela profundidade e amplitude dos conceitos que emitia, a ponto de Nabuco escrever, feliz, a Graça Aranha que Rui fora a maior figura da Conferência.

Em todos os temas, atento à orientação da linha diplomática brasileira, definiu, com propriedade, nossa posição.

Concisamente, o eminente internacionalista e Embaixador Hildebrando Accioly indica os temas de que tratou e que podem ser acompanhados, na íntegra, nas “Obras Completas” (v. XXXIV, t. II, ed. Ministério da Educação e Cultura, RJ, 1966, p. XII):

“a da cobrança compulsória das dívidas (que daria lugar à conhecida doutrina Drago), a da transformação dos navios mercantes em navios de guerra, da abolição do contrabando de guerra, a do bloqueio, a da colocação de minas pelos neutros, a da entrega de navios de guerra em construção num país neutro, a da solução pacífica dos litígios, sobretudo pela arbitragem. Sua atitude teve maior relevo, talvez, nas relativas, respectivamente, à criação de um tribunal internacional de presas marítimas e à organização da justiça arbitral.”

Não há como discuti-los neste sumário; mas, após a apreciação das teses brasileiras, Hildebrando Accioly, com sua autoridade, conclui que “na defesa desse princípio (igualdade das nações), e, em geral, dos pon-

tos de vista do nosso Governo, Rui pôs o brilho de seu talento genial e o melhor de seus esforços” (p. XXV).

É que, em todos esses temas sua intervenção foi a de quem os examinara, longa e proficientemente, sob todos os ângulos, norteado sempre pelos princípios da igualdade entre as nações, da liberdade dos povos e dos cidadãos, fundamentos nos quais formara seu espírito e amadurecera sua luta.

A verdade é que, afinal, os mais altos expoentes da cultura universal, sobretudo os presentes à Assembléia, lhe rendiam homenagem; e o “Dr. Verbosa”, como lhe chamaram, a princípio, saía da Conferência como um de seus vultos mais preeminentes, se não o mais preeminente deles.

E o que mais nos honra, nosso país dava demonstração de que, nação jovem, sem ter atrás de si um grande exército ou uma poderosa armada, possuía tradições liberais tão nobres e altivas como as dos velhos povos europeus, ou da moderna democracia norte-americana.

EM BUENOS AIRES

Mas, caberia ainda a Rui prestar ao Brasil, no campo internacional, outro serviço inestimável.

A Guerra de 1914 ensangüentava a Europa e se alastrava por todo o mundo. A violência explodia sem limites e convulsionava as populações do Velho Continente, massacrando-as na luta sem trégua que foi o primeiro conflito mundial.

O Brasil, convidado pela Argentina, para comparecer aos festejos comemorativos do I.º Centenário de sua Independência no Congresso de Tucumã, de 9 de julho de 1816, credenciou Rui como Enviado Extraordinário e, após as solenidades oficiais, em 14 de julho de 1916, a convite da Faculdade de Direito de Buenos Aires, pronuncia ele conferência sobre “O dever dos neutros”, na qual examina, em profundidade, este e alguns outros conceitos modernos do direito internacional.

Depois de historiar a luta argentina da Independência, e de lembrar as teses igualitárias da Haia, apoiadas pelo Delegado portenho, deplora a “falácia de nossas previsões”, acentuando que “nega-se o direito, desterra-se a justiça, elimina-se a verdade, contesta-se a moral, proscree-se a honra, crucifica-se a humanidade; o vendaval de ferro ataca os símbolos sagrados, a arte, os tesouros da ciência acumulada, os grandes arquivos da civilização, os santuários do trabalho intelectual. Apenas subsiste, de todas as leis, a lei da necessidade, a lei da força, a lei do sangue, a lei da guerra. O Evangelho está substituído pela religião do aço e da pólvora” (todas as citações são feitas da publicação *Os Conceitos Modernos do Direito Internacional*, tradução do texto castelhano de Rui, por Sergio Pachá, ed. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983, p. 31).

E se interroga: “Onde a igualdade dos direitos”, “essa virtude do direito”, essa “harmonia das leis históricas”, esse “equilíbrio restaurado entre as nações”, lembrando a posição do delegado argentino na Conferência da Haia, onde diz: “supúnhamos estar codificando num corpo de leis os usos internacionais, que o consenso unânime da sociedade santificava...” (p. 32).

Busca, então, as causas fundamentais dessa situação, que encontra nas “teorias, as aspirações, os devaneios de uma propaganda nutrida por um núcleo de espíritos cultos, porém pervertidos até o desvario por um nacionalismo enfermiço”.

Assim, afirma,

“Os atos resultam das doutrinas. As doutrinas precedem aos atos. Os fatos materiais emanam dos fatos morais. Os acontecimentos resultam de um ambiente de erros ou de verdades. A guerra sob a qual se debate a Europa mutilada teve por origem montão de teorias disformes e virulentas, que, durante meio século, nas regiões mais acreditadas por sua cultura, encheram os livros dos filósofos, dos historiadores, dos publicistas, dos escritores militares.”

Combate o culto da guerra, que vai a ponto de julgar que “até a paz é guerra”, com a “descristianização da humanidade”, “a guerra santificada por si mesma”, e “o culto do Estado – o Estado por cima de todos os direitos”, “alfa e ômega de si mesmo, existente por si próprio e a si próprio suficiente”, “superior a todas as regras morais” (pp. 35-37), levando a “duas morais”. E, resumindo as idéias dos pregoeiros dessas doutrinas, afirma:

“Já agora o sistema está completo: em política interna, a força traduzida na razão de Estado; em política externa, a força exercida pela guerra. Nas relações internas duas morais: uma para o indivíduo, outra para o Estado. Duas morais, igualmente, nas relações externas: uma para os Estados militarmente robustos, outra para os Estados militarmente débeis.” (p. 37)

Clama pelas conquistas de Genebra e Haia, para afirmar, incisivamente, que “não há duas morais, a doutrinária e a prática. A moral é uma só: a da consciência humana, que não vacila em discernir entre o direito e a força” (p. 38). Anatematiza a barbaria:

“Não existia a moral senão, justamente, para moderar os grandes e escudar o pequenos, refrear os opulentos e abrigar os pobres, conter os fortes e garantir os fracos. Entretanto, com a dualidade que introduziram na concepção da moral, a força e a guerra, apoderando-se do mundo, basearam a moral no dinheiro, na soberba e no poder, fizeram da moral a humilhação, o ergástulo, o cativo dos fracos, dos necessitados e dos pequenos. Duplicando a moral, aboliram a moral; e como a moral é a barreira das barreiras entre as sociedades civilizadas e as sociedades bárbaras, abolindo a moral, proclamaram implicitamente a barbaria como último destino do gênero humano.” (p. 39)

divididas as nações entre “nações de presa e nações de pasto” (p. 43). E se não obsta a que existam tratados não obedecidos, porque “farrapos de papel”, então, diz, em linguagem candente,

“porque se consignam em papéis, trapos de papel são todos os contratos, porque em papel se escrevem todos. Se, porque os celebramos no papel, os tratados não são, por isso, senão farrapos de papel, nada mais que farrapos são, igualmente, as leis, que no papel, sua forma visível, se decretam e promulgam. Se os tratados, porque recebem no papel sua forma visível, a trapos de papel se reduzem, as Constituições que no papel se pactuam, não passam de farrapos de papel. Trapos de papel maiores ou menores, mas, ao fim e ao cabo, papel, e em farrapos.” (p. 46)

E menos ainda que o papel é a palavra, porque é um sopro; e, não obstante, imaginava-se outrora que ela vincula os reis e os povos, os homens e os numes. Mas, não nos é dado repetir tudo, no estilo grandiloquente e na força demolidora do verbo de Rui, que conclui com sua notável contribuição à verdadeira noção de neutralidade:

“A reforma a que urge submetê-las (as regras da neutralidade) deve seguir a orientação... pacificadora da justiça internacional. Entre os que destroem a lei e os que a observam não há neutralidade admissível. Neutralidade não quer dizer impassibilidade: quer dizer imparcialidade; e não há imparcialidade entre o direito e a injustiça. Quando entre ela e ele existem normas escritas, que os definem e diferenciam, pugnar pela observância dessas normas não é quebrar a neutralidade, é praticá-la. Desde que a violência calca aos pés, arrogantemente, o código escrito, cruzar os braços é servi-la. Os tribunais, a opinião pública, a consciência não são neutros entre a lei e o crime. Em presença da insurreição armada contra o direito positi-

vo, a neutralidade não pode ser a abstenção, não pode ser a indiferença, não pode ser a insensibilidade, não pode ser o silêncio.” (p. 54)

Haveria, pois, pelo menos, o dever de protestar, ou “a obra de Haia não seria apenas um capricho fútil: seria uma cilada atroz” para os povos, que se “entregariam à expectativa do régimen jurídico cuidadosamente articulado ali, para despertar, de repente, sob o troar dos canhões que os fariam em pedaços” (p. 54). Daí “o direito e o dever de constituir um tribunal de consciência, uma instância de opinião, uma jurisdição moral sobre os Estados em guerra, para julgar-lhes os atos e reprovar-lhes os excessos. A neutralidade inerte e surda-muda cedeu o passo à neutralidade vigilante e capaz de função judiciária”. (p. 54) E conclui que “a imparcialidade na justiça, a solidariedade no direito, a comunhão na manutenção das leis escritas pela comunhão; eis aí: a nova neutralidade, que se deriva positivamente das conferências de Haia, não flui menos imperativamente das condições sociais do mundo moderno”.

E clama para que a América assuma o seu papel, pois “quando vier o reino do espírito, virá pelo enlace da liberdade européia com a liberdade americana, numa comunhão hostil à guerra e armada contra ela de garantias inquebrantáveis”.

A repercussão do pronunciamento, quando o mundo, atônito, assistia à prevalência das decisões da força das armas, foi a mais intensa possível, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos.

Compreendeu-o bem o Presidente da Câmara dos Deputados da Argentina, Demaria, ao assinalar, como diz Américo Jacobina Lacombe, “profeticamente” (prefácio a *Rui Barbosa em Buenos Aires – Cinquentenário da Embaixada a Buenos Aires*, de Regina Monteiro Leal, ed. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969, p. X):

“Ele nos deu a honra de escolher a tribuna de Buenos Aires para enunciar as mais elevadas idéias que se têm manifestado nestes trágicos tempos. Elas circularão pelo mundo, serão discutidas, aplaudi-

das, combatidas, vingarão ou serão vencidas. Porém, a honra que representa o ter sido Buenos Aires a cidade em que o verbo da nova doutrina inicia a sua peregrinação através da consciência humana é a maior oferenda com que o Brasil se poderia ter associado ao nosso primeiro centenário de vida livre.”

Mas, o pronunciamento de Georges Clemenceau a respeito é o que de mais alto se poderia esperar, quando se refere a Rui como “idéaliste humanitaire, éloquent à miracle, jurisconsulte de la Haye, enfin, pour couronner tant de vertus” (artigo em *L’Homme Enchainé*, vendredi, 21 juillet, 1916, in: Regina Monteiro Leal, ob. cit., pp. 2-3).

Meus caros colegas e amigos:

Estamos à véspera da comemoração dos 150 anos do nascimento de Rui Barbosa, amanhã, 5 de novembro.

Não temos o direito de lembrar-lhe a vida sem lhe proclamar a dignidade, a altivez, o denodo e a incorruptibilidade na defesa dos ideais da liberdade, do direito e da justiça, que nos vieram do berço, que a lembrança de sua vida fortaleceu, acrisolou e amadureceu, e que agora, mais do que nunca, temos o dever de apregoar e preservar.

Temos por Pátria o melhor país do mundo, desde as claridades do céu e as luzes do sol à natureza pródiga e fecunda, às virtudes da gente, pacata, tolerante, dada ao perdão, à compreensão, à harmonia e à paz.

Isto agrava, ainda mais, as responsabilidades que nós, homens do Direito, temos para com a sociedade e o País.

Não podemos permitir que a intolerância ou o radicalismo, de onde quer venham, ou que origem tenham, criem entre nós a divisão e a cizânia; nem que, ao sopro de egoísmos pessoais, projetos contrários aos interesses nacionais nos turvem a compreensão e a paz, que em quinhentos anos, graças a Deus, temos mantido.

Não nos tolde a visão parcial ou distorcida dos nossos problemas o sentido superior da unidade nacional, da coesão patriótica, da fraternidade da gente.

Que nossos graves problemas, a Amazônia cobiçada, o Nordeste sofrido, as falhas da ação do Estado na educação, na saúde, na habitação, na área social, enfim, com os males do desemprego e subemprego, que o subdesenvolvimento explica e agrava, não nos escureçam ou oblitarem a visão da unidade nacional, nem nos levem ao paroxismo das lutas ideológicas que, após tanto tempo, se mostraram inexplicáveis, impróprias e retrógradas.

Pensem no Brasil, só no Brasil, como república democrática, em que os direitos sejam reconhecidos e respeitados; os poderes atuem livremente, insuscetíveis de comando uns aos outros, ou tentativa de cerceamento uns sobre os outros; em que o povo, que trabalha, sofre e clama por desenvolvimento e harmonia, mais não quer do que a tranquilidade da paz familiar, a ordem da sociedade organizada e a grandeza da pátria, nosso berço, nossa morada, nosso enlevo, nosso sonho, nossa certeza.

Lembremo-nos de Rui, o maior de todos os nossos, e que, tudo tendo feito pela Pátria, nem sempre mereceu a compreensão de muitos, a compensação do sacrifício, nas galas da retribuição; mas nem por isso desertou dos ideais, abdicou da luta permanente, impertérrita pelo Brasil e seu povo.

Esta há de ser a nossa missão, seus herdeiros, na grande herança do Brasil livre e unido que nos deu.

Esta a lição que esta nobre e altiva Instituição, que ele presidiu, há de sempre proclamar e defender, intérprete autêntica da nossa tradição e guardiã do nosso futuro.